

EUGENIO FERNANDES QUEIROGA



DIMENSÕES PÚBLICAS DO ESPAÇO CONTEMPORÂNEO:

resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros

**TESE APRESENTADA À FACULDADE DE
ARQUITETURA E URBANISMO DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO EM
CONCURSO DE TÍTULOS E PROVAS PARA A
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE LIVRE-DOCENTE
EM ARQUITETURA E URBANISMO**

São Paulo 2012

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: queiroga@usp.br

Q3d Queiroga, Eugenio Fernandes
Dimensões públicas do espaço contemporâneo:
resistências e transformações de territórios, paisagens e
lugares urbanos brasileiros/ Eugenio Fernandes Queiroga
- São Paulo, 2012
284p. : il.

Tese (Livre Docência - Área de Concentração:
Paisagem e Ambiente) - FAUUSP

1. Espaços livres 2. Esfera pública 3. Paisagem urbana
4. Urbanização contemporânea 5. Redes urbanas I. Título

CDU 712.25

Para Andréa, Jonas, Tomás,
Silvestre, Nilza e Ana Lucia

AGRADECIMENTOS

Com memória já não prodigiosa, melhor agradecer apenas as contribuições recentes relacionadas ao sinuoso caminho da produção desta tese:

À FAUUSP, lugar de tanto estímulo acadêmico. Aos estudantes com sua motivação e interesse contagiante. Aos colegas dos debates mais diversos e rico convívio. Aos funcionários que permitem à “FAU” ser escola de alto prestígio.

Ao CNPq, principalmente pelas bolsas de produtividade em pesquisa. À FAPESP, sobretudo devido ao apoio aos projetos temáticos de pesquisa desenvolvidos no LAB-QUAPÁ da FAUUSP.

À memória de grandes e generosos mestres: Milton Santos e Murillo Marx, sempre presentes.

Aos professores do Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA) da FAUUSP: Catharina Lima, Euler Sandeville Jr, Fábio Gonçalves, Maria Angela Leite, Maria Assunção Franco, Paulo Pellegrino, Silvio Macedo e Vladimir Bartalini. Alguns pela forte aproximação de ideias, outros exatamente pelo contrário.

A Miranda Magnoli, criadora do GDPA, orientadora do mestrado – privilégio contar com sua visão crítica nos mais diversos encontros. A Maria Adélia de Souza, orientadora do doutorado – apoio em horas nada fáceis.

Aos pesquisadores do LAB-QUAPÁ da FAUUSP, especialmente Silvio Macedo, Ana Cecília Campos, Fábio Gonçalves, Fany Galender, Helena Degreas, Rogério Akamine e Vanderli Custódio, mais que colegas de pesquisa, amigos. Não fossem nossos projetos temáticos, esta tese não ambicionaria a escala nacional. Aos alunos de graduação e pós-graduação que passam pelo LAB-QUAPÁ, por sua enorme contribuição.

Aos amigos da PUC-Campinas com quem a discussão sobre espaço e esfera pública sempre foi valiosa: Araken Martinho, Denio Benfatti, Jonathas Silva, José

Roberto Merlin, Maria Cristina Schicchi, Manoel Silva Neto, Wilson Mariana e Wilson dos Santos Jr. (Caracol).

A Catharina Lima, Nelly Nahum, Caio Boucinhas e Raul Pereira, criando saberes que, através de processos participativos, rompem fronteiras entre universidade, prática profissional e cotidiano de comunidades e movimentos sociais.

A todos os colegas e amigos da Rede Nacional de Pesquisa QUAPÁ-SEL, cujas discussões e informações foram importantes para muito do que trata esta tese. Agradeço particularmente àqueles com os quais a interlocução foi maior: Alessandro Rosanelli, Alina Santiago, Ana Rita Carneiro, Fernanda Rocha, Eneida Mendonça, Geraldo Faria, Gislane Beloto, Glauco Coccozza, Gutemberg Weingartner, Heitor Silva, Karin Meneguetti, Lucia Capanema, Luciana Schenk, Luís Guilherme Pippi, Maria Cristina Teixeira, Maria Julieta Souza, Marieta Maciel, Paulo Nobre, Stäel Costa, Sonia Afonso, Vera Tângari e Vicente Barcellos.

Aos orientandos e ex-orientandos, da iniciação científica ao doutorado, cujos trabalhos e diálogos mais se relacionaram ao tema desta tese: Alessandra Queiroz, Ana Carolina Bittencourt, Akemi Hijioka, Daniele Klintovitz, Débora da Costa, Denise Malheiros, Flávia Suguimoto, Gabriela Brito, Guilherme Borba, Heliton Escorpelli, João Manoel de Barros, Joselle Dizeró, Karla Lopes, Karina Ferraz, Maria Helena Preto, Mariana de Carvalho, Mariana Gontow, Marina Gontijo, Naiara Kaimoti, Patrícia Tsunoushi, Paula Dondon, Renata Lopes, Rafaela Chaves, Raquel Alves, Rosana Farias, Taíssa da Cruz, Verônica Donoso e Vinie Jorge.

A Christianne Botosso pela primorosa revisão do texto.

A Jonas Queiroga pela elaboração de “mapas” da megalópole e revisão do *abstract*. A Tomás Queiroga pelo auxílio na solução de problemas (do autor) com *softwares* e *hardwares*.

A Andréa Vieira da Silva pela capa e apoio no projeto gráfico, mas principalmente pela vida maravilhosamente compartilhada ao longo dos últimos 30 anos.

Aos familiares mais próximos, Andréa, Tomás, Jonas, Silvestre, Nilza, Ana Lucia, Hélio, Gabriela, Cláudia, Mercedes e Pedro (em memória). Sem eles, impossível.

RESUMO

Demonstra-se a relevância de dimensões públicas do espaço para a urbanização contemporânea brasileira. Propõe-se um sistema conceitual que amplia a noção de esfera pública e de sistema de espaços livres (SEL) e, ao mesmo tempo, evita-se a polissemia da expressão “espaço público”. O estudo dos SELs em capitais e metrópoles brasileiras revelou serem sistemas fundamentais para as práticas cotidianas da esfera pública, mesmo que, em grande medida, se constituam formalmente pouco qualificados para tal. Avaliou-se a dinâmica contemporânea da rede urbana brasileira onde se destacaram as metrópoles e a megalópole do Sudeste. Na escala intraurbana formula-se nova categoria analítica, o “lugar público”, que contribui para o entendimento das práticas espaciais da esfera pública e, juntamente aos SELs, para a formulação de políticas, planos e projetos que busquem potencializar espaços para a vida pública. A cidade, a metrópole e a megalópole são entendidas também enquanto sistemas de lugares públicos, não apenas *locus* do capital e da vida privada.

Palavras-chave: dimensões públicas do espaço, lugar público, sistema de espaços livres, esfera pública, espaço público, urbanização contemporânea brasileira.

ABSTRACT

It demonstrates the relevance of public dimensions of space for Brazilian contemporary urbanization. It proposes a conceptual system which broadens the concept of public sphere and the open space system (OSS) and at the same time, it avoids the polysemy of the term "public space". The study of OSSs in capitals and Brazilian cities revealed that systems are fundamental to the daily practices of the public sphere, even largely, where they aren't formally qualified. It evaluated the dynamics of contemporary Brazilian urban network where the metropolis and the Southeast megalopolis had been enhanced. In the internal urban-scale, it formulates a new analytical category, the "public place", which contributes for the understanding of the spatial practices of the public sphere and along the OSSs, for the formulation of policies, plans and projects that seek to maximize space for public life. The city, the metropolis and the megalopolis are also understood as public place systems, not just the *locus* of capital and private life.

Key-words: public dimensions of space, public place, open space system, public sphere, public space, Brazilian contemporary urbanization.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1.** Grafites, escadas e guarda-chuvas. Cruzamento em desnível entre as avenidas República do Chile e República do Paraguai, Rio de Janeiro. Foto do autor, 2011. p. 22
- Figura 2.** Espaço para pedestres na Av. Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Hibridismo espacial entre o público e o privado, o edificado e o livre, o ócio e o negócio. Foto do autor, 2011. p. 32
- Figura 3.** Marcha das Vadias no Distrito de Barão Geraldo, Campinas-SP, movimento internacional - SlutWalk - iniciado no Canadá, contra a violência à mulher. Foto: Rodrigo Zanoto, 2011. Disponível em: <http://marchavadiascampinas.files.wordpress.com/2011/08/zanotto_ato2.jpg>. Acesso em: 7 mar. 2012. p. 51
- Figura 4.** Protesto da Polícia Militar na Praia de Copacabana. Foto: Thiago Velloso, 2008. Disponível em: <www.riotemporada.com.br/2008/fotos-protesto-pm-policia-militar-copacabana/>, acesso em: 26 maio 2012. p. 60
- Figura 5.** Assembleia geral dos estudantes da USP no Salão Nobre da Faculdade de Direito. Fonte: Ocupa USP Contra a Repressão, 2011. Disponível em: <http://ocupauspcontrarepressao.blogspot.com.br/2011_11_01_archive.html>. Acesso em: 26 maio 2012. p. 60
- Figura 6.** Estrada vicinal no *Parco Agricolo Sud Milano*. Foto: Paolo Motta, 2012. Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/36372149@N00/6708187811/in/photostream/>>. Acesso em: 28 maio 2012. p. 62
- Figura 7.** Lajes da rocinha em dia de *show*. Fonte: Klintowitz, 2008. p. 63
- Figura 8.** Praça corporativa no Itaim, São Paulo. Espaço privado de acesso público. Foto: Acervo QUAPÁ, 2006. p. 64
- Figura 9.** Vista parcial do sistema de espaços livres da metrópole de Vitória. Foto: Marcos London, 2008. p. 66
- Figura 10.** A parca existência de espaços públicos vegetados em Siena não retira a qualidade do seu sistema de espaços livres. Foto: Jonas Queiroga, 2011. p. 77
- Figura 11.** Vias marginais ao poluídíssimo Rio Pinheiros em São Paulo, espaços livres de usos exclusivos, segregados, mal se relacionam, fruto de interesses – privados e públicos – voltados para o capital. Foto: Silvio Macedo, 2012. p. 80
- Figuras 12.** Espaços públicos – edificados e livres - junto ao Rio Spree em Berlim. A qualidade arquitetônica e urbanística não se conceberia sem efetivo saneamento e controle ambiental. Foto do autor, 2010. p. 81
- Figura 13.** São Luís, como muitas cidades brasileiras, apresenta forte presença de fragmentos de vegetação nativa. Foto: Silvio Macedo, data 2009. p. 84
- Figura 14.** Parque Carlos Alberto Souza em Sorocaba. Inicialmente concebido como infraestrutura de drenagem, diante da apropriação da população para caminhadas, recebeu tratamento para uso público e levou a prefeitura a realizar importante política de implantação de sistema de parques e ciclovias por toda a cidade. Foto: Silvio Macedo, 2008. p. 84

Figura 15. Margens do Rio Tietê em São Paulo: espaço dos autos E das águas. Obras bilionárias tanto de alargamento da calha do rio, quanto de construção de novas pistas para veículos não resolvem nem o problema das enchentes, nem o da circulação viária. Foto: Rodrigo Turrer, 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI202455-15223,00-POR+QUE+NAO+PARA+DE+ALAGAR.html>>. Acesso em: 7 jun. 2012. p. 88

Figura 16. Maringá e sua reconhecida arborização viária. Foto: Maria Helena Preto, 2009. p. 89

Figura 17. Calçadas irregulares realizadas pelos moradores em Rio Branco, observe-se que a municipalidade sequer implantou o meio-fio. Foto do autor, 2011. p. 90

Figura 18. Rua comercial no Centro de Belém: falta espaço, manutenção, segurança, fiscalização... não falta vida pública. Foto do autor, 2007. p. 90

Figura 19. Apropriação de calçadão pelo comércio popular em Rio Branco. Foto do autor, 2011. p. 91

Figura 20. Ciclovía em Barão Geraldo, distrito universitário em Campinas, SP. Foto do autor, 2009. p. 92

Figura 21. Equipamentos de musculação em praça na Baía Noroeste de Vitória. Foto: Silvio Macedo, 2008. p. 96

Figura 22. O grande chichá – *Sterculia chicha* - do Largo do Arouche, centro de São Paulo. Foto: Ricardo Cardim, 2008. Disponível em: <<http://arvoresdesaopaulo.wordpress.com/2008/12/14/o-grande-chicha-centenario-do-centro-de-sao-paulo/arouche-hoje/>>. Acesso em: 17 mar. 2012. p. 97

Figura 23. Parque Tucumã em Rio Branco. Foto: Acervo QUAPÁ, 2011. p. 99

Figura 24. Um dos vários *resorts* da Praia do Forte, município de Mata de São João, litoral norte baiano. Simulacro, alienação e segregação elaborados com reconhecida competência. Foto do autor, 2010. p. 100

Figura 25. Projeto de orla na Ilha das Caieiras, Vitória–ES. Ações de qualificação espacial gerando atividades turísticas sem exclusão das populações pré-existentes. Foto: Marcos London, 2008. p. 101

Figura 26. Praia em São Luís: na areia apoio dos automóveis, lado a lado com as pessoas. Foto: Silvio Macedo, 2009. p. 102

Figura 27. Parque Mangal das Garças em Belém, a despeito de competente e atento projeto às questões ambientais, paisagísticas e de uso público do espaço, a rigor não se cumpriu o Código Florestal vigente à época. Foto: Denis Cossia, 2006. p. 103

Figura 28. Campinhos de futebol na periferia de Maceió. Importante espaço público em inúmeras cidades brasileiras. Foto: Acervo QUAPÁ, 2007. p. 104

Figura 29. Piscinão de Ramos, zona norte carioca, ao lado da poluída Baía de Guanabara. Foto: Silvio Macedo, 2002. p. 105

Figura 30. Praça Batista Campos em Belém, uma das mais belas praças-jardim do país. Foto do autor, 2007. p. 106

Figura 31. Serra do Japi, em Jundiá, diferentes níveis de conservação ambiental permitem a presença desde propriedades privadas até uma reserva biológica – bem público de uso especial - de acesso bastante restrito. Foto: Acervo QUAPÁ, 2005. p. 110

Figura 32. *Campus* Cidade Universitária, São Paulo. Aos sábados intensa apropriação para atividades físicas e desportivas, aos domingos permanece fechado para a população não vinculada à USP. Foto do autor, 2012. p. 112

Figura 33. Farol do Saber na Praça da Espanha em Curitiba. Foto: Acervo QUAPÁ, 2005. p. 113

Figura 34. Vista aérea do Centro de Convivência de Campinas, implantado na Praça Imprensa Fluminense, projeto complexo, espaço híbrido, sobreposição de tempos, histórias e memórias. Foto do autor, 2008. p. 113

- Figura 35.** Estádio de Rodeio de Barretos, local da maior festa de peão de boiadeiro do país. Foto: Celso Branicio, [200-]. Disponível em: <<http://www.barretaocountry.com>>. Acesso em: 19 mar. 2012. p. 114
- Figura 36.** Parque da Maternidade, Rio Branco, primeiro parque linear fluvial implantado na capital acreana, com 6 km de extensão. Foto: Acervo QUAPÁ, 2011. p. 116
- Figura 37.** Mapa de espaços livres intraquadra de Belém (área com ocupação urbana). A urbanização mais consolidada situa-se a Sul. Observe-se que as favelas são, também, via de regra, espaços com pouco espaço livre. Fonte: LAB-QUAPÁ, 2010. p. 121
- Figura 38.** Mapa de espaços livres intraquadra de Maceió (área com ocupação urbana). A urbanização mais consolidada situa-se a Sul. Fonte: LAB-QUAPÁ, 2009. p. 122
- Figura 39.** Mapa de espaços livres intraquadra do Município de Curitiba. As áreas que apresentam maior percentual de espaços livres “intraquadra” são, em sua maioria, glebas e terrenos ainda não ocupados, salvo os bairros a Noroeste, de alto padrão e bons percentuais de espaços livres. Fonte: LAB-QUAPÁ, 2009. p. 123
- Figura 40.** Mapa de espaços livres intraquadra das cidades satélites de Ceilândia, Taguatinga, Samambaia e Recanto das Emas. As áreas que apresentam maior percentual de espaços livres são, sobretudo, espaços não parcelados. Fonte: LAB-QUAPÁ, 2010. p. 124
- Figura 41.** Pavilhão de Adriana Varejão em Inhotim, instituição privada de grande interesse público. Foto do autor, 2009. p. 126
- Figura 42.** Camelódromo junto a terminal de ônibus em Campinas. Espaço de intensa apropriação pública. Foto do autor, 2005. p. 130
- Figura 43.** Parque Urbano Vale do Açaí em Rio Branco. Foto do autor, 2011. p. 133
- Figura 44.** Fortaleza, segunda mais populosa metrópole do Nordeste em 2010. Foto: Denis Cossia, 2009. p. 134
- Figura 45.** Vista parcial de Vitória. Com 325 mil habitantes em 2010, pode ser classificada como município de porte médio, mas como núcleo principal da Região Metropolitana da Grande Vitória (1,7 milhões de habitantes) apresenta papel mais complexo do que o de uma cidade média. Foto: Silvio Macedo, 2008. p. 161
- Figura 46.** Vista parcial de Manaus, uma metrópole amazônica. Foto: Jonathas Silva, 2008. p. 163
- Figura 47.** Vista parcial de Campinas, metrópole regional de dinâmica econômica superior à maioria das metrópoles estaduais. Foto: Silvio Macedo, 2008. p. 166
- Figura 48.** Vista aérea de Taguatinga, cidade satélite de Brasília. A menor metrópole de escala nacional é, porém, a que apresentou maior crescimento demográfico e de PIB na primeira década do século XXI. Foto: Silvio Macedo, 2009. p. 170
- Figura 49.** Vista parcial de Belo Horizonte, a maior “metrópole estadual”. Foto: Alexander Vilallon, 2008. p. 171
- Figura 50.** Vista parcial de Florianópolis, que possui a menor população entre as metrópoles nível 2. Foto: Sonia Afonso, 2009. p. 172
- Figura 51.** Vista parcial de Maceió, a maior metrópole nível 3. Foto: Acervo QUAPÁ, 2007. p. 173
- Figura 52.** Vista parcial da Refinaria do Planalto Paulista – REPLAN – em Paulínia, RM de Campinas, a maior do país (ao menos até 2012). Foto do autor, 2008. p. 184
- Figura 53.** Vinhedo, na RM de Campinas, apresentava IDH maior do que o de Campinas e o de São Paulo em 2000. Foto do autor, 2008. p. 185
- Figura 54.** “Mar de cana” em Santa Lúcia, Região de Governo de Araraquara, típica paisagem agrícola da megalópole no interior paulista. Foto: Verônica Donoso, 2011. p. 188

- Figura 55.** A megalópole do Sudeste brasileiro em 2001: eixos de estruturação e vetores de expansão. Organização do autor. Desenho: Jonas Queiroga, 2012.. p. 190
- Figura 56.** A megalópole do Sudeste brasileiro em 2010: eixos de estruturação e vetores de expansão. Organização do autor. Desenho: Jonas Queiroga, 2012. p. 198
- Figura 57.** São Paulo, maior metrópole da megalópole e da América Latina (em 2010). Foto: Fabio Gonçalves, 2012. p. 200
- Figura 58.** Rua do Bom Jesus, Recife Antigo, complexo lugar público. Foto do autor, 2011. p. 204
- Figura 59.** Praça da Matriz em Manaus, marco zero da cidade. Foto: Acervo QUAPÁ, 2006. p. 219
- Figura 60.** Manifestação de professores da rede pública no Centro de Curitiba. Movimento de março de 2012 atingiu 26 estados. Fonte: R7 Notícias, 2012. Disponível em: <<http://www.noticias.r7.com>>. Acesso em: 27 maio 2012. p. 220
- Figuras 61 a 64.** Vistas das avenidas Rio Branco, Paulista, Eixo Monumental e Teotônio Segurado. Fotos: Silvio Macedo, 2005, Acervo QUAPÁ, 2009, Silvio Macedo, 2009 e Acervo QUAPÁ, 2008, respectivamente. p. 221
- Figuras 65 e 66.** Dimensões públicas do espaço: entre a elegância arquitetônica e urbanística (Av. Rio Branco) e o bom humor de “atletas” da Corrida de São Silvestre (Av. Paulista). Fotos do autor, 2011 e 2010 respectivamente. p. 223
- Figura 67.** Olinda: patrimônio histórico mundial, uma paisagem (pública) do cotidiano. Foto do autor, 2011. p. 225
- Figura 68.** Pequena praça bem equipada e utilizada em Trindade, bairro de padrão médio de Florianópolis. Foto do autor: 2009. p. 226
- Figura 69.** Uma rua do SAARA, dinâmico centro comercial popular no Rio de Janeiro com mais de 1200 estabelecimentos comerciais. Foto do autor, 2011. p. 228
- Figura 70.** A maior estação de trem de Campinas está desativada, por seu pátio ferroviário circulam esporádicas composições de carga. Foto: Jonathas Silva, 2011. p. 229
- Figuras 71.** Alphaville inaugurou na metrópole paulistana padrão de urbanização baseado em loteamentos fechados. Exclusão social ostensiva sob controversa “legalidade”. Foto: Silvio Macedo, 2008. p. 232
- Figura 72.** Alphaville Campinas, entre tantos outros, contribuindo para desvalorizar a vida pública cotidiana. Foto do autor, 2008. p. 233
- Figura 73.** Bertioga, litoral paulista, extensas áreas desmatadas e urbanizadas para uso apenas sazonal. Foto: Ulisses Sardão, 2007. p. 234
- Figura 74.** Vista de imenso *shopping center* em Campinas, a implantação segue o padrão verificado em empreendimentos análogos no mundo inteiro. Deseja-se o consumidor, mas acolhe-se, com controle e limite, parte da vida pública contemporânea. Foto: Acervo QUAPÁ, 2008. p. 236
- Figura 75.** Edifícios residenciais e suas áreas de lazer na Vila Andrade, São Paulo. Isolamento em relação ao entorno público. Foto: Fabio Gonçalves, 2012. p. 238
- Figura 76.** Condomínios verticais na Barra da Tijuca. Muros altos, poucos acessos, solução de (in)segurança urbana. Foto: Silvio Macedo, 2008. p. 239
- Figura 77.** Prédios com mais de 30 pavimentos em Belém, isolamento e contraste com a precariedade habitacional da cidade, onde 54,5% da população vivia em favelas em 2010. Foto: Acervo QUAPÁ, 2008. p. 240
- Figura 78.** Porto Alegre, capital com maior percentual de domicílios em apartamentos do país. Verticalização predominante de prédios baixos e boa relação com os espaços livres públicos do cotidiano. Foto: Fabio Gonçalves, 2010. p. 241

Figura 79. Vista de um conjunto habitacional em Rio Branco, pouco se avançou a partir da ditadura militar na qualidade da produção de habitações de interesse social. Foto do autor, 2011. **p. 244**

Figuras 80 e 81. Periferias cada vez mais densas em RMs de Belo Horizonte e Salvador. Fotos: Denis Cossia (2008) e Mariana Yovanovich (2010), respectivamente. **p. 246**

Figura 82. Festas nas lajes, Favela da Rocinha, Rio de Janeiro, momento em que o privado (laje) se publiciza pela ação (festa) e sua visibilidade. Fonte: Klintowitz, 2008. **p. 247**

Figuras 83. Parque Tingui, integra o sistema de parques de Curitiba, com importante papel na drenagem e na qualificação ambiental e urbana da zona norte da cidade. Foto: Jonathas Silva, 2008. **p. 251**

Figura 84. Salvador, primeira capital brasileira, metrópole contemporânea, complexo sistema de lugares públicos. Foto: Mariana Yovanovich, 2010. **p. 254**

Figura 85. Praça Maria Quitéria em Santo André. Espaço de convívio, lazer e contribuição na dinâmica ambiental, fortalecendo a identidade local. Foto: Catharina Lima, 2008. **p. 260**

Figura 86. Espaço livre e de liberdade. Praça no Conjunto Habitacional Padre Donizete II, na periferia de Tambaú, pequena e também periférica cidade situada na Região de Governo de São João da Boa Vista (Região Administrativa de Campinas). Foto: Vanessa Bello, 1999. **p. 266**

Figura 87. Vista interior do Edifício Vilanova Artigas, FAUUSP, ao centro sua biblioteca. Foto do autor, 2012. **p. 268**

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1.** Síntese de dados econômicos no último ano completo de governo p. 143
- Tabela 2.** Síntese de dados socioeconômicos no último ano completo de governo p. 144
- Tabela 3.** Metrôpoles oficiais brasileiras: classes e populações p. 167
- Tabela 4.** Metrôpoles de fato e de direito: classes, taxas de crescimento decenal e participações percentuais p. 175
- Tabela 5.** Metrôpoles de fato e de direito: classes, PIBs e participações percentuais em 2008 p. 178
- Tabela 6.** População e taxa média geométrica de crescimento anual das regiões administrativas, de regiões de governo e regiões metropolitanas dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro p. 191
- Tabela 7.** PIB per capita, PIB e taxa de crescimento decenal das regiões administrativas, de regiões de governo e regiões metropolitanas dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro p. 192
- Tabela 8.** População, dados econômicos e de saúde de importantes municípios da Megalópole do Sudeste na área de prestação de serviços p. 199

LISTA DE SIGLAS

AC	Acre
ACNM	área de caráter não metropolitano
AL	Alagoas
AMB	Associação Médica Brasileira
ANPUR	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
APP	Área de Preservação Permanente
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
AU	aglomerado urbano
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
CA	coeficiente de aproveitamento
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
CE	Ceará
CEPERJ	Centro Estadual de Estatística, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
Comperj	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPQd	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento
CSA	Companhia Siderurgia do Atlântico
CTA	Centro de Tecnologia Aeroespacial
CTI	Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EEA	European Environment Agency
Embraer	Empresa Brasileira de Aeronáutica
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPLASA	Empresa Metropolitana de Planejamento

ENANPUR	Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
FAUUSP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FBCF	formação bruta de capital fixo
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FJP	Fundação João Pinheiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IE	Instituto de Engenharia
IEB-USP	Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo
IFLA	International Federation of Landscape Architects
Inatel	Instituto Nacional de Tecnologia
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LAB-QUAPÁ	Laboratório Quadro do Paisagismo
LC	Lei Complementar
MA	Maranhão
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MG	Minas Gerais
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Teto
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Projeto de Alinhamento
PDS	Partido Democrático Social
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PFL	Partido da Frente Liberal

PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei Complementar
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	em paridade de poder de compra
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-Campinas	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
QUAPÁ	Quadro do Paisagismo
QUAPÁ-SEL	Quadro do Paisagismo – Sistema de Espaços livres
RA	Região Administrativa
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
REPLAN	Refinaria do Planalto Paulista
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento
RG	Região de Governo
RJ	Rio de Janeiro (Estado)
RM	Região Metropolitana
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
RN	Rio Grande do Norte
RR	Roraima
SAARA	Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega
SC	Santa Catarina
SCN	Sistema de Contas Nacionais
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEL	sistema de espaços livres
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SP	São Paulo (Estado)

Tebig	Terminal da Baía de Ilha Grande
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UIA	União Internacional de Arquitetos
UNAMA	Universidade da Amazônia
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
Unicamp	Universidade de Campinas
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
UNINOVE	Universidade Nove de Julho
USJT	Universidade São Judas Tadeu
UPI	Unidade de Proteção Integral
USP	Universidade de São Paulo
ZPAM	Zona de Proteção Ambiental
ZCA	Zona de Controle Ambiental

SUMÁRIO

. INTRODUÇÃO	23
1. ESFERA PÚBLICA E ESPAÇO PÚBLICO	33
. Esferas de vida: pública, privada, social, comunitária e cotidiana	36
. Esferas pública e esfera privada: correlações a partir de Arendt (anos 1950) e Habermas (anos 1960)	40
. Esfera pública geral e esfera pública política: uma proposição à luz da contemporaneidade	43
. Da pertinência dos conceitos de esfera pública para o Brasil	51
. Espaços públicos e espacialidades da esfera pública: propriedades e apropriações	56
2. SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES	67
. A noção de sistema: aproximações entre a dialética miltoniana e o pensamento complexo moriniano	70
. Sistema de espaços livres – SELs	73
. Dimensões públicas dos SELs brasileiros	80
.. Sistema de espaços livres públicos	82
... Os bens de uso comum do povo	85
.... O sistema viário	86
.... O sistema de espaços livres públicos de convívio e lazer	93
... Os bens de uso especial	108
... Os bens de uso dominical	116
.. Dimensões públicas no conjunto de espaços livres privados	117
... A natureza (pública) e o espaço livre privado	118
... Apropriações públicas de espaços livres privados	125
.. Hibridismos: a complexidade e a dialética do concreto	127

3.	SOBRE A URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA	135
.	Correlações gerais: (des)governos, (des)economias e sociedade urbana	138
..	Ditadura militar e lenta abertura política	144
..	Transição democrática	148
..	Liberalismo de “social-democratas”	151
..	A “social-democracia” de petistas e coligados	154
.	Transformações da rede urbana	159
..	Notas iniciais	159
..	Metrópoles	162
..	Megalópole	182
4.	LUGAR PÚBLICO E URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA	205
.	Dimensões públicas do espaço, do território, da paisagem e do lugar	208
..	Do espaço total ao território	208
..	Paisagem	211
..	O lugar público	214
.	Logradouros e entornos, bairros e centros enquanto lugares públicos	217
..	Logradouro público e entorno imediato	218
..	Bairros excepcionais e banais	224
..	Centros	226
.	Urbanização fragmentada: para onde vai o público?	229
..	Espraiamento urbano e esgarçamento de relações sociais	231
..	A verticalização como fragmentação	237
..	Periferias: solidariedades e negligências	241
.	A cidade, a metrópole e a megalópole como “lugar público”	248
.	A natureza como lugar público	250
.	CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERSPECTIVAS	255
.	REFERÊNCIAS	269



Figura 1. Grafites, escadas e guarda-chuvas. Cruzamento em desnível entre as avenidas República do Chile e República do Paraguai, Rio de Janeiro. Foto do autor, 2011.

INTRODUÇÃO

O avanço técnico-científico-informacional acelerado e a existência cada vez maior de espaços urbanos fragmentados e de acesso controlado leva vários autores a crer no “declínio do homem público”¹. No Brasil, soma-se a isso a imensa desigualdade social e os crescentes índices de violência urbana observados no período de sua urbanização contemporânea para se constituir um quadro em que se aparenta caminhar para uma vida privada realizada cada vez mais atrás de muros e grades, sob câmeras e outros aparatos de segurança. Estar-se-ia sob um inexorável enfraquecimento da esfera de vida pública.

Esta tese, entretanto, demonstra ser a realidade urbana brasileira mais rica e complexa, na qual importa, e muito, compreender papéis e relações das dimensões públicas do espaço. A hipótese central é que o período atual da urbanização brasileira apresenta potencial crescimento da esfera pública, contrariando discursos mais correntes, seja na academia seja nas grandes mídias. Vários são os motivos.

O crescimento da urbanização, da metropolização e da megalopolização dá aos brasileiros melhores condições para participar da esfera pública do que há cinquenta anos, quando o país era majoritariamente rural.

O viver em público se transformou, há maior uso de parques em cidades de todos os tamanhos. As calçadas continuam, em sua maioria, pouco adequadas aos pedestres, mas são inúmeras as ruas que ainda apresentam forte vida pública nas periferias, como também em bairros de uso misto verticalizados de médio e alto

¹ Entre outros cf. SENNET, 1988, *passim*.

padrão. Surgem novos espaços de encontro público, “pracialidades”, “parquealidades”, “lugares públicos” formados, por vezes, pela interação entre espaços de propriedade pública e de propriedade privada.

Não se resume a esfera pública apenas aos tipos espaciais tradicionais – ruas, praças e parques –, envolve-se também os novos meios de comunicação telemáticos. Via de regra, há mais complementaridades comunicacionais entre as ações nos espaços públicos e nos meios virtuais que oposição entre tais suportes da esfera pública contemporânea. Estruturam-se redes e sistemas de maneira orgânica, entre grupos culturais diversos, não se trata apenas de imposição e alienação ditadas pela indústria cultural e grupos hegemônicos de mídia.

Além disso, iniciou-se neste século uma diminuição histórica da pobreza no país, permitindo a um maior número de brasileiros ocuparem-se de ações não apenas voltadas à sobrevivência. Ex-pobres, trazendo a memória e a experiência da escassez, são portadores do novo e apresentam potencialidade para enriquecer a esfera pública.

Evidentemente, não se trata de processo linear sem contradições e conflitos. O Brasil continua sob um Estado patrimonialista e as “tramas da segregação” continuam presentes criando espaços de exclusão (LEITE, 1988, p. 81-84), tencionando, mas não diminuindo o viver em público, base para a esfera pública política. Nesse sentido, as espacialidades da esfera pública, sobretudo os sistemas de espaços livres e o que se denomina nesta tese “lugares públicos”, importam ser mais bem compreendidos e qualificados, pois se constituem em condição potencial para a “esfera pública geral” – vida em público – e esta para a “esfera pública política”.

A construção do referencial teórico toma como base autores do pensamento social crítico. Cada capítulo apresenta a discussão conceitual pertinente ao tema nele abordado. Aqui vale citar os mais importantes autores para a formulação do sistema conceitual proposto na tese. Particularmente fundamental é a construção teórica e de método sobre o espaço humano realizada por Milton Santos². Espaço como totalidade, sempre em movimento, como conjunto indissociável de sistema de ações e de sistema de objetos, de fixos e fluxos, de verticalidades e horizontalidades, espaço como instância social, permitindo ler não apenas a dialética no espaço, mas

² No que tange à discussão teórica e de método referente ao conceito de espaço e às categorias de território e lugar (internas ao espaço), esta tese se referenciou em SANTOS (1977, 1978, 1996, 1979, 1985, 1994a, 1994b e 1996).

do espaço, formulando o conceito de formação socioespacial para além do conceito de formação socioeconômica.

Dialoga-se com o conceito de esfera pública de Hannah Arendt e, sobretudo, com a obra de Jürgem Habermas para a proposição do que se denominou neste trabalho “esfera pública geral”³.

Aproxima-se a questão da totalidade e da dialética espacial miltoniana à noção de sistema e de “pensamento complexo” de Morin (2008). Adota-se a definição ampla para “espaço livre” de Miranda Magnoli (1982), que inclui qualquer espaço livre de edificação ou livre de urbanização. Dessa maneira, compreende-se que toda cidade possui um sistema de espaços livres, independentemente de seu desempenho social e ambiental. Avança-se para além da noção redutora de sistema de espaços livres enquanto sistema de áreas verdes, este último é apenas subsistema do primeiro.

Com esse referencial teórico, é possível relacionar e distinguir espaço público de esfera pública e propor uma categoria de entendimento do espaço intraurbano: o lugar público. Dessa forma, pode-se ler a cidade, a metrópole e a megalópole também como “sistema de lugares públicos”⁴.

A pesquisa para a elaboração da tese correlacionou dialeticamente:

- as referências teóricas e o sistema conceitual formulado durante o trabalho;
- a revisão bibliográfica sobre o tema;
- a observação direta;
- documentação fotográfica e cartográfica;
- análise de dados secundários obtidos em *sites* de fundações de estatísticas e pesquisas, de órgãos governamentais e instituições internacionais⁵;
- apresentações, debates e diálogos com colegas pesquisadores e com alunos de pós-graduação e graduação.

Estudar a urbanização contemporânea brasileira implicou a realização de diversos recortes. Começou-se pela leitura geral das transformações recentes da sociedade e do território brasileiro, com especial ênfase na dinâmica econômica e na análise das políticas a ela relacionada, permitindo propor uma periodização interna

³ Para a discussão sobre esfera pública, cf. ARENDT (1991, Capítulo 2) e HABERMAS (1984, 1990, 2006 e 2007).

⁴ Evidentemente não se trata de deixar de lado os aspectos econômicos e demais aspectos culturais, políticos e ideológicos que engendram o processo de produção do espaço urbano.

⁵ Foram consultados *sites* das seguintes instituições: BANCO CENTRAL DO BRASIL, CEPERJ, EEA, EMPLASA, IBGE, FJP, SEADE, SEI, UNITED NATIONS e WORLD BANK.

ao que se denominou “urbanização contemporânea brasileira”. A análise da dinâmica demográfica no último período intercensitário (2000-2010) e da evolução do PIB entre 1999-2009 revelou crescente participação das metrópoles na rede urbana, motivando estudo mais amplo sobre as metrópoles oficiais, chegando a se propor um sistema tipológico para as mesmas, um tanto distinto da nomenclatura do IBGE proposta em estudo mais recente sobre as regiões de influência das “cidades” (IBGE, 2008, p. 11-15). Avançou-se também a pesquisa sobre a “megalópole do Sudeste”, entidade urbana nova, não oficialmente reconhecida, mas praticada por grandes empresas e por parcelas crescentes de sua população, analisando-se sua dinâmica estrutural, sua expansão e demais características recentes (2001-2011)⁶.

Na escala dos “tecidos urbanos” (REIS, 2006, p. 59), foi fundamental ter integrado a coordenação do Projeto Temático de Pesquisa intitulado “Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil”⁷. Esse projeto, nucleado pelo Laboratório Quadro do Paisagismo (LAB-QUAPÁ⁸) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), estruturou rede nacional de pesquisa (QUAPÁ-SEL⁹) em fronteira disciplinar entre Paisagismo e Urbanismo. Realizaram-se oficinas, levantamentos fotográficos e produziu-se cartografia temática para diversas cidades de todas as regiões do país: Rio Branco, Manaus, Belém, Palmas, São Luís, Fortaleza, Natal, Recife, Maceió, Salvador, Vitória, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Suzano, Campinas¹⁰, Sorocaba, Ribeirão Preto, Curitiba, Maringá, Florianópolis, Porto Alegre, Santa Maria, Brasília e Campo Grande. Dessa maneira, pode-se contar com acervo fotográfico de milhares de fotos – vistas aéreas e imagens de espaços livres – e com ampla discussão entre os parceiros da pesquisa, realizada em oficinas e colóquios anuais da Rede QUAPÁ-SEL, bem como com reuniões semanais de pesquisa no LAB-QUAPÁ.

⁶ Em tese de doutorado (QUEIROGA, 2001, cap. 3), já se demonstrara a existência da megalópole do Sudeste do Brasil.

⁷ Esse projeto temático contou em São Paulo com apoios da FAPESP e do CNPq.

⁸ No período de elaboração do referido Projeto Temático de Pesquisa, Silvio Macedo coordenou o LAB-QUAPÁ, tendo como vice-coordenador Eugenio Queiroga e, também, como pesquisadores principais: Fany Galender (PMSP e LAB-QUAPÁ), Ana Cecília Campos (LAB-QUAPÁ), Vanderli Custódio (IEB-USP), Rogério Akamine (UNINOVE e USJT), Helena Degreas (FMU-FIAAM), Fabio Robba (LAB-QUAPÁ) e Fábio Gonçalves (FAUUSP).

⁹ Participaram desse projeto temático, realizado entre 2006 e 2011, pesquisadores das seguintes universidades: UNAMA, UFT, UEMA, UNIFOR, UFRN, UFP, UFBA, UFES, UFMG, UFRJ, USP, PUC-Campinas, UNINOVE, UFPR, UEM, UFSC, UFSM, UnB e UFMS.

¹⁰ Para Vitória, São Paulo e Campinas, o recorte de estudo incluiu os municípios metropolitanos mais intensamente conurbados.

Além das cidades mencionadas, contou-se com dados e discussões sobre os sistemas de espaços livres de municípios do interior paulista, integrantes da megalópole do Sudeste, que constituíram objetos de investigação de orientandos de pós-graduação e de iniciação científica. Entre os principais: Hortolândia, Santa Bárbara d'Oeste, Valinhos, Piracicaba, Limeira, Rio Claro, Araras, São Carlos, Araraquara, Ribeirão Preto, Monte Alto, São José dos Campos e Bauru. Estudos de sistemas de espaços livres de setores urbanos de São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro foram também realizados por orientandos de mestrado e de iniciação científica e contribuíram com a base de dados da pesquisa para esta tese.

Desse modo, obteve-se uma aproximação a relevantes cidades brasileiras: a capital federal, cidades integrantes das principais metrópoles do país nucleadas por capitais estaduais (salvo Goiânia), municípios de importantes metrópoles regionais (Campinas, Vale do Paraíba e Litoral Norte e Maringá) e várias cidades médias, de capitais estaduais a cidades do interior paulista e do Rio Grande do Sul, constituindo-se, portanto, significativo recorte sobre a urbanização contemporânea brasileira. Tais municípios e metrópoles possuem amplas regiões de influência (IBGE, 2008), de sorte que investigá-las permitiu compreender processos de urbanização que são difundidos para suas respectivas áreas de influência. As metrópoles nacionais (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília) estão presentes, de algum modo, em todo o território do país. As principais capitais nordestinas (Salvador, Recife e Fortaleza) fazem o mesmo para a Região Nordeste, assim como as sulistas (Porto Alegre e Curitiba) e nortistas (Manaus e Belém) para suas respectivas macrorregiões.

Como há, evidentemente, especificidades nos mais de cinco mil e quinhentos municípios brasileiros, interessou tratar dos principais processos contemporâneos que envolvem as dimensões públicas do espaço verificadas em relevantes cidades do país, sem nenhuma pretensão enciclopédica.

A redação da tese foi estruturada em quatro capítulos, relacionando teoria e empiria, buscando interpretar a dialética espacial com ênfase em dimensões públicas do espaço urbano, atravessando as escalas que vão do intraurbano (VILLAÇA, 1998, p.11) à rede urbana do país, do logradouro público à megalópole (QUEIROGA, 2001, cap. 3)¹¹.

¹¹Reconhecem-se os prédios públicos como importante aspecto da discussão sobre os espaços públicos. No entanto, esta tese não se ocupa da escala da arquitetura do edifício e de suas especificidades. O diálogo maior do trabalho ocorre entre as áreas de paisagismo, urbanismo e

O Capítulo 1 discute relações entre “esfera pública e “espaço público”, colaborando para o debate sobre a esfera pública contemporânea, inclusive estabelecendo uma proposição conceitual que visa inter-relacionar a vida cotidiana e a esfera pública, atentando para a “vida em público” como campo potencial para o fortalecimento da “esfera pública política”. Avalia-se a pertinência dos conceitos de esfera pública para o Brasil e propõe-se evitar a polissemia da expressão “espaço público”. Formula-se sistema conceitual que permite ao mesmo tempo alargar a análise da esfera pública e definir “espaço público” como espaço de propriedade pública, prestando-se ele (diretamente) para a esfera pública ou não. A intenção é contribuir para as práticas propositivas sobre o espaço urbano, do nível das políticas públicas até os do planejamento, projeto e gestão dos espaços públicos, dos espaços onde se realiza a esfera pública e dos espaços de interesse público em geral.

O segundo capítulo apresenta a definição de sistema de Morin (2008) e a possibilidade de diálogo entre as noções da “complexidade” moriniana e da “dialética espacial” de Santos (1978, 1985 e 1996). Compreende-se, dessa maneira, ser possível abordar sistêmica e dialeticamente os processos espaciais. Apresenta-se proposta de entendimento dos “sistemas de espaços livres” (SELs), que alarga a análise dos espaços livres urbanos para além das praças, parques e jardins. Discutem-se as dimensões públicas dos SELs urbanos brasileiros, seja dos SELs públicos, seja dos conjuntos de espaços livres privados¹². Conclui-se o capítulo alertando para hibridismos da realidade concreta que impõem considerar relações mais complexas entre espaços – públicos e privados – e esferas de vida – pública e privada.

O Capítulo 3 trata da urbanização contemporânea brasileira na escala das redes urbanas. Apresenta-se uma periodização interna ao que se denominou “período da urbanização contemporânea brasileira”, abarcando da década de 1970 até o “presente”, recortando-se, para uma análise geral, o intervalo temporal entre a gestão Geisel e o período Lula (2003-2010). A análise das transformações contemporâneas da rede urbana brasileira permitiu propor um sistema de análise das regiões metropolitanas (RMs) e regiões integradas de desenvolvimento (RIDEs) que envolve as escalas de influência (nacional, estadual e regional) e a relevância das relações

planejamento urbano. Além dessas, a tese pode interessar, sob certos aspectos, à geografia e ao planejamento regional.

¹² No Capítulo 2 explicita-se porque se considera os espaços livres públicos como um sistema e porque se entende que os espaços livres privados formam, na escala das cidades ou acima desta, apenas conjuntos.

intrametropolitanas. Há, sem dúvida, metrópoles de fato e de direito, como também regiões metropolitanas ainda não oficializadas e RMs que ainda não se constituíram, de fato, metrópoles. O capítulo termina apresentando novos estudos sobre a megalópole do Sudeste, complexo urbano contemporâneo em forte expansão, mas ainda não reconhecido pelo Estado.

O último capítulo apresenta outras dimensões públicas do espaço - no espaço total, no território, na paisagem e no lugar. Propõe-se nova categoria de entendimento da esfera pública contemporânea no espaço urbano: o “lugar público” – da escala do logradouro público à escala da megalópole. Interpretam-se diversos tecidos intraurbanos, comprovando-se que, mesmo diante da urbanização fragmentada contemporânea, há lugares públicos de diversas naturezas. O último item do Capítulo 4 traz rápida discussão sobre a “natureza” enquanto lugar público.

As considerações finais apresentam breves sínteses e perspectivas, não resumem os capítulos (alerte-se ao leitor mais apressado). A todos, desejos de boa leitura e de contribuição ao debate sobre o tema.



Figura 2. Espaço para pedestres na Av. Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Hibridismo espacial entre o público e o privado, o edificado e o livre, o ócio e o negócio. Foto do autor, 2011.

Capítulo 1

ESFERA PÚBLICA E ESPAÇO PÚBLICO

Nas condições atuais, as relações informacionais transportam com elas o reino das necessidades enquanto as relações comunicacionais podem apontar para o reino da liberdade.

Milton Santos

As expressões “esfera de vida pública” e “espaço público” são empregadas com vários sentidos, dificultando o diálogo acadêmico e profissional. Para a filosofia e para as ciências sociais, é comum a adoção do conceito de esfera pública formulado por Hannah Arendt em 1958, entendendo-a, fundamentalmente, como a esfera da ação política (ARENDR, 1991, p.31-88). Tem-se aí ampla referência à antiguidade clássica greco-romana e um apontamento crítico, seguido por vários autores, sobre como tal esfera de vida vem perdendo importância com o avanço da esfera de vida privada e da valorização da individualidade nas sociedades capitalistas.

Outro autor fundamental sobre o assunto é Jürgen Habermas. No Brasil, sua obra mais citada é *Mudança estrutural da esfera pública*, publicada no país em 1984, mas o original em alemão é de 1962. Nesse trabalho, Habermas historiciza o conceito arendtiano para o período moderno, investigando a “esfera pública burguesa”.

Se, no seio da filosofia e das ciências sociais, a discussão conceitual sobre esfera pública é rigorosa, o mesmo nem sempre se pode dizer do conceito de espaço público, visto que não são poucos os autores que chegam a tratar como sinônimos “esfera pública” e “espaço público”. No campo da arquitetura, paisagismo,

planejamento urbano e urbanismo, tal “sinônimo” traz vários problemas de ordem teórica e prática, conflitando, por exemplo, no Brasil, com a visão civilista¹³ que se impõe, por razões práticas, ao direito urbano, à legislação urbanística e ambiental e à gestão urbana e territorial. Dessa maneira, cria-se um hiato entre a prática propositiva espacial e a teoria social.

Este capítulo discute relações e distinções sobre “esfera pública” e “espaço público”, contribuindo, no campo teórico, para a interlocução acadêmica e profissional entre os que lidam com o entendimento de tais conceitos no âmbito da teoria, da pesquisa e da prática propositiva sobre o tema dos espaços públicos, seja na elaboração de políticas, planos, leis, projetos, obras, programação e manutenção¹⁴.

. Esferas de vida: pública, privada, social, comunitária e cotidiana

Deve-se a Hannah Arendt a construção primeira do conceito de esfera de vida pública, ou simplesmente esfera pública, em paralelo ao conceito de esfera de vida privada.

O termo *público*, segundo Arendt (1991, p. 59 e 62), expressa dois fenômenos correlatos, mas não idênticos:

- tudo o que vem a público, pode ser visto e ouvido por todos, abrangendo a maior divulgação possível;
- o próprio mundo, na medida em que é comum a todos e diferente do lugar que nele nos cabe. O mundo não é a terra ou a natureza, como espaço limitado e condição geral da vida, mas enquanto artefato é um produto humano, mundo feito pelo homem.

Arendt (1991, p. 15) denomina *vita activa* às três atividades humanas fundamentais: labor, trabalho e ação (política). O labor é atividade correspondente aos processos biológicos do corpo humano, cuja condição humana é a própria vida.

¹³ Visão civilista – baseada no Código Civil brasileiro, lei que define, entre outros, o que são propriedades públicas, seus tipos e propriedades privadas.

¹⁴ Em trabalhos anteriores, realizaram-se primeiras aproximações ao tema, mas com proposições conceituais ainda não suficientemente relacionadas sobre: espaço público (QUEIROGA; BENFATTI, 2007, p. 81-87), esfera pública geral (QUEIROGA; et. al., 2009, p. 84-99) e espacialidades da esfera pública (QUEIROGA, 2006, p. 121-142).

O trabalho é a atividade relacionada ao artificialismo da existência humana, sua condição é a “mundanidade”. A ação é prerrogativa do homem e só ela depende inteiramente da constante presença de outros; logo, sua condição é a pluralidade, pois é a única atividade que se exerce diretamente entre os homens.

Para Arendt (1991, p. 31), todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de os homens viverem juntos, sendo a ação a única que não pode ser concebida fora da sociedade. Na antiguidade romana, viver era sinônimo de “estar entre os homens” e morrer, de “deixar de estar entre os homens”.

A esfera de vida correspondente às ações é, portanto, a **esfera pública**, envolvendo as atividades pertinentes a um mundo comum, lembrando que, para Arendt (1991, p. 62), “a esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros [...]”.

Para Aristóteles, de todas as atividades humanas, somente duas eram consideradas políticas e constituintes do que ele denominava *bios politikos*: a ação (práxis) e o discurso (lexis), constitutivas da “esfera dos negócios humanos”, que exclui tudo o que seja apenas necessário ou útil (ARENDRT, 1991, p. 34).

Para que os homens (cidadãos) pudessem se dedicar à esfera pública, era necessário que outros (escravos) lhes dessem a condição material para tanto, mesmo assim o labor implicava na participação dos cidadãos na esfera da vida familiar. Assim o trabalho e o labor constituíam atividades próprias da **esfera de vida privada**, necessária para a manutenção da vida. A distinção entre as esferas pública e privada correspondia à existência das esferas da política e da família como entidades separadas, desde o surgimento das cidades-estado.

Essas duas esferas de vida – pública e privada -, com atribuição de valores bastante distintos, constituíam a base caracterizadora das principais sociedades da antiguidade clássica, notadamente Grécia e Roma. Na sociedade grega, o valor maior estava, sem dúvida, na esfera pública; já na sociedade romana, ainda que a esfera pública apresentasse maior expressão e prestígio, observou-se uma valorização da esfera de vida privada, sobretudo se comparada à sociedade ateniense.

Mais do que simples oposição, as esferas de vida pública e privada eram, de fato, complementares. Somente com o apoio da materialidade obtida pelo trabalho escravo e doméstico, era possível ao cidadão, grego ou romano, participar da esfera pública, da vida política, contribuindo, efetivamente, nas decisões públicas, seja na construção dos espaços públicos - monumentos, templos, ágoras, fóruns e artes

públicas -, seja nas decisões mercantis, na elaboração de alianças para guerras ou para expansão imperial. Ou seja, o forte papel público dos cidadãos gregos ou romanos não se faria sem:

- uma base material construída sobre trabalho escravo (privado) que permitia aos cidadãos destinar parte expressiva de seu tempo para a vida pública;
- uma moral que valorizava a ação pública – política em sentido amplo.

A sociedade grega e, em maior escala, a romana, estabeleceram, portanto, uma coesa relação entre ideologia, economia, política e Estado, que lhes permitiu enormes avanços culturais nas mais diversas áreas, da filosofia às artes, passando pelas ciências e pela cultura do cotidiano, notadamente em sua esfera pública.

Arendt (1991, p. 78 et seq.) deixa claro que há progressiva, embora não linear, desvalorização da esfera pública. Primeiramente com a ascensão dos valores do cristianismo e a instauração de sua hegemonia na Idade Média, depois pelo surgimento da **esfera social**, que se interpôs entre a esfera privada e a esfera pública fazendo diminuir:

- a relevância da esfera pública na caracterização do Estado, seja pelo declínio das repúblicas e pelo avanço das monarquias absolutistas, seja, na modernidade, pelo distanciamento dos cidadãos em relação aos assuntos de Estado, cresce o número de eleitores embora aumente também a alienação política;
- a relevância das famílias (esfera privada) na economia (domínio das necessidades), com a constituição de empresas cada vez maiores e com conseqüente maior poder econômico, político e ideológico.

Arendt (1991, p. 260-269) identifica o declínio da esfera pública (até os anos 1950) como uma questão estrutural tanto nas sociedades de massas de regimes liberais quanto nos regimes autoritários, na medida em que se fortalece a esfera social enquanto elemento central das estruturas econômicas.

Enquanto Arendt (1991) compreende estruturalmente as transformações ocorridas na modernidade com o fortalecimento da esfera social, Sennett (1998) e o senso comum lamentam o declínio do homem público por meio da crescente valorização da esfera privada. Sem dúvida tal fato ocorreu, mas deixa-se de perceber o porquê dessa valorização. Naturaliza-se equivocadamente o processo social, quase como se a crescente valorização da esfera privada fosse um gesto autônomo e não um fenômeno engendrado pelos processos estruturais e ideológicos da sociedade moderna. A criação de consumidores, mais do que de cidadãos, na democracia

burguesa, dá aos atores econômicos hegemônicos um poder de controle que vai da orientação dos gastos públicos às agendas do desenvolvimento científico¹⁵, passando pelo controle e filtros ideológicos dos meios de comunicação de massas.

Para Arendt (1991), o declínio da esfera pública se relaciona dialeticamente ao fortalecimento da esfera social, para Sennett (1998) o declínio do homem público é consequência do crescimento da **esfera de vida comunitária**, onde cresce o desejo pela segurança, de estar entre iguais, vivendo-se (alienando-se) confortavelmente em guetos sociais, tais como os subúrbios estadunidenses. A leitura sennettiana encontra fácil aceitação, sobretudo por sua evidente visualidade nalgumas paisagens habitadas por estratos de renda média. Sem dúvida tal realidade não se resume à América anglo-saxônica, pois a diversidade de situações contemporâneas é muito mais complexa. Além disso, cunhar sempre pejorativamente a noção de comunidade é ação redutora que não contribui para o entendimento da contemporaneidade.

Segundo Rogério Proença Leite (2004, p. 309):

Sennett, talvez, por não admitir a necessidade de reconhecimento público das comunidades, termina por não fazer uma distinção nítida entre o que ele chama de *Gemeinschaft* destrutiva e outras formas de ‘comunidades’ urbanas que, embora também territorializem seus códigos de identificação, mantêm suas fronteiras em contínua negociação e disputam com outras diferentes ‘comunidades’. Ainda que Sennett se refira a um tipo específico de gueto urbano, cuja dimensão geográfica segmentaria o espaço urbano em ‘territórios íntimos’ ou em ‘territórios da indiferença’, comete, a meu ver, um duplo equívoco. O primeiro quando afirma que esse tipo perverso de ‘fraternidade comunal’ é a forma de socialização predominante na vida urbana contemporânea, o segundo, por concluir, a partir disso, que o espaço público está morto.

Com o propósito de não reduzir a noção de comunidade à visão sennettiana, opta-se, nesta tese, pela expressão “**esfera de vida cotidiana**”. Além disso, a esfera cotidiana, sem dúvida, atravessa¹⁶ as esferas de vida privada e social e, por vezes, a esfera pública arendtiana, trazendo, portanto, ao mesmo tempo noções de relação e complexidade que melhor capacitam a teoria para enfrentar as totalidades concretas¹⁷. Tal posicionamento evita, pois, caracterizar a vida humana a partir de

¹⁵ Cf. HABERMAS, 1975, p. 303-333.

¹⁶ Adota-se aqui a noção de atravessamento ou de transversalidade como propõe ORTIZ (2000, p. 58-59), ao discorrer sobre a mundialização da cultura e do espaço, contrário, portanto, à noção de oposição imanente entre local/nacional/mundial

¹⁷ Para uma visão dialética da totalidade concreta cf. KOSIK, 1976, Capítulo I.

esferas estanques, como se, à maneira positivista-naturalista, fosse possível compreender a realidade a partir de separações, classificações e hierarquias.

A esfera do cotidiano corresponde, em termos espaciais, ao que Lefebvre (2009, p. 38-46), em sua tríade espacial, denominou “espaço percebido”: o espaço da prática social, o espaço dos sentidos, da produção e da reprodução, do trabalho e do lazer, definido, em suma, pela vida cotidiana.

. Esfera pública e esfera privada: correlações a partir de Arendt (anos 1950) e Habermas (anos 1960)

Segundo Avritzer e Costa (2004, p. 705):

O conceito de esfera pública representou um elemento central no processo de reconstrução da teoria crítica na segunda metade do século XX (Habermas, 1990; Calhoun, 1992; Thompson, 1995; Melucci, 1996). Significou a continuação de uma tradição crítica sobre a cultura de massas iniciada pela Escola de Frankfurt (Jay, 1973) e, ao mesmo tempo, produziu uma grande mudança dentro desta tradição, através da recuperação de um fundamento normativo que permitiu estabelecer uma nova relação entre teoria crítica e teoria democrática.

Habermas (1984), em sua tese de livre-docência, publicada originalmente em 1962, se posiciona criticamente quanto à perda de valor da esfera pública na sociedade capitalista-industrial; no entanto, mais do que falar em “declínio do homem público”, investiga as mudanças estruturais ocorridas na esfera de vida pública, realizando uma análise estrutural da totalidade das relações sociais. Nesse sentido, contrariamente a Sennett, evita uma pesquisa sociológica de tendência historicista que se limita a um nível de generalidades, em que processos e acontecimentos únicos são citados de modo exemplificativo, sendo interpretados (equivocadamente) como exemplos que transcendem os casos individuais.

De maneira distinta de Arendt, que constrói o conceito de esfera pública de forma estrita, sem adjetivações, Habermas, ao verificar mais que idealizar o conceito na totalidade concreta, discorre sobre várias esferas públicas: a burguesa (dominante) e a plebeia, a política e a politicamente ativa (esta última, a rigor, pode ser considerada como equivalente ao conceito arendtiano de *esfera pública*), literária,

democrática, plebiscitária, interna à organização, regulamentada, parlamentar, manipulada, helênica, refeudalizada, esfera pública da Corte, da grande família etc.

Dessa maneira, o autor de *Mudança Estrutural da Esfera Pública* deixa claro que:

- a esfera pública não é um conceito puro, absoluto, mas constituído e caracterizado historicamente;
- é possível a constituição de esferas públicas (no plural) para um mesmo momento histórico.

Evidentemente tais esferas públicas se entrelaçam e se relacionam às esferas privada e íntima (para utilizar as expressões habermasianas).

Para Habermas (1984, p. 73), a esfera privada inclui o mercado e a família, sendo esta última caracterizadora da esfera íntima. Observa-se aí uma distinção em relação à obra de Arendt publicada originalmente três anos antes da tese de livre-docência de Habermas. Vale destacar, além das distinções e correlações de nomenclatura, a estrutura de pensamento dos autores. Habermas vê a esfera da família (íntima) como integrante da esfera do mercado (esfera privada). Já Arendt vê a superação da esfera da família (esfera privada), pela esfera do mercado (esfera social). O raciocínio arendtiano procura não se desligar dos tipos da antiguidade clássica – esfera pública e esfera privada – vendo na modernidade o fortalecimento da esfera social; já Habermas não se ocupa tanto da antiguidade clássica, interessado que está em compreender as transformações da esfera pública desde a modernidade.

Podem-se estabelecer algumas correlações importantes:

- a esfera privada corresponde ao reino das necessidades e das transitoriedades (HABERMAS, 1984, p. 16), ao domínio da economia, portanto. A origem etimológica de economia – *oikos* (casa) - reforça sua afirmação como esfera privada, com o aumento da complexidade econômica a partir do mercantilismo (origem da modernidade econômica). Tal esfera deixa de ter na família seu centro, passando para o mercado, visando, ainda, interesses privados. No conceito habermasiano a esfera privada inclui a esfera íntima (família);
- a esfera pública corresponde ao reino da liberdade e das continuidades. “[...] Assim como nos limites do *oikos* a necessidade de subsistência e a manutenção do exigido à vida são escondidos com pudor, a *polis* oferece campo livre para a distinção honorífica [...]” (HABERMAS, 1984, p. 16). Esse modelo de esfera pública grega nos foi transmitido até a atualidade, como modelo ideológico, na história das idéias

ocidentais. A esfera pública se relaciona, portanto, ao domínio da cultura, em sentido amplo, como se propõe nesta tese, do cotidiano às artes.

Evidentemente trata-se de um modelo de esfera pública que, diante de cada formação socioespacial¹⁸, apresentará contradições e especificidades internas e nas relações com as demais esferas de vida.

Para Habermas, a esfera pública criada na sociedade burguesa é bastante mais complexa, uma vez que acompanha, em escala, o avanço, a organização e a sofisticação ideológica, das sociedades capitalistas. Assim, a partir do Iluminismo, vê a importância do crescente público leitor, do surgimento dos jornais e até dos cafés parisienses enquanto espaços da esfera pública, pois se prestam à discussão política. Por outro lado, compreende a formação do Estado moderno e suas instituições públicas como fundamental elemento da esfera pública das sociedades democráticas burguesas, seja diretamente, com as casas legislativas enquanto palco do debate político público, seja indiretamente, com o fortalecimento dos direitos civis, políticos e sociais graças à inclusão crescente de diferentes parcelas da sociedade ao mundo da cidadania¹⁹.

Amplia-se o número de cidadãos (leitores e eleitores) em medida similar em que se diminui o poder dos mesmos em participar das decisões político-governamentais. Não se pode esperar que os Estados-nações, constituídos a partir da Idade Moderna, devam possuir, na *ágora* grega ou no fórum romano, seu lugar privilegiado de decisões, não apenas por sua escala e decorrente complexidade, como pelo fato de que o sufrágio universal não implica a instalação de um Estado como simples mediador da luta de classes, mas como campo de expressão, vetorialmente guiado pela correlação de forças entre as diferentes classes sociais do poder político de cada grupo social. Nas sociedades capitalistas democráticas, ser cidadão é ter seus direitos civis respeitados, inclusive o direito de se alienar politicamente. Por outro lado, em tais sociedades, garante-se, também, o direito – dos que possuem capital – de explorar recursos naturais e humanos, acumulando riquezas privadamente. Esse fato, sem dúvida, ocorreu nas sociedades complexas pré-capitalistas, porém não se

¹⁸ Sobre o conceito de “formação socioespacial” cf. SANTOS, 1977, p. 81-99.

¹⁹ Trata-se de processo lento e contraditório: na Revolução Francesa a primeira voz feminina a se levantar a favor do direito do voto das mulheres foi guilhotinada. Nos Estados Unidos, primeira república moderna, garantiu-se amplo direito às diferentes práticas religiosas (dos brancos), ainda que as últimas normas de *apartheid* tenham sido abolidas somente na década de 1960.

constituía no maior valor reconhecido socialmente, como se observa com o avanço - econômico e ideológico – do capitalismo.

. Esfera pública geral e esfera pública política: uma proposição à luz da contemporaneidade

Desde a publicação da *Condição Humana* de Arendt e da *Mudança estrutural da esfera pública* de Habermas, até o momento de redação desta tese já se vai meio século. As transformações socioespaciais foram enormes:

- a aceleração científica conduzida pelos atores capitalistas hegemônicos resultou na estruturação do que Milton Santos (1994a, p. 139-145) designou como “meio técnico-científico informacional”;
- a globalização econômica e a imposição (sempre imperfeita) de padrões culturais e ideológicos dos países centrais do capitalismo para os demais vêm resultando em rearranjos geopolítico-econômicos bastante expressivos, a começar pela queda do muro de Berlim, da dissolução da União Soviética e da formação da União Europeia e demais grandes blocos econômicos no final do século XX e início do século XXI;
- a participação econômica cada vez maior de China, Índia, Brasil e Rússia no mercado global, permite que esses países reivindicuem novo papel no concerto das nações.

Não ocorreram somente transformações geopolíticas, mas também nas variadas escalas da **esfera pública política**, para usar a expressão habermasiana. O constante interesse de Habermas no trato da tríade conceitual (formada por “esfera pública”, “discurso” e “razão”), mantidos por mais de 50 anos, torna o autor referência (quase) obrigatória aos que estudam ou lançam mão do conceito de esfera pública²⁰. Curioso (e lamentável) observar que vários são os autores que se referem apenas ao trabalho de Habermas dos anos 1960, *Mudança estrutural da esfera pública*, talvez por ser a primeira edição brasileira (1984) bastante divulgada e com título evidente sobre o assunto. Com isso, atribui-se a Habermas uma visão que,

²⁰ Cf. p. ex. ABRAHÃO, 2008, p. 25-28; COSTA, 1997, p. 180-181; FARIA, 2010, p. 1-13, GOMES, p. 169-171; M. A. LEITE, 1998, p. 27-29, R. LEITE, 2004, p. 194-199 e SERPA, 2007, p. 16-17.

embora importante, melhor deveria ser chamada de “visão inicial” do autor sobre a esfera pública, ao invés de reduzi-lo somente à sua importante tese de 1962.

A seguir, discutem-se algumas importantes ideias do filósofo alemão tomando-o como referência para a compreensão e para a elaboração de proposição sobre o conceito de esfera pública, correlacionando, mas também distinguindo, esfera pública e espaço público. É nesse último ponto que este trabalho mais se afasta da terminologia e das preocupações centrais habermasianas, afinal o autor desta tese não é filósofo nem alemão, mas sim arquiteto²¹ e brasileiro, preocupado com os espaços do mundo e com o mundo dos espaços, mas a partir de uma existência e um olhar “à brasileira”. Evita-se cair nas armadilhas das “ideias fora do lugar”²², sem nenhum complexo de inferioridade colonial, tampouco se afirmando um nacionalismo xenóforo. Ver o mundo e a globalização a partir do sul pode contribuir para uma outra globalização²³. Sem dúvida, a importância do “olhar periférico”²⁴ não pode mais ser colocada em segundo plano.

Para compreender a visão habermasiana sobre a esfera pública, inclusive a contemporânea, é indubitavelmente necessária a leitura de obras fundamentais do autor, como *Teoria da ação comunicativa*²⁵ e *Direito e democracia*²⁶, respectivamente dos anos 1980 e 1990, além de livros de ensaios mais recentes sobre filosofia política²⁷.

Na década de 1980, Habermas publica sua teoria da ação comunicativa²⁸, segundo a qual a ação não é apenas ação política em sentido estrito como na proposta

²¹ Com o título de arquiteto, quer-se também denominar o paisagista e o urbanista, pois são essas as atribuições específicas no Brasil (ao menos até 2012), dos graduados em arquitetura, ou arquitetura e urbanismo (conforme a data de diplomação).

²² Cf. MARICATO, 1996, p. 30 e p. 52.

²³ Cf. SANTOS, 2000, p. 117 et seq.

²⁴ “Olhar periférico”, em alusão não apenas ao título de livro de Lucrécia Ferrara (1993, passim), mas à importância que Ferrara deu aos sujeitos de pesquisa sobre as características culturais de uma população de múltiplas raízes sociais moradora de área periférica da cidade de São Paulo.

²⁵ Para a edição em língua inglesa, cf. HABERMAS, 1987, 2v.

²⁶ Para edição brasileira, cf. HABERMAS, 2003, 2v.

²⁷ Entre eles cf.: HABERMAS, 2001, id., 2006. e id., 2007.

²⁸ A *Teoria da ação comunicativa*, publicada originalmente em 1981, resulta do esforço de Habermas na continuidade do projeto frankfurtiniano da *teoria crítica*, herdeira da razão iluminista e crítica à razão instrumental (econômica), iniciada com Horkheimer nos anos 1930 (cf. HORKHEIMER, 1975 (a), 1975 (b) e 1976); com Habermas, busca-se superar o impasse a que chegara a razão subjetiva. Em *Consciência moral e agir comunicativo*, publicado inicialmente em 1983, o autor reúne conferências e novos textos que aprofundam debates de método para a filosofia e ciências sociais, questões de ética e moral correlacionadas à teoria do agir comunicativo. No *Discurso filosófico da modernidade*, publicado originalmente em 1985, Habermas posiciona-se para o debate, defendendo a razão comunicacional como saída à filosofia do sujeito, em clara distinção às perspectivas pós-estruturalistas.

de Arendt (1991, p. 188-193), mas composta por discursos que se põem em debate visando ao entendimento mútuo entre os interlocutores, estabelecendo uma razão intersubjetiva, processual, comunicativa. Dessa maneira, Habermas (1990, p. 290) propõe uma superação ao debate entre razão subjetiva e razão objetiva: “[...] Em cada acto de fala o locutor refere-se simultaneamente a algo no mundo objectivo, num mundo social comum e no seu mundo subjetivo. [...]”.

[...] A razão centrada no sujeito encontra os seus (critérios em) padrões de verdade e sucesso que regulam as relações do sujeito que conhece e age com o mundo dos objectos possíveis ou dos estados de coisas. Quando, pelo contrário, entendemos o saber como transmitido de forma comunicacional, a racionalidade limita-se à capacidade de participantes responsáveis em interacções de se orientarem em relação a exigências de validade que assentem sobre reconhecimento intersubjectivo. A razão comunicacional encontra os seus critérios no procedimento argumentativo da liquidação directa ou indirecta de exigências de verdade proposicional, justeza normativa, veracidade subjectiva e coerência estática.
(HABERMAS, 1990, p. 291)

A razão comunicativa (libertadora) é própria do cotidiano – do “mundo da vida”²⁹, para usar a expressão habermasiana (1990, p. 291) – e se contrapõe dialeticamente à razão sistêmica (opressora) – instrumental –, dos atores económicos-hegemónicos e do Estado. Não se trata, portanto, de anulação do conflito por uma suposta idealização a partir da ideia de “entendimento mútuo”; pelo contrário, a dialética se impõe, concreta e cotidianamente, no choque entre as racionalidades comunicacionais e as sistêmicas. Tampouco existiria uma “[...] razão pura que só posteriormente tivesse vestido as roupas linguísticas. O que há é uma razão encarnada, à partida, em contextos de agir comunicativo como em estruturas do mundo de vida.” (HABERMAS, 1990, p. 297)

Em sua teoria do agir comunicacional, o filósofo defende o conteúdo racional (objetivo) de uma moral (social) baseada no respeito por todos e na responsabilidade geral de cada um pelo outro (subjetivo), princípios básicos que constituem “[...] uma perspectiva para condições de vida que rompesse a falsa alternativa entre

²⁹ A título de reflexão, compare-se a ideia habermasiana de “mundo da vida” com “espaço vivido” da tríade espacial de Lefebvre (2009, p.38-46). Ao “mundo da vida” correspondem as esferas de reprodução simbólica (HABERMAS, 1990, p. 297). O “espaço vivido” lefebvriano é o espaço das representações, das experiências; o espaço vivido através das imagens e dos símbolos. É o espaço ligado ao lado subterrâneo e clandestino da sociedade, não se sujeitando jamais à coerência dominante. Frequentemente é negligenciada pelos que representam o espaço, negligenciando assim, a prática social. É o espaço dominado.

‘comunidade’ e sociedade’[...]” (HABERMAS, 2007, p. 7). Jürgen Habermas, portanto, também se posiciona claramente contrário às teses sennettianas referentes à oposição entre comunidade e esfera pública.

A razão comunicativa é a base para a noção de razão pública³⁰. Para Habermas, a “esfera pública” é o espaço do trato comunicativo de uns com os outros, “[...] *la tríada conceptual de esfera pública, discurso y razón ha dominado mi trabajo científico y mi vida política* [...]” (HABERMAS, 2006, 20). Dessa maneira, Habermas lê, na contemporaneidade, em sua pluralidade democrática, novos estágios e riscos para a “esfera pública”, como as novas dimensões políticas que se estabelecem na União Europeia, criando uma “esfera pública europeia”, para além dos Estados-nações, porém gerando, por outro lado, dialeticamente, um agravamento das questões étnico-nacionais no velho continente.

Outra questão que inspira a reflexão contemporânea de Habermas (2006, p. 129-130) sobre a “esfera pública” é a relação entre Estado laico, democrático e pluralista e as perspectivas do naturalismo e da religião, em que o autor vê, na coexistência quase sempre pacífica de diferentes visões de mundo (garantida pelo Estado de direito), um exercício da razão pública dos diferentes grupos sociais. Para o filósofo, a norma jurídica, ditada de cima para baixo, não é suficiente para explicar essa relação pacífica entre, por exemplo, ateus, protestantes e católicos na América do Norte, existindo, de fato, o entendimento racional público da noção de alteridade, como uma verdade intersubjetiva entre os referidos grupos sociais, ainda que processual e falível.

Bem verdade que, após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, a repressão à representação (pública) muçulmana na Europa é crescente e polêmica, vide a proibição de uso dos véus muçulmanos em escolas francesas, o fortalecimento dos partidos de extrema direita que pregam severas restrições à imigração africana na França, Itália e Áustria, os atentados na Noruega de 2011 contrários à presença muçulmana naquele país, entre outros eventos de forte repercussão pública e midiática. Tais fatos, que, de maneira alguma podem ser interpretados isoladamente, revelam as contradições e conflitos que têm na esfera pública seu lugar por excelência de manifestação, discussão e estabelecimento do movimento dialético entre dissenso e consenso, entre conflito e acordo.

³⁰ Cf. HABERMAS, 2007, cap. 2. Reconciliação por meio do uso público da razão. E ROCHLITZ, 2005, p. 7-26.

Nesse sentido, embora se aceite, em parte, a crítica à Habermas por sua teoria da ação comunicativa privilegiar o consenso, é necessário lembrar que a razão comunicativa, entre sujeitos, se estabelece processualmente no embate discursivo, na discussão, sendo que, tanto sua duração como sua validade, possuem tempo equivalente ao tempo do referido consenso. Assim como o consenso não se constitui um dominante, o mesmo se deve dizer do dissenso, ambos são fundamentais para a história, inclusive a história do cotidiano, são pares dialéticos do processo social.

Em *Direito e Democracia*, diferentemente da “*Teoria*” de 1981, Habermas não mais compreende o direito somente como oposição à razão comunicativa, mas pode ser ferramenta da esfera pública. Dessa maneira, o direito apresenta caráter ambivalente, na medida em que se presta, também, como instrumentalização política e econômica. A forma do direito torna-se necessária, segundo Habermas (2003, v.1, p. 129-133), para compensar os déficits que surgem com o declínio da moral social tradicional. A moral autônoma, sustentada unicamente por justificações racionais, conforme propunha a teoria da ação comunicativa, não garante julgamentos escrupulosos. Para o Habermas da década de 1990, o direito pode ser arma para os cidadãos fazerem valer seus interesses legítimos no caso de confrontos (desiguais) com o capital ou com o Estado.

Habermas (2003, v. 2, p. 116) continua sua crítica ao Estado, tendo claro que o núcleo do poder político não absorve de maneira direta os fluxos comunicacionais gerados pela sociedade, cabendo aí importante papel para uma “esfera pública periférica” (redes de comunicação não institucionais) que, por insistência em suas manifestações, pode levar seus temas ao núcleo do sistema político, superando visões estabelecidas e conservadoras. Tal processo se observa em diversas situações contemporâneas no ocidente, por vezes pactuados entre partidos e demais agremiações políticas quando excessivamente institucionalizadas e aparelhadas pelo Estado (sindicatos, representações estudantis etc.).

Para a contemporaneidade, a visão habermasiana para a questão da “esfera pública” é, sem dúvida, mais ampla e menos pessimista que a de Arendt ou Sennett, sem, contudo, deixar de ser crítica. A consideração do cotidiano, desde a *Teoria da Ação Comunicativa*, possibilita inferir relações entre as esferas do cotidiano e a pública, permitindo avançar para além de certo “purismo nostálgico” presente na

noção de “esfera pública” arendtiana³¹. Não se trata de negar a contribuição original e fundamental de Hannah Arendt, mas de buscar uma teoria mais adequada à compreensão do presente, sem perder o valor de sua perspectiva crítica.

Para Habermas, as novas mídias de informação e de telecomunicação são também integrantes da “esfera pública”, sendo, evidentemente, aquelas mais abertas, como a internet, as mais adequadas ao discurso público (debate político). Na maior parte das vezes, no entanto, essas mídias de tanta eficiência técnica para difusão de informações, não têm seu uso voltado para o debate público-político *stricto sensu*, motivo pelo qual Habermas (2006, p. 19) distingue:

[...] dos tipos de esfera pública. Em nuestra sociedad de los médios, la esfera pública sirve como espacio de autorepresentación para aquellos que alcanzan notoriedad. Visibilidad o popularidad es el objetivo propio de la escena pública. Las estrellas pagan por este tipo de presencia en los mass media el precio de una confusión de su vida privada y su vida pública. Un objetivo diferente tiene la participación en las controversias políticas, científicas o literarias. En este caso el público lo conforma no un espacio de espectadores y oyentes, sino el espacio de hablantes y receptores, en el que se rebaten unos a otros. Se trata de un intercambio de razones, no de una convergencia de miradas [...] No necesitan hablar de sí mismos. Esfera pública y esfera privada no se mezclan, sino que entran en una relación de complementaridad.

Em *Entre naturalismo y religión* Habermas (2006, p. 29) apresenta importante distinção entre dois tipos de esfera pública, uma de caráter geral, por vezes denominada pelo autor de “espaço público” e outra, de caráter específico, a qual denomina “esfera pública política”, ou “espaço público político”. A primeira envolve as questões de representação, desde o indivíduo (espaço de autorrepresentação) até a visibilidade pública dos grupos sociais das mais diversas naturezas (gênero, comunidades, classes sociais etc.). A segunda é colocada por Habermas, desde *Mudança estrutural da esfera pública* (1962), com sentido próximo a que Arendt atribuiu a seu conceito de “esfera pública”, ou seja, da ação (política). Para Habermas (2006, p. 28-29), a esfera pública política se constitui nas ações atinentes ao debate político, filosófico, científico e artístico.

³¹ A valorização do cotidiano, evidentemente, não está presente apenas na obra de Habermas, mas também na filosofia de Michel Foucault (1999) e de Agnes Heller (1996), na geografia de Milton Santos (1996), na antropologia de Michel de Certeau (1996) ou de Pierre Bourdier (1999), apenas para citar alguns importantes autores em diversas áreas.

Nesta tese adota-se a expressão **esfera pública política** com o mesmo sentido utilizado por Habermas (1984 e 2006). Propõe-se, por outro lado, denominar **esfera pública geral** a toda a vida “em público”, incluindo, portanto, o debate público (político e intelectual), a ação comunicativa, inclusive cotidiana, e qualquer outra ação que se compartilhe “em público”, seja no espaço real, seja no virtual. Não se trata, desse modo, de uma relação de oposição entre esfera pública política (esfera pública em sentido estrito) e esfera pública geral. A esfera pública geral inclui a esfera pública política, não apenas como um conjunto que contém outro conjunto, mas sistêmica e dialeticamente, de sorte que o que ocorre numa esfera modifica a outra e vice-versa, em movimento dialético entre todo (esfera pública geral) e parte (esfera pública política).

Assim como, já nos anos 1960, Habermas propôs ampliar, para a sociedade moderna, o conceito de esfera privada, incluindo o mercado e afirmando ser a esfera íntima apenas parte, ainda que central, da esfera privada, de maneira análoga propõe-se, nesta tese, ampliar, para a sociedade contemporânea, o conceito de esfera pública, denominando-a de **esfera pública geral**, incluindo toda a “vida em público” e afirmando ser a esfera pública política apenas parte, ainda que central, da esfera pública geral.

Há que se observar e reconhecer qualidades na vida “em público” mesmo nas ações cotidianas não intencionalmente políticas, seja um passeio familiar num parque público aos fins de semana, o andar pela cidade após uma jornada de trabalho, o encontro de jovens de uma “tribo urbana” específica num cemitério paulistano ou portenho, o convívio público num botequim carioca, numa padaria paulistana ou num café parisiense. O convívio público, voluntário ou involuntário, possui um grau de civilidade que, em harmonia ou em conflito, já se constitui parte da vida pública, integrante da esfera pública geral. A vida em público é já um importante elemento para a consciência da alteridade, base potencial para a ação (política) arendtiana, ou comunicativa habermasiana. Nesse sentido, a esfera pública política – **esfera pública *stricto sensu*** - seria como a ponta de um iceberg, cuja totalidade inclui compreender toda a vida em público, a esfera pública geral - **esfera pública *lato sensu***.

Vale dizer que a comunicação em público não se reduz à linguagem verbal. A maneira de se vestir e de se apresentar em público, de usar e se apropriar dos territórios urbanos, as práticas espaciais “em público” específicas de cada grupo

social, são formas de comunicação não verbal, constituindo-se, portanto, em parte da esfera pública geral.

Importa reiterar que a esfera pública contemporânea, seja ela em sentido estrito ou amplo (política ou geral), não possui como suporte apenas os espaços físicos ditos públicos, visto que os novos meios midiáticos e telecomunicacionais permitem a publicação de eventos e ações em tempo real, e não são todos, ou de todo, controlados pelos agentes hegemônicos. A docilidade técnica contemporânea³² permite aos homens e aos grupos sociais novas formas de comunicação e representação (muitas inclusive apenas se iniciando neste novo século), reinventando-as.

Não se trata de um meio destruindo outro, as telecomunicações e redes informacionais não anulam a importância do espaço concreto, o virtual não substitui o real; pelo contrário, novas e interessantes relações sociais, inclusive da esfera pública política contemporânea, vêm demonstrar que ambas se potencializam. Um evento num espaço público se transmite pela internet a partir de um pequeno telefone celular ou por câmera digital interna a um *tablet*, por exemplo, dando a ele uma dimensão pública que pode alcançar o planeta em tempo real. Manifestações públicas no espaço real são organizadas com grande suporte comunicacional via internet com frequência cada vez maior, sejam protestos públicos do porte dos ocorridos na Primavera Árabe, que contribuíram fortemente para deposição de antigos ditadores em vários países, sejam manifestações internacionais de gênero, sejam, em escala local, manifestações pelos motivos mais diversos: contra a derrubada de uma árvore em praça de bairro de elite, contra este ou aquele prefeito mais ou menos corrupto etc.

³² Cf. SANTOS, 1996, p. 144 e SANTOS, 2000, 163-165.



Figura 3. Marcha das Vadias no Distrito de Barão Geraldo, Campinas-SP, movimento internacional - SlutWalk - iniciado no Canadá, contra a violência à mulher. Foto: Rodrigo Zanoto, 2011.

. Da pertinência dos conceitos de esfera pública para o Brasil

A fragilidade da esfera de vida pública no Brasil tem razões históricas, relacionadas à formação socioespacial do país. A esfera pública no país sempre esteve mais associada às elites, como, aliás, estiveram relacionadas aos interesses das elites grande parte das ações de nossas instituições e das médias e grandes empresas. Mesmo assim, busca-se demonstrar a relevância da esfera pública para o movimento da sociedade brasileira, notadamente na contemporaneidade.

Segundo Avritzer e Costa (2004, p. 717-718), vários autores demonstram que todos os desenvolvimentos históricos (supostos) necessários para a transição para a modernidade (reforma religiosa, ideologia liberal-universalista, revoluções burguesas etc.) teriam faltado na América Latina. Nossa modernidade se deu, portanto, tardiamente e de maneira específica, hibridizando reminiscências de formas culturais tradicionais diante do acelerado processo de urbanização verificado no século XX (ainda em curso em vários países da América Latina) e dos valores do individualismo e do “desejo de ser moderno” dos “públicos educados”. Em tal processo não se verificou aqui, como na Europa, a formação de uma esfera pública burguesa; tal classe se consolidou somente no século XX e não realizou, no Brasil, revolução

alguma, pelo contrário, se alinhou a interesses dominantes anteriores, até porque era, em boa medida, derivada das elites agrárias³³.

Desde o período da colonização portuguesa, a formação socioespacial brasileira sempre se caracterizou por uma forte divisão de classes: as elites e as classes trabalhadoras, as primeiras possuidoras não apenas de direitos, mas de privilégios decorrentes de seu engendramento com a formação do Estado. Os escravos eram mercadoria, os trabalhadores livres eram, via de regra, totalmente subalternos aos senhores, despossuídos de direitos, que recebiam, quando muito, favores dos senhores, devendo-lhes lealdade semisservil, conforme já demonstrara, na década de 1950, Raymundo Faoro (1998, passim), em seu célebre *Os donos do poder*.

Com a urbanização, esse quadro vai aos poucos se alterando, ainda que se mantivesse a cultura do apadrinhamento, da não reivindicação de direitos, mas sim de privilégios (para a elite) e de favores (para as camadas populares). Os governos, até o final do século XX, sempre estiveram voltados para o interesse das elites e dos grandes capitais, fossem eles ingleses, norte-americanos, europeus, asiáticos, ou mesmo brasileiros.

A despeito das transformações econômicas, políticas e culturais, decorrentes da acelerada urbanização brasileira ocorrida no século XX, mantiveram-se, conforme Maria Angela Leite (1998, p. 33):

[...] os pressupostos que embasavam a visão de mundo emergente do processo de colonização: o constante avanço sobre o patrimônio público, decorrente da crença no direito à posse privada da terra; o desrespeito sistemático às formas culturais de organização social e de integração com o ambiente, derivado da visão da população como força de trabalho a serviço do território; e o ataque impiedoso ao patrimônio natural, decorrente da convicção de que é possível destruir e reconstruir uma sociedade segundo um projeto prévio. Esses pressupostos se concretizaram graças à regulamentação e à fiscalização promovidas pela burguesia brasileira do uso da esfera pública.

No início do século XXI, com o aumento real do salário mínimo e as políticas sociais de transferência de renda aos mais pobres (entendidas pela maioria da população como “mais um favor”), inicia-se um lento processo de diminuição da enorme desigualdade social. Desde 2010, a maior parcela da população brasileira é

³³ Ignácio Rangel demonstrou como, no país, os grupos sociais economicamente mais dinâmicos foram, em cada período, aliando-se aos grupos dominantes pré-existentes. Cf. RANGEL, 1981, p. 5-34.

dita de renda média, ainda que média baixa, situação muito diferente das duas décadas finais do século XX, quando o salário mínimo oscilou entre U\$80,00 e U\$ 115,00³⁴.

Os governos petistas³⁵ do início do século XXI não deixaram de lado o interesse dos grandes capitais privados (nacionais ou estrangeiros): para os banqueiros mantiveram-se altas as taxas de juro, que permitem lucros crescentes e bilionários aos maiores bancos; para as grandes empresas, empréstimos a juros baixos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, subsidiados pelo Tesouro Nacional, leia-se toda a nação.

Finalmente, a partir de 2003, o governo federal implementou políticas de ampliação do mercado consumidor brasileiro, medida realizada nos Estados Unidos na primeira metade do século XIX e, no Japão, na segunda metade do mesmo século. Tais políticas deverão permitir um ciclo de crescimento econômico mais longo, baseado na expansão do mercado interno. Parte das elites brasileiras começa a ver o povo brasileiro não apenas como mão de obra barata e inculta que se presta apenas à exploração extensiva, mas também como mercado consumidor, o que, contudo, é ainda muito distinto da ideia de cidadania³⁶. Segundo Maria Angela Leite (1988, p. 33), o padrão civilizacional brasileiro “[...] jamais esteve apoiado, e nem poderia, sobre a defesa implacável dos direitos dos cidadãos, porque a cidadania é uma conquista coletiva e não uma reivindicação de grupos isolados [...]”

A sociedade brasileira contemporânea torna-se mais complexa, com profissionais liberais e altos dirigentes administrativos aproximando-se, em padrão de consumo, às elites, fortalecendo-se os estratos de renda média, diminuindo os bolsões de miséria extrema (embora ainda significativos) e fazendo surgir novos atores sociais que emergem do contexto da democratização: movimentos sociais, associações de vizinhança, ONGs, redes sociais digitais etc. Culturalmente, porém, ainda há um grande fosso que separa a elite (ligeiramente ampliada) da grande

³⁴ Valores nominais, disponíveis no *website* GUIA TRABALHISTA. Equivalência para dólares do período utilizando conversor do *website* BANCO CENTRAL DO BRASIL.

³⁵ Denominamos aqui “governos petistas”, os governos federais nos quais foram eleitos os candidatos do Partido dos Trabalhadores (Luís Inácio Lula da Silva – dois mandatos - e Dilma Rousseff, até o momento de redação desta tese em seu segundo ano de governo). Evidentemente não se trata apenas de “governos petistas”, na medida em que são governos de coalizões partidárias, ainda assim foi do Partido dos Trabalhadores, de seus presidentes da república e de suas respectivas equipes econômicas que emanaram as principais diretrizes dos ditos governos.

³⁶ SANTOS (1993, p. 40-42) discorre sobre o “consumidor mais-que-perfeito” em oposição à noção de cidadania.

maioria da população brasileira, de tal sorte que não há nenhuma identificação do primeiro estrato com o segundo. O estranhamento entre elite e camadas de menor renda dá margem a que se chame de “povo” somente o segundo estrato. A elite, apartada das práticas populares, não se identifica enquanto “povo brasileiro”, que é entendido, inclusive por parte das elites intelectuais, como composto, apenas, pela maioria da população pouco ou mal letrada e, cada vez mais, agora, integrante do estrato de renda média. O “povo” ainda não foi reconhecido com dignidade pela elite e isso, sem dúvida, reflete-se na esfera pública brasileira e nas práticas políticas no país. Falta ainda muito a ser trilhado para que o “povo” seja visto pelas elites e por ele mesmo como conjunto de cidadãos, para que as elites se sintam parte do povo brasileiro e para que todos – integrantes da elite ou não - busquem mais direitos do que privilégios ou favores.

Nesse contexto, é necessário reconhecer a existência no país de duas esferas públicas:

- uma **esfera pública “oficial”**, reconhecida pelo Estado e pelas grandes corporações de mídias. Seus principais integrantes são as elites econômicas e os estratos de renda média de maior nível de instrução. Essa esfera apresenta, portanto, caráter ideológico predominantemente burguês, organizando-se em sindicatos patronais, institutos de profissionais liberais (OAB, IAB, AMB, IE etc.³⁷), ONGs, associações de bairros de elite, de “amigos de parques” etc., e integrando as cúpulas dirigentes dos principais partidos do país³⁸. São os chamados “formadores de opinião”, tidos como detentores da opinião pública; seu poder de influência lhes permite reconhecimento na “sociedade brasileira”; dessa forma, sua voz e sua autorrepresentação são mais bem transmitidas pelos meios de comunicação de massa;

- **esfera pública popular** – seus integrantes são, sobretudo, os pobres ou “quase pobres”³⁹, constituindo, portanto, a maior parte da população brasileira. Geralmente

³⁷ OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil, AMB – Associação Médica Brasileira, IE – Instituto de Engenharia.

³⁸ Grandes partidos, de certa forma originados na esquerda – PT, PSB, PPS –, apresentam em suas cúpulas dirigentes tanto membros originários dos movimentos populares e dos sindicatos de trabalhadores, como intelectuais de esquerda, oriundos, com maior frequência, dos estratos de renda alta e média-alta.

³⁹ Denominam-se “quase pobres” a população de estrato de renda médio-baixo que, a despeito de tal situação econômica, sem dúvida em ascensão, ainda apresenta nível de escolaridade precário, seja porque seu tempo de escolaridade é menor, ou porque a qualidade, via de regra, da escola que frequenta (do ensino fundamental público ao ensino superior privado) é considerada “fraca”, assim como também seu habitat urbano (casa, bairro, periferia) costuma ser precário. Tais condições diminuem sua acessibilidade aos bens culturais da elite (museus, bibliotecas, universidades, teatros,

possuem baixa escolaridade, organizando-se em movimentos sociais (MST, MTST, MAB, MPL⁴⁰ etc.), associações de bairro, grupos culturais periféricos⁴¹ etc. Constituem a base de grandes partidos de centro e esquerda do Brasil e a base dos sindicatos de trabalhadores. Sua opinião e suas ações raras vezes são corretamente divulgadas pelas grandes empresas de comunicação. Com exceção dos maiores movimentos sociais, de abrangência nacional, na maioria das vezes constituem-se em estruturas locais e fragmentadas, bastante presentes na esfera do cotidiano popular, mas ainda “invisíveis” enquanto esfera pública para a grande mídia, para as elites e os estratos de renda média.

As relações diretas entre essas duas esferas públicas no domínio da esfera pública política são episódicas; sua maior interface se realiza no âmbito mais geral da vida em público, na esfera pública geral, ainda que haja crescente separação dos espaços frequentados pelos estratos de renda mais alta e pelas camadas populares, sobretudo nas metrópoles.

A dificuldade da esfera pública “oficial” em incorporar os temas de interesse popular não deve servir como argumento para desqualificá-la, pelo contrário, deve-se reconhecer tal fragilidade, suas causas e relações estruturais com o movimento da sociedade e suas instâncias, no intuito de abrir “espaço” para que se coloquem na agenda do debate público os assuntos relevantes a todas as camadas sociais. Não se trata de um processo de homogeneização da esfera e opinião públicas, dado que os interesses dos diferentes grupos sociais são diversos, por vezes antagônicos. As diferenças de posição devem, ao menos, iniciar por seu reconhecimento e respeito e, sobretudo, devem ser postas em debate, visto ser essa a razão de existência da esfera pública política. Uma esfera pública assim estabelecida, sem dúvida, poderá contribuir para o desenvolvimento da cidadania e, por conseguinte, do país.

[...] a existência ou a inexistência de uma esfera pública politicamente atuante tem papel fundamental na construção de uma cultura democrática e na constituição de mecanismos de fiscalização pública que inibissem o clientelismo e o particularismo. (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 720).

salas de concerto etc.) e a seus equipamentos sociais (escolas, hospitais etc.). As práticas sociais e culturais dessa nova majoritária parcela da população brasileira as aproximam dos pobres, mais do que dos estratos de renda superior, ao menos até a primeira década do século XXI.

⁴⁰ MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra ; MTST – Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Teto; MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens e MPL – Movimento Passe Livre.

⁴¹ Sobre cultura periférica, em particular sobre relações entre cultura popular e cultura de massas cf.. SANTOS (1996, p. 258-262) e SERPA (2007, p. 142-144).

. Espaços públicos e espacialidades da esfera pública: propriedades e apropriações

Nas áreas da filosofia política, sociologia e ciência política, é comum a utilização da expressão “espaço público” como sinônimo de “esfera pública”. No entanto, infelizmente, ainda são minoritários os autores que trabalham com conceito forte de espaço, considerando-o como instância social e não apenas como suporte dos processos sociais. Mesmo entre os autores que atentam para a dimensão espacial nos processos sociais, muitos consideram a tradição da filosofia política e reconhecem a noção de esfera pública como uma das acepções de “espaço público”.

Para Rogério Leite (2004, p. 199), por exemplo, há três noções distintas, mas intercomunicáveis para a expressão “espaço público”:

- espaço urbano aberto, de propriedade pública do Estado;
- espaço-signo das relações entre representações e poder que estruturam paisagens urbanas;
- esfera pública, na qual os indivíduos como cidadãos engajados politicamente podem ver e ser vistos e se deparam com formas de solidariedade social.

É fundamental distinguir “esfera pública” de “espaço público”, pois:

- o conceito de espaço é basilar para os que estudam e propõem intervenções sobre o espaço – do *design* de objetos ao planejamento territorial – e, portanto, não podem, ou não deveriam, prescindir de uma conceituação rigorosa sobre o assunto, evitando polissemias que pouco contribuem para o diálogo interdisciplinar, menos ainda para propostas que almejem a multidisciplinaridade ou a transdisciplinaridade que, sem dúvida, o espaço humano, em sua complexidade, comporta;
- como não há sociedade fora do espaço, ele não poderia deixar de ser considerado de maneira rigorosa para os estudos dos processos sociais que sempre se espacializam, sendo, portanto, processos socioespaciais.

A conceituação realizada pela geografia para o espaço humano é contribuição valiosa para o diálogo entre as ciências sociais e entre estas e a arquitetura em seu sentido amplo (arquitetura, urbanismo e paisagismo). Como não é objetivo desta tese discorrer longamente sobre o assunto⁴², adotam-se, aqui as principais proposições da

⁴² Cf. QUEIROGA, 2002, Cap. 1 e passim.

geografia nova (crítica) de Milton Santos. Vale destacar, por enquanto, as seguintes posições teóricas e de método miltonianas:

- o espaço é uma instância da sociedade, da mesma forma que o são a economia e a cultura e ideologia (SANTOS, 1996 [1978], p. 141-148), participando, portanto, da dialética social, o que significa dizer que o movimento dialético da sociedade não se realiza *no* espaço, mas sim de uma dialética *com* o espaço;
- o espaço é um híbrido, um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações (SANTOS, 1996, p. 50-52), de fixos e fluxos. Um objeto “isolado” é uma abstração, não possui existência concreta, bem como não faz sentido “isolar” uma ação. Dessa maneira, a compreensão do espaço só é possível por meio do entendimento dialético das relações entre todo e parte, entre totalização e totalidade. Pode-se, portanto, afirmar a existência da dialética do espaço;
- o espaço possui valor ativo na dialética espacial, apresentando simultaneamente componente inercial – as rugosidades espaciais (a materialidade, os objetos) – e componente dinâmico – as espacializações das ações;
- são elementos do espaço: os homens, as firmas (produtoras de bens), as instituições (produtoras de normas), o meio ecológico e as infraestruturas (trabalho humano geografizado) (SANTOS, 1985, p. 6-8). Os três primeiros são os agentes espaciais, os dois últimos se constituem nas rugosidades espaciais, na medida em que suas transformações são mais lentas, via de regra, que a dos agentes. Os elementos espaciais são interatuantes e se relacionam sistemicamente entre si (um afeta o outro e vice-versa);
- são categorias analíticas do espaço: forma, função, estrutura e processo (SANTOS, 1985, p. 49-58), sendo este último *o dominante* e não a estrutura (SANTOS, 1985, p. 58). As formas espaciais constituem forma-conteúdo na medida em que a sociedade, por meio do seu sistema de ações lhes atribui, dinamicamente, seu significado. A análise integrada entre essas quatro categorias espaciais evita reducionismos formais, funcionais ou estruturais que impedem a compreensão do espaço em movimento enquanto totalidade.

Compreendendo-se o espaço à maneira miltoniana, não há como confundir “espaço” com “esfera de vida”, pois são conceitos de natureza distinta: o primeiro é uma instância social híbrida entre materialidade e ação; o segundo é campo de relações sociais do mundo vivido, desde a vida familiar (esfera íntima habermasiana) à pública política (esfera pública arendtiana).

Ao se adjetivar o espaço (público, privado, livre, edificado, urbano, agrícola etc.), tendo clara sua natureza híbrida, impõe-se considerar sempre materialidade e ação. Dessa maneira, não se pode resumir a questão do espaço público à questão fundiária, deixando de lado suas apropriações, bem como não se pode atentar apenas para as ações, esquecendo sua materialidade.

Chamamos de ‘públicos’ certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um – assim falamos de locais públicos ou de casas públicas. Mas já falar de ‘prédios públicos’ não significa apenas que todos têm acesso a eles; eles nem sequer precisam estar liberados à freqüentação pública; eles simplesmente abrigam instituições do Estado e, como tais, são públicos. O Estado é o ‘poder público’. Ele deve o atributo de ser público à sua tarefa de promover o bem público, o bem comum a todos os cidadãos [...] (HABERMAS, 1984, p. 14).

Um espaço de propriedade pública – por exemplo, uma rua num loteamento fechado ilegalmente ou numa favela - pode apresentar apropriações públicas ou não, num intervalo de tempo ou noutra. Dessa forma, seria difícil denominá-la ora de pública ora de privada, se considerássemos como critério apenas a questão da apropriação pública ou privada. Também dizer que, diante da complexidade das situações contemporâneas, tais categorias – público e privado – não mais se aplicariam, estando ultrapassadas, parece pouco contribuir para:

- a compreensão da contemporaneidade;
- medidas práticas fundamentais na área do urbanismo e do planejamento urbano, tais como na elaboração de políticas públicas sobre os espaços de propriedade pública ou no estabelecimento de legislação sobre o parcelamento do solo;
- o fortalecimento da esfera pública política.

Sem dúvida, importa denominar de **espaços públicos** todos os bens de uso comum do povo, ainda que possam ser indevidamente apropriados de forma restrita por este ou aquele grupo social; caso contrário se estaria abdicando do retorno ao público de tais espaços indevidamente apropriados, fragilizando, desnecessariamente, a *res-publica*.

Nesse sentido, propõe-se denominar “espaço público” todo aquele de propriedade pública⁴³, podendo se prestar, ou não, à esfera pública, seja ela estrita –

⁴³ Discussão sobre a propriedade pública e suas distintas naturezas segundo o *Código Civil* brasileiro é feita no Capítulo 2 desta tese. Aqui cabe dizer que, segundo a referida lei, as propriedades públicas podem ser das seguintes naturezas:

esfera pública política –, ou ampliada – esfera pública geral. Não se abre mão em designar como espaço público uma série de espaços de propriedade pública que interessa assim serem caracterizados e chamados – espaços públicos –, salvaguardando sua natureza pública (de todos), ainda que não sejam necessariamente espaços da esfera pública. As reservas biológicas ou as estações ecológicas, por exemplo, são unidades de conservação de proteção integral altamente restritiva à presença humana⁴⁴, por conseguinte inapropriadas para receberem, em si, sistemas de ações da esfera pública política; ainda assim, são espaços de grande interesse público, na medida em que preservam patrimônios ecológicos de alto valor ambiental.

É preciso reconhecer a natureza específica de cada bem público, evitando fragilizar movimentos sociais legítimos e permitindo identificar com clareza responsabilidades por sua qualificação, manutenção e zelo. Deve-se propiciar maior clareza sobre o direito de todos e de cada um sobre os bens de uso comum do povo e sobre os bens de uso especial, respeitando-se suas finalidades específicas, sem deixar de questionar e superar eventuais programas rígidos ou anacrônicos. De maneira análoga, compreender a natureza dos bens dominicais pode contribuir para se exigir dos poderes públicos maior transparência sobre a gestão desse patrimônio público.

Não se trata de visão meramente civilista, dado que denominar de espaço público somente os bens de propriedade pública não significa reduzir, somente a eles, a leitura sobre os espaços das ações atinentes à esfera pública, assim como compreender o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC - não significa restringir a luta ambiental a partir da legislação em vigor. É preciso conhecer a realidade, inclusive legal, para agir - se apropriar, criticar e transformar.

Por outro lado, as práticas espaciais da esfera pública, denominadas **espacialidades da esfera pública** (QUEIROGA, 2006, p. 131-141), ainda que majoritariamente se deem nos espaços livres públicos, sobretudo nos bens de uso comum do povo, podem se realizar em diferentes espaços: livres ou edificados, públicos ou privados. A esfera pública geral, ou mesmo a esfera pública política, se

- bens de uso comum do povo – ruas, praças, parques urbanos, praias etc.;

- bens de uso especial – escolas, hospitais, teatros, penitenciárias, cemitérios etc.;

- bens de uso dominicais ou dominiciais, os próprios dos diferentes entes públicos passíveis de alienação.

⁴⁴ Cf. Lei Federal nº 9985 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC - (BRASIL, 2000, p. 8-9).

efetiva, portanto, em um amplo sistema de espaços, com maior ou menor intensidade neste ou naquele lugar.

Em tese de doutorado (QUEIROGA, 2001, p. 238-246) desenvolveu-se o conceito de **pracialidade**⁴⁵. Tratou-se de reconhecer que as ações que outrora caracterizavam as praças públicas – convívio, encontro e manifestações públicas –, lugares por excelência da esfera pública geral e da esfera pública política (segundo os conceitos do presente trabalho), não mais se estabeleciam com exclusividade neste espaço livre público. As ações típicas da praça verificam-se nos mais diversos espaços em função dos diferentes contextos urbanos que assim lhes propiciam ocorrer. Por exemplo:

- manifestações políticas em avenidas simbolicamente importantes de cidades médias e grandes;
- campinhos de futebol em periferias, sobretudo aos finais de semana, em função do tempo livre das classes trabalhadoras, transformam-se em ricos locais de convívio e encontro público;
- certas praias urbanas, frequentemente lindeiras a bairros de elite, diante de sua visibilidade pública e alto poder imagético, se prestam não somente para o lazer e convívio cotidianos, como também para protestos públicos ocasionais.



Figura 4. Protesto da Polícia Militar na Praia de Copacabana. Foto: Thiago Velloso, 2008.

Figura 5. Assembleia geral dos estudantes da USP no Salão Nobre da Faculdade de Direito. Fonte: Ocupa USP Contra a Repressão, 2011.

Assim como há pracialidades que se estabelecem em diferentes locais, também existem logradouros públicos denominados como praças que, porém, não

⁴⁵ De maneira mais sintética cf. QUEIROGA, 2003a, p. 137-144, correlacionando a noção de pracialidade com *design* popular cf. QUEIROGA, 2003b, p. 1-9.

apresentam ações da esfera pública capazes de caracterizá-las como tal. É o caso, entre outros, de espaços livres residuais resultantes da implantação de avenidas, de espaços públicos apenas vegetados em bairros de renda alta e baixa densidade habitacional, rotatórias, dentre outros.

Observa-se, portanto, que a praça enquanto tipo de espaço público voltado à vida pública é função não somente de suas características físicas, como do contexto urbano que pode, ou não, potencializar seu uso público. A praça é índice do lugar (QUEIROGA, 2001, p. 185-186).

Pode-se derivar o raciocínio acima para outros tipos de espaços livres públicos, a partir das principais práticas espaciais da esfera pública que os caracterizam e verificar se tais práticas acontecem em outros espaços físicos. Amplia-se, dessa maneira o olhar sobre os espaços para além de sua materialidade e classificação tipológica tradicional. Importa reconhecer as apropriações espaciais realizadas pela população tanto quanto o desempenho do sistema de objetos que suportam (in)determinadas ações da esfera pública.

Um exemplo: o parque público se caracteriza como espaço livre voltado, em essência, para a fruição da paisagem através do passear, a despeito de inúmeros outros usos programáticos que possam aparecer e desaparecer ao longo dos anos. Essa condição pode se realizar em outros espaços livres, ou sistema de espaços livres, não se resumindo, necessariamente, a espaços de propriedade pública. Podem-se caracterizar tais situações como **parquealidades**. É o caso, por exemplo, das estradas-parque implantadas em diversos países, ou do *Parco Agricolo Sud*, situado ao sul de Milão, onde o passeio se realiza em vias (públicas) e se apreciam paisagens essencialmente formadas por propriedades agrícolas (privadas)⁴⁶. As praias, via de regra, também se prestam como importantes espaços de fruição da paisagem, convidando ao passeio, à imaginação.

⁴⁶ Sobre parques contemporâneos que ultrapassam o tipo tradicional de parque urbano, envolvendo propriedades públicas e privadas de maneira sistêmica, cf. QUEIROZ, 2010, Capítulo 5.



Figura 6. Estrada vicinal no *Parco Agricolo Sud Milano*. Foto: Paolo Motta, 2012.

Com olhar mais amplo sobre as relações entre sistemas de objetos e sistemas de ações que caracterizam os espaços de apropriação pública, abrem-se possibilidades para a proposição de outros arranjos e sistemas espaciais que possam desempenhar o papel de tipos tradicionais de espaços públicos (parques, praças, ruas etc.) de modo bastante satisfatório, bem como propiciar novas formas de convívio na esfera pública geral, ultrapassando os tipos tradicionais de espaços livres públicos

As diversas espacialidades da esfera pública se estabelecem em diferentes momentos e frequências (cotidianas, sazonais, eventuais), de maneira mais espontânea ou programada, nos mesmos lugares ou estrategicamente itinerantes. Manifestam-se, por vezes, em redes espaciais, e essas, por seu turno, podem ser diacrônicas ou sincrônicas. Algumas práticas espaciais da esfera pública política são cada vez mais planejadas empregando-se meios telemáticos para mobilização prévia e para maior difusão dos eventos. Dessa maneira, a flexibilidade, a variabilidade e a complexidade das espacialidades da vida pública são crescentes. Equivocado pensar que apenas as formas tradicionais de espaços livres devem dar suporte à esfera pública contemporânea.

As *ágoras* e *fóruns* podem, na contemporaneidade, se instalar em lugares bastante imprevisíveis para tal até bem pouco tempo atrás. Seja um evento cultural da

esfera pública popular num sistema orgânico de lajes de uma favela carioca⁴⁷, seja a ocupação de laboratórios de grandes empresas estrangeiras por movimentos de trabalhadores rurais, seja, como evento da esfera pública geral, um simples passeio de automóvel dentro do estacionamento de um grande *shopping center*, formam-se, lentamente, no intuito de ver e ser visto, novos *footings* de “semicidadãos”.



Figura 7. Lajes da rocinha em dia de *show*. Fonte: Klintowitz, 2008.

Nesta proposta conceitual, desvinculando-se a obrigatoriedade de relacionar biunivocamente espaço público e esfera pública, amplia-se o escopo de análise da esfera pública contemporânea; pode-se apreendê-la onde e quando vier a se manifestar: seja numa festa religiosa que toma as ruas e praças de uma cidade, seja no convívio público em “praça corporativa” de empreendimento privado, seja em campo de futebol de periferia situado em terreno particular.

⁴⁷ Sobre o uso público das lajes na Favela da Rocinha, Rio de Janeiro, cf. KLINTOWITZ, 2008, p. 170-194.



Figura 8. Praça corporativa no Itaim, São Paulo – SP. Espaço privado de acesso público. Foto: Acervo QUAPÁ, 2006.

Em resumo, propõe-se considerar:

- como espaço público aqueles de propriedade pública, podendo ou não abrigar ações da esfera pública;
- espacialidades da esfera pública como as práticas espaciais da vida em público, da esfera pública (geral ou estrita). São as apropriações públicas dos espaços, independentemente de se realizarem em propriedades públicas ou privadas.

Esse sistema propositivo pretende contribuir para com o debate sobre o tema do espaço e da esfera públicos, entre ciências sociais, arquitetura, paisagismo, urbanismo e demais disciplinas voltadas à proposição espacial. Não se trata de buscar o consenso, mas o diálogo. Também não se procura simplificar o tema, pois, como ensinou Milton Santos, é preciso reconhecer na realidade concreta o impuro, o misturado, o híbrido. O esforço das epistemologias das ciências ocidentais, desde o Iluminismo, em elaborar conceitos puros e absolutos, levou a reduções da realidade, dificultando sua compreensão (SANTOS, 1996, p. 81-82). Não se trata de perder o rigor, mas evitar a rigidez.



Figura. 9. Vista parcial do sistema de espaços livres da metrópole de Vitória. Foto: Marcos London, 2008.

Capítulo 2

SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES

Este capítulo apresenta construção teórica sobre sistemas de espaços livres a partir do confronto entre referenciais teóricos e da reflexão sobre realidades urbanas brasileiras. Sem dúvida a proposição teórica mais ampla aqui elaborada não se presta apenas para a realidade brasileira contemporânea, podendo ser generalizada.

Para além do campo de definições estanques, rígidas e simplificadoras da realidade, buscou-se discutir a noção de sistema, aproximando a dialética espacial miltonina ao pensamento complexo moriniano. Com isso, há condições para afirmar a existência, em qualquer cidade, de um sistema de espaços livres, desde que se compreenda os espaços livres na acepção mais ampla, conforme enunciou Magnoli em sua tese de livre-docência (MAGNOLI, 1982, p. 42-55). A existência de tal sistema não significa dizer ser ele é adequado ou não. Não se pode reduzir a discussão sobre sistemas de espaços livres aos sistemas de áreas verdes, ainda que tal prática seja comum em países capitalistas do hemisfério norte. O sul tem a contribuir sobre o assunto.

A partir do terceiro item deste capítulo, serão abordadas as dimensões públicas dos espaços livres urbanos brasileiros. Evidenciam-se relações entre sistemas de espaços livres, esfera pública e possibilidades de intervenções propositivas que considerem criticamente a realidade brasileira e a potencialidade de espaços e agentes sociais envolvidos em sua produção e apropriação por uma superação do quadro normativo e dos processos de gestão pouco atentos à efetiva participação popular.

. A noção de sistema: aproximações entre a dialética miltoniana e o pensamento complexo moriniano

O conceito de sistema é frequentemente pouco considerado no país por cientistas sociais, inclusive no campo do planejamento urbano e regional entendido enquanto ciência social aplicada, sejam os dialéticos materialistas, sejam os pós-estruturalistas⁴⁸. Os primeiros costumam ver com maus olhos qualquer tentativa de diálogo entre as ciências naturais e sociais, como se tais iniciativas estivessem reduzidas aos neopositivistas. Os segundos, contundentes críticos da valorização da estrutura, não se aproximam das perspectivas sistêmicas, em que, sem dúvida, as noções de estrutura e organização são importantes.

A *Teoria geral dos sistemas*, do biólogo Bertalanffy (1975), teve papel importante em várias áreas, da administração de empresas à geografia física, passando, evidentemente, pela biologia. Por outro lado, para a geografia humana, a inadequação de tal teoria levou muitos geógrafos a uma aversão à noção de sistema. Sem dúvida, o positivismo e o neopositivismo receberam pertinentes críticas, ao buscarem transpor métodos das ciências naturais para as sociais, mas não é disso, por exemplo, que a proposta de método de Morin (2008) pretende realizar ao tratar a questão das complexidades que ocorrem desde o mundo físico ao psíquico e social, a partir de uma visão sistêmica.

Entende-se possível e desejável uma aproximação entre a visão miltoniana, notadamente fundamentada na dialética materialista, e a moriniana, de natureza sistêmica, para o estudo e para a proposição dos espaços de interesse ao urbanismo, paisagismo e planejamento urbano e regional. Uma abordagem dialética e sistêmica do espaço permite, às ciências sociais aplicadas voltadas à proposição espacial, não apenas compreender melhor o território e suas paisagens, tanto na escala regional como na local, bem como elaborar políticas, planos, programas e projetos que deem conta simultaneamente da natureza sistêmica do espaço e dos sistemas de

⁴⁸ No Brasil, os Encontros Nacionais da ANPUR – ENANPURs - são prova disso; mesmo nos trabalhos sobre questões ambientais (urbanas e regionais) praticamente não se verifica o emprego da noção de sistema como contribuição ao método. Cf., p. ex., ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2009 e id., 2011. Entre as exceções, vale citar PÁDUA; MATALLO JUNIOR (Orgs.), 2008.

(sub)espaços. Para tanto, é necessário um olhar rigoroso, uma perspectiva despida de preconceitos epistemológicos e da cômoda situação de filiação a esta ou àquela corrente de pensamento científico mais prestigiada em dado momento.

Um primeiro paralelo entre Milton Santos e Edgar Morin pode se observar na importância que ambos dão à questão da totalidade, também denominada “emergência” por Morin.

O todo é mais do que a soma das partes, o todo sem as partes não é todo, a parte sem o todo não é parte. Essas são afirmações de que certamente “todos” já ouviram falar. Elas deixam clara a existência de interações entre todo e parte, mas não dão conta de como se dão tais relações. Para alcançar a verdade, é necessário reconhecer o movimento simultâneo entre o todo e as partes através do processo de totalização.

É a realidade do todo o que buscamos apreender. Mas a totalidade é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer. O todo é algo que está sempre buscando renovar-se. Para se tornar, de novo, um outro todo [...] Pensar a totalidade, sem pensar a sua cisão é como se a esvaziássemos de movimento (SANTOS, 1996, p. 94-95).

Para Milton Santos (1996, p. 96), fundamentado no Sartre de *Questões de Método* (1973, p. 115-197), a totalidade está sempre em movimento, num processo de totalização. Toda totalidade é incompleta, está sempre buscando totalizar-se. Na análise espacial, a totalidade produzida é a configuração territorial, e a totalização que está se fazendo é o espaço, sempre presente.

A totalidade é simultaneamente o real-abstrato (uno) e o real-concreto (particularidades), que passa a existir através das formas sociais, inclusive a configuração espacial. A cada momento de sua evolução, a totalidade sofre uma metamorfose, transformando-se, de novo, em real-abstrato, segundo Milton Santos (1996, p. 98).

Tem-se, portanto, a precedência do processo histórico. A cada nova totalização, transformam-se os indivíduos e dão-se às velhas configurações novos conteúdos.

Se o ser é a existência em potência, segundo Sartre, e a existência é o ser em ato, a sociedade seria assim o Ser e o espaço a Existência. É o espaço que, ao final, permite à sociedade global realizar-se como fenômeno. [...] O processo de totalização conduz da velha à nova totalidade e constitui a base de conhecimento de ambas (SANTOS, 1996, p. 96).

Morin (2008, p. 136), em sua célebre obra *O método*, afirma que o sistema possui:

- organização;
- unidade global – o “todo”;
- emergência – qualidades e propriedades novas emergindo da organização e da unidade global.

Para Morin, a noção de emergência pode ser equivalente à de totalidade na visão sartreana ou miltoniana, sendo a emergência um traço próprio ao todo. A emergência é a qualidade do novo em relação ao todo e aos componentes do sistema. Ela possui a virtude do “acontecimento”, surgindo de maneira descontínua, uma vez que o sistema já se apresenta constituído (MORIN, 2008, p. 136 e 139). Evidencia-se claro paralelo entre o processo totalidade-totalização exposto por Sartre e Santos e a noção de todo e emergência em Morin.

Morin, segundo Pádua (2008, p. 23-24), afirma a importância de pensadores matemáticos, termodinâmicos, biofísicos e da contribuição da filosofia e sociologia marxista para as características transdisciplinares e dialéticas do pensamento da complexidade. Tal pensamento evita o reducionismo mutilante e o holismo global e vazio, propondo ligar as partes à totalidade.

Reducionista ou holística (globalista), a explicação, num ou noutro caso, procura simplificar o problema da unidade complexa. Uma reduz a explicação do todo às propriedades das partes concebidas em isolamento. A outra reduz as propriedades das partes às propriedades do todo, concebido igualmente em isolamento. Essas duas explicações que se rejeitam mutuamente dependem de um mesmo paradigma (MORIN, 2008, p. 158).

O pensamento complexo deve ser capaz de contextualizar e globalizar, pondo em relação os conhecimentos compartimentalizados de natureza disciplinar, ao mesmo tempo em que reconhece singularidades, individualidades, o concreto.

Para Morin (2008, p. 156-157), o conceito de sistema exprime ao mesmo tempo unidade, multiplicidade, totalidade, diversidade, organização e complexidade. Um sistema é um objeto complexo, suficientemente aberto, pois estabelece relações com outros sistemas, e suficientemente fechado, caso contrário não se constituiria como tal. Um sistema implica não somente a relação de seus elementos, mas tais relações constituem organização e estrutura relativamente estáveis, que caracterizam o objeto complexo (o todo sistêmico). A organização, por sua vez, contém dialeticamente as relações que definem o sistema e que o transformam, alterando sua

estrutura, possibilitando sua permanência e contendo a possibilidade concreta de sua dissolução. Seu circuito explicativo envolve a compreensão não linear: elementos – inter-relações – organização – todo.

Na concepção moriniana, vai-se muito além da noção de sistema comumente empregada nas ciências naturais, entre outras na ecologia.

Um sistema é sempre um “sistema de sistemas”, o que permite categorizá-los, segundo Morin (2008, p. 175), como:

- sistema, para todo sistema que manifeste autonomia e emergência com relação ao que lhe é exterior;
- subsistema, para todo sistema que manifeste subordinação em relação a um sistema no qual ele é integrado como parte;
- suprassistema, para todo sistema que controla outros sistemas, mas sem integrá-los entre si;
- ecossistema, para o conjunto sistêmico cujas inter-relações e interações constituem o ambiente de um sistema que aí está englobado;
- metassistema, para o sistema resultante das inter-relações mutuamente transformadoras e englobantes de dois sistemas anteriormente independentes.

Assim, para Morin, o homem é um ser bioantropopsicossócio-histórico (PÁDUA, 2008, p.42).

Dessa forma, a visão moriniana não exclui a dialética social, assim como a geografia crítica miltoniana não exclui a noção de sistema, pelo contrário, como comprova, entre outros, seu conceito de espaço constituído pela indissociabilidade entre um sistema de objetos e um sistema de ações⁴⁹. A aproximação de ambas as teorias permite constituir novas bases tanto para a compreensão dialética e sistêmica do espaço como para a compreensão e proposição de sistemas de espaços.

· Sistemas de espaços livres - SELs

Miranda Magnoli, em sua tese de livre-docência (1982, cap. 2), busca afirmar o “espaço livre” como o objeto do paisagismo, indo além do jardim, do projeto com vegetação e da cidade. Nesse sentido, define *espaço livre* como espaço livre de edificações, ou livre de urbanização. Dessa forma, ruas, praças, parques, quintais,

⁴⁹ Em *A natureza do espaço*, SANTOS (1996, p.77, passim), discorre também sobre sistemas de práticas, sistemas técnicos, geografia das redes, a rede e as dialéticas do espaço etc., deixando clara a compatibilidade entre dialética e sistema.

recuos laterais, pátios descobertos, terrenos baldios, praias, lagoas, rios, campos, florestas, áreas cultivadas etc., enfim, todos os espaços abertos não abrigados por coberturas edificadas, se constituem espaços livres e são, ou deveriam ser, objeto do paisagismo⁵⁰.

A atuação do paisagista proposta por Magnoli (do lote à região) é base para, ao menos, uma questão de método fundamental: a interescalaridade. Para Miranda Magnoli, qualquer que seja a escala do objeto específico tratado pelo paisagista, é necessário compreendê-lo à luz das relações entre as escalas. Sem o entendimento das interações escalares, relações dialéticas lugar-mundo, diria Milton Santos (1996, p. 251-252), não se compreende o espaço livre em questão, fragilizando propostas que se venham a realizar sobre ele. Em artigo mais recente, Magnoli (2006, p. 166) afirma:

As interdependências e complementaridades são atributos que voltam a se fazer notar em todas as escalas; é o contexto e a trama que interagem, em circularidade dinâmica na escala do entorno do local, da comunidade, do bairro, dos setores, das cidades, das regiões urbanizadas. As intervenções que se produzem são inscritas (por formas) no espaço; pontuais, agem por reconfigurações plurais, na media em que reafirmam fluxos, conexões entre lugares; criam-se dinâmicas socioeconômicas, sujeitas à reciprocidade e à sinergia que valoriza as diversidades [...].

Considerando, portanto, as definições e conceitos sobre espaço (SANTOS, 1996), sistema (MORIN, 2008) e espaço livre (MAGNOLI, 1982 e 2006) até aqui discutidas, pode-se afirmar que o sistema de espaços livres (SEL) independentemente do recorte escalar – um bairro, uma cidade, uma metrópole, uma região – será composto por **todos** os espaços livres do referido recorte. Isso ocorre, pois, direta ou indiretamente, todos os espaços livres de um determinado recorte espacial – subespaço - estabelecem relações entre si, na medida em que se constituem enquanto uma totalidade integrante do sistema de objetos e do sistema de ações do referido

⁵⁰ Magnoli propõe a formação de arquitetos capazes de lidar com a paisagem, com o ambiente e com os espaços livres de maneira a associar a profundidade do projeto de espaços livres com a abrangência da leitura crítica sobre os ambientes urbanos e regionais do Brasil. Seus esforços acadêmicos pioneiros resultaram, entre outros, na estruturação da primeira área de concentração de pós-graduação em Paisagem e Ambiente do Brasil e na formação de inúmeros docentes que buscam levar suas ideias adiante nas cinco regiões do país. Sobre o assunto, vale conferir, entre outros, BARTALINI, 2006, p. 135-140; LEITE, 2006, p. 65-72; LIMA, 2006, p. 73-80; MACEDO, 2006, p. 43-54; SANTOS, 2006, p. 107-112 e TANGARI, 2006, p. 107-112.

subespaço (da escala de vizinhança à escala regional, ou mesmo de escalas territoriais mais amplas).

As relações entre os espaços livres se estruturam e organizam o SEL de maneira dinâmica e processual, transformando o sistema e o valor de cada elemento a cada movimento da sociedade. São os sistemas de ações que conferem valor social aos atributos físico-espaciais. Por outro lado, a materialidade de cada elemento e do sistema de espaços livres como um todo participa, limitando ou potencializando, a ocorrência de ações, caracterizando-as espacialmente e especificando os lugares em que incidem as ações. Mais do que os espaços livres em si (elementos abstratos se isolados), quem confere a natureza sistêmica a um “conjunto” de espaços livres são suas relações concretas, a dinâmica de suas interações. O SEL, como qualquer outro sistema espacial é, por natureza, complexo e está sempre em movimento; sua estabilidade, num dado período de tempo, é dada pelas relações estruturais que o organizam enquanto sistema. Quando ocorrem alterações suficientemente fortes para alterar sua estrutura, muda-se sua organização e suas características.

Desse modo, compreende-se como sistema de espaços livres urbanos os elementos e as relações que organizam e estruturam o conjunto de todos os espaços livres de um determinado recorte urbano – da escala intraurbana à metropolitana⁵¹. Como um sistema aberto, o SEL urbano se relaciona ao SEL regional, e assim sucessivamente, participando de um sistema de sistemas, que se redefinem reciprocamente.

O SEL urbano contém todos os espaços livres existentes num determinado recorte escalar, independentemente de sua dimensão, de sua localização, qualificação estética, funcional e propriedade, sejam elas públicas ou privadas. A noção de SEL implica necessariamente relações de natureza funcional e socioambiental, tendo em vista que fisicamente nem todos os espaços livres estão conectados entre si.

Os espaços livres públicos apresentam, via de regra, maior conexão física, a começar pelos espaços livres que integram o sistema viário, que também apresenta forte papel conector dos demais espaços livres, ligando praças, parques etc. Mesmo o sistema viário, enquanto subsistema de espaços livres, pode sofrer alguma

⁵¹ A distinção fundamental entre conjunto e sistema é que os elementos do primeiro guardam certos atributos em comum. Enquanto no sistema se estabelecem, necessariamente, relações entre seus elementos ou entre seus atributos, a ocorrência de alteração em qualquer elemento ou atributo implica alteração no sistema e nos atributos de seus elementos, sendo que tal alteração será dita estrutural se promover alteração na organização do sistema. A noção de conjunto não implica dinâmica, a de sistema, sim.

descontinuidade – quando um túnel é construído, por exemplo – porém, tal descontinuidade de espaços livres nada significa em termos de funcionamento do sistema (viário). A conexão física é apenas uma das inúmeras formas de relações entre os espaços livres. A contribuição ambiental dos espaços permeáveis e vegetados de uma cidade, por exemplo, se constitui importante serviço ambiental urbano, mesmo que não estejam conectados fisicamente.

Ainda que não haja conexão física entre dois ou mais espaços livres, isso não impede que haja interação entre eles. Por exemplo, no caso de um pátio privado de uma escola privada com rua que dá acesso a ela, mas com o edifício escolar se interpondo entre eles, ainda assim tais espaços se relacionam, no mínimo por:

- complementaridade funcional, pois a rua permite a chegada dos alunos, professores e funcionários e, portanto, viabiliza aquela localização escolar; o pátio acolhe atividades diversas, recreativas, de convivência e sociabilização, entre outras. De uma maneira ou de outra, tanto a rua quanto o pátio participam do cotidiano daquela comunidade escolar;
- haver participação na organização dos espaços urbanos e suas respectivas lógicas – pública e privada – de apropriação;
- haver contribuição para o desempenho ambiental urbano, porque dotados (ou não) de vegetação (mais ou menos) significativa, participam, cada espaço à sua maneira, de forma positiva ou negativa, em maior ou menor escala, na drenagem e microclima urbanos.

Tem-se, portanto, que toda cidade possui um SEL, na medida em que, no mínimo, qualquer cidade apresenta um sistema viário, mesmo que não haja nenhum espaço livre com vegetação (como nas pequenas cidades medievais europeias ou nas medinas das cidades árabes do mediterrâneo). A produção de tal sistema ocorre *pari passu* à produção da cidade, envolvendo ações do poder público e iniciativa privada. O SEL urbano está, portanto, em constante processo de transformação e adequação às novas demandas da sociedade segundo a correlação de forças que se estabelece e se transforma, entre os agentes - empresas, instituições e grupos sociais - que produzem e se apropriam diferentemente dos espaços urbanos, inclusive do SEL.

Assim, o SEL urbano é básico na existência da cidade, pois:

- é fundamental ao desempenho da vida cotidiana e da economia urbana;

- é fundamental na constituição da paisagem urbana, dado que é um subsistema da forma urbana⁵², integrando, portanto a imagem da cidade, sua história e memórias;
- participa da constituição da esfera de vida pública (geral e política) e da esfera de vida privada.



Figura 10. A parca existência de espaços públicos vegetados em Siena não retira a qualidade do seu sistema de espaços livres. Foto: Jonas Queiroga, 2011.

O conceito de SEL defendido nesta tese não se reduz nem se confunde com a noção de sistema de áreas verdes, mais comumente empregado no Brasil e, sobretudo, nos países de cultura anglo-saxônica, onde a valorização dos espaços vegetados vem de longa data, desde a revolução industrial, como resposta à consequente degradação do ambiente urbano.

Como desde o século XIX houve esforços para a criação de sistemas de áreas verdes mais conectados⁵³ e com o avanço das ideias da ecologia da paisagem⁵⁴ para o meio urbano, vem ganhando força a noção de que só as áreas verdes conectadas entre si ou, no mínimo, aquelas conectadas por vias densamente arborizadas constituiriam sistemas. A valorização dessas “conexões verdes”, por vezes reduzidas à simples

⁵² A forma urbana é constituída pela inter-relação entre o sistema de espaços livres e o sistema de espaços edificados sobre o suporte físico.

⁵³ Vide Alphand em Paris, ou Olmsted, primeiro em Búfalo City, mas de maneira mais contundente em Boston.

⁵⁴ Cf., p. ex. FORMAN; GODRON, 1986.

arborização de calçadas, se torna elemento focal perseguido para a qualificação do ambiente urbano, pautando uma série de trabalhos acadêmicos, planos e projetos municipais cuja base teórica é questionável para o meio urbano. Sem dúvida, efetivos corredores ecológicos são elementos que podem contribuir para a qualidade de vida urbana, mas não são os únicos a serem estimulados quando se deseja qualificar os SELs de uma cidade. Questões como sistemas de mobilidade de menor impacto na paisagem e no ambiente, bem como a criação de espaços adequados para a circulação de pedestres e para o convívio público devem pautar, também, as análises e as propostas de qualificação de SELs urbanos.

Sob o ponto de vista desta tese, o sistema de áreas verdes contém todas as áreas verdes presentes no meio urbano e em seu entorno, independentemente de serem ou não conectadas fisicamente, pois, a rigor, tais áreas estabelecem relações diante da totalidade ambiental e funcional da cidade, portanto, diante da teoria moriniana, constitui-se um sistema.

Vale lembrar também o pioneiro trabalho de Miranda Magnoli e Rosa Kliass, nos anos 1960, quando elaboraram Plano de Áreas Verdes⁵⁵ para o município de São Paulo, no qual a questão central era o provimento de espaços livres para lazer da população. Naquela oportunidade, a proposta estabelecia claro sistema de parques com base em relações de hierarquia escalar, sem nenhuma necessidade de conexão física “verde” entre eles. As autoras definiram, com base em bibliografia internacional, raios máximos de atendimento, índices de frequência dos grupos etários e áreas de parques necessárias por usuário para os diferentes grupos etários. Consideraram dados demográficos (densidade, percentagens dos grupos etários e níveis sociais), acessibilidade viária e custos de desapropriação (evitando a indicação de imóveis ocupados ou inseridos em loteamentos) para a localização e distribuição dos futuros parques. Assim, o sistema propunha: parques de vizinhança, parques de bairro, parques setoriais, parques metropolitanos e espaços livres especiais.

A definição de área verde não é consensual, variando entre autores e nas legislações municipais, o que dificulta a comparação dos índices divulgados. Nos anos 1960, considerava-se “área verde” o espaço público com significativa cobertura vegetal voltado para a atividade de recreação. Com o avanço da discussão e da

⁵⁵ Em número especial da Revista *Paisagem e Ambiente*, há reprodução de texto mimeografado, extraído do relatório que originou o Plano de Áreas Verdes de São Paulo [1969]. Cf. KLIASS, MAGNOLI, 2006, p. 245-256.

valorização das questões ambientais, incluíram-se como áreas verdes os espaços públicos voltados à conservação ambiental. Atualmente, com o interesse de conservação ambiental incidindo também sobre propriedades privadas, é adequado considerar como área verde todas as áreas significativamente vegetadas sobre solo permeável de propriedade pública, além daquelas de propriedade privada, quando sobre elas incide algum instrumento legal de proteção ambiental. Tal proposição permite valorizar a dimensão do interesse público sobre a proteção ambiental incidente, também, sobre imóveis privados.

Entretanto, por mais que sejam importantes as áreas verdes urbanas e por mais que se amplie seu conceito, não se pode reduzir o SEL ao sistema de áreas verdes, pois tal redução deixa de lado características fundamentais do espaço urbano, como a complexidade e a diversidade das formas de apropriação e apreensão social do espaço. Da mesma forma, é necessário também reconhecer a importância da pertinente ausência de vegetação em determinados espaços livres onde nem sempre é recomendado o emprego de vegetação. Uma praça seca constituída historicamente no período colonial, por exemplo, se vier a receber intensa vegetação e arborização, certamente sofrerá impactos severos em sua constituição, descaracterizando-se.

É evidente o papel fundamental da vegetação nas cidades, tanto como contribuição para a drenagem urbana, como na criação de microclimas mais amenos, particularmente nas faixas tropicais, na mitigação da poluição do ar e das águas, no seu papel de abrigo à fauna, no potencial de conservação da biodiversidade e, não por último, como fator de embelezamento urbano. Mas também se compreende a importância dos espaços não vegetados para inúmeras práticas de relevância cultural: das feiras às festas populares, das manifestações políticas à valorização de determinadas paisagens e patrimônios históricos e culturais.

Questiona-se o “modelo único” e hegemônico, advindo de conceitos modernistas europeus ou do modelo suburbano estadunidense de espaços livres, verdes e contínuos. Propõe-se, em contraposição, ideia mais abrangente de SEL, que extrapola limitações físicas de conexão e de distância. Não há tipo único ou ideal de sistema, cada cidade possui características específicas de tecido urbano em função de sua formação histórica, características socioeconômicas do presente e do relacionamento com seu suporte biofísico.

O sistema de áreas verdes se constitui em subsistema do SEL, assim como o são o sistema viário e o sistema de espaços livres públicos, ou qualquer outro sistema

de espaços livres específicos de um determinado recorte espacial intraurbano, municipal, metropolitano ou regional (como o sistema de unidades de conservação ambiental, sistema hidrográfico, sistema de áreas de preservação permanente etc.).

Falta, via de regra, compreensão da natureza sistêmica dos espaços livres urbanos. Observa-se, com frequência, forte separação no planejamento e gestão dos seus subsistemas, tais como o sistema viário e o sistema de áreas verdes. Os planos e as ações na área de transporte pouco atentam para a qualidade dos espaços viários enquanto espaços de convívio público, ou para o potencial papel na mitigação de enchentes, por exemplo; bem como os ainda raros planos de sistemas de áreas verdes pouco consideram as propriedades particulares fortemente vegetadas.

É bem verdade que cresce a valorização dos espaços vegetados na cidade, não apenas em espaços livres, mas também sobre espaços edificados – caso dos tetos verdes, por exemplo. Melhor será superar a noção de sistema de áreas verdes e considerar, de forma mais abrangente, o **sistema de espaços vegetados**, no qual se propõe incluir, por definição, todos os espaços vegetados de um determinado recorte espacial, seja sobre solo permeável ou não – incluindo arborização urbana, lajes ajardinadas, tetos e paredes verdes etc. –, seja em propriedades públicas ou privadas.

Dessa maneira, propõe-se planejar e agir de forma sistêmica (relacional), envolvendo o sistema de espaços livres e o sistema de espaços vegetados, já que ambos apresentam vários espaços em comum, do mesmo modo como há diversos que não fazem parte de um ou do outro sistema, embora todos os seus elementos participem da maior (ou menor) qualificação do espaço humano.



Figura 11. Vias marginais ao poluídíssimo Rio Pinheiros em São Paulo, espaços livres de usos exclusivos, segregados, mal se relacionam – fruto de interesses – privados e públicos – voltados para o capital. Foto: Silvio Macedo, 2012.



Figuras 12. Espaços públicos – edificados e livres - junto ao Rio Spree em Berlim. A qualidade arquitetônica e urbanística não se conceberia sem efetivo saneamento e controle ambiental. Foto do autor, 2010.

Dimensões públicas dos SELs brasileiros

A estrutura fundiária condiciona a produção do espaço urbano, por conseguinte potencializa ou dificulta o processo de produção de sistemas de espaços livres públicos e de conjuntos de espaços livres privados mais íntegros ou fragmentados; tais sistemas e conjuntos constituem-se parte integrante do SEL urbano. No país, exceção maior é o plano piloto de Brasília, onde todo o solo urbano é público, ainda que as apropriações urbanas para além do risco inicial de Lúcio Costa no Distrito Federal venham se aproximando da cidade brasileira convencional, onde o lote privado se constitui a principal unidade fundiária destinada às edificações.

Importa, nesta tese, refletir sobre as dimensões públicas do espaço, “reconhecê-las onde estiverem”; portanto, não se reduz a questão aos espaços de

propriedade pública, dado que, se assim o fizesse, não se estaria de acordo com os conceitos fundamentais discutidos e propostos até aqui:

- o conceito de esfera pública geral e suas relações com a esfera pública política habermasiana;
- o conceito de espaço de Milton Santos e sua contribuição à teoria social crítica;
- o conceito moriniano de sistema e sua proposição de pensamento complexo;
- o conceito de espaço livre de Miranda Magnoli e sua contribuição ao campo do paisagismo.

No que tange ao tema deste item – dimensões públicas dos SELs urbanos brasileiros – é necessário começar pelo óbvio – o sistema de espaços livres públicos – mas não tão óbvio quando se confronta o rigor e a precisão da lei diante da realidade, sempre mais complexa e contraditória. Em seguida, avança-se na discussão sobre papéis públicos desempenhados pelo conjunto de espaços livres privados, buscando deixar claro que não se pode reduzir as políticas públicas sobre sistemas de espaços livres somente ao subsistema de espaços livres públicos. Há que se reconhecer criticamente a existência da “privatização” de espaços públicos, o que não significa aceitar tais situações. É preciso, também, observar, compreender, refletir e propor diretrizes referentes à publicização de espaços livres em propriedades privadas onde isto for pertinente.

.. Sistemas de espaços livres públicos

Os espaços livres públicos se constituem em elemento estruturador do processo de produção das cidades, a começar fundamentalmente pelos traçados viários, mas continuando, como diferencial locacional, na indução seletiva de usos e ocupações no entorno de praças, parques e avenidas.

O sistema viário é responsável pela circulação cotidiana de pessoas e mercadorias, integrando sistemas de transportes que, evidentemente, podem incluir outros modais – ferroviário, hidroviário, aeroviário etc – também realizados, em boa parte, sobre espaços livres – trilhos em superfície, corpos d’água, pistas de pouso etc. As vias públicas constituem a principal base de suporte para os elementos capilares das redes de infraestrutura urbana, conduzindo esgotos, *bytes* etc.

Nos espaços públicos se estabelecem os principais eventos da vida pública, das manifestações políticas às grandes festas religiosas, ocupando ruas, praças, praias, rios e orlas marinhas urbanas.

As principais unidades de conservação ambiental encontradas junto às grandes e médias cidades brasileiras são espaços públicos (parques nacionais, estaduais e parques naturais municipais), assim como, nas áreas urbanas, as Áreas de Preservação Permanentes – APPs – de maior dimensão são, em sua maioria, propriedades públicas: parques (fluviais) lineares, orlas urbanas junto a grandes rios e mesmo as margens de cursos d'água indevidamente ocupadas por avenidas de fundo de vale se constituem em espaços livres públicos.

Os sistemas de espaços livres públicos possuem alto grau de conexão física, permitindo desempenhar funções relacionadas aos fluxos de pessoas, mercadorias, águas, energia, informações e comunicações. A partir das contribuições advindas da ecologia da paisagem, os fluxos gênicos realizados nos sistemas de espaços ricamente vegetados, conectados fisicamente, também têm sido valorizados por seu papel na conservação de fragmentos florestais (FORMAN; GODRON, 1984, p.121-155).

No país, a presença de fragmentos florestais e de outras formações fitogeográficas nas imediações e mesmo internamente às médias e grandes cidades, é situação ainda bastante encontrada. Nessas circunstâncias, o papel ecológico de determinados espaços livres urbanos é potencialmente importante, podendo propiciar a conservação de tais fragmentos e mesmo de enriquecê-los geneticamente, através de corredores ecológicos entre fragmentos e matrizes ecossistêmicas.

O papel ambiental dos espaços livres públicos não se resume à conservação ecológica. A drenagem pluvial e os microclimas urbanos podem se beneficiar de soluções mais adequadas nos sistemas de espaços livres, onde permeabilidade do solo e cobertura arbórea pertinente permitem a criação de paisagens com melhor desempenho ambiental⁵⁶.

⁵⁶ Essa questão dominou, por exemplo, o 46th IFLA World Congress (2009), cuja chamada era: “*Green Infrastructure: High Performance Landscape*”.



Figura 13. São Luís, como muitas cidades brasileiras, apresenta forte presença de fragmentos de vegetação nativa. Foto: Silvio Macedo, data 2009.

A dificuldade das gestões públicas municipais no controle da ocupação das propriedades privadas, sobretudo nos lotes e glebas ocupados por edificações horizontais, independentemente de seu uso (residencial, comercial, serviços, industrial ou mesmo institucional) é regra geral na maioria das cidades médias e grandes do Brasil. Isso impõe aos espaços públicos uma maior importância perante o sistema de espaços livres urbano, tanto na potencialização da esfera pública, quando na prestação de serviços ambientais.



Figura 14. Parque Carlos Alberto Souza em Sorocaba. Inicialmente concebido como infraestrutura de drenagem, diante da apropriação da população para caminhadas, recebeu tratamento para uso público e levou a prefeitura a realizar importante política de implantação de sistema de parques e ciclovias por toda a cidade. Foto: Silvio Macedo, 2008.

O sistema de espaços livres públicos apresenta maior associação à vida urbana, à esfera pública e à imagem da cidade, constituindo locais de conflitos e acordos, de permanência e circulação, da biodiversidade e, mais importante, da sociodiversidade. Embora públicos, por sua natureza fundiária, tais espaços podem apresentar diferentes características legais no que tange a seu uso, o que, quase sempre, não é de conhecimento da população, inclusive universitária.

A natureza fundiária dos espaços urbanos se constitui em elemento fundamental para a compreensão de seu processo de produção e apropriação. Mais do que assumir uma posição legalista, importa discutir o sistema de espaços públicos diante do que determina a legislação vigente, cotejando-a com a realidade concreta dos territórios, lugares e suas apropriações.

Ao contrário do senso comum, os espaços livres públicos não são sempre voltados à vida pública, nem sequer apresentam, em sua totalidade, acesso ao público em geral. Segundo o *Código Civil* (BRASIL, 2002, Art. 98) os bens públicos são todos os bens, móveis ou imóveis, pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno (a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as autarquias e demais entidades de caráter público criadas por lei). Pelo artigo 99 do referido código (BRASIL, 2002), as propriedades públicas se classificam em bens:

- de uso comum do povo;
- de uso especial;
- dominicais.

Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial não podem ser alienáveis, ao menos enquanto conservarem sua qualificação, na forma que a lei determinar⁵⁷. Nenhum bem público está sujeito a usucapião⁵⁸.

... Os bens de uso comum do povo

Os bens de uso comum do povo se constituem, grosso modo, em espaços livres públicos, tais como os rios, mares, estradas, ruas, praças e parques urbanos, podendo ser usados sem qualquer autorização comunitária ou igualitária. O uso

⁵⁷ BRASIL, 2002, Art. 100.

⁵⁸ Ibid., Art. 102.

comum de tais bens pode ser gratuito ou retribuído, conforme estabelecido pela entidade a cuja administração pertencerem. Nesse sentido, lamentavelmente, enfraquece-se o direito constitucional de ir e vir, na medida em que se dificulta a circulação da população mais pobre em estradas fortemente pedagiadas.

Os espaços livres urbanos classificados como bens de uso comum do povo são, sem dúvida, o lócus mais evidente da esfera pública geral e política, pois são espaços fundamentais do cotidiano urbano, das pessoas, associações, empresas e instituições. São, portanto, lugares de maior acessibilidade pública (se bem que, na prática não falem exceções a essa regra) e, portanto, de maior visibilidade pública direta, favorecendo, mas não determinando, sua apropriação para as mais diversas manifestações públicas: festas religiosas e populares, comícios, passeatas, paradas militares, paradas gays, comemorações esportivas etc. Os espaços livres públicos, enquanto bens de uso comum do povo, são condição de existência da cidade, estabelecendo relação de identidade com ela, a decadência ou a excelência da vida cidadina está intimamente relacionada à (des)qualificação do seu sistema de espaços livres de uso comum do povo.

.... O sistema viário

No Brasil, os sistemas viários urbanos se constituem, geralmente, na maior parcela de espaços livres públicos urbanos construídos. Somente os sistemas de espaços livres de conservação ambiental, superam, eventualmente, a área dos sistemas viários, mas, até o presente, tais sistemas se caracterizam, sobretudo, pela presença prévia à ocupação urbana (matas, mangues, dunas, grandes rios entre pequenas cidades, lagos etc.), não sendo, portanto, construídos pelo homem. Quanto a este último caso, são poucas as exceções no país, como a Floresta da Tijuca no Rio de Janeiro, reconstituída por ordem imperial com o intuito de conservar os recursos hídricos, fundamentais, à época, para o abastecimento da cidade.

Via de regra, desde 1979, as legislações incidentes nos municípios referentes ao parcelamento do solo no país exigem que 35% da área da gleba sejam destinados às áreas públicas, sendo que 20% ou mais acabam por se constituir em espaços do

sistema viário, restando aos “espaços livres de uso público”⁵⁹ (praças, parques e congêneres) parcelas em torno dos 10% da área da gleba⁶⁰. Esses percentuais dão suficiente parâmetro para observar quão expressiva é a área dos sistemas viários dentro do sistema de espaços livres públicos, sobretudo considerando-se que, anteriormente à legislação federal sobre o assunto (Lei nº 6.766/79), os percentuais médios dos espaços livres de convívio e lazer raramente chegavam aos referidos 10%, excetuados alguns empreendimentos voltados para as classes mais altas.

Por conta de sua natureza, o sistema viário se constitui em um subsistema de espaços livres fortemente conectado tanto internamente (do contrário sua função principal – circulação – ficaria totalmente prejudicada), como externamente, pois através dele se dão, via de regra, os principais acessos aos demais sistemas que compõem o espaço urbano. Essa característica lhe confere, ou deveria conferir, relevância em propostas que visem à qualificação socioambiental do espaço urbano.

As vias públicas, além de seu papel intrínseco – circulação e acesso –, se constituem, em inúmeros casos, em espaços da esfera pública, comportando desde atividades de lazer e convívio na escala de vizinhança, até manifestações públicas de escala metropolitana e difusão nacional e, vez por outra, internacional.

O maior investimento público referente aos espaços livres se dá para a circulação veicular, com especial atenção aos automóveis. A circulação automotora é o que pauta o projeto da imensa maioria das vias brasileiras desde a segunda metade do século XX, quando se implantou efetivamente a indústria automobilística no país a partir de grandes indústrias transnacionais, que impuseram à cultura, e em particular à cultura urbanística praticada no país até o fim do período militar (se não mais), o automóvel como meio de locomoção privilegiado no território, sendo ainda sinônimo de *status* e de modernidade. Evidentemente não faltam críticas e ações contrárias a essa posição que, no entanto, permanece hegemônica na maioria das gestões municipais, pelo menos até a primeira década do século XXI. Dessa maneira,

⁵⁹ “Espaços livres de uso público” é a expressão utilizada na Lei Federal nº 6.766/79 para designar todos os espaços destinados ao convívio e lazer públicos. Em várias municipalidades, tais espaços são denominados correntemente de “sistemas de lazer”, expressão bastante redutora do que sejam tais espaços, provável influência do urbanismo moderno e sua simplificação redutora das funções urbanas em habitar, trabalhar, recrear e circular.

⁶⁰ A Lei nº 9.785/99, que revisou a legislação federal sobre parcelamento do solo, facultou aos municípios estipular os percentuais de espaços públicos, típica ação neoliberal do governo federal da época. Felizmente, a cultura criada pela lei 6.766/79 já havia se estabelecido e quase sempre os 35% foram mantidos, ou mesmo ampliados, como no caso paulistano em que se exigem 40% de espaços públicos, sendo 15% para os espaços livres de uso público.

o asfalto se impôs enquanto “modernidade” sobre a história da maioria das vias das cidades médias e grandes brasileiras. É o progresso?

O alargamento viário nas principais cidades do país se realiza desde os anos 1900, em detrimento do seu entorno, da eventual vegetação pré-existente. Apagam-se a história e a memória. No princípio, as avenidas eram projetadas com amplas calçadas e com controle de gabarito das edificações lindeiras, desenhando-se a paisagem urbana. Com o advento das vias expressas, desde os anos 1960, cidades grandes e médias começam a implantar avenidas onde o pedestre é substituído por gramados. Neste início de século XXI, em pleno avanço das questões ambientais, algumas dessas vias ainda sofrem alargamentos retirando jardins já residuais, restam automóveis, caminhões e motocicletas que disputam cada centímetro do asfalto⁶¹.



Figura 15. Margens do Rio Tietê em São Paulo: espaço dos autos E das águas. Obras bilionárias tanto de alargamento da calha do rio, quanto de construção de novas pistas para veículos não resolvem nem o problema das enchentes, nem o da circulação viária. Foto: Rodrigo Turrer, 2011.

O senso comum, e mesmo entre muitos estudantes de arquitetura, é “reduzir” o conceito de rua ao leito carroçável, como se o passeio público – a calçada – fosse uma categoria à parte. A calçada, aliás, acaba se tornando, no cotidiano, categoria bastante ambígua, uma vez que, via de regra, sua manutenção cabe aos proprietários dos lotes lindeiros. Dessa maneira, no país, os proprietários de lotes residenciais

⁶¹ Na cidade de São Paulo, em 2010, os congestionamentos atingiam marcas entre 70 a 230 km de extensão. A velocidade média nas suas principais vias expressas, em situações cotidianas de congestionamento, não chega a 10 km por hora, muito menos que uma bicicleta em velocidade de passeio (25km/h) . Nos grandes congestionamentos, a velocidade média equivale ao andar de uma galinha.

costumam dar pouca importância à mobilidade longitudinal das calçadas. Calçadas de boas dimensões, arborizadas, que permitam a circulação de pedestres, portadores ou não de necessidades especiais, deveriam ser regra básica para as municipalidades brasileiras, sobretudo na faixa intertropical. Infelizmente, tais condições são exceção em nosso quadro urbano.

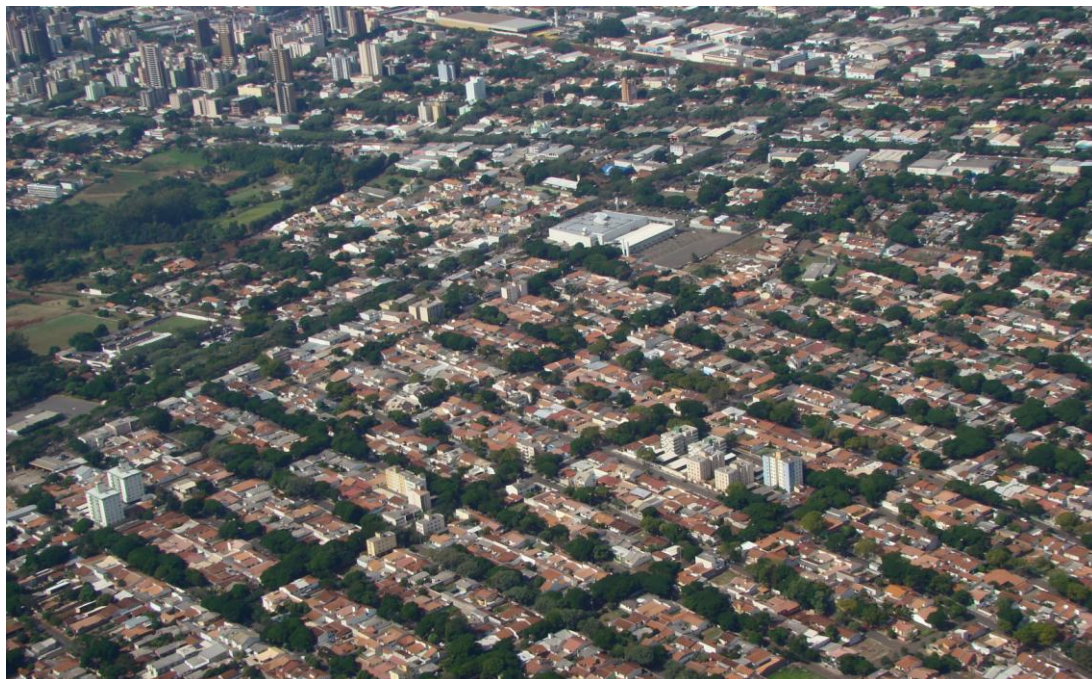


Figura 16. Maringá e sua reconhecida arborização viária. Foto: Maria Helena Preto, 2009.

Nas vias de certa declividade, é frequente a presença de degraus nos passeios públicos, resultados do interesse na acessibilidade transversal, na conexão rua-lote (público-privado), acomodando mais facilmente o acesso de veículos aos lotes e dificultando a circulação pública pelas calçadas. Em bairros exclusivamente residenciais de média e alta renda, as calçadas costumam ser largas e ajardinadas, não raro, no entanto, tal ajardinamento se coloca como obstáculo proposital à circulação dos pedestres.

Em bairros periféricos, em ruas não pavimentadas, por vezes não há sequer o meio-fio e pedestres e veículos disputam o espaço viário esburacado pela erosão pluvial. Em situações periféricas, mas de urbanização mais consolidada, asfalta-se o leito carroçável, contudo o passeio público não recebe, via de regra, maior atenção, nem das municipalidades, nem dos proprietários, nem dos moradores.



Figura 17. Calçadas irregulares realizadas pelos moradores em Rio Branco, observe-se que a municipalidade sequer implantou o meio-fio. Foto do autor, 2011.

As calçadas são frequentemente mais bem tratadas nas áreas centrais das cidades, o que não significa, porém, garantia de adequadas condições de circulação de pedestres, sobretudo nas cidades médias e grandes, onde o dimensionamento nem sempre suporta a demanda. Os centros das cidades estão associados, em grande medida, à sua própria origem. Boa parte das cidades médias e grandes do país são ao menos centenárias, constituídas, portanto, anteriormente à presença do automóvel, apresentando ruas de menor largura que não comportam de maneira satisfatória o fluxo de veículos e pedestres. Essa situação levou à execução de várias reformas urbanísticas nas médias e grandes cidades ao longo do século XX, promovendo o alargamento viário e criando avenidas; contudo, são muitos os casos em que elas já se encontram saturadas, seja pela circulação veicular, seja pela circulação de pedestres.



Figura 18. Rua comercial no Centro de Belém: falta espaço, manutenção, segurança, fiscalização... não falta vida pública. Foto do autor, 2007.

Com o crescimento dos conflitos funcionais entre veículos e pedestres, surgiram, nos anos 1970 no país, as primeiras ruas centrais destinadas exclusivamente ao uso dos pedestres, também denominados *calçadões*⁶². Da pioneira “Rua das Flores” de Curitiba até 2011, inúmeras vias foram fechadas à circulação de veículos nas mais diversas cidades: desde pequenos municípios de diferentes naturezas, da litorânea Ilha Bela à interiorana Cosmópolis, passando por cidades médias como Americana, Florianópolis ou Ribeirão Preto, até as grandes metrópoles: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Os calçadões brasileiros se prestam, via de regra, para diversos fins que vão além do mero circular e acessar: são lugares de comércio, ou até de serviço, áreas de estar e convívio públicos, de pequenas manifestações, enriquecendo, na maioria das vezes, a esfera pública.



Figura 19. Apropriação de calçadão pelo comércio popular em Rio Branco. Foto do autor, 2011.

Neste início do século XXI, verifica-se, em países do ocidente, significativo crescimento do uso da bicicleta. No Brasil são vários e distintos fatores que se conjugam:

- crescente congestionamento nas metrópoles e mesmo em algumas cidades médias, com o avanço da renda e crescimento vertiginoso da frota de automóveis;

⁶² Vale destacar que o “calçadão” mais “antigo” e conhecido do país, o “Calçadão de Copacabana” (1970), não se enquadra no tipo citado acima, uma vez que não se trata de via exclusiva para pedestres, mas de calçada bastante larga, daí o aumentativo, situada em avenida a beira mar – Av. Atlântica – com várias faixas para veículos motorizados e uma ciclovia implantada nos anos 1990.

- preocupação com a saúde;
- preocupação com a estética corporal;
- alterações de comportamento individual e social decorrentes da imposição da ideologia da “sustentabilidade” ambiental⁶³;
- crescimento do número de empregos para os estratos de renda mais baixa e má qualidade dos transportes públicos associados a tarifas relativamente altas.

Os espaços destinados exclusivamente à circulação ciclovária vêm se ampliando exponencialmente no país, mas até 2012 (ao menos) são insuficientes para propiciar maior conforto e segurança para os que usam a bicicleta como meio de transporte cotidiano. Cidades médias como Sorocaba e Rio Branco apresentam, proporcionalmente, maiores investimentos em ciclovias que cidades grandes como Campinas, Belo Horizonte ou São Paulo. Em cidades litorâneas, ciclovias costeiras têm sido implementadas com frequência crescente, do Norte ao Sul do país. Até a primeira década do século XXI, os sistemas ciclovários instalados eram bastante incompletos, mas, como planos de ciclovias vêm tendo cada vez mais demanda⁶⁴, espera-se uma mudança significativa em muitas áreas urbanas no médio prazo.



Figura 20. Ciclovias em Barão Geraldo, distrito universitário em Campinas-SP. Foto do autor, 2009.

⁶³ Para uma visão crítica sobre a ideologia da “sustentabilidade” ambiental cf. SOUZA, 2006, p. 1-11, e CUSTÓDIO et. al, 2010, p. 1-12.

⁶⁴ Cf. BOARETO, 2010, p. 31-43.

Há, evidentemente, vários outros tipos de espaços livres públicos voltados primordialmente à circulação entre os bens de uso comum do povo: escadarias, rodovias que atravessam as áreas urbanas, hidrovias etc. Não se trata aqui de um esforço enciclopédico sobre o tema, mas, outrossim, intenciona-se discutir o que é mais presente nas cidades brasileiras, em especial nas médias e grandes cidades, pois tais cidades exercem nas menores forte influência cultural, notadamente em relação às questões urbanísticas e paisagístico-ambientais urbanas.

.... O sistema de espaços livres públicos de convívio e lazer

Praças, parques, jardins e similares formam a estrutura principal, e oficial, do sistema de espaços livres públicos de convívio e lazer das cidades brasileiras, ou, por vezes, simplesmente denominado sistema de lazer por inúmeras municipalidades. Bem verdade que, entre os pequenos municípios, nem todos possuem parques e jardins e, nesses casos, cabe às praças e a eventuais espaços livres de acesso público do entorno às cidades cumprir esses papéis.

As praças brasileiras nasceram conjuntamente às nossas cidades. Adros de igrejas e largos de pelourinho diante das Casas de Câmara e Cadeia estão na origem da cidade colonial portuguesa no Brasil, como espaços de afirmação tanto do poder público e religioso, como da esfera de vida pública.

O primeiro jardim público no país foi criado no século XVII, no Recife ocupado pelos holandeses. Infelizmente, nada mais resta desse singular espaço livre executado por Maurício de Nassau. Somente a partir do último quartel do século XVIII, surgem os primeiros jardins públicos feitos pelos portugueses em solo brasileiro, como o Passeio Público no Rio de Janeiro, o Jardim Botânico em São Paulo e o Jardim Botânico de Belém. Com diferentes denominações – passeio público, jardim público e finalmente parque público –, tais espaços se proliferam lentamente no século XIX, ainda assim apenas nas cidades mais importantes da incipiente urbanização brasileira de então.

Desde a Lei nº 6766/79, impõe-se a todos os novos loteamentos urbanos do país a obrigação de serem reservados “espaços livres de uso público” (praças, parques e demais áreas livres para o convívio e lazer). Antes disso, as legislações de

parcelamento do solo estabelecidas pelos municípios (quando existentes) apresentavam, em regra, exigências menores quanto à destinação de espaços livres para convívio e lazer. A partir da Lei nº 6766/79, alguns municípios de maior dinâmica urbana formularam leis de parcelamento do solo ainda mais atentas ao “sistema de lazer”, seja porque exigiam maiores percentuais que o determinado pela lei federal, seja porque agregavam ao parâmetro quantitativo critérios mais qualitativos. Dois exemplos na Região Metropolitana de São Paulo: em Cotia, estabeleceram-se limites máximos de declividade, acima dos quais não se computam as áreas doadas ao poder público; em Osasco, impunham-se diâmetros mínimos que tais áreas deveriam possuir, evitando-se fragmentação excessiva e espaços livres muito estreitos, de difícil aproveitamento para atividades de lazer.

Em 1989, a Lei Federal nº 7.803 impôs também às áreas urbanas as Áreas de Preservação Permanente – APPs – discriminadas no *Código Florestal* (BRASIL, 1965, art. 2º) e até então “observadas” apenas no meio rural. Com a aplicação paulatina, ainda que parcial, do Código Florestal nas áreas urbanas, finalmente taludes estreitos junto aos cursos d’água deixaram de ser doados como parte integrante dos sistemas de lazer, ao menos nos municípios que apresentam algum zelo no processo de aprovação de loteamentos.

As áreas destinadas aos sistemas de lazer com maior frequência não são implantadas de imediato, sobretudo nos loteamentos de periferia, mas também em empreendimentos destinados a outros extratos de renda. São ainda raras as prefeituras que obrigam o loteador a realizar a implantação de tais espaços livres.

As áreas não implantadas dos sistemas de lazer dos loteamentos e as APPs fluviais constituem espaço potencial para desvio de função, sejam elas ocupadas por favelas ou mesmo por equipamentos públicos comunitários. A noção de que espaços livres públicos são espaços vazios, desocupados, passíveis de um “melhor aproveitamento” não é algo novo nem prática extinta, vide, por exemplo, a dilapidação de importantes parques na capital paulista – Parque D. Pedro I, Ibirapuera e da Luz – para a construção de edifícios de uso institucional para os mais diversos fins, como ampliação de sistema viário etc. O *Plano Diretor* do Município de São Paulo (Lei nº 7.688/71) em vigor até 1988, discorria, em seus artigos 44 e 45, sobre as taxas de ocupação máxima de edifícios públicos em “áreas verdes”, o que foi utilizado não apenas para orientar as edificações pertinentes aos parques, praças e

demais “áreas verdes”, mas também para edifícios públicos de natureza bastante distinta, como creches e escolas de educação infantil.

Em Umuarama, a gestão municipal em vigor em 2011 punha em questão a necessidade de tantas praças conforme o estabelecido em sua lei de parcelamento do solo, aventando a possibilidade de desafetação para a iniciativa privada de espaços livres públicos ainda não tratados paisagisticamente.

Sob o ponto de vista da esfera pública, as **praças** rivalizam com as ruas enquanto categoria mais importante entre os bens de uso comum do povo. São locais de diversas práticas sociais, do convívio público cotidiano às grandes manifestações políticas, passando por atividades de lazer, comércio, festas religiosas, espaços de atividades lícitas e ilícitas, conflitos, amores, memórias.

As praças centrais são as mais dinâmicas, conflituosas, carregadas de memória e história, mesmo que, em muitos casos, as municipalidades não cansem de reformá-las, mais do que restaurá-las. São espaços de ampla visibilidade pública, fortemente relacionadas ao entorno e contexto urbano. Em bairros residenciais de médio e alto padrão e baixa densidade, não são poucas as que apresentam baixo uso público direto, por vezes atraindo apenas usuários de drogas⁶⁵. Em bairros periféricos, a precariedade na implementação de praças é regra, mas a existência de pracialidades em espaços improvisados pela população e o intenso uso das áreas qualificadas demonstram a pertinência de investimentos públicos nesses lugares ainda tão mal providos de espaços adequados ao convívio e lazer, mesmo que se verifiquem eventuais limitações de uso pela população quando tais praças são ocupadas pelo tráfico de drogas, sobretudo nas metrópoles e grandes cidades⁶⁶.

Sem dúvida, a praça revela a vida pública, ou ausência dela, em relação à sua vizinhança. Não existe uma boa praça, enquanto forma-conteúdo, se o contexto urbano não lhe é favorável, pois não basta bom projeto e boa manutenção para

⁶⁵ Evidentemente, é impossível afirmar que isso ocorra em todas as cidades brasileiras que apresentem tais tecidos habitacionais, mas essa realidade foi observada pelo autor e por seus orientandos em cidades nas mais diversas inserções regionais e de todos os portes no Estado de São Paulo: Americana, Araraquara, Araras, Bauru, Guarulhos, Jaguariúna, Limeira, Monte Alto, Osasco, Piracicaba, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santa Bárbara d’Oeste, São Carlos, São José dos Campos, São Paulo e Valinhos.

⁶⁶ Vale dizer que a presença do tráfico de drogas em praças varia desde situações discretas sem impacto sobre as demais formas de apropriação por seus usuários, até a proibição aos moradores em utilizar as praças em qualquer horário, situação de violenta manifestação do poder de quem controla tal atividade no local. Cf. p. ex. as dissertações de mestrado de DAVANÇO, 2006, GONTIJO, 2005, KLINTOVITZ, 2008, LOPEZ, 2008 e PEDROSA, 2005.

garantir apropriações públicas intensas e diversificadas, “a praça é índice (signo) do lugar [...]” (QUEIROGA, 2001, p. 185).

Novos programas de uso vêm pautando projetos de praças em todo o país desde a última década do século XX. Incluem-se pistas de skate, equipamentos para atividades físicas (inclusive para idosos), novos equipamentos lúdicos, espaços para manifestações culturais (de praças para bumba-meu-boi em São Luís a espaços para hip-hop nas periferias paulistanas) etc. Tudo isso, sem dúvida, contribui para uma maior utilização das praças contemporâneas brasileiras.



Figura 21. Equipamentos de musculação em praça na Baía Noroeste de Vitória. Foto: Silvío Macedo, 2008.

Mesmo quando não se verifica intenso uso público, as praças podem cumprir outros importantes papéis:

- na dimensão simbólica, para a imagem e memória coletiva sobre a cidade: marcos referenciais em si ou associados a edifícios públicos;
- na dimensão físico-ambiental, contribuindo para a drenagem urbana, para um microclima mais ameno, como apoio e alimento para fauna e para a conservação de espécies vegetais pouco frequentes no meio urbano.



Figura 22. O grande chichá – *Sterculia chicha* - do Largo do Arouche, centro de São Paulo. Foto: Ricardo Cardim, 2008.

Se ruas e praças se constituem nos principais espaços livres para a realização da esfera pública geral e política, os **parques** públicos urbanos apresentam características mais favoráveis às práticas de lazer e às atividades físicas, pois, com frequência, também são equipados para práticas esportivas. São espaços mais propícios, portanto, à esfera pública geral enquanto lugar de convívio público em menor densidade, salvo em eventuais apresentações culturais e outras manifestações. Se a praça é, conceitualmente, lugar de concentração, de grandes encontros públicos e de identidade com o entorno urbano, o parque é, tipicamente, espaço de dispersão, de pequenos encontros, de isolamento relativo ao entorno urbano. Os eventos de maior aglomeração nos parques são via de regra mais relacionados ao lazer do que à política.

Em sua origem, os parques urbanos são espaços voltados à fruição da paisagem, artifício humano com forte presença de vegetação ou outros elementos que evocam a imagem de natureza (corpos e quedas d'água, movimentação do relevo simulando colinas suaves, ou mesmo dunas naturais). Dessa maneira, constituem-se em espaços livres dialeticamente urbanos, criados para propiciar uma pausa diante do

ritmo das cidades, como espaços de contemplação (em movimento) da natureza humanizada ou simplesmente idealizada.

Entre os primeiros parques europeus e norte-americanos concebidos no século XIX e os parques brasileiros propostos na contemporaneidade, há semelhanças e diferenças. Surgiram novos programas, novas questões (ambientais e sociais), mas a presença de vegetação ou outros elementos “naturais” continuam sendo elementos estruturais de suas paisagens. A relação maior com a cidade é possível, sobretudo nos parques lineares, mas o inverso – o distanciamento perceptivo do urbano – também continua sendo bastante explorado.

Os parques urbanos brasileiros deixaram de ser exclusivos das maiores cidades e dos seus bairros centrais ou ocupados pela elite, muito embora, até a finalização desta tese (julho de 2012), não se observou a existência dos melhores parques de nenhuma grande cidade ou capital brasileira nos seus bairros mais populares. A regra é ainda um grande desequilíbrio qualitativo e quantitativo entre o sistema de parques existentes nos setores ocupados pelas elites e pela classe média e os existentes nos bairros populares; assim, justamente a população que mais demanda opções de lazer gratuitas e que apresenta maior limitação para circulação urbana é quem possui o pior sistema de parques

A valorização da temática ambiental e das atividades físicas neste início de século vem favorecendo a implantação de parques em todas as regiões do país. Rio Branco, por exemplo, criou na primeira década do século XXI proporcionalmente mais parques lineares do que São Paulo. Vitória implementou mais parques que Campinas, mesmo tendo população equivalente a um terço da cidade paulista. Até cidades muito pequenas, entre 10 e 15 mil habitantes, inseridas em regiões de forte dinâmica econômica, como Estiva Gerbi e Engenheiro Coelho, na Região Administrativa de Campinas, possuem, respectivamente, três parques e um parque com ampla lagoa. Os investimentos públicos para a implantação e manutenção de parques não são simplesmente função do tamanho das cidades ou de seus orçamentos públicos, mas são, antes de tudo, decisões políticas.



Figura 23. Parque Tucumã em Rio Branco. Foto: Acervo QUAPÁ, 2011.

Novos parques dão maior atenção aos aspectos ambientais. Em várias cidades, criam-se parques “ecológicos”, ainda que em alguns deles, o “ecológico” seja apenas um adjetivo que pouco norteou seus projetos, como em Campinas (1987) e Indaiatuba (1992). De fato, a maioria dos projetos concebidos na primeira década do século XXI já se mostra efetivamente mais sensível ao papel ambiental que os parques urbanos podem apresentar, indo além dos programas convencionais ligados ao lazer e à prática de atividades físicas. Busca-se tirar partido de matas remanescentes ou de cursos d’água para conservação e uso público. Nesse sentido, os parques lineares situados junto às APPs fluviais se constituem em possível oportunidade de criação de corredores verdes com múltiplos papéis e contribuições:

- para o convívio e lazer público;
- para o estabelecimento de conexões ecológicas;
- para a drenagem urbana;
- para a implantação de estruturas de mobilidade de baixo impacto ambiental (das vias de pedestre e ciclovias⁶⁷ até a implantação de veículos leves sobre trilho⁶⁸).

Não se devem substituir os valores culturais por valores “ecológicos”, mas incluir estes últimos sob a primazia dos primeiros quando isso se mostrar pertinente ao se conceberem novos parques nos meios (urbanos) específicos. Como disse o paisagista Michel Corajoud, citado por Miranda Magnoli (2006b, p. 217):

O jardim não é feito para compensar as lacunas da cidade, nem para, simplesmente, por ele, introduzir a natureza na cidade. O jardim na cidade é um fragmento de sonho, e não um enclave necessário para trazer ar para o cidadão.

⁶⁷ Cf. PELLEGRINO, et. al., 2006, p. 57-76.

⁶⁸ Cf. QUEIROGA, 2011, p. 21-39.

Nas cidades litorâneas ou junto a grandes corpos d'água - rios, represas, lagoas e lagunas -, a relação entre os tecidos urbanos e a água variou bastante historicamente, sendo crescente a valorização para uso público das orlas de praia (desde o início do século XX), da conservação ambiental dos mangues (desde a década de 1980), da proteção de dunas e do aproveitamento para lazer e atividades físicas de trechos urbanos de orlas fluviais (sobretudo a partir dos anos 1990).

As **praias** se constituem em enorme e riquíssimo patrimônio paisagístico e ambiental do país, integrante maior da costa litorânea brasileira. São mais de 8.000 km de costa, abrigando diversas situações fitogeográficas. A urbanização que inicialmente pontuou e guardou a costa brasileira, hoje, conduzida pelo capital, destrói estruturas socioambientais seculares, pré-capitalistas, que guardavam relações paisagísticas e ambientais com alto grau de conservação. Proliferam *resorts* e loteamentos fechados que restringem o acesso às praias, bem de uso comum do povo. Rodovias e vias expressas conectam rapidamente os novos empreendimentos às áreas de interesse da elite e dos turistas, valorizando o solo, expulsando comunidades tradicionais, trazendo a reboque urbanização pouco criteriosa e impactando o suporte biofísico.



Figura 24. Um dos vários *resorts* da Praia do Forte, município de Mata de São João, litoral norte baiano. Simulacro, alienação e segregação elaborados com reconhecida competência. Foto do autor, 2010.

Nas metrópoles litorâneas, as orlas marítimas recebem tratamento urbanístico e paisagístico bastante desigual, visto que aquelas ocupadas pela elite são, sem

dúvida, as mais bem tratadas, enquanto que as orlas utilizadas como moradia dos pobres por vezes apresentam-se fortemente poluídas mesmo na mais importante cidade turística do país (Rio de Janeiro). O tratamento nos setores mais populares, via de regra, varia entre o precário e o inexistente. Honrosa exceção é o projeto de orla junto à Ilha das Caieiras em Vitória, que deu início à qualificação da Baía Noroeste de Vitória, área ocupada por camadas populares.

Figura 25. Projeto de orla na Ilha das Caieiras (Vitória-ES). Ações de qualificação espacial gerando atividades turísticas sem exclusão das populações pré-existentes. Foto: Marcos London, 2008.



A praia urbana brasileira se constituiu no século XX como um dos mais importantes espaços públicos de lazer e convívio das cidades litorâneas, não sem assumir especificidades locais. As apropriações públicas variam de acordo com costumes locais. Em São Luís, por exemplo, não apenas se chega à praia de carro, como ele serve de apoio a seus usuários, dividindo com eles, lado a lado, o espaço de areia. Em Recife, Rio de Janeiro ou Guarujá (SP), o “culto ao corpo” impõe, sobretudo à população jovem, “padrões físicos mínimos” para o uso de biquínis, sungas e tangas. O que para uns é prazer em ver e ser visto, para outros determina esforços constantes para perder ou ganhar medidas físicas, ou auto-exclusão do seu grupo socioetário. Impõe-se um padrão único desejado por quase todos os jovens e, para os que não o atingem, a praia não é espaço tão democrático. Na Região Sul, talvez por uma ocupação sazonal bem mais heterogênea, não se observa tamanha discriminação.



Figura 26. Praia em São Luís: na areia apoio dos automóveis, lado a lado com as pessoas. Foto: Silvio Macedo, 2009.

A partir do final dos anos 1970, várias praias têm recebido crescente programação cultural e esportiva, que varia de shows locais, nacionais e internacionais, a etapas de circuitos estaduais, nacionais e internacionais de surf, vôlei de praia, triatlo etc. Neste início de século, manifestações contra a violência urbana têm sido organizadas por integrantes dos estratos de renda média e alta, utilizando como espaço praias de alta visibilidade pública, como Copacabana e Ipanema (Rio de Janeiro), dentre outras. São praias apropriadas por vários grupos sociais, de moradores do bairro aos de favelas próximas ou turistas estrangeiros, garantindo maior repercussão pública.

Outros usos contribuem às praias urbanas ainda maior complexidade na participação do cotidiano cidadão: festas e rituais religiosos em datas específicas, espaço de trabalho para inúmeros ambulantes e donos de quiosques, local de chegada de barcos de pesca artesanal, de contemplação da natureza e da vida social, de estar só, bem (ou mal) acompanhado, em pequenos grupos ou vibrantes multidões. Enfim, a praia, na cidade brasileira, é lugar de rica vida pública, desde que o direito constitucional fundamental de ir e vir não seja burlado pelos interesses do capital.

O tratamento dos espaços livres públicos urbanos de **orlas** de grandes corpos d'água, via de regra, não respeita as faixas de proteção determinadas pelo *Código*

Florestal. Em muitos casos, a urbanização pretérita já havia chegado até as margens desses corpos, com equipamentos portuários, armazéns, habitações etc., de sorte que, ao se resgatarem faixas lindeiras dessas margens para o sistema de lazer e convívio públicos, não se viu, com maior frequência, grandes preocupações ecológicas e ambientais. Por outro lado, propiciou-se a criação de espaços para o lazer e para atividades físicas e esportivas de forte apropriação pública. Essa situação contraditória revela a importância de serem revistos tanto padrões de desenho pouco sensível às questões ambientais, quanto padrões estipulados pela legislação ambiental pouco atentos ao valor social dos espaços livres urbanos, em particular, nesses casos, de singular qualidade de paisagem.



Figura 27. Parque Mangal das Garças em Belém, a despeito de competente e atento projeto às questões ambientais, paisagísticas e de uso público do espaço, a rigor não se cumpriu o Código Florestal vigente à época. Foto: Denis Cossia, 2006.

Há uma pluralidade de outros espaços livres voltados ao convívio e lazer que enriquecem os sistemas de espaços livres públicos das cidades e metrópoles brasileiras: mirantes, pátios, recantos, bosques, jardins temáticos (zoológicos, botânicos etc.), centros esportivos, piscinas públicas, campos de futebol em diferentes graus de (in)formalidade. Alguns são altamente tratados urbanística e

paisagisticamente, outros são produzidos pelos próprios moradores da circunvizinhança, revelando a importância do convívio e do lazer público para aquelas populações.

Dentre esses últimos, merecem destaque os campinhos de futebol espalhados pelas periferias de incontáveis cidades, em todas as regiões do país. Muitos não se prestam apenas para seu uso evidente, a prática de futebol, mas também como lugar de encontros mais diversificados, sobretudo nos finais de semana, constituindo-se em fortes pracialidades. Em algumas cidades, como Campinas e Recife⁶⁹, foram realizadas pesquisas revelando sua expressão quantitativa e qualitativa para a vida pública. No caso de Maceió, observou-se, em 2009, que havia mais campos de pelada do que praças efetivamente implantadas pela Prefeitura Municipal⁷⁰.



Figura 28. Campinhos de futebol na periferia de Maceió. Importante espaço público em inúmeras cidades brasileiras. Foto: Acervo QUAPÁ, 2007.

Novos tipos de espaços livres vão sendo criados: jardinetes⁷¹, jardins ambientais⁷² etc. Alguns desaparecem ou se transformam com a dinâmica urbana, outros ainda são exemplares únicos, não podendo, portanto, ainda, serem

⁶⁹ Para Campinas, cf. QUEIROGA, 2001, cap. 6. Para Recife, cf. RIBEIRO, et. al., 2000.

⁷⁰ Conforme se aferiu em Oficina QUAPÁ-SEL realizada em Maceió em 2008.

⁷¹ Em Curitiba, são chamados de jardinetes os pequenos jardins elaborados em espaços residuais do sistema viário, frequentemente cantos triangulares de quadras, com área variando, via de regra, entre 250 a 950 m². Apresentam *status* de logradouro público, recebendo denominação oficial e Código de Endereçamento Postal específico, revelando, portanto, maior consideração que a maioria dos espaços análogos em outras cidades do país.

⁷² São denominados “jardins ambientais” alguns específicos canteiros centrais de ruas curitibanas que tiveram seu leito alterado, diminuindo e empregando piso drenante para o espaço destinado aos veículos e criando espaço de lazer e convívio públicos bastante equipados e vegetados.

denominados como “tipos”. Entre esses últimos, vale destacar o Parque Ambiental da Praia de Ramos no Rio de Janeiro, nacionalmente conhecido como “Piscinão de Ramos”. Concebido como uma praia artificial e uma imensa piscina de água salgada simulando uma lagoa costeira, o Piscinão de Ramos chega a receber mais de 50 mil pessoas em alguns fins de semana. A piscina possui mais de 26 mil m² e 30 milhões de litros d’água. O sucesso de público é incontestável, o que sem dúvida não é alternativa à despoluição da Baía de Guanabara, mas não faz sentido esperar a despoluição da mesma para que se proponham ações voltadas ao lazer aquático na mal tratada zona norte carioca.



Figura 29. Piscinão de Ramos, zona norte carioca, ao lado da poluída Baía de Guanabara. Foto: Silvio Macedo, 2002.

É preciso, mais que elencar *todos* os tipos de espaços que compõe o sistema de espaços livres públicos de convívio e lazer, reconhecer a diversidade de elementos, seus papéis no sistema desses espaços e a potencialidade de transferência de experiências exitosas de uma cidade a outra, observando-se sempre as especificidades de cada lugar.

Mais valioso que o exercício exaustivo de tipificação é o reconhecimento da natureza híbrida de inúmeros espaços públicos do sistema de convívio e lazer brasileiro. É necessário ir além dos tipos no intuito de compreensão do sistema de espaços livres. Entre os principais híbridos estão as praças-jardim, espaços normalmente designados oficialmente como praças, mas que, por seu excessivo ajardinamento, impedem que nelas se realizem manifestações públicas de maior

porte, sendo pouco apropriadas, portanto, à esfera pública política. Por outro lado, a forte relação que tais espaços estabelecem com o entorno impedem que eles sejam simplesmente caracterizados como jardins, na medida em que recebem ações cotidianas da esfera pública geral, próprias tanto das praças quanto dos jardins. Já em tese de doutorado (QUEIROGA, 2001, p. 60), propôs-se distinguir as praças-jardim das praças ajardinadas; estas apresentam ajardinamento que não impede sua caracterização enquanto praças, com superfícies pisoteáveis suficientemente amplas para receberem ações da esfera pública política.

As praças-jardim e as praças ajardinadas existem no país desde a segunda metade do século XIX, com maior intensidade a partir das duas últimas décadas do referido século. Desde os anos 1930, com as praças cariocas desenhadas por Burle Marx, a praça ajardinada recebe nova linguagem, moderna. Inicialmente comportavam o mesmo programa de suas antecessoras – espaço de estar público e passeio – e, paulatinamente, receberam novos programas – equipamentos para o lazer infantil, atividades físicas e desportivas etc. Devido à maior parte do país situar-se na faixa intertropical, a praça ajardinada, por sua intensa arborização, se constitui em espaço público via de regra bastante adequado às apropriações públicas, permitindo a permanência da população mesmo em horários de sol a pino e temperaturas externas superiores a 30° C. A arborização adequada das praças se constitui, de fato, numa solução bastante recomendável diante dos climas brasileiros.



Figura 30. Praça Batista Campos em Belém, uma das mais belas praças-jardim do país. Foto do autor, 2007

Desde o final do século XX, vem se observando crescente estímulo e interesse das populações urbanas pelas atividades físicas. A proliferação das academias (de ginástica, dança, artes marciais, musculação, natação etc.) nos mais diversos tecidos urbanos – das grandes favelas aos condomínios fechados - das médias cidades e das metrópoles são claro indicador desse processo. Os parques e praias recebem cada vez mais pessoas para a prática de atividades físicas, o mesmo acontecendo em ruas e canteiros centrais de determinadas avenidas, que são utilizadas para caminhar, correr e andar de bicicleta.

Esses canteiros centrais, originalmente integrantes exclusivos do sistema de circulação, são agora híbridos, pois participam do sistema de convívio e lazer. Basta uma calçada contínua, em meio aos gramados e à arborização viária para propiciar caminhadas e corridas. Da observação dessa demanda e apropriação, surgiram espaços públicos mais equipados, verdadeiros parques lineares envolvidos por circulação veicular. É o caso de algumas avenidas de São Paulo, como a Brás Leme na zona norte, do Parque Linear de Jaguariúna (projeto de mais de cinco quilômetros que aproveita, sobretudo canteiros centrais preexistentes de avenidas arteriais), do Eixo de Animação⁷³ implantado em avenida de Curitiba, entre outros. São “parques - canteiro de avenidas” deste início de século XXI, híbridos bastante equipados, muito distintos das *parkways* propostas originalmente por Olmsted no século XIX e que aqui no Brasil se reduzem, nos anos 1960-1980, a avenidas com canteiros centrais ou laterais ajardinados.

Esses e outros espaços híbridos tão comumente encontrados em cidades brasileiras revelam boa estratégia de aproveitamento de recursos. Espaços meio-praças, meio-parques, meio-jardins, meio-canteiros, meio-avenidas, viabilizam a apropriação pública para convívio, lazer e atividades físicas. Ideal seria não precisar de todos eles, se as cidades contassem com a produção de tecidos urbanos nos quais espaços mais adequados para as atividades públicas fossem previamente designados, desenhados, implantados e mantidos; na sua ausência, vale não deixar escapar a oportunidade de adequação de espaços não previstos para parques e similares⁷⁴.

⁷³ O canteiro central da Av. Arthur Bernardes, em Curitiba, foi denominado “Eixo Ambiental”. O leito carroçável foi diminuído e realizou-se verdadeiro parque linear em seu canteiro central.

⁷⁴ É ao menos questionável a formulação de espaços para atividades físicas aeróbicas junto a avenidas de intenso tráfego, como lamentavelmente ocorre em São Paulo, ao menos enquanto forem majoritários os motores a combustão.

... Os bens de uso especial

O *Código Civil* brasileiro (Lei nº 10.406 de 2002), em seu artigo 99, distingue brevemente os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial não a partir de definições do que sejam tais bens, mas apenas através de exemplos do que seriam uns e outros. São bens públicos

[...] os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças; [...] os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias [...] (BRASIL, 2002, art. 99).

Dessa maneira, abre-se espaço para interpretações importantes com consequências para a gestão e planejamento de sistemas de espaços livres; ainda que, para o direito público, possa tratar-se de questão menor, na medida em que ambos os bens (uso comum do povo e uso especial) apresentam as mesmas características jurídicas (BRASIL, 2002, art. 100, 102 e 103):

- não podem ser alienados enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar;
- não estão sujeitos a usucapião;
- o uso comum desses bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem⁷⁵.

Para os espaços livres públicos, tendo-se como base as noções e exemplos de bens públicos apresentadas no *Código Civil*, pode-se dizer que a natureza de sua acessibilidade é o que melhor define ser um bem de uso comum do povo ou um bem de uso especial.

Os bens de uso comum do povo permitem acesso a qualquer pessoa, sem distinção de classe, gênero, faixa etária ou qualquer outra. São espaços cotidianamente acessíveis, abertos à visitação pública. As restrições de acesso aos bens de uso comum do povo, quando existentes, também se aplicam de forma geral. Um parque urbano, por exemplo, pode ter horário de funcionamento delimitado, dentro do qual qualquer membro do povo pode utilizá-lo, mas, a partir de seu fechamento, ninguém pode usufruí-lo. Ao menos em tese não há privilégio. Um parque nacional é espaço que também permite a visitação pública, entretanto, por sua própria razão de existência, limita-se o número de frequentadores diários a fim de

⁷⁵ BRASIL, 2002, 79-80.

conservar sua dinâmica ecológica, o que, no entanto, também não significa que haja seleção preferencial deste ou daquele perfil de usuários, constituindo-se, portanto, como bem de uso comum do povo.

Os bens de uso especial, por sua natureza específica, não se prestam ao acesso irrestrito, exatamente para garantir sua função social pública. Uma quadra poliesportiva em uma escola pública, por exemplo, tem no público estudantil ali matriculado sua destinação preferencial. Bem verdade que, em casos específicos, aos finais de semanas, a referida quadra pode receber um público mais heterogêneo, porém durante o período escolar, para não prejudicar as atividades acadêmicas, tal espaço livre tem acesso restrito e controlado.

Não se confunde o espaço público com o espaço de livre acesso. Apenas a categoria dos bens públicos de uso comum do povo são, por sua natureza, propriedades de livre acesso público, ainda assim, podendo seu uso estar sujeito a normas e restrições estabelecidas pela gestão responsável por ele.

No que se refere aos espaços livres que se enquadram na categoria de bem público de uso especial, têm-se:

a) As Unidades de Proteção Integral (UPIs) mais restritivas ao acesso público, previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)⁷⁶, sendo elas: as Estações Ecológicas e as Reservas Biológicas. Nessas unidades de conservação, a visitação pública é proibida, salvo aquela com objetivo educacional (respeitado o que dispuser seu regulamento e plano de manejo). Mesmo o acesso para a pesquisa científica depende de autorização prévia e está sujeito a condições e restrições estabelecidas em regulamento e pela administração da unidade.

Ainda que tais áreas não se encontrem, via de regra, no tecido intraurbano, não são raras as que se localizam em suas proximidades, tais como a Reserva Biológica da Serra do Japi, a poucos quilômetros da cidade de Jundiaí (SP). Tem-se ali bom exemplo de tratamento legal de conservação ambiental, na medida em que a Reserva Biológica é parte de área maior tombada pelo CONDEPHAAT⁷⁷ por sua relevância geológica e ecológica e esta, por sua vez, ao menos no que tange ao Município de Jundiaí, está inscrita em uma Macrozona de Preservação Ambiental, protegida ainda por uma faixa de Macrozona de Proteção Ambiental que a separa da

⁷⁶ Lei Federal n. 9.985/00.

⁷⁷ CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

Macrozona Urbana; finalmente uma Área de Proteção Ambiental (APA) abrange todo o município. Observa-se, portanto, ao menos no que tange ao aparato legal, um quadro de proteção ambiental teoricamente coerente, pois vai sucessivamente de áreas mais amplas (APA e macrozonas de proteção e de preservação ambiental), com menores, mas crescentes restrições ambientais, até o “coração” do Japi, a Reserva Biológica, com as maiores restrições previstas em lei. Infelizmente as pressões do capital imobiliário, no caso de Jundiá, conseguiram burlar, em certa medida, essa lógica conservacionista. A destruição ecológica do Japi seria, no entanto, muito maior sem esse sistema de proteção legal.



Figura 31. Serra do Japi, em Jundiá, diferentes níveis de conservação ambiental permitem a presença desde propriedades privadas até uma reserva biológica – bem público de uso especial - de acesso bastante restrito. Foto: Acervo QUAPÁ, 2005.

As demais UPIs - Parque Nacional, Parques Estadual, Parque Natural Municipal, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre -, por permitirem a visitação pública (sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade), podem ser consideradas bens de uso comum do povo, excetuados, evidentemente, os casos em que possam ser propriedades privadas⁷⁸. Todas as Unidades de Uso Sustentável previstas no SNUC, quando forem propriedades

⁷⁸ Segundo a Lei nº 9.985/00, p. 5 e 6, os Monumentos Naturais e os Refúgios da Vida Silvestre podem ser constituídos tanto por propriedades públicas quanto por áreas particulares, desde que garantidas suas características de paisagem e ambiente, caso contrário deverão ser desapropriados.

públicas⁷⁹, são consideradas bens de uso comum do povo, pois permitem a visitação pública, ainda que sempre sujeitas às normas e restrições estabelecidas pelos gestores da unidade;

b) Espaços livres públicos dos sistemas ferroviários, portuários e aeroportuários: vias férreas e suas faixas de domínio, pátios de manobras, inclusive metroviários; espaços livres das estações, dos portos e aeroportos. Diferentemente das vias públicas (bens de uso comum do povo), esses espaços, por sua natureza operacional, necessitam maior controle e restrição de acessos, motivo pelo qual são bens de uso especial;

c) Os espaços livres públicos associados especificamente às infraestruturas urbanas e regionais: estações de tratamento de águas e de esgoto, estações de rebaixamento de voltagem, faixas de domínio de linhas de alta-tensão e de dutos de empresas públicas (gasodutos, oleodutos etc) e os aterros sanitários, dentre outros. Alguns desses espaços realmente não podem receber visitação pública, inclusive por apresentarem risco de vida para o visitante, no entanto, as faixas de domínio de gasodutos, oleodutos etc., se bem projetadas e geridas, podem integrar o sistema de espaços livres de uso público, recebendo tratamento vegetal adequado (que não comprometa o sistema dutoviário), eventuais ciclovias, pistas de passeio, caminhada etc. Entretanto, o que se vê, em regra, são apenas concessões para uso privado (pequenos viveiros, hortas etc), ou se apresentam como largos canteiros, gramados ou cheios de mato;

d) todos os espaços livres dos terrenos referentes aos edifícios públicos destinados a serviço ou estabelecimento da administração dos entes públicos: das creches aos *campi* universitários, dos postos de saúde aos hospitais, cemitérios, delegacias, bases militares, penitenciárias, centros administrativos públicos, centros de pesquisa, museus, bibliotecas etc. O controle e o acesso público são, nesse caso, função da natureza específica dos edifícios, mas deve-se ter claro não se tratar de bens de uso comum do povo, nem mesmo os *campi* universitários⁸⁰, ainda que vários deles apresentem extensos espaços livres vegetados que, se bem geridos, podem se prestar como “parques” para o lazer da população aos finais de semana, embora, por excesso

⁷⁹ Segundo o SNUC (BRASIL, 2000, p. 6-9) as Unidades de Uso Sustentável de propriedade pública são: Floresta Nacional (quando criada pelo Estado ou Município é denominada Floresta Estadual ou Floresta Municipal respectivamente), Reserva de Fauna, Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Essas duas últimas apresentam domínio público e uso concedido à população tradicional previamente instalada. As Áreas de Proteção Ambiental e as Áreas de Relevante Interesse Ecológico podem ser constituídas por terras públicas e/ou privadas.

⁸⁰ Fato nem sempre compreendido por estudantes e usuários externos.

de uso, falta de iniciativa ou busca de soluções compartilhadas de custos e gestão, isso não acontece, pois muitos *campi* universitários públicos acabam restringindo o acesso à população em geral. Essa situação, sem dúvida, enfraquece a noção de *res pública*. O fechamento de *campi* públicos reforça a imagem de que ali não é espaço do povo e sim das elites econômica e intelectual.



Figura 32. *Campus Cidade Universitária*, São Paulo. Aos Sábados intensa apropriação para atividades físicas e desportivas, aos domingos permanece fechado para a população não vinculada à USP. Foto do autor, 2012,

Hibridismos podem existir, também, quando da implantação de edifícios públicos em praças, fato comum em inúmeras cidades brasileiras. Em tais casos é o edifício que “invade” a praça, podendo desde descaracterizá-la enquanto bem de uso comum do povo (caso, por exemplo, de escolas que necessitam cercar “seu” terreno para seu funcionamento) até contribuir para maior vida pública, caso em que o edifício apresenta boa implantação e relação funcional com a praça. Exemplo relativamente recente (anos 1990 até 2010) deste último caso são os “Faróis do Saber” em Curitiba, já são mais de 50 pequenas bibliotecas (98m²) distribuídas em praças e escolas públicas, estimulando a leitura e ampliando as apropriações das praças onde estão instalados. Desde 2000, os Faróis do Saber oferecem serviços de internet gratuita, oportunizando redes comunicacionais a seus frequentadores.



Figura 33. Farol do Saber na Praça da Espanha em Curitiba. Foto: Acervo QUAPÁ, 2005.

Novos espaços públicos híbridos, entre o edificado e o livre, surgem para os mais diversos fins. Em 1976, Campinas inaugurou seu Centro de Convivência Cultural, projeto de Fábio Penteadó que não apenas atendeu à demanda original – um teatro municipal –, como propôs um conjunto de espaços simultaneamente abertos (com arquibancadas e palco central) e abrigados (o teatro, espaços de exposições e galerias) sob as arquibancadas fragmentadas por espaços livres de tamanhos diversos. O inusitado projeto foi instalado sobre uma praça-jardim (a Imprensa Fluminense) que, antes disso, no século XIX, era um parque (Passeio Público). Por sua complexidade morfológica e de usos, onde se imbricam os espaços edificados e livres, não se pode caracterizar isoladamente nem a Praça (bem de uso comum do povo) nem o Centro de Convivência (bem de uso especial por dentro, mas de uso comum do povo por fora); dessa forma, tem-se uma unidade complexa, um espaço híbrido⁸¹.



Figura 34. Vista aérea do Centro de Convivência de Campinas, implantado na Praça Imprensa Fluminense, projeto complexo, espaço híbrido, sobreposição de tempos, histórias e memórias. Foto do autor, 2008.

⁸¹ Infelizmente, a gestão pública, entre 2005 e 2012, fechou o livre acesso às arquibancadas, acessadas apenas em eventos programados. Solução muito empobrecedora diante de alguns usos indevidos que ocorriam no lugar.

Em 1984, inaugurou-se o Sambódromo do Rio de Janeiro (com capacidade para 75 mil pessoas). Embora tenha recebido várias críticas, o projeto de Oscar Niemeyer demonstrou ser um adequado suporte para os desfiles de escolas de samba no programado carnaval carioca. O sambódromo do Rio de Janeiro estimulou várias municipalidades a construir também seus sambódromos, tivessem seu carnaval demanda para isso, como em São Paulo (1993, para 30 mil pessoas, de autoria de Niemeyer), ou não, como o de Manaus (1991, com capacidade para mais de 100 mil pessoas), Bauru-SP (1990), Paulínia-SP e Rio Branco-AC, dentre outros. Além disso, o sambódromo carioca suscitou a criação de espaços públicos - edificadas/livres - para outras manifestações culturais, como o Bumbódromo de Parintins, inaugurado em 1988 com capacidade para 35 mil pessoas (o que deixa a maioria dos foliões assistindo às apresentações em telões do lado de fora da arena) e o Estádio de Rodeios de Barretos-SP (1989), também para 35 mil pessoas, igualmente projeto de Oscar Niemeyer.



Figura 44. Estádio de Rodeio de Barretos, local da maior festa de peão de boiadeiro do país. Foto: Celso Branicio, [200-].

Para um plano de sistemas de espaços livres, propõe-se considerar todos os espaços livres, inclusive os bens públicos de uso especial. Isso permite relacionar diferentes políticas públicas – educação, saúde, cultura, drenagem urbana, transportes etc. – com as políticas voltadas aos sistemas de convívio, lazer e conservação ambiental. A visão sistêmica e dialética propicia leitura e compreensão maior das potencialidades da totalidade dos espaços livres, evitando-se as limitações de visões compartimentadas (lazer, viário, habitação, saneamento ambiental etc.).

Seguem exemplos, apenas para citar alguns episódios de boa iniciativa de gestões públicas nesse sentido:

- o Programa “Uma Fruta no Quintal” de Diadema (SP) coordenado pelo arquiteto e paisagista Raul Pereira entre 1993 e 1996. Diante da escassez de espaços livres no tecido urbano do município, um dos mais densos do país, o programa envolveu atividades integradas em todas as escolas da cidade. Mais do que simplesmente doar uma muda de árvore frutífera para cada aluno, pelo programa também se realizaram projetos participativos de qualificação dos espaços livres das escolas e discussões sobre o quadro ambiental cotidiano com apoio de atividades artísticas, contribuindo para a construção crítica de jovem cidadania por ações concretas⁸²;
- o Plano do Sistema Municipal de Espaços Livres e Áreas Verdes de Santo André (SP) foi coordenado pelo arquiteto e paisagista Caio Boucinhas, concebido na gestão 2005-2008, mas não implementado devido à mudança de orientação política da gestão seguinte. O plano não se limitou a diagnóstico e proposições sobre os espaços do sistema de convívio e lazer (praças e parques), mas envolveu inclusive os espaços livres situados nos bens públicos de uso especial (escolas, postos de saúde etc);
- Em Rio Branco (AC), a Secretaria de Estado de Habitação e Interesse Social vem promovendo, desde 1999 ao menos até 2011, ações integradas de habitação, saneamento ambiental e implementação de parques lineares adequadamente equipados, com córregos saneados, cicloviás e forte apropriação pela população. Vale destacar que os projetos dos parques lineares na capital acreana não respeitam integralmente as APPs fluviais enquanto faixas a serem florestadas conforme o estipulado pelo Código Florestal,⁸³ nem mesmo atendem à Resolução CONAMA nº 369/2006. Pelo contrário, tais parques priorizam a apropriação pública, lançando mão de gramados, passeios, cicloviás, espaços de estar, de práticas esportivas, quiosques de tacacá, adequada iluminação noturna e áreas arborizadas que não obstruem a visão dos seus usuários, garantindo, inclusive, a segurança do uso noturno dos referidos parques.

Tem-se claro que o ambiente urbano deve considerar os processos naturais mas não deve esquecer sua natureza: humana.

⁸² Cf. PEREIRA, 2006, cap. 5.

⁸³ Em vigor ao menos até a data de finalização desta tese (jul. 2012).



Figura 36. Parque da Maternidade, Rio Branco, primeiro parque linear fluvial implantado na capital acreana, com 6 km de extensão. Foto: Acervo QUAPÁ, 2011.

... Os bens de uso dominical

Os bens dominicais, segundo o *Código Civil*, “[...] constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades [...]” (BRASIL, 2002, p. 79), podendo ser alienados, de acordo com as exigências da lei.

Os espaços livres como bens dominicais podem deixar de existir no momento de sua alienação, ou se o ente público lhes der outra destinação - construção de equipamentos públicos, por exemplo. Via de regra, os espaços livres dessa categoria são terrenos ou áreas ociosas, potenciais a futuras ocupações.

Os espaços livres integrantes do conjunto dos bens dominicais não formam, necessariamente, um sistema de espaços livres em si. Não estabelecem relações socioespaciais ou ambientais suficientemente estruturadas e com relativo grau de autonomia para se caracterizar como um sistema. Alguns bens dominicais podem eventualmente fazer parte de importantes sistemas de espaços livres, como o sistema de espaços livres urbanos de interesse ambiental. Se é incomum ao conjunto total de espaços livres integrantes dos bens dominicais se constituírem em sistema, por outro lado é possível que parte deles tenha essa característica, caso por exemplo de antigos leitos ferroviários desativados no meio urbano que, por sua natureza física – linearidade, baixa declividade e, sobretudo, continuidade e conectividade –, podem se constituir em sistema, mais ou menos integrado a outros sistemas de espaços livres urbanos.

Sendo ativos públicos, é possível integrá-los à proposta de plano de sistema de espaços livres, com chance de se prestar à criação de praças, parques, ou similares, sem onerar o poder público em processos de desapropriação para aquisição de terras para esse fim. Caberia aos órgãos competentes por tais planos analisar o conjunto de bens dominicais do município, o que nem sempre é tarefa fácil, dada a dificuldade na divulgação de informação de tais áreas pelos vários entes públicos.

.. Dimensões públicas no conjunto de espaços livres privados

Os espaços livres privados (quintais, jardins, estacionamentos de centros comerciais, pátios fabris e de centros de logística, vias de acesso e jardins comuns de condomínios, entre outros, além das grandes glebas urbanas privadas, com diferentes graus de cobertura vegetal) constituem boa parte dos espaços livres das cidades brasileiras, apresentando importância significativa no sistema de espaços livres urbanos do país. Nesses locais, ocorre importante parcela da vida cotidiana, do trabalho doméstico ao corporativo, das festas familiares ao lazer em clubes etc.

Embora nas cidades brasileiras os espaços livres privados apresentem, com frequência, área maior do que a dos espaços livres públicos (excluído o sistema viário), sua fragmentação e as restrições ao acesso não permitem caracterizar seu conjunto total como um sistema. Ser parte de um sistema maior (dos espaços livres urbanos) não garante que o conjunto dos espaços livres privados seja suficientemente integrado para constituir um sistema. Não se pode falar, por exemplo, em sistema de espaços livres privados de lazer que abarque todos os espaços livres privados capazes de atender a essa função, pois não há relação (sob esse aspecto) entre os quintais privados de uma cidade, nem eventualmente sequer entre quintais vizinhos separados por altos muros que impedem inclusive sua visibilidade. Também é incorreto afirmar que os espaços livres privados que prestam algum serviço ambiental constituiriam um sistema (autônomo) de espaços livres privados de conservação ambiental, embora, sem dúvida, eles sejam parte integrante do sistema de espaços livres de conservação ambiental geral, que inclui os espaços de propriedade pública e privada. A fragmentação e o isolamento dos espaços livres privados são atributos que, nas

idades brasileiras, caracterizam tais espaços apenas enquanto conjunto de espaços livres privados, ainda que integrantes de sistemas de espaços livres mais amplos.

Evidentemente podem existir sistemas de espaços livres privados em escala menor, intraurbana. Os espaços livres em condomínios residenciais horizontais são exemplo cada vez mais frequente de sistema de espaços livres privados de lazer e mobilidade, envolvendo relações funcionais hierárquicas e complementares – da escala unifamiliar aos espaços de uso coletivo condominial. Contudo, a existência desses microssistemas de espaços livres privados de lazer impacta negativamente a esfera pública geral, pois enfraquecem o uso público de vias de acesso às áreas onde tais condomínios deixam de ser exceção e passam a ser comuns, quando não majoritários no tecido urbano.

Os espaços livres privados, embora voltados, sobretudo, à esfera de vida privada, apresentam características que afetam o ambiente, a paisagem e os usos do espaço urbano, possuindo, portanto, dimensão pública⁸⁴. Dessa forma, espaços livres privados importam não apenas por serem o “outro lado da moeda”, mas, também, por sua contribuição ao “mesmo lado”, da dimensão pública da cidade.

... A natureza (pública) e o espaço livre privado

A natureza (segunda) torna-se cada vez mais mercadoria com o avanço das relações capitalistas de produção. A escassez de recursos naturais e os impactos sobre as relações econômicas causados por relações pouco seguras entre processos socioeconômicos e processos naturais vêm aumentando custos e criando sérias deseconomias ambientais, valorizando-se economicamente, assim, o “ecológico”. O “valor” da natureza impõe-se a partir dos países centrais do capitalismo, construindo-se a ideologia do “desenvolvimento sustentável”⁸⁵. Uma nova tecnoesfera mais “verde”, “limpa”, vem se estabelecendo gradualmente nos territórios, não sem o

⁸⁴ A maior parte das pesquisas e publicações sobre espaços livres urbanos tem como tema os espaços públicos, com frequência associados a questões do cotidiano ou à esfera pública. Os espaços livres privados parecem ser assunto menos relevante para o trato acadêmico científico; no entanto, a leitura sistêmica desses espaços e de sua importância para propostas de SELs é tema que merece maior atenção.

⁸⁵ Cf. CUSTÓDIO et. al., p. 1-12.

apoio da psicoesfera que a legitima⁸⁶, criando-se mais um mito do capitalismo⁸⁷, fundamental para renovar seu padrão de acumulação. Forma-se uma nova etapa de acumulação, ditada pelos países capitalistas centrais, com novas contradições, a começar por uma reapresentação da ideologia do equilíbrio, agora “sustentável”, evidentemente pouco provável diante de uma relação social de produção intrinsecamente forjada no desequilíbrio, na desigualdade, da escala microeconômica à geopolítica.

Não se trata, evidentemente, de ser “contra a natureza”, mas contra o “fetichismo da natureza” produzido pelo atual estágio do capitalismo. Propõe-se considerar a noção de natureza em sua dimensão pública, ou seja, de todos, a despeito da existência, ou não, de propriedades privadas que a fragmentam, impactam e transformam. Isso não significa, tampouco, aderência à ideologia (reduzida) do “bem comum”, tendo em vista a impossibilidade concreta, diante de sociedades de classes, com interesses diferentes, quando não antagônicos, de estabelecê-lo.

A natureza, enquanto objeto de interesse público, deve ser tema da esfera pública, deve ser entendida como objeto político, social, sem que sua complexidade sirva de pretexto para tornar-se assunto exclusivo de ciências específicas, nem apenas das ciências, mas pertinente a todos, crianças, jovens e adultos brasileiros, sem empobrecimento de sua complexidade, sem tabus ou mitos como o da “natureza intocada”⁸⁸.

A *Constituição* brasileira garante a propriedade privada desde que esta atenda sua função social⁸⁹. No meio rural, isso significa propriedade produtiva, respeitados (muito em tese) o que determina o *Código Florestal*. No meio urbano, quem determinaria a função social da propriedade seria o plano diretor. Como vários planos diretores são produzidos ainda como discursos ideológicos⁹⁰, para não serem de fato implementados, pouco se legisla efetivamente sobre a função social da propriedade urbana.

É possível compreender a dimensão pública da natureza enquanto uma das funções sociais da propriedade, seja ela privada ou pública. Não se trata aqui de sobrepor ao social uma natureza idealizada, virgem, primeira, mas de uma natureza

⁸⁶ Sobre a dialética entre tecnosfera e psicoesfera cf. SANTOS, 1996, p. 203-207.

⁸⁷ Maria Adélia de Souza deixa clara a falácia teórica da ideologia do “desenvolvimento sustentável”. Cf. SOUZA, 2006, p. 1-11.

⁸⁸ Cf. DIEGUES, 2008, *passim*.

⁸⁹ BRASIL, 1988, art. 5º, XII e XIII.

⁹⁰ Cf. VILLAÇA, 1999, p. 183-191.

segunda, onde o trabalho humano é reconhecido, assim como os processos naturais (biofísicoquímicos). Desse modo, a existência da propriedade privada não deveria estar acima do interesse público; pelo contrário, as ações privadas sobre a propriedade teriam (em tese) como limite o interesse público, conforme preconiza claramente nossa Constituição (BRASIL, 1988, art. 5º, XXIII, XXIV, art. 156, § 1º, 170, III, art. 182, art. 184, *caput*, art. 185 e art. 185).

Não se pode deixar de envolver os espaços livres privados na discussão e na proposição sobre o ambiente urbano e sobre sistemas de espaços livres. Os processos naturais no urbano⁹¹ são decorrentes da interação entre condicionantes externos e locais. No âmbito local, os espaços livres urbanos, independentemente de serem privados ou públicos, podem apresentar importante papel nos diversos processos ambientais⁹², em função de suas características físicas, formais, de distribuição e de suas conexões.

Infelizmente, observa-se, nas metrópoles e cidades brasileiras de porte médio mais dinâmicas, que os espaços livres privados situados em lotes de ocupação horizontal apresentam clara tendência de crescente ocupação (seja para fins residenciais, comerciais ou industriais de pequeno e médio porte). Assim, a maior parte dos tecidos urbanos dessas cidades vem perdendo milhares ou milhões de metros quadrados de espaços livres intralotes ao longo das últimas décadas. Tal processo não é recente, embora tenha se acentuado desde os anos 1980, revelando o interesse maior dos proprietários por seus terrenos: espaços edificadas para o abrigo das mais diversas funções. As legislações municipais, ao estabelecerem, desde os anos 1970, taxas de ocupação média de 50% para tais lotes, são bastante inócuas.

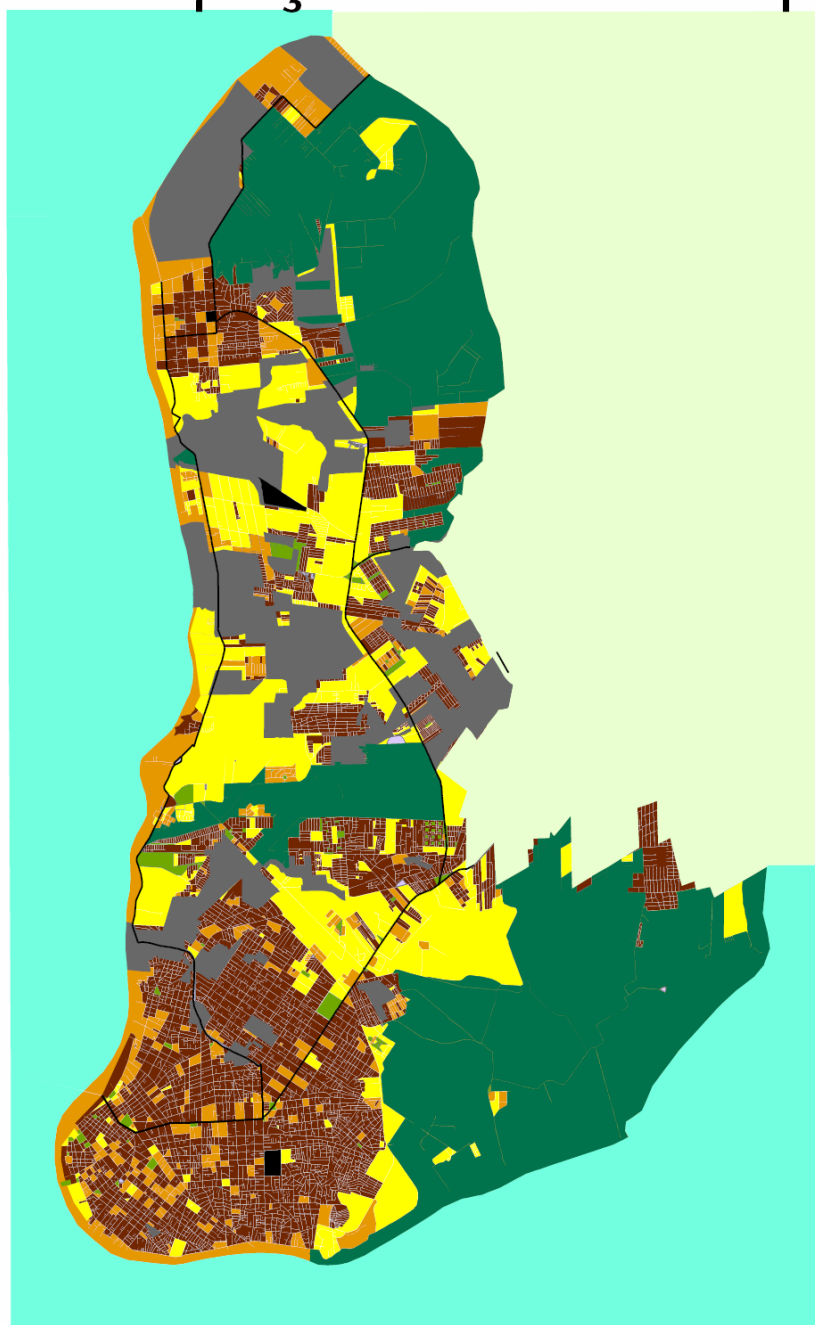
Os quatro mapas a seguir indicam a incidência de espaços livres interiores a cada quadra urbana das seguintes áreas: Belém (área com ocupação urbana), Maceió (área com ocupação urbana), Município de Curitiba e, na figura 40, Ceilândia, Taguatinga, Samambaia e Recanto das Emas, cidades satélites de Brasília. Observa-se, nas áreas mais consolidadas, a reduzida presença de espaços livres intraquadra, regra verificada na grande maioria das cidades investigadas no LAB-QUAPÁ⁹³.

⁹¹ Sobre a relevância dos processos naturais no meio urbano cf. SPIRN, 1995.

⁹² Em item anterior sobre os espaços livres públicos, já se mencionaram as principais contribuições ambientais referentes aos processos naturais dos espaços livres no meio urbano: drenagem pluvial, amenização microclimática, mitigação de poluição, biodiversidade local.

⁹³ Cf. MACEDO et al., 2011, *passim*. Para mais de vinte cidades e metrópoles investigadas na Rede Nacional QUAPÁ-SEL, sob a interpretação de vários pesquisadores, cf. CAMPOS et al. 2012.

Belém - Espaços livres Intraquadra



Legenda

- 0% - 30% de espaços livres
- 30% - 50% de espaços livres
- 50% - 100% de espaços livres
- Favelas
- Parques e Praças

- Área não urbanizada
- Cemitério
- Corpo D'água
- Mata
- Rodovia PA

0 1 2 4 6 8 Quilômetros



Mapa criado por Daniela Valente, produzido sobre bases ProMaps e Google Earth, março de 2010

QUAPÁ

Figura 37. Mapa de espaços livres intraquadra de Belém (área com ocupação urbana). A urbanização mais consolidada situa-se a Sul. Observe-se que as favelas são, também, via de regra, espaços com pouco espaço livre. Fonte: LAB-QUAPÁ, 2010.

Maceió - Espaços livres Intraquadra

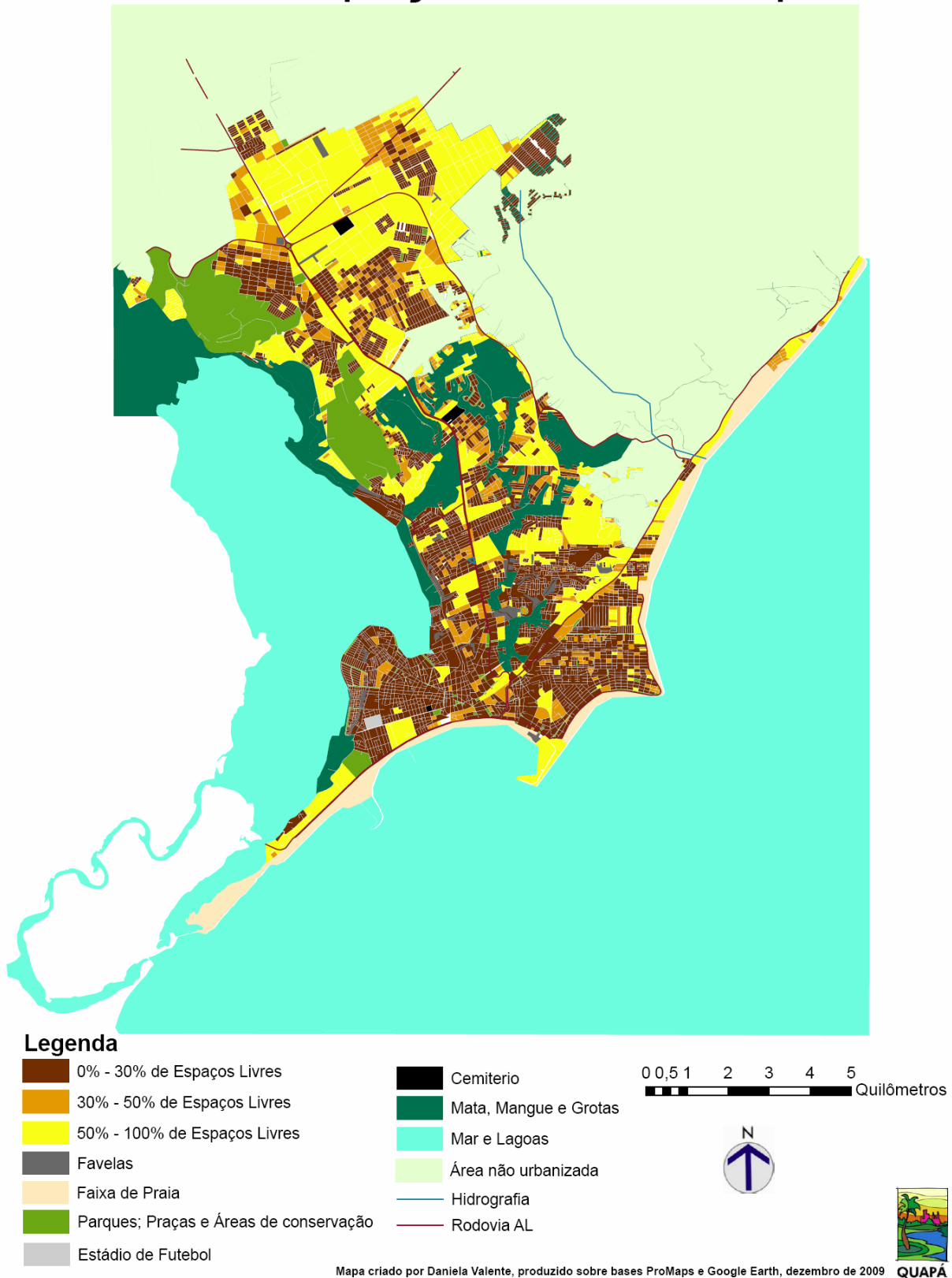


Figura 38. Mapa de espaços livres intraquadra de Maceió (área com ocupação urbana). A urbanização mais consolidada situa-se a Sul. Fonte: LAB-QUAPÁ, 2009.

Curitiba - Espaços Livres Intraquadra

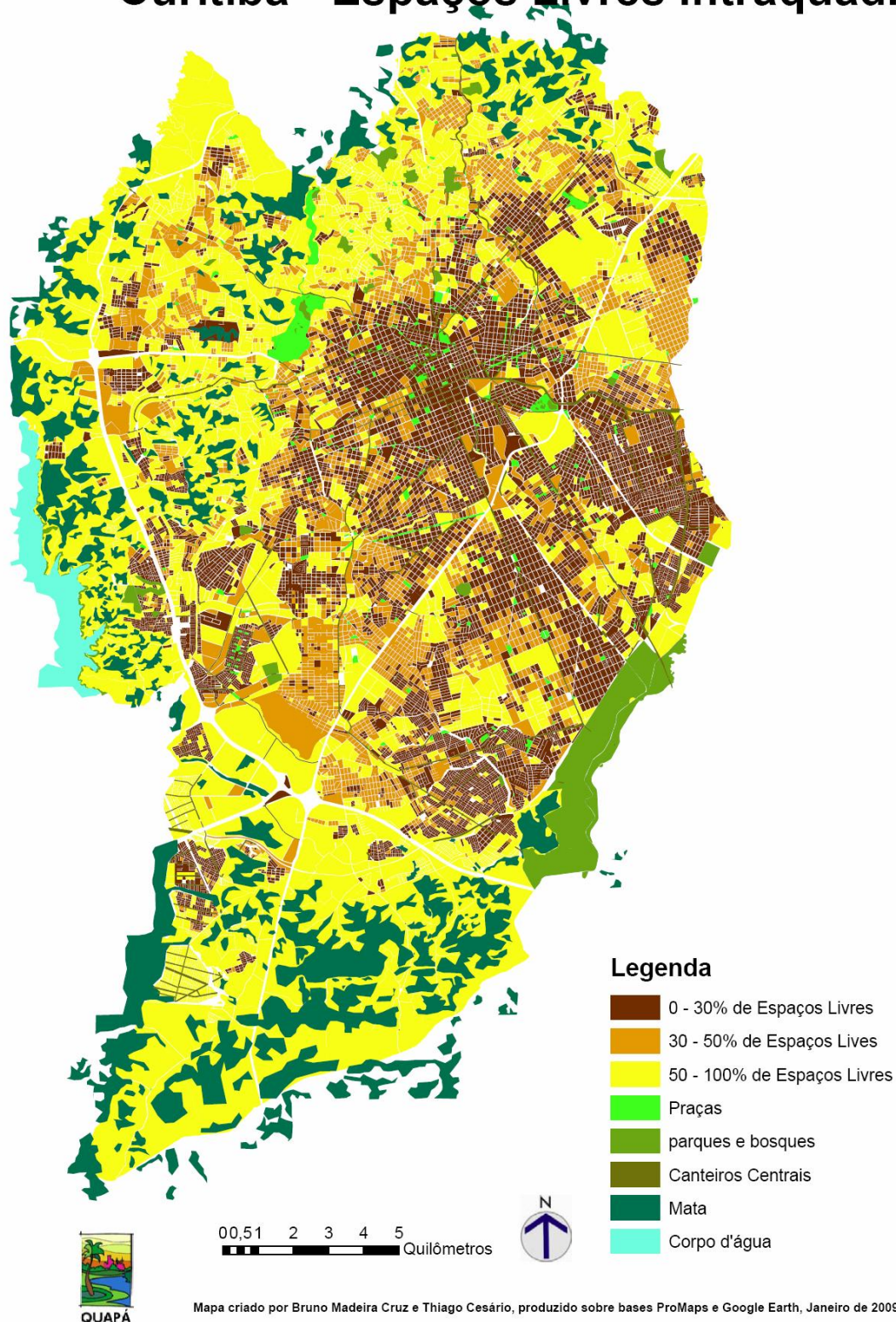


Figura 39. Mapa de espaços livres intraquadra do Município de Curitiba. As áreas que apresentam maior percentual de espaços livres “intraquadra” são, em sua maioria, glebas e terrenos ainda não ocupados, salvo os bairros a Noroeste, de alto padrão e bons percentuais de espaços livres. Fonte: LAB-QUAPÁ, 2009.

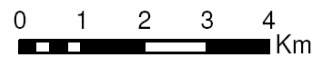
Brasília - Espaços livres Intraquadra

Ceilândia, Taguatinga, Samambaia e Recanto das Emas



Legenda

- | | |
|------------------------------|-------------|
| 0% - 30% de espaços livres | Matas |
| 30% - 50% de espaços livres | Lago |
| 50% - 100% de espaços livres | Cemitérios |
| Praças | Hidrografia |
| Parques | |
| Canteiros centrais | |



Mapa criado por Alexander Villalón e Mariana Yovanovich em abril de 2010, sobre bases ProMaps de janeiro de 2009 e Google Earth de outubro de 2008. **QUAPÁ**



Figura 40. Mapa de espaços livres intraquadra das cidades satélites de Ceilândia, Taguatinga, Samambaia e Recanto das Emas. As áreas que apresentam maior percentual de espaços livres são, sobretudo, espaços não parcelados. Fonte: LAB-QUAPÁ, 2010.

Ainda assim, são vários os espaços livres de maior porte em propriedades privadas que podem assumir importante papel em propostas de sistemas de espaços livres urbanos. Tais espaços, mesmo que não venham a constituir locais de acesso público, podem prestar relevantes serviços ambientais. Há vários instrumentos que permitem conservá-los para esses fins, desde parâmetros urbanísticos de controle da ocupação, até medidas de estímulo fiscal e transferência de potencial construtivo.

... Apropriações públicas de espaços livres privados

Várias são as situações de apropriação pública de espaços livres privados, desde a ocupação informal de terrenos baldios nas inúmeras periferias das cidades brasileiras com campinhos de futebol, até as “praças corporativas” estrategicamente concebidas, inclusive, para valorização imobiliária e/ou da imagem empresarial. Algumas dessas “praças” possuem projetos efetivamente convidativos ao acesso e à permanência do público, destacando para isso sua acessibilidade visual e física. Outras apresentam sistema de objetos que criam áreas de estar agradáveis em subespaços interiores, mas de difícil apreensão aos que transitam pelas vias lindeiras, sendo, por isso, menos utilizadas⁹⁴.

Os recuos frontais nos lotes podem apresentar uma dimensão pública elementar, nem por isso menos importante, de permitir a visibilidade pública de jardins frontais e dos edifícios. Trata-se, na maioria das vezes, de acessibilidade visual e não física, mas revela relação de respeito do privado para com o público. Lamentavelmente, a sensação crescente de insegurança tem levado à construção de muros altos, sobretudo nas metrópoles e médias cidades brasileiras, tornando mais inseguros e empobrecidos tanto os logradouros públicos lindeiros a tais muros, quanto, com significativa frequência, os lotes e condomínios que tomam essa medida.

São inúmeros os espaços livres privados com acesso controlado, mas ainda assim abertos ao público. Os mais banais são as áreas de estacionamento descoberto

⁹⁴ Não são poucas as praças públicas que também padecem desse mesmo equívoco de projeto, fragmentando e obstaculizando o espaço público. Cf. ALEX, 2004, cap. 4.

dos estabelecimentos comerciais e de serviços, em geral com péssimo desempenho ambiental, desde a escala de lojas de bairro até os enormes estacionamentos de *shopping centers*.

Os parques temáticos privados cobram taxas de ingresso por vezes bastante seletivas, mas nem por isso, deixam de apresentar acesso ao público. Não é a tarifagem que distingue a apropriação pública da privada, dado que um zoológico público (bem de uso especial) via de regra cobra ingressos, assim como uma estrada (bem de uso comum do povo) pode ser pedagiada. Considera-se um espaço de apropriação na esfera de vida privada quando se seleciona discriminadamente o acesso a uma propriedade privada: um clube, um espaço residencial seja ele unifamiliar ou condominial etc.

Espaços culturais privados de acesso público são pouco frequentes no país. A elite, via de regra, mais se apropria de benesses públicas do que disponibiliza seu acervo em local privado aberto para visita pública. A maior exceção é o Instituto Cultural Inhotim, situado no Município de Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte. O local abriga importante coleção particular de arte contemporânea - instalações e obras de grandes dimensões -, bem como exposições temporárias e espaços para outras atividades culturais e educacionais. Os pavilhões se distribuem em meio a extensos jardins e fragmentos de mata, criando um dos únicos jardins botânicos privados do país aberto ao público, com a maior coleção de palmeiras, num projeto de altíssimo nível e excelente manutenção.



Figura 41. Pavilhão de Adriana Varejão em Inhotim, instituição privada de grande interesse público. Foto do autor, 2009.

.. Hibridismos – a complexidade e a dialética do concreto

Os espaços livres urbanos, diferentemente dos edificados, formam um sistema, um objeto complexo, cujos elementos estão em constante transformação, mesmo quando não há mudança em sua fisionomia, na medida em que mudam seus papéis e atributos relacionais com o movimento da sociedade.

Afastando-se das determinações legais, de seu raciocínio classificatório e “separatista”, e se aproximando da realidade concreta, observa-se forte hibridismo entre espaços livres que integram oficialmente um ou outro subsistema de espaços livres (viário, de lazer, de conservação ambiental), mas que, na prática desempenham mais que um papel (circulação, convívio, drenagem, conexão ecológica etc.).

A questão ambiental não pode ser concebida como um sistema de espaços livres à parte, tampouco pode ser reduzida aos sistemas de unidades de conservação, mesmo que acrescidos dos demais espaços legalmente protegidos em âmbito federal (APPs), ou pelos zoneamentos ambientais estaduais e municipais (ZPAMs, ZCAs, etc.). Os diferentes espaços vegetados ou mesmo apenas permeáveis (dunas móveis, por exemplo), mais ou menos processados pela sociedade, integram tal sistema. Não se pode desconsiderar uma rotatória gramada, uma rua arborizada, sequer um teto jardim. Evidentemente, como tais espaços apresentam diferentes propensões a continuar com seus atributos ambientais, trata-se de um sistema bastante dinâmico, pondo em xeque posturas ambientalistas fundadas apenas em legislações proibitivas, restritivas a ocupações e usos. É necessário não só limitar, mas também estimular ações ambientalmente adequadas e processos participativos de gestão do território, não tratando isoladamente a questão ambiental.

A presença mais forte de vegetação em praças, parques urbanos e congêneres, associada à permeabilidade do solo, já desempenha importante papel ambiental (para a drenagem pluvial e para amenização microclimática). De forma análoga, muitas unidades de conservação apresentam alguma área que se presta ao lazer público, bem como várias Áreas de Preservação Permanentes (APPs) apresentam-se associadas a parques, portanto também se prestando ao convívio público. Não se recomenda, desse modo, dissociar os subsistemas de espaços de convívio e lazer do subsistema de espaços de conservação em análises visando proposições de qualificação de um

ou outro subsistema, ainda que, sem dúvida, existam espaços livres que pertençam isoladamente a um ou a outro subsistema.

Vale enfatizar a natureza multifuncional que caracteriza os espaços livres públicos, sobretudo os de uso comum do povo. Por outro lado, deve-se observar que espaços livres de interesse para a conservação ambiental e ecológica podem se situar em propriedades privadas; portanto, o subsistema de espaços livres de conservação ambiental inclui espaços públicos e privados. De forma análoga, o sistema de circulação também possui, em vários de seus elementos, atividades de convívio e lazer público. Dessa maneira, tanto espaços livres podem cumprir mais que uma função, quanto as ações públicas podem se realizar em mais do que um subsistema de espaços livres.

As APPs urbanas são em boa parte propriedades públicas, sobretudo em virtude da impossibilidade legal de uma maior ocupação⁹⁵. Felizmente, cresce a conscientização sobre a lei e sua aplicação, reduzindo a implementação de novas vias junto às margens de cursos d'água, tão frequentes entre os anos 1960 e 2000. Propicia-se, dessa forma, o estabelecimento de parques lineares fluviais, apesar de muitos deles não obedecerem ao preconizado pelo Código Florestal (vigente ao menos até meados de 2012), criando áreas gramadas ou pavimentadas nas margens dos corpos d'água em maior extensão do que o previsto em lei⁹⁶.

Considera-se a resolução CONAMA nº 369/06 um avanço ao reconhecer distinções entre as APPs em meio urbano e em meio rural; no entanto, no que tange ao tratamento das APPs para fins de utilidade pública, ainda há muito o que se aperfeiçoar. O percentual estabelecido para as áreas não florestadas (20%) pode ser muito baixo para vários casos, por exemplo, junto a córregos de bairros periféricos, onde há carência de espaços públicos para lazer. Não seria preferível haver, nessas áreas, um parque linear iluminado a um simples corredor florestal a fragmentar o

⁹⁵ O *Código Florestal* (1965) estabeleceu inicialmente faixas de preservação permanente junto aos corpos d'água, topos de morro e encostas íngremes (superiores a 100%). A Lei Federal nº 6766/79 indicou como áreas *non aedificanti*, ainda que em faixas mais reduzidas (15 m), as margens dos córregos e impede a venda de lotes com declividade superior a 30%. A aplicação do *Código Florestal*, no que se refere às APPs, nas áreas urbanas se impôs com maior atenção somente a partir 1989, mesmo assim, tal se verificou com maior ênfase no que tange às APPs fluviais e lacustres. Os topos de morro, via de regra, seguindo a tradição urbana brasileira, continuam a ser loteados e ocupados. Os topos de morros junto a encostas de declividades baixas e médias são, de fato, locais bastante propícios à abertura de vias e à ocupação urbana (vide, por exemplo, a Av. Paulista em São Paulo).

⁹⁶ Em virtude das áreas ocupadas por favelas, o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA – baixou resolução (nº 369/2006) estabelecendo percentuais máximos específicos passíveis de edificação, impermeabilização ou ajardinamento de APPs urbanas quando voltadas ao interesse social (habitação de interesse social) ou utilidade pública (parques etc.). Cf. CONAMA, 2006.

tecido urbano? O que significam florestas lineares no cotidiano noturno de trabalhadores e estudantes em tais áreas periféricas? É preciso reconhecer as especificidades da urbanização brasileira, suas contradições e conflitos, mais que idealizar situações “naturalísticas” geradas em culturas exógenas, como a da América anglo-saxônica. Mesmo lá, a legislação de proteção florestal aos cursos d’água no meio urbano não é, via de regra, tão rígida quanto aqui.

Nas grandes cidades e metrópoles, muitas APPs foram ocupadas por favelas. Construídas em áreas de menor interesse para o mercado formal, tratadas com pouco zelo pelo poder público, são solução habitacional consentida pelo Estado que viabiliza o subemprego, o mercado informal e incrementa o exército de reserva de mão de obra, desobrigando não só as empresas de dar melhores salários, que viabilizem de maneira digna a reprodução das classes trabalhadoras, mas também o poder público de realizar políticas habitacionais mais sérias, permitindo canalizar mais recursos públicos aos interesses do capital financeiro e produtivo.

A reurbanização dessas áreas por iniciativa dos poderes públicos vem procurando mitigar os riscos ambientais, com resultados mais ou menos efetivos nas variadas cidades e gestões administrativas. Não se observa correlação entre porte, orçamento público e o sucesso maior deste ou daquele programa de intervenção, revelando ser a decisão política governamental estadual e municipal variável mais expressiva em relação ao enfrentamento do problema. Têm-se ainda grandes desafios simultâneos quanto ao provimento de saneamento público, de habitações e espaços livres públicos de convívio e quanto à conservação ambiental. Consideram-se insuficientes as iniciativas que apenas legalizam a situação fundiária dos moradores e garantem acesso a pedestres, a veículos e a redes de infraestrutura primária. Também a tímida urbanização, na gestão 2009-2012, de estreitas margens de alguns córregos paulistanos que continuam poluídos, não deveria receber a denominação de *parque linear*. É preciso maior seriedade das gestões públicas, para além do *marketing* urbano e político.

Em item anterior, discorreu-se sobre dimensões públicas dos espaços livres privados. De forma análoga, observam-se várias apropriações privadas de espaços livres públicos, sendo que algumas fortalecem a vida pública, como a presença de atividade comercial em ruas, praças e parques – desde que não prejudiquem em demasia as demais atividades próprias de tais espaços (circulação, convívio, fruição da paisagem etc.) –, enquanto outras ferem claramente o princípio constitucional do

direito de ir e vir, caso do fechamento de ruas e bairros, quer sejam ocupados por estratos de renda média e alta, quer seja devido ao “toque de recolher” imposto pelo crime organizado a comunidades de baixa renda.

A presença de comércio informal nos logradouros públicos apresenta aspectos positivos e negativos, revelando-se uma alternativa de renda e trabalho que contribui para a esfera pública. Algumas praças, sobretudo em áreas não centrais, só apresentam movimento em decorrência da existência de algum estabelecimento comercial. É ele que motiva o convívio público.

Feiras podem caracterizar a dinâmica de certas ruas, praças⁹⁷, bairros e mesmo de algumas cidades brasileiras, pois se configuram não só como espaços de trabalho, renda, lucro e consumo (domínio das necessidades), mas também de encontros, convívio, cultura e vida pública (domínio da liberdade).



Figura 42. Camelódromo junto a terminal de ônibus em Campinas. Espaço de intensa apropriação pública. Foto do autor, 2005.

Em situações de maior densidade, o comércio informal pode propiciar fraudes fiscais de certa relevância, envolvendo redes de comércio ilegal, não raro com participação de lojistas oficialmente estabelecidos. Os camelôs, aliás, deixam de perambular e se fixam no solo público, cobrando, no mercado informal, alto valor

⁹⁷ Sobre a qualificação da vida pública a partir de feiras em praças cf. GONTIJO, 2006, cap. 2 e 3.

pelo “ponto comercial”. A presença dos camelôs fixos nas vias públicas pode dificultar a circulação de pedestres, assim como bancas de jornal e similares chegam a se constituir em barreiras aos transeuntes nas calçadas mais estreitas, e não são poucas as que não passam de metro e meio nas áreas centrais de nossas cidades.

As apropriações são o lado dinâmico do espaço, ao passo que sua materialidade constitui seu componente inercial⁹⁸, que, nem por isso significa estaticidade, pelo contrário, a paisagem está sempre se transformando, ainda que as formas materiais possam apresentar maior duração que as ações sobre elas realizadas. O espaço é um híbrido em movimento, mesmo quando sua materialidade apresenta maior permanência no tempo. Entre os espaços urbanos, são os espaços livres os que mais facilmente podem acolher mudanças. Essa capacidade, entretanto, não apresenta apenas dimensão positiva, dado que se estabelece dialética espacial por meio da qual contradições e conflitos, presença e ausência, riqueza e pobreza, força e fragilidade, violência e solidariedade são manifestações acolhidas o tempo todo pelos espaços livres urbanos, notadamente os de apropriação pública.

O atravessamento dos processos sociais sobre os sistemas de espaços livres inclui dinâmicas capazes de transformar espaços públicos que se “privatizam” assim como, por outro lado, espaços privados, ou destinados a usos bastante específicos, que fortemente se “publicizam”. Não se trata aqui de desafetações ou desapropriações fundiárias, mas da natureza efetiva das apropriações sociais de tais espaços.

Os sistemas de espaços livres urbanos são claro exemplo da diferença entre o espaço concebido, o percebido e o vivido, que compõem a tríade lefebvriana⁹⁹. O espaço proposto pelos técnicos (espaço concebido) isoladamente, idealiza sua futura apropriação, ainda que por vezes de maneira equivocada, pois o espaço livre vivido se transforma, transgredindo planos inicialmente estabelecidos pelo Estado e pelos agentes imobiliários.

Não cabe apenas reconhecer a crítica de Lefebvre sobre a ação do Estado, vale lembrar que não são rígidas as relações entre Estado e capital, na medida em que a concretude das gestões públicas se coloca como campo de embate na defesa dos interesses dos diferentes agentes sociais. A correlação de forças entre os diferentes agentes é função de sua capacidade de se fazerem representar, não apenas por meio

⁹⁸ Cf. SANTOS, 1996, p. 113.

⁹⁹ Cf. LEFÈBVRE, 2009, p. 38-46.

de processos lobistas, mas também diante das afinidades culturais, políticas e ideológicas entre técnicos e dirigentes do poder público e os agentes sociais envolvidos na produção e na apropriação do espaço.

As relações estruturais entre Estado, capital e trabalho não são fixas, se estabelecem em processo dialético, cujo futuro é sempre possibilidade em aberto. Nesse sentido, melhor será compartilhar experiências com a população em busca de processos participativos de projeto e gestão dos sistemas de espaços livres, de sorte que se propiciarão espaços mais adequados aos usos desejados pelas pessoas. Não se trata apenas de atender demandas, mas de discussão e conscientização sobre a dimensão pública do espaço, do reconhecimento de direitos e deveres individuais e sociais. Um processo participativo assim estabelecido permite o reconhecimento da alteridade, da troca de saberes e da construção coletiva de conhecimento novo. Potencializa-se uma pedagogia do espaço público, crítica, participativa, política e cidadã. O dissenso e o consenso se constituirão dialeticamente em tal processo participativo de constituição de uma razão pública comunicativa, certamente enriquecendo a esfera pública política.

Dessa maneira, não apenas no futuro distante, mas também no presente urbano brasileiro, se potencializará o imprevisto enquanto ação não planejada e fundamental para o exercício criativo da cidadania, que tem campo fértil para sua ocorrência nos espaços livres de acesso público. Os espaços livres não apenas se prestam para as funções e usos até aqui comentados, eles vão além, “são uma reserva de imaginação”¹⁰⁰, bem como “o jardim na cidade é um fragmento de sonho”¹⁰¹ e isso, decididamente, não é pouco.

¹⁰⁰ BARTALINI em entrevista ao LAB-QUAPÁ, out. 2010.

¹⁰¹ CORAJOUUD apud MAGNOLI, 2006, p. 217.



Figura 43. Parque Urbano Vale do Açaí em Rio Branco. Foto do autor, 2011.



Figura 44. Fortaleza, segunda mais populosa metrópole do Nordeste em 2010. Foto: Denis Cossia, 2009.

Capítulo 3

SOBRE A URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA

A cidade é o lugar em que o Mundo se move mais; e os homens também. A co-presença ensina aos homens a diferença. Por isso, a cidade é o lugar da educação e da reeducação. Quanto maior a cidade, mais numeroso e significativo o movimento, mais vasta e densa a co-presença e também maiores as lições e o aprendizado.

Milton Santos

Este capítulo trata da urbanização contemporânea brasileira, com ênfase nos processos mais gerais, caracterizadores da rede urbana. Impossível dissociar o processo de urbanização dos processos que estabelecem a formação socioespacial do país. Dessa maneira, compreender o processo de urbanização contemporânea no Brasil não se faz sem se interpretar o território, no tempo.

Apresentam-se correlações gerais entre as gestões governamentais, sobretudo no que tange às políticas macroeconômicas e seus impactos na economia, no território e na constituição da sociedade urbana brasileira. Toma-se para tanto a evolução de indicadores econômicos e sociais básicos. Com isso, é possível perceber que o período dito da urbanização contemporânea no país nada tem de homogêneo, nem se trata de uma evolução linear. O processo socioespacial não se explica a partir de uma variável ou instância dominante, mas sim pelas relações dialéticas entre as instâncias da sociedade: cultura-ideologia, economia, espaço e política (SANTOS, 1985, p. 1-4).

Em seguida, discorre-se sobre aspectos da rede urbana brasileira no presente. Considerando-se a rede urbana como um sistema, na acepção moriniana do termo, propõe-se entender as regiões metropolitanas do país a partir de suas escalas de

influência e intensidade de relações de caráter metropolitano. Tem-se, assim, não uma simples hierarquia funcional, mas uma leitura sobreposta que permite interpretar o sistema de metrópoles brasileiras.

Discorre-se sobre a megalópole do Sudeste, entidade urbana nova, dinâmica e em expansão, não institucionalizada, mas reconhecida pelo capital e vivenciada cotidianamente por parcelas crescentes da população paulista, fluminense e de alguns municípios mineiros¹⁰².

A crescente urbanização no país fortalece as cidades médias, mas ainda mais as metrópoles, propiciando a estruturação de territórios megalopolitanos e protomegalopolitanos. São situações de maior complexidade, apresentando tensões, contradições e conflitos que, por sua sociodiversidade e dinâmica, propiciam maior riqueza à esfera pública, na medida, também, em que se restabeleceu a democracia nos anos 1980 e diminuiu-se a pobreza a partir de 2003.

As questões referentes à esfera pública na escala dos subespaços intraurbanos, de que tratam mais comumente o urbanismo e o paisagismo, serão alvo maior de discussão no capítulo seguinte.

■ **Correlações gerais: (des)governos, (des)economias e sociedade urbana**

Na década de 1960, o Brasil passou a ser majoritariamente urbano. O censo de 1960 apontava 54,9% da população ainda vivendo no campo e 45,1% morando nas cidades, ao passo que, em 1970, o censo mostrava resultados praticamente inversos: 56,0% da população já viviam em cidades e 44,0% habitavam nas zonas rurais (IBGE, 2011a, Tabela 1.9).

Em termos absolutos, a população rural registrada nos censos cresceu, ainda que a taxas mais modestas, até o ano de 1970, atingindo 41,60 milhões de habitantes, mas, daquela data em diante, vem diminuindo paulatinamente, atingindo 29,83 milhões de habitantes em 2010, ao passo que a população urbana passou de 52,90

¹⁰² Em tese de doutorado já se apresentou a formação da Megalópole do Sudeste (QUEIROGA, 2001, cap. 3); aqui, onze anos depois, avançou a pesquisa sobre sua consolidação e expansão.

milhões em 1970 para 160,93 milhões de habitantes nesse mesmo ano (IBGE, 2011a, Tabela 1.8).

Em meio século, entre 1960 e 2010, a população brasileira passou de 70,99 milhões de habitantes para 190,76 milhões de habitantes, um crescimento de 119,77 milhões de habitantes, ou um aumento de 168,71%. Mais notável ainda foi o crescimento da população urbana no período, pois as cidades receberam novos 128,93 milhões de habitantes, ou um aumento de 402,91%. Quintuplicou em cinquenta anos! No mesmo período, a população rural declinou em 23,49%¹⁰³.

Sem dúvida a virada do Brasil rural para o urbano ocorrida na década de 1960 é fruto de ações pretéritas que começaram com o esforço pela industrialização promovido no país por Getúlio Vargas nos anos 1930. Contudo, se a partir de Vargas pode-se falar em modernização da economia do país, com claros reflexos na urbanização brasileira, é somente a partir dos anos 1960, com a maioria da população vivendo cada vez mais em cidades, que se criaram as condições para o fortalecimento:

- do mercado interno, já que mesmo os pobres urbanos são consumidores de mercadorias em níveis muito mais altos que os pobres que vivem no campo;
- das classes médias, sobretudo diante da estrutura agrária do país marcada pelo latifúndio;
- da esfera pública política, dado o cotidiano urbano apresentar maiores condições de troca e de comunicação.

Contraditória e dialeticamente, se estabeleceu na década de 1960 a ditadura militar, evitando, com apoio dos Estados Unidos, o avanço de ações progressistas de esquerda iniciadas no governo João Goulart. Como processo histórico (social, político e econômico), podem-se dividir os anos da ditadura militar em ao menos dois períodos: o de sua instauração e recrudescimento e o do lento processo de abertura engendrado pelo governo Geisel (1974), que culminou na saída dos militares do (centro) do poder ao final do mandato de seu sucessor, João Figueiredo.

É neste segundo momento da ditadura militar (1974-1984) que se inicia o período contemporâneo da urbanização brasileira, em consonância com a reestruturação produtiva promovida pelas grandes corporações capitalistas

¹⁰³ Dados em números absolutos em IBGE, 2011a, Tabela 1.8.

transnacionais, acelerada a partir da primeira crise do petróleo (1973)¹⁰⁴. As crises provocadas pelo aumento dos preços do petróleo nos anos 1970 motivaram as grandes alterações na ordem econômica capitalista que vigoravam desde o segundo pós-guerra.

Os avanços tecnológicos nos setores de telecomunicação e informática propiciaram novos padrões da acumulação do capital, dito agora “flexível”, com enormes avanços no setor terciário, dispersão estratégica das atividades secundárias apoiadas pela modernização das atividades de logística, abertura e expansão dos mercados e integração e centralização das atividades do mercado financeiro agora mundial. O processo de globalização, imposto violentamente pelos países centrais do capitalismo através de seus governos, de grandes empresas e das organizações mundiais, sobretudo de comércio internacional e de apoio (controle) financeiro¹⁰⁵, se constitui em nova forma de dominação – globalitarismo (SANTOS, 2000, p. 53-55).

Os reflexos dessa reestruturação no território são muitos: avanço da urbanização mundial¹⁰⁶, crescimento da importância dos principais centros de comando da economia (as denominadas cidades globais)¹⁰⁷, inchamento das grandes cidades dos países em desenvolvimento¹⁰⁸, estabelecimento de um meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996, p. 190-192) e comunicacional (QUEIROGA, 2006, p. 129-131).

O urbano não se restringe mais às paisagens citadinas e passa a “habitar” o campo. Não se trata mais apenas da secular suburbanização estadunidense, inicialmente restrita à moradia e seus subespaços de apoio. Na urbanização contemporânea mundial, fábricas, residências, centros de pesquisa e desenvolvimento, espaços de comércio e serviços de alta complexidade se dispersam nas regiões mais densas do meio técnico-científico-informacional, estejam elas na Europa, na Ásia ou nas Américas.

¹⁰⁴ Obviamente as datas que delimitam os períodos são marcos simbólicos de processos que não se iniciam e se concluem de maneira rígida no tempo. A datação é balizadora da evidência e dominância de certos aspectos dos processos socioespaciais capazes de caracterizar e nomear um determinado período.

¹⁰⁵ Entre elas os maiores destaques são da Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

¹⁰⁶ Segundo a ONU (UNITED NATIONS, 2010), em 2010, a população urbana do planeta ultrapassou a população rural. Em 2011, a população urbana da China ultrapassaria a rural.

¹⁰⁷ Há que se ter cautela no uso da expressão “cidade global”, sobretudo em relação às cidades dos países em desenvolvimento. Cf. FERREIRA, 2003, p. 24-36.

¹⁰⁸ Em 1970, entre as 20 maiores aglomerações urbanas do mundo, 11 estavam em países em desenvolvimento; em 2010, esse número passa para 16 (ONU, 2009).

No Brasil, nos anos 1970, se estabeleceram novos padrões de urbanização a partir da ocupação da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro e do empreendimento Alphaville em Barueri, região metropolitana de São Paulo. Ambos privilegiaram a esfera privada, com a implantação de condomínios (Barra da Tijuca) e loteamentos fechados (Alphaville), e buscaram relativo isolamento perante a cidade tradicional. Tem-se nova etapa do processo de segregação socioespacial, novo patamar da fragmentação do espaço urbano, com evidente prejuízo para as ações cotidianas da esfera pública¹⁰⁹.

Lançado em 1974, também como resposta à crise de 1973, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), implementado parcialmente no governo Geisel, propunha o fortalecimento interno da economia com forte concentração de investimentos na Região Sudeste. Já a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) que integrava o II PND (cf. capítulo IX) propunha o fortalecimento de cidades médias, evitando-se o inchamento dos grandes centros e buscando-se diminuir as desigualdades regionais no país¹¹⁰. Maria Adélia de Souza (1999, p. 138-142) demonstrou que as diretrizes econômicas, setoriais e concentradoras do II PND tiveram maior destinação de recursos públicos no apoio aos capitais privados que as diretrizes geográficas, globais e descentralizadoras da PNDU. As cidades médias que mais receberam recursos foram, não por acaso, exatamente as do entorno da Região Metropolitana de São Paulo, ocasionando uma “dispersão concentrada” das atividades da metrópole paulistana.

Entre 1973 e 1974, o governo federal instituiu as nove primeiras regiões metropolitanas (RMs) do país: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Visava-se a fortalecer o papel macrorregional das mais importantes capitais estaduais da época¹¹¹, numa atitude

¹⁰⁹ Cf. estudo comparado sobre o processo de produção de Alphaville e Barra da Tijuca em CAMPOS, 2008.

¹¹⁰ A PNDU propunha para o território brasileiro, grandes áreas de intervenção:

- Contenção das grandes metrópoles (São Paulo e Rio de Janeiro);
- Controle das demais RMs criadas em 1973, além do Distrito Federal e das microrregiões mais dinâmicas do entorno da RM de São Paulo (Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba);
- Dinamização das áreas que recebiam diretamente os impactos dos núcleos acima citados, ou seja, a maior parcela da Região Sul e Sudeste e o litoral, zona da mata e parte do agreste nordestino, porção centro-sul da Região Centro-Oeste, além de Manaus;
- Promoção das áreas mais subdesenvolvidas da época: sertão nordestino, Vale do Jequitinhonha, Vale do Ribeira, fragmentos da região Sul, Pantanal, norte da Região Centro-Oeste e a Amazônia (excetuadas as áreas de Manaus e Belém) - Cf. SOUZA, 1999, p. 134-138.

¹¹¹ Em 1970, o país possuía apenas cinco cidades com mais de um milhão de habitantes (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Salvador). Em 2010, são quinze as cidades com mais de um

contrária às propostas descentralizadoras do PNDU, mas em sintonia com o interesse dos grandes capitais privados.

Tem-se, portanto, no início dos anos 1970, marcos nacionais e internacionais, econômicos, políticos, institucionais e urbanísticos que permitem identificar o início do período da urbanização contemporânea atualmente em curso (2012). Até aqui, as transformações socioespaciais brasileiras foram enormes, visto que, entre 1970 e 2010, portanto em apenas quarenta anos:

- a população passou de 94,5 milhões para 190,8 milhões¹¹², um crescimento de 101,9%;
- a população urbana cresceu 204,2%, atingindo 160,9 milhões de habitantes¹¹³ e uma taxa de urbanização de 84,34%;
- a fertilidade passou de 5,02 filhos por mulher para apenas 1,86 filhos¹¹⁴, com queda de 62,9%;
- a mortalidade infantil declinou de 128,9 por mil nascidos, para 19,4 por mil¹¹⁵, com queda de 84,9% (!);
- O PIB, em valores deflacionados, subiu de 1,73 trilhões para 4,03 trilhões de reais, fazendo a renda per capita passar de R\$ 8.605,69 para R\$ 20.687,39¹¹⁶.

Evidentemente, a evolução dos dados demográficos, sociais, econômicos e de urbanização não se deu de maneira linear no tempo. As correlações entre ações governamentais, dinâmica econômica, urbanização e crescente qualificação de índices de saúde, educação e renda da população brasileira não são redutíveis a equações matemáticas, para não dizer das complexas e dinâmicas relações que caracterizam a dialética entre a pretensa inserção internacional do país e os interesses internacionais sobre o Brasil. O avanço da renda dos mais pobres não se realizou de maneira proporcional ao crescimento econômico, assim como as mudanças havidas na sociedade, em sua economia e em seus espaços de vida, não se transformaram estruturalmente. A sociedade, agora urbana, ainda mantém indignas desigualdades socioespaciais, educacionais e econômicas. O país, oficialmente uma república

milhão de habitantes: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Fortaleza, Belo Horizonte, Manaus, Curitiba, Recife, Porto Alegre, Belém, Goiânia, Guarulhos, Campinas e São Luís (IBGE, 2011a, Tabela 1.6 e IBGE, 2011b, p.36).

¹¹² IBGE, 2011a, Tabela 1.4.

¹¹³ Ibid.

¹¹⁴ WORLD BANK, 2010.

¹¹⁵ Ibid.

¹¹⁶ Valores deflacionados, em reais de 2011. Cf. IPEA, 2012.

federalista, ainda apresenta um Estado patrimonialista¹¹⁷, sitiado pelas elites, apoiando e sendo apoiado por uma estrutura social patrimonialista (FERREIRA, 2012), o que muito explica as contradições do desenvolvimento econômico com forte atraso social, aliadas à expatriação de excedentes que caracteriza a “acumulação entravada” no Brasil, na acepção de Csaba Deák (1999, p. 21-30).

As tabelas abaixo apresentam dados econômicos e sociais dos últimos anos (completos) de cada governo, desde Médici até a última gestão Lula (2007-2010), sintetizando informações que permitiram identificar “subperíodos” da urbanização contemporânea brasileira apresentados a seguir.

Tabela 1. Síntese de dados econômicos no último ano completo de governo

Governo	PIB (em bilhões de R\$ de 2011) (1)	PIB per capita (em R\$ de 2011) (1)	Exportações como % do PIB (2)	Dívida ext. sobre o PIB (%) (2)	FBCF (3) (R\$ bilhões de 1999) (4) (5)	Investimento Estrangeiro (US\$ bilhões) (2)	Reservas (US\$ bilhões) (2)	Inflação (4)
Lula (2007-2010)	4.032,80	20.686,33	10,3	4,62	366,10	44,44	288,58	5,9
Lula (2003-2006)	3.372,24	17.941,26	14,4	7,73	236,53	18,78	85,84	3,1
Cardoso (1999-2002)	2.940,88	16.402,92	14,0	19,68	188,60	16,59	37,83	12,5
Cardoso (1995-1999)	2.710,87	15.766,71	6,9	27,85	198,48	28,70	36,14	1,6
Itamar Franco (1993-1994)	2.451,46	15.379,43	9,5	17,45	167,75	3,07	38,49	1.093,8
Collor (1990-1992)	2.223,58	14.384,46	9,1	23,29	130,08	2,06	23,27	1.158,0
Sarney (1985-1989)	2.311,77	15.716,84	11,0	20,66	174,19	1,13	3,73	1.782,9
Figueiredo (1979-1984)	1.868,27	14.007,11	14,1	33,18	137,67	1,59	11,96	233,9
Geisel (1974-1978)	1.622,39	13.969,44	6,7	15,61	170,82	2,01	12,19	77,2
Médici (1969- 1973)	1.174,48	11.375,95	9,2	9,73	124,05	1,30	6,51	15,6

Fontes e observações:

(1) IPEA, 2012.

(2) World Bank. 2012.

(3) FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo.

(4) IBGE, 2012.

(5) Para as datas superiores a 1999, dados da FBCF do IBGE e cálculos de deflatores com base no IPCA (IBGE, 2012) dos respectivos períodos.

¹¹⁷ A formação do patronato político brasileiro, tão bem apresentada por FAORO (1998, passim), continua presente na contemporaneidade, ainda que novos agentes sociais tenham assumido oficialmente o poder político; as práticas patrimonialistas, utilizando a gestão do público para a manutenção de privilégios da elite e da “nova” elite política permanecem.

Tabela 2. Síntese de dados socioeconômicos no último ano completo de governo

Governo	Taxa de urbanização (%) (1)	População pobre (%) (2)	Expectativa de vida (anos) (2)	Taxa de mortalidade infantil (por mil) (2)	Taxa de analfabetismo (%) (1)	Taxa de desemprego (%) (1)	Salário Mínimo (US\$) (3) (4)
Lula (2007-2010)	84,36	21,4	72,8	19,4	9,0	6,7	272,15
Lula (2003-2006)	84,18	26,28	71,8	24,8	10,4	9,9	140,19
Cardoso (1999-2002)	81,85	34,4	70,7	31,6	12,0	12,6	82,73
Cardoso (1995-1999)	79,43	35,1	69,5	40,2	13,7	9,4	113,05
Itamar Franco (1993-1994)	77,39	42,1	67,9	50,3	15,9	6,0	82,26
Collor (1990-1992)	76,07	41,4	67,1	54,7	18,3	6,4	81,62
Sarney (1985-1989)	74,06	48,3	66,0	61,5	19,7	3,0	105,53
Figueiredo (1979-1984)	70,52	SI	64,1	75,6	23,3	4,3	62,9
Geisel (1974-1978)	65,36	SI	61,7	100,0	25,5 (5)	SI	89,81
Médici (1969- 1973)	59,51	SI	51,7	117,9	33,6 (6)	SI	51,14

Fontes e observações:

(1) IBGE, 2012.

(2) World Bank, 2012.

(3) Até 1999 dados em GUIA TRABALHISTA, 2011, após esta data, IBGE, 2012.

(4) Valores correspondentes em dólares do mês do último reajuste do salário mínimo ocorrido no ano. Conversão de moedas pelo *website* do BANCO CENTRAL, 2012.

(5) Dado de 1980.

(6) Dado de 1970.

SI – Sem informação.

.. Ditadura militar e lenta abertura política

Com a primeira crise do petróleo e o final do “milagre econômico” brasileiro, ambos em 1973, inicia-se novo patamar na formação socioespacial do país, que se pode caracterizar como o primeiro momento da urbanização contemporânea brasileira (1974-1984). Período de lenta e gradual abertura política, de superação da crise econômica de 1973, mas de não solução da crise iniciada em 1979, levando o país a mudanças de governo, de regime e de longo período de baixo crescimento econômico, com fortes reflexos na deterioração da qualidade de vida das grandes cidades e metrópoles, no arrocho salarial e na continuidade do êxodo rural.

Esgotado o crescimento cíclico do “milagre” devido à pequena dimensão das classes consumidoras do país e à baixa participação das exportações no PIB

brasileiro¹¹⁸, o II PND, lançado no início do governo Geisel, previa altos investimentos em infraestrutura¹¹⁹ e estímulos a atividades da indústria de base e de bens duráveis como alternativas tanto para o enfrentamento da crise internacional, quanto para a superação do “milagre econômico”.

De fato, o governo Geisel obteve bom desempenho na área econômica. O PIB, em valores deflacionados, cresce 38,14 % entre 1973 e 1978, graças, sobretudo, a investimentos públicos em infraestrutura. A formação bruta de capital fixo (FBCF)¹²⁰ em 1978 foi 37% superior à de 1973, em valores já corrigidos da inflação. A participação das exportações caíra para apenas 6,7% do PIB, menor valor percentual do período contemporâneo analisado (1973-2010), indicando tratar-se de crescimento econômico bastante endógeno, solução possível para um período em que o mercado externo se ressentira dos aumentos do preço do petróleo. As reservas internacionais quase dobraram, mas a dívida externa passou de 9,73% do PIB em 1973 para 15,61% em 1978, e a inflação saltou de 15,6% ao ano, para 77,2% observadas as mesmas datas.

Entre 1973 e 1978, a taxa de urbanização passou de 59,5% para 65,4%, o salário mínimo, em dólares correspondentes, aumentou 75,6%, atingindo o equivalente a 89,81 dólares. Mais gente morando em cidades e melhoria do salário mínimo e do PIB per capita refletiram em melhores condições gerais de vida, aumentando a expectativa de vida em 10 anos! A taxa de analfabetismo caiu de 33,6% para 25,5% no mesmo período.

Embora muito distintos no desempenho econômico, político e social, o que permite agregar os governos Geisel e Figueiredo num único período da urbanização contemporânea brasileira são:

¹¹⁸ Em 1973, último ano completo do governo Médici, o salário mínimo correspondia a apenas US\$ 51,14, com o agravante que parte significativa da mão de obra sequer era registrada. As exportações correspondiam a apenas 8,3 % do PIB.

¹¹⁹ Entre os investimentos em infraestrutura destacam-se, no setor energético, a Usina Hidroelétrica de Itaipu e as usinas nucleares de Angra dos Reis. Itaipu, construída entre 1975 e 1983, é, até o presente (2012), a usina com maior capacidade de geração elétrica anual do mundo. Em 1975, buscando autonomia diante das restrições de desenvolvimento da tecnologia nuclear pelos Estados Unidos, Geisel assina o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, e, em 1982 entra em operação a Usina Angra 1, com fornecimento norte-americano, mas somente em 2000 entra em operação Angra 2, com tecnologia alemã transmitida para o país.

¹²⁰ A FBCF é a operação do Sistema de Contas Nacionais (SCN) que registra a ampliação da capacidade produtiva futura da economia por meio de investimentos em ativos fixos (bens produzidos de utilização repetida e contínua em outros processos produtivos por tempo superior a um ano sem, no entanto, serem efetivamente consumidos pelos mesmos). Envolve os investimentos feitos em construções, máquinas e equipamentos, pelas empresas, famílias e pela administração pública (IBGE, 2012).

- a continuidade da abertura política arquitetada por Geisel e mediocrementemente prosseguida por Figueiredo;
- a continuidade dos processos de urbanização, tanto na escala da rede urbana nacional, quanto nos novos processos de produção do espaço intraurbano verificados nas metrópoles e principais cidades médias do país.

Oficializaram-se, entre 1973 e 1974, as nove primeiras regiões metropolitanas (RMs) do país, três no Sudeste, três no Nordeste, duas no Sul e uma na Região Norte. Todas tendo como sedes capitais estaduais que, exceção a Belo Horizonte¹²¹, se constituíam nas maiores cidades do país desde o censo de 1900, polarizando amplas áreas de influência do território nacional desde o final do século XIX¹²². As maiores RMs – São Paulo e Rio de Janeiro – e cidades médias do entorno da metrópole paulistana foram alvo dos principais investimentos públicos na área urbana, sejam bilhões em infraestruturas ou milhões na instalação de institutos de pesquisa, contribuindo para aumentar os desequilíbrios regionais, ao se favorecer a lógica das grandes corporações capitalistas, nacionais ou estrangeiras. Não por acaso, recebem os maiores contingentes de migrantes das áreas pobres do Brasil que engrossam o exército de reserva de mão de obra, pressionando para baixo os salários e aumentando as desigualdades sociais num ciclo que interessa ao capital enquanto não se estabelece nova crise de demanda.

Com o segundo choque nos preços do petróleo em 1979, o modelo de crescimento proposto pelo II PND não se sustentou. O mercado se ampliara, mas não em escala suficiente para dar continuidade ao avanço econômico. Externamente os juros da dívida sobem, como uma das maneiras dos países centrais do capitalismo enfrentarem a referida crise. Assim, a mediocridade – econômica, política, de gestão e planejamento – é a marca do governo Figueiredo, que, a bem da verdade, ficou com o ônus da dívida gerada pelos grandes investimentos públicos dos governos militares anteriores.

¹²¹ Vale lembrar que Belo Horizonte era cidade ainda muito jovem em 1900, com apenas 3 anos da sua fundação. No censo de 1940, a capital mineira já era a sexta mais populosa do país.

¹²² As dez maiores cidades do país já apresentavam população superior a um milhão de habitantes segundo o censo de 1980: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, Brasília, Porto Alegre, Nova Iguaçu e Curitiba. Com exceção de Brasília, todas as demais integravam as RMs estabelecidas na década de 1970. Belém era a 11ª maior cidade brasileira, com mais de 900 mil habitantes.

No plano econômico, a comparação entre o último ano completo do governo Figueiredo (1984) com o de Geisel (1978) aponta para uma fragilização da economia brasileira devido:

- à desaceleração do crescimento do PIB (15,16% em seis anos), menos da metade da gestão anterior;
- à elevação da inflação de 77,2% ao ano para 223,9% ao ano;
- à queda dos investimentos totais de 19,4% em valores equivalentes da FBCF, e de 20,9% dos investimentos estrangeiros diretos;
- ao crescimento da dependência externa com exportações equivalentes a 14,1% do PIB, com aumento de 112,6% da razão entre dívida externa e PIB, atingindo o mais alto patamar entre os anos de finalização de todos os governos do período 1973-2010 (33,18%), com ligeira queda das reservas internacionais (230 milhões de dólares, sem considerar a inflação estadunidense no período).

O salário mínimo despencou ao final do governo Figueiredo para US\$ 62,92, o pior do período contemporâneo. O percentual de população pobre atinge quase a metade da população (48,3%), tem-se a continuidade do êxodo rural, com a taxa de urbanização passando de 65,4% para 70,5% ao final do governo. Por piores que fossem as condições de sobrevivência nas grandes cidades para as populações migrantes, ainda assim eram melhores que as do campo, motivo pelo qual alguns indicadores sociais apresentam melhora entre 1978 e 1984. A expectativa de vida sobe 3,8%, para 64,1 anos, o analfabetismo cai 8,6% e a taxa de mortalidade infantil apresentou expressivo decréscimo de 24,4%.

O péfio desempenho do governo Figueiredo, com crescimento da inflação e quadro econômico recessivo em 1983, estimulou o movimento por eleições diretas. Milhares e até milhões de pessoas participaram das manifestações públicas em praças e avenidas pelo país. A emenda por eleições diretas não foi aprovada no congresso, mas não deixou outra alternativa aos militares senão entregar o governo aos civis, com a garantia de que a anistia política promovida pela lei 6.683/79 se colocasse como marco legal na transição para a democracia, impedindo que tanto os atos da esquerda, quanto os da direita do período ditatorial fossem a julgamento.

.. Transição democrática

O agitado período de 1985 a 1994, envolvendo os governos de Sarney, Collor e Itamar Franco pode ser caracterizado como de transição democrática. A inflação chega e perdura a níveis anuais acima de 1000% com graves consequências econômicas, políticas e sociais. Choques econômicos procuraram derrubar a inflação, sem êxito, até a implantação do Plano Real, no último ano do mandato de Itamar Franco, fazendo de seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), o presidente eleito pelos dois mandatos seguintes.

A década de 1980 é, com frequência, chamada de “década perdida” para a economia brasileira. Na verdade as percepções, ideologias e expectativas são, por vezes, mais fortes que os dados concretos na elaboração dos discursos. Os anos 1980 não foram piores que os anos 1990 em termos de crescimento econômico, pelo contrário, como demonstram as taxas de crescimento decenal do PIB (entre 1980 e 1990 o PIB cresceu 33,47%, mas entre 1990 e 2000, apenas 17,26 %, descontada a inflação dos respectivos períodos¹²³) e do PIB per capita medido em dólares em paridade de poder de compra – dólar PPC (na década de 1980 o PIB per capita PPC cresceu 51,4%, já na de 1990, somente 35,3%)¹²⁴.

De fato, a gestão Figueiredo (março de 1979 a março de 1985) teve desempenho econômico muito fraco, mas a gestão Sarney (março de 1985 a março de 1990) a despeito do aumento vertiginoso da inflação (chegando a 1.782% ao ano!) e da suspensão temporária do pagamento da dívida externa, apresentou bom crescimento real do PIB e da FBCF (26,5%, corrigida a inflação). Os cinco anos do governo Sarney representaram maiores taxas de crescimento econômico para o país do que os oito anos das gestões de FHC (1995-2002), quer se mensure o crescimento real do PIB (23,74% contra 19,96%), ou do PIB per capita PPC (46,7% contra 21,33%).

O que marcou os anos Sarney para a população, empresas e imprensa foi, sem dúvida, a inflação. Planos heterodoxos de congelamento de preços¹²⁵, que não duraram sequer um ano, frustrando ainda mais população e empresas, deixaram o

¹²³ Dados deflacionados do IPEA, 2012.

¹²⁴ Dados brutos de WORLD BANK, 2011.

¹²⁵ Planos Cruzado, Cruzado II, Bresser e Plano Verão. Lançamento de novas moedas: cruzado e cruzado novo.

governo desacreditado. A inflação anual de quatro dígitos e a moratória fizeram cair os investimentos externos para pouco mais de um bilhão de dólares em 1989 e as reservas internacionais despencaram para apenas 3,7 bilhões de dólares.

Os breves governos de Collor e Itamar Franco, presidente e vice, respectivamente, apresentaram políticas opostas. Collor, em mais um plano heterodoxo, reduziu o meio circulante com o empréstimo compulsório dos ativos financeiros de empresas e famílias. Sem medidas estruturais, no entanto, a inflação voltou aos quatro dígitos. Em paralelo, realizou-se abertura a importações, sob o pretexto de evitar pressão inflacionária, e o resultado foi a quebra de inúmeras pequenas e médias empresas brasileiras, além da queda do PIB, do aumento da dívida externa, do desemprego e da violência urbana. A “modernização” alinhada à ideologia neoliberal estava iniciada. Itamar Franco, em seus dois anos de mandato, susta o processo de privatizações iniciado por Collor, busca estimular a demanda interna, consegue fazer o PIB voltar a crescer e, ao final, controla a inflação.

Com a desaceleração da economia nas maiores metrópoles – São Paulo e Rio de Janeiro – o êxodo rural começa a se intensificar em direção às metrópoles nordestinas, que, sem apoio do governo federal, veem crescer enormemente as favelas e o número de seus habitantes. As metrópoles das regiões Sudeste, Nordeste e Norte, refúgio da pobreza nacional, sem políticas habitacionais de maior consequência¹²⁶, têm suas áreas frágeis – mangues, várzeas, morros, matas e mananciais – aceleradamente ocupadas de maneira precária.

Com o avanço tecnológico, setores industriais mais modernos ganham produtividade e aumentam suas vendas para o mercado externo, por vezes a partir de novas plantas industriais afastadas dos primeiros centros industriais¹²⁷. Com o mercado interno crescendo modestamente, esse aumento de produção, porém, não foi suficiente para aumentar o número de empregados, pelo contrário, assiste-se ao crescimento do desemprego no setor secundário. No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, a região do ABC, na metrópole paulistana, apresentou taxas de

¹²⁶ Com a desaceleração da economia e o aumento da desigualdade social, aumenta-se o índice de inadimplência dos mutuários mais pobres do Banco Nacional da Habitação (BNH), diminui-se a poupança das famílias e não se ampliam os recursos do FGTS, inviabilizando-se o Sistema Financeiro da Habitação concebido pela ditadura. Fecha-se o BNH já no governo Sarney.

¹²⁷ No setor automobilístico, instalam-se fábricas no Vale do Paraíba paulista, na metrópole de Curitiba e na região de Campinas. No setor petroquímico, a Refinaria de Paulínia é de 1972, a de São José dos Campos foi inaugurada em 1980 e o Polo Petroquímico de Camaçari iniciou suas atividades em 1978. No setor de informática, o Centro de Tecnologia da Informação (CTI) Renato Archer foi instalado em Campinas em 1982 e a fábrica da Itautec em Jundiaí é da mesma data.

desemprego na ordem de 15 a 20%, com fortes consequências socioespaciais. No Rio de Janeiro, a indústria naval ficou praticamente paralisada.

As cidades médias, impulsionadas pela infraestrutura instalada no período anterior, começaram a apresentar os mesmos problemas das grandes cidades, enquanto os pequenos municípios, via de regra, não conseguem se desenvolver. Entre 1981 e 1991, foram criados 499 novos municípios, mas muitos se constituíram apenas como tática para recepção de recursos federais.

Segundo o censo de 1991, o Brasil possuía 12 cidades com mais de um milhão de habitantes: São Paulo (9,4 milhões), Rio de Janeiro (5,5 milhões), Salvador (2,1 milhões), Belo Horizonte (2,0 milhões), Fortaleza (1,8 milhões), Brasília (1,6 milhões), Curitiba (1,3 milhões), Recife, Nova Iguaçu e Porto Alegre com cerca de 1,3 milhões, Belém (1,2 milhões) e Manaus com um milhão de habitantes. Com exceção de Brasília e Manaus, as demais integravam as RMs instituídas no período anterior. Na prática já se observava a formação de novas metrópoles no país, porém nenhuma foi oficializada no período de transição democrática.

O país se redemocratizou, a Constituição de 1988 apresentou avanços em diversas áreas, cresceu o interesse por questões ambientais e urbanas, mas, paradoxalmente, o Estado, de fato, se enfraqueceu. Com o avanço dos custos do serviço da dívida externa, os governos diminuíram fortemente os investimentos em infraestrutura de escala nacional, regional e urbana. Ao planejamento técnico-burocrático estatal, sucedeu-se o não planejamento público, abrindo-se espaços de poder crescentes para os grandes agentes econômicos nacionais e internacionais.

Sob o ponto de vista político, no período da transição democrática, a esfera pública popular continuou distante dos governos federais. O primeiro presidente civil, Tancredo Neves, eleito por colégio eleitoral instituído pela ditadura militar, faleceu e tomou posse seu vice, Sarney, anteriormente presidente do partido de apoio à ditadura – ARENA, depois PDS. O primeiro presidente eleito pelo voto direto, Fernando Collor de Mello, teve a seu lado os grandes grupos econômicos e de mídia, porém, com sua política econômica fracassada, perdeu apoio e acabou renunciando após processo de impugnação de mandato. Para isso, novamente, o povo saiu às ruas, porém diferentemente da campanha por eleições diretas, agora as grandes empresas de comunicação logo apoiaram o movimento. Concluiu o mandato o vice-presidente Itamar Franco que, por vias populistas, buscou a simpatia popular; seu maior

sucesso, no entanto, foi o Plano Real, mas os méritos do controle inflacionário acabaram ficando para seu ministro, FHC.

.. Liberalismo de “social-democratas”

As gestões de FHC (1995-98 e 1999-2002), eleito pela coligação PSDB-PFL, podem ser caracterizadas como período liberal, de privatizações e controle de inflação. Não há, no entanto, indicadores econômicos e socioeconômicos que permitam corroborar a falsa ideia de estabilização da economia. Sem dúvida, a estabilização da moeda trouxe ganhos ao cenário econômico e social do país, mas o segundo mandato de FHC anulou em parte significativa as conquistas macroeconômicas de seu primeiro governo.

O PIB ao final do primeiro mandato chegou a 843,8 bilhões de dólares, mas, ao final do segundo mandato, caiu para 504,2 bilhões de dólares, inferior ao PIB recebido do governo de Itamar Franco (546,2 bilhões de dólares)¹²⁸. Bem verdade que o receio pela eleição de Lula trouxe ainda mais instabilidade aos mercados financeiros do país, fazendo o dólar avançar para R\$3,53 ao final de 2002, mas, mesmo no ano anterior à eleição, com o dólar a R\$2,32, o PIB do país foi de apenas 553,6 bilhões de dólares. O PIB em reais, corrigida a inflação, subiu apenas 19,96% em oito anos do período FHC¹²⁹.

O mercado interno se retraiu fortemente no segundo mandato, pois, além da queda do crescimento do PIB (apenas 8,48 % em quatro anos)¹³⁰, verificou-se expressivo aumento da participação das exportações no PIB, passando de 6,9% em 1998, para 14,0% em 2002. A abertura ao capital estrangeiro via privatizações, entrada de bancos e empresas estrangeiras e abertura do mercado financeiro, colocou o país de maneira muito mais expressiva no cenário financeiro e econômico global. Os investimentos estrangeiros passam do patamar de 3 bilhões de dólares, em 1994, para 28,7 bilhões ao final do primeiro mandato, caindo para 16,6 bilhões ao final da segunda gestão de FHC.

¹²⁸ WORLD BANK, 2011.

¹²⁹ IPEA, 2012.

¹³⁰ Dados equivalentes a reais de 2011, cf. IPEA, 2012.

A relativa internacionalização da economia brasileira resultou, também, num aumento de sua fragilidade frente às crises do mercado internacional, aumentando a instabilidade econômica interna, dada a maneira como se deu esse processo:

- aumentou-se a exposição da economia real à flutuação dos preços internacionais;
- facilitaram-se os fluxos cambiais, inclusive os de natureza especulativa;
- diminuiu-se o poder do Estado para realizar política monetária, com a cotação da moeda estabelecida pelo mercado cambial e com reservas internacionais baixas¹³¹ que diminuíram a capacidade do Banco Central de intervir no mercado;
- diminuiu-se a capacidade e o interesse do governo em realizar, ou ao menos planejar, investimentos infraestruturais, delegando boa parte à iniciativa privada¹³²;
- as privatizações serviram apenas para pagar serviços da dívida e não para diminuí-la¹³³.

Dessa forma, o Estado propositadamente se enfraquece em sua atuação no domínio econômico e no planejamento do território. A fragilidade da base do crescimento econômico do primeiro mandato deixou o país à mercê dos interesses dos grandes capitais internacionais. Assim, a economia e o povo brasileiro sofreram fortemente com as crises havidas em outras economias em desenvolvimento, fosse a crise financeira dos “tigres asiáticos” em 1997, a depressão e moratória da Rússia em 1998, ou a crise de desconfiança interna e internacional quanto ao novo presidente eleito em 2002: um ex-operário e líder sindical¹³⁴.

No período FHC, a taxa de desemprego dobrou de valor em oito anos, atingindo, para o IBGE, 12,6%, mas conforme a SEADE e o DIEESE¹³⁵ chegou próxima aos 20%. O salário mínimo atingiu o equivalente a US\$ 113,05 no final de 1998, porém caiu em 2002 para o patamar de 1994, com US\$82,73. O percentual da população abaixo da linha de pobreza pouco declinou entre 1994 e 2002, passando de 35,1% para 34,4%. O Brasil caiu da histórica posição de oitava economia mundial

¹³¹ Não houve aumento das reservas internacionais no período; pelo contrário, elas caíram ligeiramente de 38,5 bilhões de dólares em 1994 para 37,8 bilhões em 2002.

¹³² A falta de investimentos em geração de energia elétrica nos anos 1990 levou à crise de energia de 2001; os investimentos privados em ferrovias apenas se deram para transporte de cargas; o baixo investimento em saneamento manteve as redes hídricas da maioria das cidades como “redes de esgotos”.

¹³³ O argumento de que as privatizações serviriam para diminuir a dívida pública se verificou falso, dado que ela passou de 17,5% do PIB em 1994, para 27,9% em 1998, e para 19,7% em 2002, com valores acima dos 200 bilhões de dólares.

¹³⁴ Em 2002, a dificuldade do país em obter empréstimos internacionais prejudicou até as linhas de financiamento de curto prazo para exportações já contratadas.

¹³⁵ SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

até 1994, para 12^a, em 2002, sendo ultrapassado por China, Espanha, México e Coreia do Sul.

Pelo exposto, fica evidente que apenas o controle da inflação realizado no período FHC foi insuficiente para caracterizar o período como de estabilização da economia. Vale destacar, no entanto, alguns avanços na gestão pública e na política brasileira. Diminuiu-se o poder das oligarquias, sobretudo nordestinas, a despeito da coligação ter sido formada, fundamentalmente, entre o PSDB (um dos partidos herdeiros do MDB) e o PFL (principal herdeiro da ARENA). Aprovou-se a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101-2000) que, se por um lado é mais uma medida a enfraquecer o poder dos governos ao restringir sua capacidade de endividamento, por outro, impôs maior seriedade aos gastos públicos, medida fundamental num país onde a noção de público e privado ainda não está suficientemente estabelecida na cultura, na economia e na política.

Com a continuidade do êxodo rural, a taxa de urbanização chegou aos 81,9% em 2002 (aumento de 5,8% em relação a 1994), escala insuficiente para explicar o bom desempenho na queda tanto da mortalidade infantil (37,2 %), como do analfabetismo (24,5 %) e o aumento na expectativa de vida (4,1%). Sem dúvida, a continuidade e a relativa melhoria nos gastos públicos voltados aos programas sociais contribuíram para alcançar melhores índices de saúde e educação, diante de uma diminuição modesta do percentual de pobres dentre a população.

Entre 1992 e 2000, foram criados 1016 municípios no país, número apenas inferior aos estabelecidos entre 1961 e 1970 (1.194 municípios). Atinge-se, também, o maior número de municípios de porte muito pequeno (até 10 mil habitantes) da história da urbanização brasileira (2.637)¹³⁶. Muitos deles poderiam continuar como distritos, desonerando o Estado dos custos que se estabelecem com a criação e manutenção de novas entidades da federação.

Por outro lado, em 2000, havia no país 13 municípios com mais de um milhão de habitantes (IBGE, 2011): São Paulo (mais de 10 milhões), Rio de Janeiro (mais de cinco milhões), Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza e Brasília com mais de 2 milhões, além de Curitiba, Recife, Manaus, Porto Alegre, Belém, Goiânia e

¹³⁶ IBGE, 2011a.

Guarulhos¹³⁷. A partir da Constituição de 1988, atribui-se aos Estados a instalação de novas regiões metropolitanas. Entre 1995 e 2002, foram institucionalizadas 14 novas RMs no país: Grande Vitória, Aracaju, Baixada Santista, Natal, Maceió, Grande São Luís, Goiânia, Vale do Aço (MG), Londrina, Maringá, Florianópolis, Vale do Itajaí, Norte/Nordeste Catarinense, Campinas, Foz do Rio Itajaí, Carbonífera (SC) e Tubarão (SC). Oficializaram-se também as três regiões integradas de desenvolvimento – RIDEs¹³⁸ – existentes no país: Distrito Federal e Entorno, Polo Petrolina e Juazeiro e Grande Teresina. Dessa maneira, a despeito de algumas dessas RMs não serem ainda metrópoles de fato (Carbonífera, Tubarão e Maceió), as novas RMs indicaram maior participação de outros aglomerados urbanos no processo de expansão das atividades secundárias e terciárias do país. A metrópole paulistana assumiu a condição de centro financeiro nacional e Brasília apresentou papel crescente como centro político do país. Nenhuma dessas transformações na rede urbana, entretanto, foi decorrente de ação de planejamento territorial do governo federal durante o período.

.. A “social-democracia” de petistas e coligados

Os governos federais liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) estão em curso no momento de redação desta tese, motivo pelo qual se optou por analisar apenas as gestões já concluídas (2003-2006 e 2007-2010).

A chegada do PT ao governo federal, em governos formados a partir de coalizões cada vez com maior número de partidos, não significou mudanças estruturais nas relações entre capital e trabalho, como temia a direita e desejava a esquerda. A política fiscal e monetária deu continuidade a três diretrizes básicas estabelecidas nas gestões de FHC:

- geração de superávits fiscais para pagamento do serviço da dívida, controlando-a;
- regime de câmbio flutuante;

¹³⁷ O Município fluminense de Nova Iguaçu, com mais de um milhão de habitantes conforme os censos de 1980 e 1991, sofreu processos de emancipações de distritos (Queimados, Japeri e Mesquita) diminuindo sua população.

¹³⁸ As RIDEs são aglomerados urbanos, metropolitanos ou não, que envolvem municípios de mais de um estado-membro ou o Distrito Federal e municípios de estados-membros. Sua criação é prerrogativa do governo federal.

- regime de metas da inflação.

Com a estabilização do mercado financeiro, se iniciou crescimento econômico fundamentado, sobretudo, na ampliação do mercado interno, diminuindo a pobreza extrema através de eficientes programas sociais, assim como se diminuiu a pobreza por meio de política de aumentos reais do salário mínimo e da ampliação de gastos globais com aposentadorias e pensões. Os custos orçamentários gerados pelas políticas sociais foram compensados pelo aumento de arrecadação obtido com o crescimento econômico da economia formal.

Aliado à expansão do mercado interno, o país ampliou seu comércio exterior e voltou a apresentar significativos superávits na balança comercial. Em 2010, as exportações somaram 215 bilhões de dólares, triplicando em relação ao último ano do governo FHC. A China se tornou o maior parceiro comercial do país, demandando, sobretudo, produtos primários. A expansão da agricultura e da pecuária ocupou os cerrados e contribuiu para paulatina diminuição da floresta amazônica. Novas cidades ligadas ao agronegócio apresentam padrões de consumo equivalentes às ricas cidades médias do interior paulista.

Em oito anos da gestão Lula, o PIB em reais deflacionados cresceu 37,13%¹³⁹, em dólares nominais o PIB quadruplicou (WORLD BANK, 2011), fato inédito no período da urbanização contemporânea brasileira. No mesmo período, a FBCF cresceu 94,1%, já descontada a inflação do período (IBGE, 2012). A dívida externa caiu para apenas 4,62 % do PIB em 2010, já a dívida interna chegou a 40,2% do PIB. As reservas internacionais atingiram 288,6 bilhões de dólares, mais de três vezes o valor da dívida externa. Os investimentos externos chegaram a 44,4 bilhões de dólares em 2010, 167,9% superiores a 2002¹⁴⁰. Esses dados deixam claro o avanço histórico não apenas do crescimento econômico, mas, também, da maior solidez que assumiu a economia brasileira. Diferentemente dos períodos anteriores, o país apresentou melhores condições de enfrentamento da grande crise capitalista iniciada em 2008. Em 2010, o Brasil se tornou a sétima maior economia do planeta e, em 2011, a sexta, ultrapassando Itália e Reino Unido, respectivamente.

Na área social, as maiores conquistas do período se referem ao campo socioeconômico:

¹³⁹ Dados deflacionados cf. IPEA., 2012.

¹⁴⁰ WORLD BANK, 2011.

- aumento expressivo no número de empregos formais. A taxa de desemprego caiu para 6,7% em 2010 e, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, foram criados 8,7 milhões de empregos entre 2003 e 2010, dez vezes mais que o obtido no período liberal;
- diminuição do número de miseráveis e de pobres. A classe (de renda) C, que em 2010 já correspondia a 54% da população brasileira, entre 2003 e maio de 2011, recebe novos 39,5 milhões de integrantes, enquanto 24,6 milhões de pessoas deixaram a classe E e 7,9 milhões, a classe D¹⁴¹;
- valorização do salário mínimo, chegando a equivalentes US\$ 272,15 em 2010, um aumento de 229,0 % em relação a 2002.

A taxa de fertilidade caiu para 1,86 filhos por mulher em 2009, ligeiramente menor, inclusive, do que a taxa do Reino Unido e da França (2 filhos). Essa sensível queda da fertilidade está relacionada à alta taxa de urbanização (84,36% em 2010), à melhora de renda e à consolidação de valores culturais urbanos de estratos de renda média. Em 2010, a expectativa de vida subiu para 72,8 anos, enquanto a taxa de mortalidade infantil caiu para 19,4 por mil nascimentos, queda de 38,6% em oito anos. A taxa de analfabetismo finalmente situou-se abaixo de 10% da população maior de 15 anos, em que pese a baixíssima qualidade da maioria das escolas públicas de ensino fundamental e médio brasileiras.

Do mesmo modo, se políticas econômicas e sociais foram bem sucedidas nos governos Lula, a remuneração do capital continuou bastante elevada. Os maiores bancos, privados ou públicos, batem anualmente seus recordes de lucro, exceção apenas a 2009, reflexo da crise iniciada em setembro de 2008 nos países centrais do capitalismo. Assim, sem alterar as estruturas das relações entre capital e trabalho, caracteriza-se o período Lula como social-democrata, em sua face progressista. Por outro lado, a face do atraso se revelou na manutenção de privilégios das elites, das classes políticas e do estamento burocrático encastelado nas instituições públicas. Persistiu o Estado patrimonialista, por tal motivo melhor dizer que se estabeleceu uma social-democracia incompleta, ou “social-democracia” (entre aspas), na medida em que maiores foram os esforços para se ampliar o número de consumidores do que de cidadãos.

¹⁴¹ Segundo a FGV, em 2011 a renda mensal da classe E ficou entre zero e 751 reais; da classe D, entre R\$ 751,00 e R\$ 1.200,00; da classe C entre R\$ 1.200,00 e R\$ 5.174,00; da classe B, entre R\$ 5.174 e R\$ 6.745 e a renda mensal da classe A definida acima de R\$ 6.745,00. Cf. GASPARIN (2011).

De forma distinta dos dois períodos anteriores – liberal e de transição democrática –, as gestões petistas tiveram um perfil pró-ativo na economia, buscando não somente a diminuição da desigualdade social, mas também das desigualdades regionais. As políticas de combate à pobreza e de aumento do salário mínimo beneficiaram, evidentemente, as regiões mais pobres, Norte e Nordeste. Além disso, foram realizados fortes investimentos em infraestrutura na Região Nordeste, atraindo capitais privados. As taxas mais altas de crescimento do PIB deixaram de caracterizar a Região Sudeste e passaram para o Nordeste. Também a Região Norte, devido à mineração e à Zona Franca de Manaus, teve crescimento do PIB maior que a média do país.

Com o aumento do comércio exterior, a melhoria de estradas e portos tornou-se fundamental. Diante da privatização da maior parte da malha ferroviária federal no período FHC, boa parte dos investimentos na melhoria e expansão das ferrovias no período Lula foi realizada pelo setor privado. O governo federal investiu na construção e na melhoria de portos de maneira estratégica, visando a estimular a economia de outras regiões fora do eixo Rio-São Paulo, ainda que não se deixasse de investir nos Portos de Santos, São Sebastião, Itaguaí e Rio de Janeiro. Os portos de Suape, na RM do Recife, Pecém, na RM de Fortaleza e Itaqui, em São Luís¹⁴², vem alavancando a economia dos respectivos Estados por oferecer-lhes nova condição de logística, integrada a malhas ferroviárias existentes e em construção, propiciando a instalação de indústrias de grande porte (automotiva, siderúrgica, naval, petroquímica, farmacêutica entre outras).

A Petrobrás atuou também como elemento de desenvolvimento regional, realizando encomendas à indústria naval brasileira, fazendo-a ressurgir no Rio de Janeiro e propiciando a instalação de novo polo naval em Suape. Em 2007, a Petrobrás iniciou a construção da Refinaria Abreu Lima, em Ipojuca (PE); em 2010 estavam em obras quatro novos polos petroquímicos, em Itaboraí (RJ), Suape (PE), Pecém (CE) e Bacabeira (MA), cuja refinaria será a maior do país; também se iniciaram obras de ampliação da refinaria em Guamaré (RN). Tais investimentos impulsionaram a economia fluminense e, sobretudo, a nordestina, contribuindo para diminuir a histórica desigualdade regional brasileira.

¹⁴² Em São Luís, há ainda o importante Porto de Ponta da Madeira, privado, de escoamento de minério de ferro de Carajás.

Entre 1999 e 2009, a participação do PIB nacional da Região Sudeste caiu de 58,2% para 55,3%, enquanto subiram as participações no PIB brasileiro das regiões Norte (de 4,2% para 5,1%), Nordeste (de 12,4% para 13,5%) e Centro-Oeste (de 8,8% para 9,6%). São Paulo, o Estado mais rico do país, viu cair no mesmo período sua participação no PIB nacional de 36,0% para 33,5% (queda de 6,9%), ao passo que Rondônia, Pará, Maranhão e Piauí tiveram alta em torno de 20% em suas respectivas participações no PIB brasileiro¹⁴³.

Entre 2001 e 2010, foram criados apenas 58 novos municípios no país, indicativo de estabilidade depois da “explosão” de novos municípios da década anterior. No intervalo intercensitário de 2000-2010, os municípios muito pequenos (até 10 mil habitantes) tiveram seu número diminuído pela primeira vez no período contemporâneo e viram sua população total decrescer em 6,6%. Os municípios com mais de um milhão de habitantes passaram a ser 15, atingindo esta marca Campinas e São Luís do Maranhão. Todas as capitais nordestinas e do Centro-Oeste encontravam-se na faixa populacional entre 500 mil e 2,7 milhões de habitantes. Os municípios de porte médio (entre 100 mil e um milhão de habitantes) saltaram de 211 para 268 no mesmo intervalo (IBGE, 2011a).

No período Lula, foram criadas 12 RMs: Capital (RR), Central (RR), Sul do Estado (RR), Macapá, João Pessoa, Campina Grande, Agreste (AL), Cariri (CE), Sudoeste Maranhense, Chapecó (SC), Lages (SC) e Vale do Rio Cuiabá, prosseguindo o processo de metropolização para além dos maiores centros urbanos já transformados em RMs nos períodos anteriores. Ressalve-se, porém, que a maioria dessas novas RMs – as três de Roraima, Macapá, Agreste, Sudoeste Maranhense, Chapecó e Lages – ainda estavam longe de apresentarem fortes relações entre seus municípios que pudessem caracterizá-las como metrópoles de fato.

A urbanização apresentou forte dinâmica, concentrando o crescimento demográfico do país, sobretudo nos municípios de porte médio (cidades médias ou integrantes de RMs ou RIDEs) e grande. Ao inchaço das grandes cidades, seguiu-se o mesmo em municípios periféricos metropolitanos e aumentaram os problemas ambientais urbanos inclusive em cidades médias.

Como déficits habitacionais e de saneamento apresentam, no início da década de 2010, condições de melhor equacionamento, é possível se qualificar o espaço

¹⁴³ Conforme dados do IBGE organizados pela SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2011.

urbano para uso de todos, não somente para viabilizar a acumulação capitalista e para manter privilégios das elites. Para a social-democracia brasileira estabelecer-se de fato, há ainda muitos desafios a enfrentar no meio urbano, da diminuição ainda maior da miséria, à qualificação da saúde, da educação e do hábitat contemporâneo, notadamente em sua dimensão pública.

. Transformações da rede urbana

As transformações na rede urbana brasileira no período contemporâneo apontam para processos de concentração – tanto de capital, como de pessoas e informações – mais complexos e em bases territoriais mais amplas e heterogêneas. Multiplicam-se as metrópoles de fato e de direito, constituindo-se no Sudeste uma nova entidade urbana: a megalópole.

.. Notas iniciais

Segundo a *Sinopse do Censo Demográfico 2010*, o Brasil contava, naquela data, com 5.565 municípios, mas desses, 2.513 não passavam de 10 mil habitantes; em seguida ficavam os municípios entre 10 mil e 50 mil habitantes que perfaziam 2.444 (IBGE, 2011b, p. 10-11). Somente essas duas classes de municípios totalizavam 90,31% do total do número de municípios do país, percentual ligeiramente inferior ao que representavam em 2000 (90,47%). Esses pequenos municípios continham em 2010 pouco mais de um terço da população brasileira (33,6%), ao passo que em 2000 chegavam a 36,6%. Somada a classe de municípios entre 50 e 100 mil habitantes, tem-se que o número de municípios tradicionalmente classificados como pequenos viu decrescer sua participação no total do país no período intercensitário de 2000-2010, discretamente quanto ao número, passando de 95,93% para 94,91%, e, de maneira mais significativa, quanto à sua participação na população total do país, caindo de 48,9% para 45,3%. Os municípios pequenos são ainda a mais expressiva classe de tamanho da população dos municípios brasileiros,

mas apresentaram as menores taxas de crescimento populacional, com tendência a terem seu papel relativamente diminuído¹⁴⁴.

Os municípios de porte médio, entre 100 mil e 1 milhão de habitantes, por outro lado, tiveram o crescimento mais expressivo, seja no número de municípios, que passaram de 211 em 2000 para 268 em 2010, quanto no percentual da população que abrigavam em relação ao total do país, apresentando as maiores taxas globais de crescimento populacional no período (IBGE, 2011a, p. 10-11)¹⁴⁵. Em 2000, tais municípios continham 30,7% da população do Brasil e, em 2010, já perfaziam pouco mais de um terço dos habitantes do país (33,7%).

Entre 2000 e 2010, os municípios classificados populacionalmente como grandes (acima de um milhão de habitantes) cresceram em número, passando de 13 para 15, reunindo 40,2 milhões de pessoas, ou 21,1% da população brasileira, ante 20,1% em 2000 (IBGE, 2011b, p.10, 11 e 36).

Em síntese, a análise dos municípios conforme classes de tamanho de população permite confirmar tendência de paulatina diminuição da relevância dos municípios pequenos e de crescimento da participação dos municípios de porte médio e grande no território brasileiro.

A leitura isolada, apenas das taxas de crescimento populacional de cada classe de tamanho da população dos municípios, pode levar a equívocos sobre a rede urbana brasileira. Muitos dos municípios de porte médio ou pequeno integram regiões metropolitanas (de fato), portanto participam de conurbações físicas e/ou funcionais de grande porte (acima de um milhão de habitantes), enquanto que outros participam de aglomerados urbanos, oficialmente estabelecidos ou não, apresentando, portanto, papel mais complexo na rede urbana do que apenas seu porte populacional poderia indicar.

Os municípios de porte médio integrantes de regiões metropolitanas (RMs) e regiões integradas de desenvolvimento (RIDEs) oficialmente estabelecidas até janeiro de 2012 correspondiam a 42,20% da população das referidas regiões

¹⁴⁴ A classe dos municípios até 10 mil habitantes teve sua população diminuída em 6,63% entre 2000 e 2010, os municípios entre 10 mil e 50 mil habitantes tiveram taxa de crescimento populacional decenal de apenas 5,48%, e os municípios entre 50 mil e 100 mil habitantes apresentaram modestos 6,62% de crescimento populacional no período. Vale lembrar que o Brasil teve, entre 2000 e 2010, crescimento decenal de 12,34%, e que esta foi sua menor taxa de crescimento populacional desde o primeiro intervalo censitário do país, entre 1872 e 1890 (IBGE, 2011b).

¹⁴⁵ Os municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes tiveram sua população aumentada em 22,55%; os municípios com população entre 500 mil e 1 milhão de habitantes tiveram taxa de crescimento decenal de 24,85%. Dados absolutos em IBGE, 2011a, p. 10.

segundo o censo de 2010. Com 34,66 milhões de habitantes, equivaliam a mais da metade da população de todos os municípios brasileiros de porte médio (53,93%). Tais municípios participam de dinâmicas urbano-metropolitanas distintas daquelas comumente entendidas como próprias das cidades médias¹⁴⁶.

Vale lembrar, também, que “cidade média” não é sinônimo de cidade de porte (populacional) médio, pois a primeira diz respeito, principalmente ao papel que desempenha na rede urbana regional, nacional e internacional (CASTELLO BRANCO, 2006, p. 246), enquanto a segunda apenas apresenta população em classe intermediária entre as cidades grandes e pequenas. Há “verdadeira” apologia a respeito do crescimento da importância das cidades médias e do declínio das grandes cidades e metrópoles, usando-se como argumento para isso as altas taxas de crescimento populacional das cidades de porte médio e o decréscimo das taxas de crescimento populacional de (algumas) cidades de grande porte. Um olhar atento à rede urbana brasileira, porém, revela outra realidade.

Figura 45. Vista parcial de Vitória. Com 325 mil habitantes em 2010, pode ser classificada como município de porte médio, mas como núcleo principal da Região Metropolitana da Grande Vitória (1,7 milhões de habitantes) apresenta papel mais complexo do que o de uma cidade média. Foto: Silvio Macedo, 2008.



146 Os dados populacionais agregados dos municípios de porte médio foram extraídos do IBGE, 2011a, p. 10. Os dados populacionais de cada município integrante das RMs e RIDEs tiveram como fonte o *website* do IBGE, *link* Cidades @, Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acessos em: dez. 2011 e jan. 2012.. As RMs e RIDEs elencadas para essa análise foram aquelas que apresentavam em 2010 ao menos um município de porte médio, desde que este não fosse o município sede da RM. Caso contrário estar-se-ia computando na análise cidades que apresentam papel típico de cidade média, como os casos de Boa Vista, Santarém, Imperatriz, Patos, Arapiraca, Feira de Santana, Maringá, Londrina, Blumenau, Chapecó e Criciúma.

As metrópoles não estão perdendo importância para as cidades médias, pelo contrário. Segue-se item de discussão sobre as regiões metropolitanas, dada sua relevância enquanto território urbano em que, via de regra, mais rica é a esfera pública política, devido a seu porte, diversidade e complexidade.

.. **Metrópoles**

As metrópoles brasileiras continuam crescendo em número, tamanho e importância. Muitas cidades médias dos anos 1990 vêm se transformando em núcleos principais de novas regiões metropolitanas e RIDEs oficialmente estabelecidas a partir da década de 1990 e, sobretudo, a partir da primeira década do século XXI. São os casos (até janeiro de 2012) de: Boa Vista, Macapá e Santarém na Região Norte; São Luís, Imperatriz, Teresina, Juazeiro do Norte, Natal, João Pessoa, Campina Grande, Patos, Maceió, Arapiraca, Aracaju e Feira de Santana na Região Nordeste; Santos, Campinas, São José dos Campos, Taubaté, Ipatinga e Vitória, na Região Sudeste; Londrina, Maringá, Florianópolis, Criciúma, Itajaí, Joenville, Blumenau, Lages e Chapecó na Região Sul; Goiânia e Cuiabá na Região Centro-Oeste.

É bem verdade que algumas dessas novas “metrópoles”, embora legalmente constituídas como regiões metropolitanas, ainda não vão além de aglomerados urbanos, ou, no máximo, situações protometropolitanas. Algumas novas RMs oficiais nem chegam a isso, casos, por exemplo, das “metrópoles” de Patos e Guarabira, na Paraíba, ou de Lages, em Santa Catarina.

São muitos os autores e institutos que criticam a falta de critérios técnicos mais homogêneos para a proposição e para a oficialização das regiões metropolitanas no país. Pela Constituição de 1988, compete a cada estado-membro instituir, se necessário, as regiões metropolitanas em seus respectivos territórios. Além disso, cabe aos Estados da federação definir critérios específicos para a instituição das RMs e para sua gestão.

Dessa maneira, o debate ganha complexidade, pois não cabe somente aos técnicos de competentes órgãos e institutos federais, situados em Brasília ou Rio de Janeiro, determinar um único padrão para as RMs de distintas regiões e realidades. A

princípio, uma metrópole pressupõe fortes interações cotidianas entre os municípios dela integrantes, o que poderia colocar em dúvida, ao menos para um urbanista paulistano, a existência da metrópole de Manaus, dadas as distâncias, por vezes de mais de cem quilômetros entre municípios. No entanto, verifica-se de fato um movimento pendular, do tipo núcleo-cidade dormitório, entre Manaus e Itacoatiara, mas, evidentemente, ele não se faz todos os dias, como é costume nas metrópoles do Sudeste, mas semanalmente. As relações espaço-temporais na Amazônia não são as mesmas das Regiões Sul e Sudeste, e tais diferenças precisam ser consideradas¹⁴⁷.



Figura 46. Vista parcial de Manaus, uma metrópole amazônica. Foto: Jonathas Silva, 2008.

Não se quer, de forma alguma, homologar academicamente qualquer decisão (quase sempre mais política que técnica) sobre a criação de regiões metropolitanas brasileiras, mas é preciso compreender os processos urbanos contemporâneos em sua heterogeneidade, em sua complexidade maior, inclusive quanto aos conceitos e práticas metropolitanas.

Tomando como base apenas as regiões metropolitanas oficiais para análise, propõe-se uma classificação em que se considera simultaneamente a relevância das

¹⁴⁷ Vale notar que tanto o IBGE, em seu estudo *Regiões de influência das cidades* (IBGE, 2008), como o Observatório das Metrôpoles (RIBEIRO, 2004, p. 11) classificam o Município de Manaus como metrópole, dada sua relevância nacional. Tais estudos antecederam a institucionalização da RM de Manaus, ocorrida em 2007, portanto, não consideraram, especificamente, os municípios que a compõem, mas, sobretudo, a capital amazônica.

relações tanto intrametropolitanas, como entre a metrópole e seu território de influência. Tal classificação busca contribuir para compreensão ao mesmo tempo sistêmica e dialética do processo urbano enquanto totalidade presente, concreta e complexa¹⁴⁸. Dessa maneira, as classes de metrópoles propostas a partir do estudo das RMs e RIDEs oficiais são mais do que mera hierarquização e nomenclatura, são categorias de análise dos processos de metropolização, permitindo, portanto, sua extensão para casos não estudados neste capítulo de metrópoles de fato e ainda não de direito, bem como para futuras metrópoles de direito, ainda que não de fato.

As RMs e RIDEs institucionalizadas até janeiro de 2012¹⁴⁹ se classificaram em três escalas (de influência): nacional, estadual e regional. As metrópoles estaduais e regionais, diante da relevância maior ou menor do fato metropolitano, são classificadas em três níveis: 1, 2 e 3, em ordem decrescente de importância. Além dessas, várias RMs oficiais ainda não atingiram caráter metropolitano e são denominadas, simplesmente, “áreas de caráter não metropolitano”.

Quanto à relevância do fato metropolitano, atente-se para os aspectos:

- demográficos: população total, população do município sede, existência de municípios de porte médio além do município sede;
- econômicos: PIB, participação do PIB da região em relação ao PIB do estado, PIB per capita em comparação com o PIB per capita do Estado e perfil econômico dos municípios – PIB por setor econômico – determinantes de “conurbação econômica”¹⁵⁰;
- físicos das manchas urbanas, determinantes de conurbação física (continuidade ou proximidade entre as manchas urbanas, qualidade das vias de interligação);

¹⁴⁸ Sobre a pertinência de uma abordagem simultaneamente sistêmica e dialética vide o capítulo 2 desta tese.

¹⁴⁹ A menção do mês é necessária, pois a cada “instante” pode-se sancionar uma lei complementar estadual que institui uma nova RM ou, em âmbito federal, uma nova RIDE. Exageros à parte, como justificar, se não por conveniência política e certo grau de autoritarismo, que um governador, nascido em Santos, crie primeiro a RM da Baixada Santista que a de Campinas, ou um governador oriundo de Pindamonhangaba, Vale do Paraíba, crie primeiro a RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte – envolvendo 39 municípios, muitos dos quais sem nenhum caráter metropolitano –, que a de Sorocaba, cuja proposta de lei tramita há anos na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo? Como considerar metrópoles regiões que não chegam a 30 mil habitantes, como as RMs Central e do Sul do Estado, ambas em Roraima?

¹⁵⁰ Denomina-se nesta tese “conurbação econômica”, aos arranjos produtivos microrregionais que criam vantagens comparativas territoriais para o desenvolvimento de um setor ou subsetor econômico. Tais conurbações por vezes são apoiadas institucionalmente, seja por agências de desenvolvimento, seja pela existência de institutos de pesquisa e de formação de pessoal qualificado para o referido setor. A conurbação econômica vai além da simples noção de conurbação funcional.

- de complementaridade funcional determinantes de conurbação funcional (equipamentos de saúde e educação especializados ou de referência, população ocupada e empregada, qualidade dos meios coletivos de transportes entre os municípios da RM ou RIDE).

Quanto às escalas de influência tomou-se como base, sobretudo, a pesquisa *Regiões de Influência das Cidades – REGIC – de 2007* (IBGE, 2008), mas adotou-se classificação bastante diferente daquela proposta pelo IBGE, pois o referido estudo busca identificar o grau de influência das cidades brasileiras (ainda que considerando as grandes áreas conurbadas), mas não trata, especificamente, da natureza das regiões metropolitanas oficiais, gerando uma nomenclatura pouco adequada aos estudos dos processos metropolitanos no país¹⁵¹.

A questão fundamental da influência territorial é o que norteou a classificação das regiões metropolitanas apresentada na Tabela 3. Dessa maneira, por exemplo, a RM de Campinas, mesmo tendo PIB e população comparável à das metrópoles estaduais nível 1, diante de sua proximidade com a RM de São Paulo, não apresenta área de influência que possa ser equiparada às metrópoles estaduais nível 1. Assim classificou-se a RM de Campinas como metrópole regional nível 1, em pé de igualdade, quanto à população e criação de valor agregado, com as metrópoles estaduais assim classificadas, mas em condição subalterna quanto à sua área de influência e dimensão institucional em relação às metrópoles nacionais e estaduais.

A opção por três níveis de metrópoles estaduais é clara, visto que:

- reconhece-se o caráter metropolitano das RMs nucleadas pelas capitais dos respectivos Estados, pois, mesmo quando a economia de cidades interioranas do mesmo Estado possa rivalizar com as capitais (caso, sobretudo, de Joinville com Florianópolis), estas últimas, enquanto sedes de governo e de poder, apresentam-se como os mais importantes centros de difusão ideológica, política e cultural no âmbito estadual. São, também, as sedes das principais universidades federais de seus respectivos Estados. Das capitais emanam as políticas governamentais estaduais, influenciando diretrizes e políticas públicas promovidas pelos diversos órgãos municipais;

¹⁵¹ O REGIC denomina, por exemplo, “capitais regionais” tanto capitais estaduais, como João Pessoa e Florianópolis, quanto centros regionais como Campinas-SP, Campina Grande-PB e Joinville-SC. Denomina como metrópole somente 12 aglomerados: São Paulo (grande metrópole nacional), Rio de Janeiro e Brasília (metrópoles nacionais) e Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia, simplesmente como metrópoles.

- reconhecem-se os diferentes níveis de influência dos núcleos metropolitanos sobre o território. Uma metrópole como Recife tem sua região de influência para além do Estado de Pernambuco (nível 1), já a RM de João Pessoa está restrita ao Estado da Paraíba (nível 2) e a RM de Maceió, além de restrita a Alagoas, estabelece baixo grau de relações metropolitanas entre os municípios que a integram (nível 3).

A subdivisão das metrópoles regionais em três níveis obedece, também, a critérios de relevância: demográfica, econômica (PIB) e quanto ao grau de relações intrametropolitanas entre os municípios que as integram.

Dessa maneira, as metrópoles estaduais e regionais de similar porte e intensidade de relações intrametropolitanas apresentam o mesmo nível (1, 2 ou 3), independentemente de serem estaduais ou regionais. A distinção entre metrópoles estaduais e regionais se dá em função de sua área de influência, o que também é função de seu caráter institucional (como sede dos poderes estaduais).



Figura 47. Vista parcial de Campinas, metrópole regional de dinâmica econômica superior à maioria das metrópoles estaduais. Foto: Silvio Macedo, 2008.

Observa-se que todas as RMs e RIDEs nucleadas por capitais, tendo considerados os critérios acima, são denominadas “metrópoles estaduais”, ou, nos casos de alcance efetivamente nacional, “metrópoles nacionais”.

As RMs oficiais classificadas como “áreas de caráter não metropolitano – ACNMs -” ainda não atingiam, segundo dados de 2010, relevância demográfica e/ou econômica e/ou apresentavam relações funcionais cotidianas entre seus respectivos municípios (populações, instituições e empresas) pouco expressivas para serem caracterizadas enquanto metrópoles. Nenhuma delas possuía mais do que um município de porte médio (entre 100 mil e 300 mil habitantes), sendo que as RMs Central (RR), do Sul do Estado (RR), de Guarabira (PB) e de Tubarão (SC) não apresentavam, segundo o Censo de 2010, sequer um município de porte médio.

A tabela a seguir apresenta a população de todas as RMs e RIDEs legalmente constituídas até janeiro de 2012, classificadas em função de sua relevância (níveis 1, 2 e 3) e escalas de influência (nacional, estadual ou regional).

Tabela 3. Metrôpoles oficiais brasileiras: classes e populações

RIDEs ou RMs	População em 2000	População em 2010	População estadual em 2000	População estadual em 2010
Metrôpoles nacionais	31725135	35100811	NA	NA
São Paulo	17878703	19672582	36969746	41262199
Rio de Janeiro	10894156	11711233	14367083	15989929
Distrito Federal e Entorno (4)	2952276	3716996	NA	NA
Metrôpoles nível 1 estaduais ou regionais	27576919	32188287	NA	NA
Belo Horizonte	4349425	4883508	17866402	19597330
Porto Alegre	3658376	3979561	10181749	10693929
Recife	3337565	3688428	7911937	8796448
Fortaleza	2984689	3610379	7418476	8452381
Salvador	3021572	3574804	13066910	14016906
Curitiba	2726556	3168980	9558454	10444526
Campinas	2338148	2798477	36969746	41262199
Manaus (3)	1725536	2210825	2913085	3483985
Goiânia	1639516	2173006	4996439	6003788
Belém	1795536	2100319	6189550	7581051
Metrôpoles nível 2 estaduais ou regionais	10757236	12552224	NA	NA
Vale do Paraíba e Litoral Norte (3)	1989692	2264594	36969746	41262199
Grande Vitória	1425587	1685384	3094390	3514952
Baixada Santista	1476820	1678513	36969746	41262199
Natal	1043321	1350840	2771538	3168027
Grande São Luís	1070688	1327881	5642960	6574789
João Pessoa (3)	1091979	1198675	3439344	3766528
Grande Teresina (4) (3)	1023441	1150632	NA	NA
Norte/Nordeste Catarinense (1)	926301	1094570	5349580	6248436
Florianópolis	709407	801135	5349580	6248436

RIDEs ou RMs	População em 2000	População em 2010	População estadual em 2000	População estadual em 2010
Metrópoles nível 3 estaduais ou regionais	7330979	8883479	NA	NA
Maceió	989182	1156278	2919172	3120494
Aracaju (3)	657835	853654	1781714	2068017
Vale do Rio Cuiabá (3)	726220	834060	2502260	3035122
Londrina	647854	764258	9558454	10444526
Polo Petrolina e Juazeiro(4) (3)	565877	757776	NA	NA
Campina Grande	636316	687135	3439344	3766528
Feira de Santana (3)	596894	672701	13066910	14016906
Maringá	474202	612617	9558454	10444526
Cariri (3)	497782	564557	7418476	8452381
Foz do Rio Itajaí (2)	375589	532830	5349580	6248436
Macapá (3)	363747	509883	475843	669526
Vale do Itajaí	399901	486379	5349580	6248436
Vale do Aço	399580	451351	17866402	19597330
Áreas de caráter não metropolitano (ACNM)	2832870	3231359	NA	NA
Agreste (3)	556602	601251	2919172	3120494
Chapecó (3)	238419	349601	5349580	6248436
Carbonífera (3)	301267	330281	5349580	6248436
Tubarão (1) (3)	324591	356790	5349580	6248436
Sudeste Maranhense (3)	325229	345878	5642960	6574789
Santarém (3)	277132	310898	6189550	7581051
Capital (RR) (3)	207821	298215	324152	450479
Patos (3)	215637	224550	3439344	3766528
Guarabira (3)	188730	193656	3439344	3766528
Lages (3)	172226	171512	5349580	6248436
Central (RR) (3)	21040	27094	324152	450479
Sul do Estado (RR) (3)	15176	21633	324152	450479
TOTAL DAS RIDEs E RMs sem as ACNMs	77390269	88724801	NA	NA
TOTAL incluindo as ACNMs	80234139	91956160	NA	NA
BRASIL	169590693	190755799	NA	NA

Fontes e observações:

. Salvo indicação em contrário, dados não incluem "Área de Expansão Metropolitana" ou "Colar Metropolitano".

(1) Inclui a Área de Expansão Metropolitana da RM, pois possui maior população e PIB que o Núcleo Metropolitano.

(2) Inclui a Área de Expansão Metropolitana da RM, pois possui densidade demográfica superior a de várias metrópoles estaduais nível 1 e PIB per capita comparável a várias metrópoles estaduais nível 1.

(3) Não eram RMs ou RIDEs constituídas oficialmente até 2000 (EMPLASA, 2012b).

(4) RIDEs

.Fontes dos dados populacionais: IBGE, 2010, IBGE, 2011c, IBGE, 2012 e EMPLASA, 2012a.

As RMs e RIDEs oficiais estão ordenadas na tabela acima segundo classes de relevância metropolitana e, dentro de cada classe, em função de sua população total em 2010. Propositadamente, não se apresentou na tabela uma divisão entre metrópoles estaduais e regionais. Evita-se, dessa forma, considerar *a priori* serem as metrópoles estaduais mais importantes que as regionais. Isso pode ser correto dentro

de um Estado, num dado momento e para uma dada variável, mas não necessariamente numa comparação entre metrópoles de Estados distintos. Tem-se apenas que as metrópoles estaduais são (ao menos até a data de redação desta tese) nucleadas por capitais estaduais e as metrópoles regionais apresentam áreas de influência menores que as respectivas metrópoles estaduais.

Salvo exceções justificadas nas notas da tabela, optou-se por não incluir as áreas de expansão metropolitana das RMs catarinenses e dos colares metropolitanos das RMs de Minas Gerais e do Mato Grosso, pois são áreas de fracas relações metropolitanas, municípios de pequeno porte populacional, baixo PIB e pouca densidade populacional.

A população total das RMs e RIDEs oficiais, excetuadas aquelas classificadas como “áreas de caráter não metropolitano”, passou de 77,4 milhões de habitantes para 88,7 milhões de habitantes entre 2000 e 2010, apresentando um crescimento decenal de 14,65 %, contra 12,48% observado pelo restante do país. Essas 35 áreas metropolitanas tiveram sua participação em relação à população brasileira subindo ligeiramente de 45,6% para 46,5% no referido período intercensitário.

Assim como no REGIC (IBGE, 2008, p. 11), São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília foram classificadas como metrópoles nacionais, que reunidas apresentam população de mais de 35 milhões de habitantes, maior valor entre as classes de metrópoles oficiais estabelecidas. Envolvendo 77 municípios e o Distrito Federal, perfazem área de 68 mil km² – 0,799% do território brasileiro – e contém 18,4% da população do país, algo bastante expressivo para um país de dimensões continentais.

A RIDE do Distrito Federal e Entorno apresenta população inferior à das RMs de Belo Horizonte e de Porto Alegre, mas sua área de influência abrange território de 1.760.734 km², muito maior que o das metrópoles da capital mineira, que possui 483.730 km², e da gaúcha com 349.317 Km² (IBGE, 2008, p. 88, 94 e 96). Porém, mais importante que a extensão territorial sob a influência direta das metrópoles citadas, o que alça efetivamente Brasília a seu papel de metrópole nacional é sua importância política. Como sede do governo federal, concentra poder político e institucional, fato este conquistado paulatinamente ao longo de sua história e não simplesmente instituído com a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília.



Figura 48. Vista aérea de Taguatinga, cidade satélite de Brasília. A menor metrópole de escala nacional é, porém, a que apresentou maior crescimento demográfico e de PIB na primeira década do século XXI. Foto: Silvio Macedo, 2009.

Somente a RM de Campinas foi classificada como metrópole regional nível 1, no mesmo grau de importância das demais metrópoles estaduais do mesmo nível: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador, Curitiba, Manaus, Goiânia e Belém. As metrópoles estaduais nível 1 correspondem exatamente às áreas consideradas metrópoles pelo REGIC/2007 (IBGE, 2008, p. 11), para o qual Campinas é apenas “capital regional A”, enquanto que, para o Observatório das Metrópoles (RIBEIRO, 2004, p. viii), a mesma região é “metrópole categoria 4”, no mesmo nível de Manaus, Belém e Goiânia e uma categoria abaixo de Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Curitiba, Salvador, Recife e Fortaleza. Tem-se, portanto, situações próximas entre o que propõe esta tese e os trabalhos citados do IBGE e do Observatório das Metrópoles.

As dez metrópoles nível 1 possuíam em 2010 um total de 32 milhões de habitantes, sendo a segunda classe de metrópoles mais populosas, equivalente a quase 17% da população do país. Com populações entre 2,1 e 4,9 milhões de habitantes, constituem uma tipologia relativamente homogênea, ao menos quanto a essa variável. As seis mais populosas – Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador, Curitiba – integram também o grupo de RMs instituídas

inicialmente no país (1973). Manaus foi a última criada (2007) e apresenta área de 101,5 mil km², maior que Pernambuco ou Santa Catarina, ou mesmo que países como Coreia do Sul e Portugal. Sua extensão territorial lhe confere a baixíssima densidade de 22 habitantes/km². A RM de Manaus é a que apresenta maior concentração populacional em seu município sede (85,55% da população da RM); já Porto Alegre tem situação inversa, com apenas 35,43% da população de sua RM, vindo Campinas logo a seguir, com 38,63% da população de sua RM.



Figura 49. Vista parcial de Belo Horizonte, a maior “metrópole estadual”. Foto: Alexander Vilallon, 2008.

As nove metrópoles nível 2 são:

- três regionais: Vale do Paraíba e Litoral Norte, Baixada Santista e Norte/Nordeste Catarinense;
- seis estaduais: Grande Vitória, Natal, Grande São Luís, João Pessoa, Grande Teresina e Florianópolis¹⁵².

Somente a Grande São Luís possui município sede com mais de um milhão de habitantes e é ela também que apresenta as mais fracas relações entre os municípios intrametropolitanos. A RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte é a mais

¹⁵² As metrópoles estaduais nível 2 correspondem à categoria “capital regional A” do REGIC; as metrópoles regionais nível 2 correspondem às categorias “capital regional B e C”. Cf. IBGE, 2008, p 11-12.

populosa deste grupo e também a mais recente (2012). Possuindo 39 municípios e área de 16,2 km² e sendo a terceira maior em extensão territorial entre as RMs e RIDEs brasileiras, apresenta estrutura heterogênea e complexa, com cinco sub-regiões, forte conurbação entre alguns municípios e vários, menores, de caráter não metropolitano.

A Grande Vitória é a única metrópole estadual onde a capital não possui a maior população interna à sua RM, fato decorrente de sua pequena área e de fortes restrições de ocupação de seus morros. A RM de Florianópolis é por sua vez a única RM estadual que possui população e PIB menor que o de uma metrópole regional de seu próprio Estado, perdendo para a RM Norte/Nordeste Catarinense, nucleada por Joinville.



Figura 50. Vista parcial de Florianópolis, que possui a menor população entre as metrópoles nível 2. Foto: Sonia Afonso, 2009.

No total, as nove metrópoles nível 2 possuem 12,55 milhões de habitantes, pouco acima da RM do Rio de Janeiro, ou 6,58% da população do país. Sua população variam entre 800 mil habitantes (RM Florianópolis) e 2,26 milhões (RM Vale do Paraíba e Litoral Norte).

As treze metrópoles nível 3 são em sua maioria metrópoles regionais:

- nove metrópoles regionais: Londrina, Polo Petrolina e Juazeiro, Campina Grande, Feira de Santana, Maringá, Cariri (CE), Foz do Rio Itajaí, Vale do Itajaí e Vale do Aço (MG);

- quatro metrópoles estaduais: Maceió, Aracaju, Vale do Rio Cuiabá e Macapá¹⁵³.

Sua população varia entre 451 mil habitantes (Vale do Aço) e 1,16 milhão de habitantes (Maceió). As RMs de Aracaju, Vale do Rio Cuiabá, Polo Petrolina e Juazeiro, Cariri, Foz do Rio Itajaí, Macapá e Vale do Aço apresentam dois municípios de porte médio; as demais possuem apenas o município sede com mais de cem mil habitantes, chegando a 933 mil no caso de Maceió.

A RM de Maceió, aliás, apresenta forte concentração populacional em seu município sede (80,66% da população da RM) e frágeis relações de caráter metropolitano entre os municípios da RM, o que a faz integrar este último grupo de RMs que ainda se pode denominar propriamente de metrópole.



Figura 51. Vista parcial de Maceió, a maior metrópole nível 3. Foto: Acervo QUAPÁ, 2007.

A RM de Macapá apresenta apenas dois municípios cuja população (510 mil habitantes) é inferior à de cidades médias ainda não integrantes de regiões metropolitanas oficiais como Ribeirão Preto (605 mil habitantes) e Uberlândia (604 mil habitantes), em São Paulo e Minas Gerais respectivamente. É preciso considerar a relevância de tais números em relação a seus respectivos Estados. A RM de Macapá tem população equivalente a 76% do Estado do Amapá, que possui apenas 16 municípios, ao passo que São Paulo possui 41 milhões de habitantes e 645 municípios e Minas Gerais, 19,6 milhões de habitantes e 853 municípios. Além

¹⁵³ Para O REGIC 2007, as capitais brasileiras são no mínimo “capitais regionais A”. As metrópoles regionais nível 3 possuem seus municípios principais classificados pelo REGIC como “capitais regionais B ou C” e Itajaí é apenas classificado como “centro sub-regional A” (IBGE, 2008, p. 11-12)

disso, há efetiva conurbação econômica e funcional entre Macapá e o município industrial de Santana.

No total, as treze RMs de nível 3 possuem 8,88 milhões de habitantes (menos que a metade da maior RM do país), ou 4,66 % da população brasileira.

O último grupo de RMs oficiais apresenta caráter não metropolitano¹⁵⁴. São doze RMs: três no Estado de Roraima, uma no Pará, uma no Maranhão, duas na Paraíba, uma em Alagoas e quatro em Santa Catarina. Nenhuma delas possuía, em 2010, mais que um município de porte médio, sendo que as RMs Central (RR), Sul do Estado (RR) e de Guarabira (PB) não possuíam nenhum. Sua população variava de 172 mil habitantes na RM de Lages a 601 mil na RM do Agreste (AL). Nesta última, embora Arapiraca seja a mais importante cidade média alagoana, os demais municípios que compõem a RM do Agreste são ainda de pequeno porte e de pouca expressão econômica, sem que se possa caracterizá-los como metropolitanos, o mesmo valendo para as demais RMs desse grupo.

A população total das RMs do referido grupo chegou a 3,23 milhões habitantes, pouco mais que a RM de Curitiba, e viu crescer discretamente sua participação na população do país de 1,67% para 1,69%, entre 2000 e 2010. Essas regiões apresentaram taxa de crescimento populacional decenal de 14,1%, pouco maior que a do Brasil (12,5%).

A tabela abaixo indica as taxas de crescimento demográfico no período intercensitário de 2000-2010 e as participações percentuais da população das RMs e RIDEs em relação a seus respectivos Estados e em relação ao país. Não foram incluídas as RMs consideradas “áreas de caráter não metropolitano”, apenas o foram as “de fato e de direito”.

¹⁵⁴ As sedes destas RMs são classificadas pelo REGIC de 2007 como “centros sub-regionais A”, salvo Chapecó, considerada pelo IBGE (2008, p. 95) como “capital regional B”, dois níveis acima das demais, portanto. Chapecó é de fato centro urbano de maior destaque no oeste catarinense, no entanto os demais municípios de sua RM não apresentam caráter metropolitano.

Tabela 4. Metrôpoles de fato e de direito: classes, taxas de crescimento decenal e participações percentuais

RIDEs ou RMs	Taxa de crescimento decenal 2000- 2010 (%)	Participação na população do estado em 2000 (%)	Participação na população do estado em 2010 (%)	Participação na população do Brasil em 2000 (%)	Participação na população do Brasil em 2010 (%)
Metrôpoles nacionais	10,64	NA	NA	18,707	18,401
Distrito Federal e Entorno (4)	25,91	NA	NA	1,741	1,949
São Paulo	10,03	48,36	47,68	10,542	10,313
Rio de Janeiro	7,50	75,83	73,24	6,424	6,139
Metrôpoles nível 1 estaduais ou regionais	16,72	NA	NA	16,261	16,874
Goiânia	32,54	29,01	27,70	0,967	1,139
Manaus (3)	28,12	59,23	63,46	1,017	1,159
Fortaleza	20,96	40,23	42,71	1,760	1,893
Campinas	19,69	6,32	6,78	1,379	1,467
Salvador	18,31	23,12	25,50	1,781	1,874
Belém	16,97	29,01	27,70	1,058	1,101
Curitiba	16,23	28,53	30,34	1,608	1,661
Belo Horizonte	12,28	24,34	27,33	2,565	2,560
Recife	10,51	42,18	41,93	1,968	1,934
Porto Alegre	8,78	35,93	37,21	2,157	2,086
Metrôpoles nível 2 estaduais ou regionais	16,69	NA	NA	6,343	6,580
Natal	29,48	37,64	42,64	0,615	0,708
Grande São Luís	24,02	18,97	20,20	0,631	0,696
Grande Vitória	18,23	46,07	47,95	0,841	0,884
Norte/Nordeste Catarinense (1)	18,17	17,32	17,52	0,546	0,574
Vale do Paraíba e Litoral Norte (3)	13,82	5,38	5,49	1,173	1,187
Baixada Santista	13,66	3,99	4,07	0,871	0,880
Florianópolis	12,93	13,26	12,82	0,418	0,420
Grande Teresina (4) (3)	12,43	NA	NA	0,603	0,603
João Pessoa (3)	9,77	31,75	31,82	0,644	0,628

RIDEs ou RMs	Taxa de crescimento decenal 2000- 2010 (%)	Participação na população do estado em 2000 (%)	Participação na população do estado em 2010 (%)	Participação na população do Brasil em 2000 (%)	Participação na população do Brasil em 2010 (%)
Metrópoles nível 3 estaduais ou regionais	21,18	NA	NA	4,343	4,657
Foz do Rio Itajaí (2)	41,87	7,02	8,53	0,221	0,279
Macapá (3)	40,18	76,44	76,16	0,214	0,267
Polo Petrolina e Juazeiro(4) (3)	33,91	NA	NA	0,334	0,397
Aracaju (3)	29,77	36,92	41,28	0,388	0,448
Maringá	29,19	4,96	5,87	0,280	0,321
Vale do Itajaí	21,62	7,48	7,78	0,236	0,255
Londrina	17,97	6,78	7,32	0,382	0,401
Maceió	16,89	33,89	37,05	0,583	0,606
Vale do Rio Cuiabá (3)	14,85	29,02	27,48	0,428	0,437
Cariri (3)	13,41	6,71	6,68	0,294	0,296
Vale do Aço	12,96	2,24	2,30	0,236	0,237
Feira de Santana (3)	12,70	4,57	4,80	0,352	0,353
Campina Grande	7,99	18,50	18,24	0,375	0,360
TOTAIS	14,65	NA	NA	45,634	46,512
BRASIL	12,48	NA	NA	100,00	100,00

Fontes e observações:

. Salvo indicação em contrário, dados não incluem "Área de Expansão Metropolitana" ou "Colar Metropolitano".

(1) Inclui a Área de Expansão Metropolitana da RM, pois possui maior população e PIB que o Núcleo Metropolitano.

(2) Inclui a Área de Expansão Metropolitana da RM, pois possui densidade demográfica superior à de várias metrópoles estaduais nível 1 e PIB per capita comparável a várias metrópoles estaduais nível 1.

(3) Não eram RMs ou RIDEs constituídas oficialmente até 2000 (EMPLASA, 2012b).

(4) RIDEs

.Fontes dos dados populacionais: IBGE, 2010, IBGE, 2011c, IBGE, 2012 e EMPLASA, 2012a.

Entre as metrópoles “de fato e de direito”, as categorias com taxa de crescimento superior ao verificado no país entre 2000 e 2010 foram as de nível 1, 2 e 3, com taxas respectivas de 16,72%, 16,69% e 21,18%. A classe “metrópole nacional” viu diminuir discretamente sua participação em relação à população brasileira no referido período, passando de 18,71 para 18,40% da população brasileira, ainda assim revelando forte concentração demográfica, pois nelas se classificam apenas três metrópoles. Das 35 metrópoles “de fato e de direito”, 27 viram crescer sua participação populacional em relação ao país. Somente seis tiveram taxas de crescimento inferior ao Brasil – Recife, São Paulo, João Pessoa, Porto Alegre, Campina Grande e Rio de Janeiro –, mas vale lembrar, ainda, a decrescente participação da população de seus respectivos Estados diante da população brasileira. As metrópoles de Belo Horizonte e da Grande Teresina

mantiveram sua participação praticamente estável diante da população brasileira entre 2000 e 2010.

O Rio de Janeiro, desde a década de 1960, com a transferência da capital federal para Brasília, vê sua participação percentual cair no cenário nacional, dado que, entre 2000 e 2010 foi a RM que registrou menor crescimento, de apenas 7,5%. Por outro lado, a RIDE do Distrito Federal e Entorno teve crescimento decenal expressivo, de 26,9%, acima das médias metropolitanas.

As duas maiores metrópoles nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro, vêm perdendo participação populacional tanto em âmbito federal quanto estadual, mas ainda mantinham em 2010 expressivas parcelas das populações paulista (47,7%) e fluminense (73,2%). A RM de São Paulo correspondia a 10,3% da população brasileira.

As metrópoles nível 1 viram sua participação populacional crescer em relação a seus respectivos Estados, com exceção das RMs do Recife e de Belém. Mesmo a RM de Porto Alegre, que teve baixa taxa de crescimento (8,8%), ainda assim teve sua participação na população gaúcha ampliada entre 2000 e 2010, de 35,9% para 37,2%. Já Manaus e Goiânia tiveram as maiores taxas de crescimento decenal, 28% e 32,5% respectivamente. A população da RM de Manaus atingiu em 2010 a 63,5% da população do Amazonas.

Entre as metrópoles nível 2, as maiores taxas de crescimento foram das RMs de Natal e de São Luís, com forte crescimento das cidades sedes, inversamente ao que costuma ocorrer com metrópoles mais consolidadas, nas quais há décadas os municípios “periféricos” crescem em taxas superiores aos “centrais”.

As maiores taxas de crescimento populacional encontram-se nas metrópoles nível 3, sejam regionais, com destaque para o crescimento decenal da RM da Foz do Rio Itajaí, onde se encontra Itajaí e Camburiú (41,9%) e da RIDE do Pólo Petrolina e Juazeiro com taxa de 33,9%, sejam as metrópoles estaduais de Macapá (40,2%) e de Aracaju (29,8%).

A participação populacional das metrópoles relativamente a seus Estados foi sempre mais expressiva entre as metrópoles estaduais que dentre as regionais, sendo a única exceção a RM de Florianópolis, que possuía apenas 12,8% da população catarinense, enquanto a RM capitaneada por Joinville atingiu 17,5%. Mesmo na Bahia, onde a RM de Salvador detinha em 2010 apenas um quarto da população baiana, ainda assim estava muito a adiante da metrópole regional de Feira de

Santana, que contava 4,8% da população estadual. A única metrópole regional nível 1, Campinas, décima mais populosa do país, também não passava de 6,8% da população paulista.

Tem-se, portanto, na escala do país, um forte destaque para as metrópoles estaduais, pois, entre as 13 mais importantes (metrópoles nacionais e metrópoles nível 1), somente uma é regional. Entre as 21 com mais de um milhão de habitantes, somente quatro são regionais: Campinas, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Baixada Santista e Norte/Nordeste Catarinense.

Sem dúvida, as metrópoles são espaços onde se encontram excelentes oportunidades nas áreas de educação, saúde, lazer e erudição cultural, atraindo novos moradores, mas o maior motivo para a chegada de migrantes é a busca por melhores condições de trabalho e renda que as encontradas nos municípios mais estagnados economicamente. Até os anos 1960, as metrópoles nacionais, Rio de Janeiro e São Paulo, eram os grandes endereços dessas migrações, mas, nos anos 1980-1990, Brasília e as metrópoles nível 1 assumem, paulatinamente, importante papel nesse quadro e vêm suas taxas de crescimento superarem às das maiores metrópoles. No período 2003-2010, com as políticas de diminuição das desigualdades sociais (assistência social e valorização do salário mínimo) e regionais (investimentos infraestruturais na Região Norte, Centro-Oeste e Nordeste), observou-se leque mais amplo de alternativas: a migração para novas áreas dinâmicas, sobretudo metrópoles estaduais e regionais (algumas do nível 1 e quase todas níveis 2 e 3) e, em menor medida, regiões do avanço da fronteira agrícola.

A seguir, apresenta-se tabela com dados sínteses comparativos de PIBs capazes de aquilatar a escala de importância econômica das metrópoles brasileiras (de fato e de direito) e que contribui para explicar o seu crescimento demográfico em relação ao país.

Tabela 5. Metrôpoles de fato e de direito: classes, PIBs e participações percentuais em 2008

RIDEs ou RMs	PIB (bilhões de R\$)	PIB estadual (bilhões de R\$)	participação da região no Estado (%)	participação das regiões no país (%)
Metrôpoles nacionais	930,85	NA	NA	30,70
São Paulo	572,27	1.003,02	57,06	18,88
Rio de Janeiro	232,81	343,18	67,84	7,68
Distrito Federal e Entorno (5)	125,76	NA	NA	4,15

RIDEs ou RMs	PIB (bilhões de R\$)	PIB estadual (bilhões de R\$)	participação da região no Estado (%)	participação das regiões no país (%)
Metrópoles nível 1 estaduais e regionais	571,20	NA	NA	18,84
Belo Horizonte	98,57	282,52	34,89	3,25
Porto Alegre	87,74	199,50	43,98	2,89
Campinas	78,04	1.003,02	7,78	2,57
Curitiba	74,83	179,27	41,74	2,46
Salvador	60,61	121,51	49,88	2,00
Recife	45,72	70,44	64,90	1,51
Manaus	40,02	46,82	85,48	1,32
Fortaleza	38,10	60,10	63,40	1,26
Goiânia	27,87	75,28	37,02	0,92
Belém	19,68	58,52	33,63	0,65
Metrópoles nível 2 estaduais e regionais	231,43	NA	NA	7,63
Vale do Paraíba e Litoral Norte	52,28	1.003,02	5,21	1,72
Grande Vitória	45,21	69,87	64,70	1,49
Baixada Santista	41,20	1.003,02	4,11	1,36
Norte/Nordeste Catarinense (1)	27,69	123,28	22,46	0,91
Grande São Luís	15,69	38,49	40,76	0,52
Florianópolis	15,36	123,28	12,46	0,52
Natal	12,62	25,48	49,54	0,42
João Pessoa	12,62	25,70	49,12	0,42
Grande Teresina (3)(5)	8,77	NA	NA	0,29
Metrópoles nível 3 estaduais e regionais	112,45	NA	NA	3,71
Foz do Rio Itajaí (2)	13,71	123,28	11,12	0,45
Londrina	12,40	179,27	6,92	0,41
Vale do Rio Cuiabá	11,60	53,02	21,88	0,38
Maceió	10,76	19,45	55,22	0,35
Vale do Itajaí	10,06	123,28	8,16	0,33
Vale do Aço	9,35	282,52	3,31	0,31
Maringá	9,31	179,27	5,20	0,31
Aracaju	8,61	19,55	44,23	0,28
Feira de Santana	7,62	121,51	6,27	0,25
Polo Petrolina e Juazeiro(4) (5)	5,59	NA	NA	0,18
Macapá	5,25	6,77	77,55	0,17
Campina Grande	4,83	25,70	18,81	0,16
Cariri	3,36	60,10	5,59	0,11
TOTAIS	1.845,93	NA	NA	60,88
Brasil	3.031,86	NA	NA	100,00

Observações e fontes:

. Metrôpoles brasileiras (de fato e de direito até janeiro de 2012).

(1) Inclui a Área de Expansão Metropolitana da RM, pois possui maior população e PIB que o Núcleo Metropolitano e contém a segunda mais importante cidade da RM.

(2) Inclui a Área de Expansão Metropolitana da RM, pois possui densidade demográfica superior à de várias metrôpoles estaduais (nível 1) e PIB per capita comparável a das metrôpoles estaduais (nível 1).

(3) Renda per capita superior aos Estados correlacionados.

(4) Renda per capita superior ao Estado de Pernambuco, mas inferior ao Estado da Bahia.

(5) RIDEs.

Fontes: EMPLASA (2011), SEADE, 2012 e STM, 2011.

Se as 35 metrópoles de fato e de direito apresentam expressiva parcela da população brasileira (46,5%), mais forte ainda é seu poder econômico, sendo responsáveis por 60,88% do PIB do país em 2008. Observa-se clara concentração das atividades econômicas brasileiras nas metrópoles, inclusive entre as classes de metrópoles. As metrópoles nacionais apresentam participação percentual de PIB em relação ao país (30,7%), muito superior à sua participação percentual populacional em relação ao Brasil (18,7%). Tais relações são proporcionalmente decrescentes na medida em que se “desce” para as metrópoles nível 1, 2 e 3. No último nível (3), chega-se a uma maior participação percentual da população dessas metrópoles em relação ao país (4,66%) do que sua correspondente participação no PIB brasileiro (3,71%).

Somente a RM de São Paulo possuía, em 2008, PIB superior ao de qualquer grande região brasileira ou ao de qualquer Estado do país, excetuando-se, obviamente a Região Sudeste e o Estado de São Paulo. O PIB da RM de São Paulo equivale ao PIB somado das dez metrópoles nível 1.

Apenas as três metrópoles nacionais apresentavam PIB equivalente a quase duas vezes o PIB da Região Sul. O PIB das dez RMs nível 1 correspondia a quase uma vez e meia o PIB de toda a Região Nordeste. Por sua vez, somadas, as nove metrópoles nível 2 apresentaram um PIB igual a uma vez e meia o PIB da Região Norte. As 13 metrópoles nível 3 possuíam um PIB pouco inferior ao catarinense (124 bilhões de reais) ou baiano (121 bilhões de reais).

Do mesmo modo, as diferenças macrorregionais brasileiras se expressam também na comparação entre as metrópoles: as mais pobres, como esperado, encontram-se nas regiões Nordeste e Norte, as mais ricas, no Sudeste e Sul, além da RIDE do Distrito Federal e Entorno.

A comparação dos PIBs per capita das 32 RMs¹⁵⁵ – de fato e de direito – com os dados de seus respectivos Estados expressa a concentração de riqueza dessas regiões, sendo que quatro metrópoles regionais, uma nível 2 (RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte) e três RMs nível 3 (Londrina, Maringá e Cariri) também apresentavam PIB per capita inferior a de seus Estados.

¹⁵⁵ Aqui não se faz menção às três RIDEs por envolverem mais que uma unidade da federação. No caso da RIDE do Distrito Federal e Entorno, seu PIB per capita é superior ao dos Estados de Minas Gerais e de Goiás, mas inferior ao PIB per capita do próprio Distrito Federal. A RIDE da Grande Teresina apresenta PIB per capita superior ao do Piauí e do Maranhão. A RIDE do Polo Petrolina Juazeiro possui PIB per capita superior ao de Pernambuco, mas inferior ao da Bahia.

O maior PIB per capita entre as metrópoles brasileiras era, em 2008, o da RIDE do Distrito Federal e Entorno (34,3 mil reais). Entre as metrópoles regionais, merecem destaque as paulistas e as catarinenses, com PIBs per capita entre 20,7 e 29,4 mil reais, e, no outro extremo, as metrópoles regionais nordestinas do Cariri e de Campina Grande, com PIB per capita entre 6,1 e 7,1 mil reais.

A descentralização das atividades econômicas está ocorrendo de maneira menos evidente do que se alardeia, visto que as metrópoles, no seu conjunto, vêm ganhando maior expressão demográfica e econômica. Ainda que se observe declínio na participação populacional e econômica da maior metrópole do país, isto não é suficiente para diagnosticar perda de participação relativa do conjunto de metrópoles, cada vez maior também na medida em que cresce o número de regiões metropolitanas de fato e de direito. Observa-se crescimento e distribuição maior do fenômeno metropolitano brasileiro, de sua geração de riqueza e renda, de maneira seletiva no território, evidentemente.

A distribuição de plantas industriais por uma extensão maior no território não significa dispersão do poder. Pelo contrário, a reestruturação produtiva que marca a urbanização contemporânea permite, graças ao avanço da telemática, concentrar em poucos centros as decisões, sejam as políticas – sobretudo em Brasília, mas também no Rio de Janeiro e São Paulo –, sejam as econômicas e financeiras, principalmente em São Paulo (como sede dos principais bancos privados, da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, entre outros) mas também em Brasília (sede do Banco Central) e no Rio de Janeiro (sede do Banco do Brasil, Petrobrás e BNDES)¹⁵⁶.

Segundo o REGIC-2007 (IBGE, 2008, p. 141), considerando a existência das 1124 maiores empresas no país, a RM de São Paulo era a sede de 365 delas (32,5%), seguida pela RM do Rio de Janeiro, com 116 (10,3%); Porto Alegre com 50 (4,4%); Belo Horizonte, 46 (4,1%); Curitiba, 40 (3,6%); Salvador, 32 (2,8%); Campinas, 30 (2,7%); Manaus, 27 (2,4%); Brasília, 25 (2,2%) e Vitória, com 21 (1,9%). Somente esses dez núcleos possuíam 66,9% das sedes das 1124 maiores empresas do país. Entre as 25 áreas urbanas com cinco ou mais sedes de tais grandes empresas, 18 RMs e uma RIDE continham 839 sedes de um total de 884.

¹⁵⁶ Vale lembrar a concentração, em escala global, nos principais centros decisórios, políticos e econômicos, dos países centrais do capitalismo e da China, que impactam fortemente a dinâmica econômica, territorial e urbana brasileira, marcada pelo comércio exterior e, ainda mais, pela forte presença de empresas estrangeiras no mercado interno, nos principais setores econômicos, desde a produção de grãos até o setor financeiro.

A geração concentrada de riqueza gera, sobretudo num país desigual como o Brasil, enorme atração para os pobres, ainda marginalmente incluídos no circuito superior da economia¹⁵⁷, embora se verifique, a partir de 2003, crescente ascensão social das camadas de renda menos favorecidas, diminuindo o número de brasileiros em pobreza extrema e aumentando significativamente o extrato de renda médio-baixo.

Vinte e seis RMs, além da RIDE do Distrito Federal e Entorno, abrigavam, em 2000, 14,4 milhões de pobres (EMPLASA, 2007)¹⁵⁸, equivalentes a 20,62% de sua população. A RM de São Paulo detinha 2,52 milhões de pobres, seguida pelo Rio de Janeiro; com 1,90 milhões; Recife, com 1,24 milhões; Fortaleza com 1,19 milhões e Salvador, com 1,05 milhões, completando as RMs com mais de um milhão de habitantes abaixo da linha de pobreza. As metrópoles catarinenses apresentavam os menores percentuais (entre 5,9% e 13,5%). As RMs com maior parcela de população pobre eram Maceió (43,5%), São Luís (42,5%), Fortaleza (39,7%), João Pessoa (37,3%) e Recife (37,0%). As ricas Brasília e Vitória possuíam 21% de suas populações abaixo da linha de pobreza.

Em suma, as metrópoles são os espaços urbanos mais significativos sobre o ponto de vista demográfico e econômico, dialeticamente concentrando riqueza e pobreza, poder e disputa política, principais polos (internos) de difusão cultural, técnica e científica para o território brasileiro.

.. Megalópole

Em tese de doutorado (QUEIROGA, 2001, cap. 2 e 3)¹⁵⁹, já se demonstrou a existência da **megalópole do Sudeste** enquanto entidade urbana nova que transcende o conceito de macrometrópole. Onze anos depois, apresenta-se de maneira sintética seu processo de formação e, sobretudo, realiza-se análise sobre dados recentes, avaliando a expansão do processo de megalopolização, dada sua importância na urbanização contemporânea brasileira.

¹⁵⁷ Sobre o conceito e a respeito das relações dialéticas entre os circuitos inferior e superior da economia cf. SANTOS, 1979, *passim*.

¹⁵⁸ Pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$75,50 (linha de pobreza).

¹⁵⁹ De maneira mais sintética, cf. QUEIROGA, 2005, p. 1-20.

Com o avanço das tecnologias computacionais e em telecomunicações já nos anos 1970, permitiu-se iniciar o processo de reestruturação produtiva. A localização das plantas industriais pode agora se dar segundo as mais diversas conveniências: proximidade das áreas de produção de matérias-primas, existência de mão de obra barata, menores exigências ambientais, menores cargas tributárias, facilidades no escoamento de produção etc. Assim, o *marketing* de produto e a publicidade ganham mais importância que a produção propriamente dita. O setor terciário se funde por vezes com o secundário, vide a indústria de aplicativos para aparelhos telemáticos, por exemplo. A complexidade e a relevância do sistema financeiro permitem a esse setor colocar-se à frente nos riscos e lucros da maior parcela dos capitais produtivos.

O território, diante desses novos processos de acumulação e de especulação capitalista, se transforma. A urbanização brasileira se concentra – vide o vigoroso processo de metropolização verificado no período contemporâneo – e, dialeticamente, se dispersa, sobretudo, nas imediações dos principais polos urbano-econômicos.

A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano proposta no II PND (1975-1979) visava ao fortalecimento das cidades médias, evitando o inchamento das grandes cidades. As ações foram mais contundentes no fortalecimento das cidades médias próximas à RM de São Paulo, *locus* preferencial dos grandes capitais transnacionais instalados no Brasil desde Juscelino Kubitschek, contribuindo para o que Souza (1978) denominou de **macrometrópole paulista**.

A expansão da indústria da metrópole paulistana envolveu seletivamente uma área de expansão de raio aproximado de 150 km a partir da capital, fortalecendo o desenvolvimento das maiores cidades médias desta área – Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Santos –, iniciando processos de conurbação microrregionais nucleados por estas quatro cidades. Apesar da proximidade entre a RM de São Paulo e a Região do Vale do Ribeira (Região Administrativa de Registro), essa área, das menos desenvolvidas do Estado, não participa do processo de expansão industrial. A “inércia dinâmica” (Santos, 1996, p. 113) do espaço paulista se expressa com clareza diante do movimento de expansão industrial: áreas mais ricas e em distâncias similares das regiões administrativas de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Santos, ou mesmo mais distantes, como as regiões administrativas de Ribeirão Preto, Central e de São José do Rio Preto, vão atrair investimentos públicos – redes de infraestrutura, indústrias de base e centros de

pesquisa – necessários à acumulação capitalista, aumentando os desníveis regionais diante das áreas mais pobres do Estado – Ribeira e Sudoeste –, mesmo que situadas a menor distância da metrópole paulista.



Figura 52. Vista parcial da Refinaria do Planalto Paulista – REPLAN – em Paulínia, RM de Campinas, a maior do país (ao menos até 2012). Foto do autor, 2008.

Nos anos 1970, a difusão industrial pelo interior paulista conjugou-se ao avanço tecnológico na agricultura, que aumentou rapidamente a produtividade do campo (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988). Esse quadro permitiu índices médios de qualidade de vida urbana bastante elevados entre os anos 1970 e 1980. A macrometrópole ocupava, na década de 1980, a parcela mais contínua e concentrada desse processo de dispersão da indústria metropolitana. Na Região Metropolitana de São Paulo, ainda que se reforçasse a posição de comando – principal praça financeira e *locus* das sedes de grandes empresas –, os níveis médios de qualidade de vida se deterioraram. Na macrometrópole, ao contrário da situação anterior da metrópole industrial, a "periferia" – área de produção – detinha melhores níveis de vida que o "centro inicial". Esse indicador já apontava para a formação de uma nova realidade urbana, além da mera expansão da metrópole industrial paulistana.



Figura 53. Vinhedo, na RM de Campinas, apresentava IDH maior do que o de Campinas e o de São Paulo em 2000. Foto do autor, 2008.

Em meados dos anos 1990, ocorre verdadeira metamorfose urbana: passa-se da macrometrópole paulista – cuja lógica era dada pela expansão da economia industrial para além, mas a partir da RM de São Paulo – para a megalópole do Sudeste brasileiro, nova entidade urbana, efetivamente polinucleada, tendo como principais núcleos: São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Ribeirão Preto.

A estabilização da moeda e as privatizações ocorridas no período FHC (1995-2002) propiciaram forte entrada de capitais estrangeiros no país. A economia não apresentou crescimento significativo, mas o controle da inflação e a liberalização econômica trouxeram novos agentes transnacionais para setores de ponta – informática e telecomunicações, ou bens de consumo durável –, novas montadoras de automóveis e de produtos eletrônicos, ou ainda, no setor financeiro, novos bancos transnacionais. Vários desses investimentos e mesmo suas sedes ou centro operacionais preferiram se instalar fora das duas maiores metrópoles brasileiras, fugindo de enchentes, congestionamentos, poluição, além de sindicatos historicamente mais bem organizados.

A instalação da indústria automobilística no Vale do Paraíba, que ocorreu a partir do período da formação da macrometrópole, com as primeiras unidades em São José dos Campos e Taubaté, amplia-se e atinge as cidades fluminenses de

Resende e de Porto Real¹⁶⁰. Aliado ao avanço da produção da Companhia Siderúrgica Nacional, verifica-se a formação de conurbação econômica que engloba os municípios de Resende, Porto Real, Volta Redonda, Barra Mansa, e as cidades industrializadas do trecho paulista do Vale do Paraíba. Estrutura-se, assim, o mais extenso e importante eixo megalopolitano, ligando São Paulo ao Rio de Janeiro. Impossível, desde então, limitar a análise desse processo ao território paulista. A macrometrópole paulista poderá ser, quando muito, uma unidade territorial formalizada institucionalmente, conforme proposta do Governo do Estado de São Paulo¹⁶¹. Tal unidade territorial é apenas parte, ainda que a mais importante, da Mgalópole do Sudeste.

Não apenas se assistiu a uma “dispersão concentrada” das plantas industriais, como também se expandiram pelo interior paulista setores do terciário avançado, instalam-se ou ampliaram-se centros de pesquisa, sobretudo em Campinas, São José dos Campos, São Carlos e Ribeirão Preto, transformando-os em polos tecnológicos¹⁶². Inicialmente, o terciário avançado tinha como função principal o apoio às atividades industriais mais modernas, com o aumento populacional, sobretudo de estratos de renda média e alta. Do mesmo modo, a prestação de serviços mais especializados também se realiza em maior escala nas cidades médias da megalópole do Sudeste. Com o avanço do processo de megalopolização, na primeira década do século XXI, se verificou a instalação de centros empresariais junto a grandes rodovias, assim como centros operacionais de grandes empresas e

¹⁶⁰ A instalação da indústria automobilística em Porto Real faz deste pequeno município de 16,5 mil habitantes um dos maiores “campeões brasileiros” em renda *per capita*. Em 2009, seu PIB *per capita* foi de R\$ 215.506,46, ou 7,6 vezes o do município do Rio de Janeiro.

¹⁶¹ Com base em estudos realizados pelo SEADE e pela EMPLASA entre 2009 e 2010, o Governo do Estado de São Paulo propôs em 2011 a criação da Macrometrópole de São Paulo, envolvendo as RMs de São Paulo, Baixada Santista e Campinas, além de diversos municípios das regiões administrativas (Ras) de Sorocaba, Campinas e São José dos Campos. No total, são 153 municípios num raio de 200 km a partir da capital, perfazendo 72% da população do Estado (maior do que a de qualquer Estado brasileiro, excetuando-se São Paulo), em área equivalente a 16% do território paulista (quase o dobro do Estado de Sergipe) e PIB correspondente a 82% do PIB de São Paulo, maior que o PIB de qualquer macrorregião do país, exceção feita, evidentemente, à Região Sudeste.

¹⁶² Campinas se transforma, na década de 1980, no principal pólo de desenvolvimento das áreas de informática e telecomunicações do país, contando, entre outros com: Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações – CPQd -, Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer, Unicamp, PUC-Campinas, Laboratório Nacional de Luz Síncrotron; EMBRAPA Monitoramento por Satélite. São José dos Campos, sediando o Centro de Tecnologia Aeroespacial – CTA -, desde a década de 1950, é o principal centro de pesquisa e produção aeronáutica. Por ocasião da implantação de nova unidade da Embraer na Região Administrativa Central, cria-se na Escola de Engenharia de São Carlos o curso de engenharia aeronáutica. A presença de campi de duas universidades públicas em São Carlos, faz da cidade importante centro de pesquisa. Em Ribeirão Preto, a existência de Faculdade de Medicina da USP propiciou o desenvolvimento de indústria voltada a instrumentos de precisão na área da saúde.

centros de pesquisa privados começam também a se instalar fora das metrópoles paulistana e carioca. Aliados aos maiores núcleos de atividades terciárias do país – São Paulo e Rio de Janeiro –, esse amplo território se constitui na área mais densa do meio técnico-científico-informacional que caracteriza a “região concentrada” (Sudeste e Sul do país).¹⁶³

A expansão da megalópole – função inicial da dispersão da produção industrial e, num segundo momento, do fortalecimento de núcleos de atividades do terciário superior – envolve, de forma complementar, extensas áreas voltadas ao lazer, notadamente das camadas de renda média e alta. Trata-se, sobretudo, das “regiões” serranas e litorâneas lindeiras aos principais eixos de expansão industrial megalopolitana. Urbanizam-se extensas faixas do litoral e dezenas de pontos serranos: o campo e a praia são em certa medida espaço urbano na megalópole e, dessa forma, refletem o modo de vida das cidades, observando-se a crescente divisão social do trabalho aos moldes urbanos, ampliando-se o emprego na área de prestação de serviços e reduzindo-se os postos de trabalho nas atividades do setor primário.

As atividades primárias disputam com atividades urbanas o solo cada vez mais valorizado. Os solos mais férteis do interior paulista, não por coincidência, abrigam as áreas mais densamente urbanizadas, que são os principais vetores de expansão da megalópole a norte da capital. A riqueza do café e de outras culturas ali estabeleceu e viu crescer uma rede urbana densa e próspera. Desde o Pró-Alcool em 1975, as lavouras de cana-de-açúcar e as usinas de açúcar e álcool se constituem no principal elemento das paisagens agrícolas paulistas. O território paulista da megalópole não foge à regra¹⁶⁴. Também nos solos e relevos mais favoráveis das regiões norte e nordeste fluminense o predomínio da cana-de-açúcar é notável.

A agricultura intensiva, para exportação ou para consumo dos grandes centros consumidores da megalópole do Sudeste, vem apresentando não apenas alto grau de mecanização quando o relevo assim o permite, mas, cada vez mais, se constitui em agricultura de precisão, agregando informações georreferenciadas que aumentam a produtividade e diminuem os custos. O campo é fortemente capitalizado, informatizado e cientificizado na megalópole.

¹⁶³ Sobre o conceito de “região concentrada” cf. SANTOS, SILVEIRA, 2001, p. 268-273.

¹⁶⁴ Cf. DONOSO, 2011, p. 129-138 e QUEIROZ, 2012, p. 111-118.



Figura 54. “Mar de cana” em Santa Lúcia, Região de Governo de Araraquara, típica paisagem agrícola da megalópole no interior paulista. Foto: Verônica Donoso, 2011.

A urbanização interna ao processo de megalopolização se faz de maneira mais complexa, dado que não se trata simplesmente de um centro e sua periferia, como nas metrópoles industriais do século XX, nem podem ser suficientemente compreendidas através de estudos de polarização e áreas de influência como os REGICs realizados pelo IBGE. Um pequeno município como Gavião Peixoto (SP) ou Porto Real (RJ), integrando de maneira secundária o espaço megalopolitano, pode ser escolhido para a instalação de importantes indústrias, em função de sua proximidade a grandes rodovias, centros de pesquisa ou outro fator externo ao município¹⁶⁵. A pacata Guararema (SP) abriga o principal centro operacional da Petrobrás; na área rural do distrito de Barão Geraldo, Campinas, surge (em 2012) imenso centro operacional para a América Latina de um grande banco transnacional; um dos maiores *shopping centers* da América Latina se instalou em Campinas, avaliando o potencial de consumo de uma densa rede de cidades num raio de 200 km; parques temáticos se instalaram estrategicamente junto a rodovias entre as metrópoles de São Paulo e Campinas, avaliando dados climáticos, bem como a distância/proximidade a aeroportos; loteamentos fechados superam a área da cidade

¹⁶⁵ Em Gavião Peixoto se instalou a segunda fábrica da Embraer, em Porto Real fica a montadora PSA Peugeot Citroën.

tradicional em Vinhedo, abrigando “consumidores megalopolitanos” que transitam cotidianamente num raio entre 50 e 150 km. A megalópole se estabelece como um sistema de redes sobrepostas, de fluxos (mercadorias, pessoas, informações, trocas comunicacionais), que se estabelecem graças às densas redes de infraestrutura (fixos) instaladas, mantidas, aperfeiçoadas e substituídas com intensidade cada vez maior.

Em 2001, com base em dados demográficos, econômicos e físico-territoriais, apresentaram-se os principais núcleos, eixos consolidados e vetores de expansão da megalópole do Sudeste brasileiro (QUEIROGA, 2001, p. 126-130), conforme mostra a figura abaixo. Tendo claro que a dinâmica megalopolitana, bem como os limites e expansões de seu território estavam longe de se estabilizarem, equivocadamente seria delimitá-la “precisamente”, esforço que reduziria sua natureza complexa, heterogênea, fragmentada. A megalópole, superando a natureza de uma metrópole estendida (macrometrópole), constituiu-se como nova entidade urbana no país, dificilmente formalizável por instâncias governamentais, mas reconhecida pelos agentes do grande capital corporativo nacional ou transnacional¹⁶⁶.

¹⁶⁶ Em 2012, pode-se reconhecer a formação embrionária de outros territórios megalopolitanos no país, menores que a megalópole do Sudeste, mas importantes enquanto tendência de transformação nos lugares em que mais se adensa a rede urbana brasileira. Assim verificam-se megalópoles em formação nas regiões:

- Sul, entre a RM de Curitiba e as RMs catarinenses, sobretudo até a RM de Florianópolis, envolvendo as RMs do Norte/Nordeste Catarinense, do Vale do Itajaí e da Foz do Itajaí;
- Nordeste, envolvendo as RMs do Recife, de João Pessoa, de Campina Grande, de Natal e os demais municípios litorâneos entre Recife e Natal;
- Centro-Oeste, no eixo entre as metrópoles de Goiânia e Brasília.



Figura 55. A megalópole do Sudeste brasileiro em 2001: eixos de estruturação e vetores de expansão. Organização do autor. Desenho: Jonas Queiroga, 2012.

Ao final da primeira década do século XXI, viu-se adensar o território megalopolitano e sua nova expansão de maneira mais extensa no Estado do Rio de Janeiro que no território paulista. O principal motivo dessa expansão está relacionado ao impulso que a economia do petróleo deu ao Estado fluminense no período, direcionando fortes investimentos públicos, sobretudo federais, que permitiram, também, a escolha do Rio de Janeiro como *locus* de grandes empreendimentos privados, notadamente relacionados à siderurgia e à exportação de minério de ferro.

As tabelas abaixo (6 e 7) apresentam dados populacionais e de PIB das regiões administrativas (RAs) do Estado de São Paulo. Tais regiões na maioria das vezes se subdividem em regiões de governo (RGs). Optou-se por apresentar os

dados das RGs paulistas das RAs que não participam inteiramente do processo de megalopolização, confrontando as RGs principais de tais RAs com as de baixa ou nula inserção na megalópole até 2010. Para o Estado do Rio de Janeiro, têm-se os dados agregados por RGs. Apresentam-se, também, os dados das RMs existentes até 2010, tanto para o Estado de São Paulo, quanto para o Estado do Rio de Janeiro, sendo que, no caso deste último, a RM do Rio de Janeiro é denominada RG Metropolitana.

Observe-se a forte correlação entre crescimento populacional e do PIB das regiões integrantes da megalópole, indicadores da forte dinâmica econômica dessas áreas. As regiões de crescimento mais modesto, tanto econômico quanto populacional de ambos os Estados, não integravam em 2010 a megalópole do Sudeste.

Tabela 6. População e taxa média geométrica de crescimento anual das regiões administrativas, de regiões de governo e regiões metropolitanas dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro

	População em 1991	População em 2000	População em 2010	Taxa média geométrica de cresci- mento anual 1991-2000	Taxa média geométrica de cresci- mento anual 2000-2010
Estado do Rio de Janeiro	12.807.706	14.391.282	15.989.929	1,32	1,06
REGIÕES DE GOVERNO					
Baixadas Litorâneas	389.522	560.559	810.666	4,17	3,76
Costa Verde	127.424	243.500	243.500	3,54	3,44
Norte Fluminense	611.576	698.783	849.515	1,51	1,97
Metropolitana	9.796.649	10.869.255	11.835.708	1,17	0,86
Médio Paraíba	694.253	785.192	855.193	1,39	0,86
Serrana	686.772	752.002	805.627	1,02	0,69
Centro-Sul Fluminense	228.448	254.103	272.227	1,20	0,69
Noroeste Fluminense	273.062	297.696	317.493	0,97	0,65
Estado de São Paulo	31.436.273	36.974.378	41.223.683	1,82	1,09
REGIÕES METROPO- LITANAS (2)					
Campinas	NA	2.332.988	2.792.855	2,59	1,82
Baixada Santista	NA	1.473.912	1.662.392	2,17	1,21
São Paulo	15.369.305	17.852.637	19.667.558	1,68	0,97
REGIÕES ADMINISTRATIVAS					
Ribeirão Preto	892.544	1.058.652	1.246.046	1,91	1,64
Campinas	4.382.452	5.383.260	6.241.314	2,31	1,49
São José dos Campos	1.642.399	1.988.498	2.262.135	2,15	1,30

	População em 1991	População em 2000	População em 2010	Taxa média geométrica de crescimento anual 1991-2000	Taxa média geométrica de crescimento anual 2000-2010
Sorocaba	2.005.788	2.463.754	2.800.953	2,31	1,29
Central	725.635	853.866	951.408	1,82	1,09
São José do Rio Preto	1.126.330	1.297.799	1.436.302	1,59	1,02
Franca	538.8804	639.463	705.707	1,92	0,99
Bauru	821.544	955.486	1.052.395	1,69	0,97
Araçatuba	613.039	672.572	735.401	1,04	0,90
Barretos	356.741	394.835	419.372	1,13	0,60
Marília	786.962	886.735	940.347	1,34	0,59
Presidente Prudente	732.802	787.561	833.120	0,80	0,56
Registro	226.608	265.348	269.233	1,77	0,15
REGIÕES DE GOVERNO (1)					
Campinas	2.019.329	2.529.419	2.993.690	2,53	1,70
São João da Boa Vista	401.054	448.701	471.257	1,26	0,49
Sorocaba	971.434	1.247.741	1.451.252	2,82	1,52
Itapeva	304.189	329.846	330.565	0,90	0,02
São José dos Campos	705.948	851.175	974.242	2,10	1,36
Cruzeiro	104.219	113.969	121.157	1,00	0,61
São José do Rio Preto	526.629	647.725	740.674	2,33	1,35
Fernandópolis	99.794	104.798	108.808	0,55	0,38
Jales	135.849	142.114	144.946	0,50	0,20

Observações e fontes:

(1) Para o Estado de São Paulo selecionaram-se apenas regiões de governo (RGs) que ilustram a participação heterogênea das regiões administrativas (Ras) que integram parcialmente o processo de megalopolização. Confronta-se a RG núcleo da RA com as RGs que não integravam a megalópole até 2010, ou o faziam parcialmente (caso das RGs de Cruzeiro e São João da Boa Vista).

(2) Existentes nas datas dos dados levantados.

. NA: não se aplica

. Fontes dos dados paulistas: SEADE, 2012.

. Fonte dos dados fluminenses: CEPERJ, 2011.

Tabela 7. PIB per capita, PIB e taxa de crescimento decenal das regiões administrativas, de regiões de governo e regiões metropolitanas dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro

	PIB per capita em 2009 (em R\$ correntes)	PIB em 1999 (em milhões de R\$ correntes)	PIB em 2009 (em milhões de R\$ correntes)	Taxa decenal de crescimento 1999-2009 (%)
Estado do Rio de Janeiro	22.102,98	127.218,90	353.878,13	178,16
REGIÕES DE GOVERNO				
Norte Fluminense	39.422,85	5.966,17	31.975,44	433,27
Médio Paraíba	28.219,79	8.474,85	25.076,24	195,88
Costa Verde	26.061,59	1.373,14	5.919,33	331,10
Metropolitana	21.488,96	99.873,17	254.105,13	154,43
Baixadas Litorâneas	18.871,38	3.647,78	16.163,19	343,19
Serrana	16.062,74	4.935,93	13.219,75	167,83
Centro-Sul Fluminense	13.229,65	1.466,43	3.616,27	146,66
Noroeste Fluminense	11.757,43	1.481,44	3.802,78	156,79

	PIB per capita em 2009 (em R\$ correntes)	PIB em 1999 (em milhões de R\$ correntes)	PIB em 2009 (em milhões de R\$ correntes)	Taxa decenal de crescimento 1999-2009 (%)
Estado de São Paulo	26.202,22	383.249,57	1.084.353,49	182,94
REGIÕES METROPOLITANAS (2)				
São Paulo	30.998,46	224.403,51	613.060,48	173,20
Campinas	30.941,19	NA	85.733,76	NA
Baixada Santista	23.970,40	11.998,30	39.992,89	233,33
REGIÕES ADMINISTRATIVAS				
Campinas	27.118,60	52.246,94	168.408,92	222,33
São José dos Campos	24.610,86	21.759,52	55.594,85	155,49
Ribeirão Preto	22.893,05	8.830,44	27.546,77	219,71
Central	21.352,11	8.197,21	20.216,54	146,64
Sorocaba	19.180,22	16.741,72	53.808,29	221,40
Barretos	18.611,57	4.109,76	7.965,45	93,80
Bauru	17.981,83	6.361,29	19.627,02	208,50
São José do Rio Preto	17.158,53	8.809,95	24.830,07	181,84
Franca	15.320,60	4.077,46	10.967,08	169,00
Araçatuba	16.836,63	4.696,21	12.483,15	165,82
Marília	15.379,76	5.567,16	14.849,65	166,75
Presidente Prudente	14.618,23	4.525,33	12.378,60	173,57
Registro	9.445,74	924,76	2.623,72	183,68
REGIÕES DE GOVERNO (1)				
São José dos Campos	31.288,83	13.681,26	30.143,19	120,33
Cruzeiro	11.075,60	481,82	1.390,88	188,59
Campinas	29.946,53	28.761,36	89.310,68	210,53
São João da Boa Vista	15.422,94	2.813,20	7.419,20	163,73
Sorocaba	22.256,15	10.307,47	31.858,01	206,42
Itapeva	11.659,12	1.198,18	3.982,92	232,47
São José do Rio Preto	17.353,37	4.619,84	13.040,64	182,72
Fernandópolis	21.298,02	857,34	2.296,03	167,91
Jales	13.574,63	809,80	1.999,30	146,79

Observações e fontes:

(1) Para o Estado de São Paulo, selecionaram-se apenas regiões de governo (RGs) que ilustram a participação heterogênea das regiões administrativas (RAs) que integram parcialmente o processo de megalopolização. Confronta-se, nesses casos, a RG núcleo da RA com as RGs que não integravam a megalópole até 2010, ou o faziam parcialmente (caso das RGs de Cruzeiro e São João da Boa Vista).

(2) Existentes nas datas dos dados levantados.

. NA: não se aplica

. Fontes dos dados paulistas: SEADE, 2012.

. Fonte dos dados fluminenses: CEPERJ, 2011.

Diante da dinâmica demográfica, social, econômica¹⁶⁷ e da expansão física dos processos de urbanização sobre o território¹⁶⁸, a megalópole do Sudeste abrangia em 2010 as seguintes áreas:

¹⁶⁷ Para RGs e RMs paulistas e fluminenses, seus municípios sedes e outros importantes municípios das RMs, analisaram-se:

- dados demográficos: população nos censos de 1991, 2000 e 2010 e taxas médias geométricas de crescimento anual;

- as RMs de São Paulo, Campinas, Baixada Santista, Vale do Paraíba e Litoral Norte (correspondente à RA de São José dos Campos) e Rio de Janeiro (correspondente a RG Metropolitana);
- a RA de Campinas, que contava além da metrópole campineira, com efetivas aglomerações urbanas na RG de Jundiaí e no quadrilátero entre Piracicaba, Limeira, Rio Claro e Araras,¹⁶⁹ envolvendo municípios de três RGs (Piracicaba, Limeira e Rio Claro). Apenas a RG de São João da Boa Vista apresentou menor participação;
- a RA de Sorocaba, com maior intensidade a RG de Sorocaba (uma metrópole de fato ainda não oficializada até a entrega desta tese – julho de 2012), com média intensidade a RG de Botucatu, com menor intensidade a RG de Itapetininga e, de maneira mais fraca e descontínua, a RG de Avaré. A RG de Itapeva, uma das áreas mais pobres do Estado de São Paulo, ainda não integrava a megalópole;
- a RA de Ribeirão Preto, onde já se verificava processo de metropolização¹⁷⁰;
- a RA Central com suas duas RGs (Araraquara e São Carlos) estabelecendo uma aglomeração urbana;
- a RG do Médio Paraíba, onde se estabeleceu forte conurbação econômica interna à RG e entre ela e as cidades industriais paulistas do Vale do Paraíba, e a RM do Rio de Janeiro;

-
- dados dos domicílios (censos de 2000 e 2010) – casas, apartamentos, favelas, cortiços, vilas ou condomínios;
 - dados de PIB (1999 e 2009): total, per capita, valor adicionado da indústria e valor adicionado dos serviços;
 - dados financeiros municipais (2009): operações de crédito e depósitos a prazo;
 - despesas orçamentárias municipais (2009);
 - total de leitos hospitalares municipais (2009).

As fontes foram os *websites* do IBGE (dados para os municípios) e do SEADE e do CEPERJ (dados das RGs e RMs), disponíveis respectivamente em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>, <

<http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/Brasil/Brasil.asp>> e <

http://www.fesp.rj.gov.br/ceep/ent/anu_online.html >. Acessos entre dez. 2011 e maio 2012.

¹⁶⁸ Aferiram-se distâncias e qualidade das ligações rodoviárias e ferroviárias entre as cidades médias e grandes paulistas e fluminenses e algumas mineiras - Uberaba, Uberlândia, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Itajubá e Juiz de Fora - mais relacionadas a importantes núcleos urbanos da megalópole em território paulista (Ribeirão Preto, RM de Campinas, RM de São Paulo e conurbação do Vale do Paraíba) e fluminense (RM do Rio de Janeiro). Observaram-se as áreas de expansão urbana fragmentada, com frequência relacionadas a mais de um município, indicativas de processos urbanos mais complexos (aglomerados urbanos, protometrópoles, metrópoles dispersas ou concentradas).

¹⁶⁹ Jundiaí é sede de glomerado urbano (AU) oficial desde 2011. O AU de Piracicaba foi sancionado em junho de 2012, tendo Piracicaba, Limeira, Rio Claro e Araras como os principais municípios que integram este aglomerado.

¹⁷⁰ Projetos de lei nesse sentido foram apresentados na Assembleia Legislativa paulista em 2003 (PLC 17/2003) e em 2007 (PLC 77/2007).

- a RG Costa Verde, fortemente articula ao Litoral Norte paulista e à metrópole carioca, com importantes terminais da Petrobras (Angra dos Reis) e Vale (Mangaratiba) e produção termonuclear;
- a RG Serrana, sobretudo seus principais municípios Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis, de caráter turístico e industrial, mas também pequenos municípios que também cumprem função de lazer, principalmente para moradores da RM do Rio de Janeiro;
- a RG Baixadas Litorâneas, com importância turística e expressivo crescimento decorrente da exploração de petróleo nas bacias de Santos e Campos;
- a RG Norte Fluminense, apenas nos municípios litorâneos entre Macaé e São João da Barra, devido à exploração de petróleo na Bacia de Campos;
- no território mineiro, as cidades médias de Juiz de Fora, Pouso Alegre e Poços de Caldas integram áreas de influência direta das metrópoles carioca, paulistana e campineira, respectivamente¹⁷¹. Além delas, destaca-se Itajubá, polo universitário e tecnológico do Sul de Minas muito próximo à RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte;
- na Serra da Mantiqueira, pequenos municípios, mineiros, fluminenses e paulistas cumprem papel turístico de apoio aos grandes centros urbanos da megalópole; entre os de maior destaque encontram-se Campos do Jordão, Monte Verde e a “região” de Visconde de Mauá, que inclui vilas dos municípios de Resende, Itatiaia e Bocaina de Minas.

O território megalopolitano se estabelece a partir de eixos de estruturação, sendo a infraestrutura de transporte e de comunicação – rodovias, ferrovias, infovias, etc. – elemento fundamental da sua estrutura físico-territorial; assim, mais do que a distância geométrica entre centros de referência econômica e de prestação de serviços, interessa a acessibilidade dada pelas redes de tais infraestruturas. Dessa maneira, Araçatuba ou Marília, importantes cidades médias do interior paulista,

¹⁷¹ Juiz de Fora, polo principal da Zona da Mata mineira, possuía, em 2010, 516 mil habitantes (IBGE); em 2009, o valor agregado no setor de serviços foi superior a 4,6 bilhões de reais e os depósitos a prazo atingiram quase 920 milhões de reais. Itajubá, Pouso Alegre e Poços de Caldas, com pouco mais de 90 mil, 130 mil e 150 mil habitantes, respectivamente (conforme o censo de 2010), são cidades médias da Mesorregião do sul e sudoeste de Minas, integrantes da “Rota Tecnológica” que inclui municípios da BR 459, entre Lorena (SP) e Poços de Caldas. Nessa rota, destacam-se Itajubá, Santa Rita do Sapucaí e Lorena, nas quais há importantes centros de educação e pesquisa na área de engenharias, com os *campi* de duas universidades públicas (UNIFEI e USP) e o Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel). Em Poços de Caldas, além do turismo, destaca-se a produção de alumínio. Pouso Alegre, em função de sua localização, cruzada por várias estradas, entre as quais a que liga São Paulo a Belo Horizonte, é centro de logística e de industrialização diversificada.

estão mais longes da megalópole do que a (ainda) pequena São João da Barra (32.747 habitantes) no norte fluminense, onde se está construindo o porto de Açú e seu futuro complexo industrial¹⁷².

As taxas de crescimento, demográfico e econômico, mais altas da megalópole na década 2000-10 foram as das RGs Baixadas Litorâneas, Costa Verde e Norte Fluminense¹⁷³, todas situadas no Litoral do Estado do Rio de Janeiro. Tal fenômeno deve-se, principalmente, à exploração de petróleo nas bacias de Santos e de Campos, situadas na plataforma continental no litoral fluminense, sobretudo, e também paulista e capixaba.

A partir de 2003, o governo federal estimulou o renascimento da indústria naval brasileira, impondo à Petrobras importante papel de demanda. A economia do petróleo, embora se estabeleça em vários Estados, tem no Rio de Janeiro sua maior concentração:

- na capital ficam a sede da Petrobras e os principais laboratórios de pesquisa da indústria petrolífera (*campus* da UFRJ na Ilha do Fundão);
- na RM do Rio de Janeiro (RMRJ), situam-se treze estaleiros; em Angra dos Reis, dois;
- Macaé é base de apoio para as operações de manutenção das unidades de exploração da Petrobras na costa fluminense;
- Angra dos Reis possui o principal terminal petrolífero – Terminal da Baía da Ilha Grande (Tebig);
- Duque de Caxias possui importante refinaria e complexo petroquímico, mas em Itaboraí, também na RMRJ, a Petrobras está implantando o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), previsto para entrar em operação em 2014 e que deverá ser o maior do Sudeste, superando o de Paulínia, situado na RM de Campinas. Grupo privado pretende instalar em Maricá, vizinha de Itaboraí, um

¹⁷² O complexo industrial do Superporto do Açú é o maior empreendimento porto-industrial da América Latina, cujo início de operação está previsto para 2012, com movimentação de até 350 milhões de toneladas por ano e investimentos de 40 bilhões de dólares quando (e se) todas as unidades produtivas previstas estiverem operando: duas siderúrgicas, duas cimenteiras, indústrias de cerâmica, automobilística, polo metalmeccânico etc.

¹⁷³ Na escala municipal, os cinco municípios fluminenses com maiores taxas médias geométricas de crescimento demográfico anual entre 2000 e 2010 foram Rio das Ostras (11,24%), Maricá (5,21%), Casimiro de Abreu (4,78%), Macaé (4,55%) e Carapebus (4,42%), todos na região litorânea fluminense, entre a RMRJ e a RG Baixadas litorâneas. Graças à extração de petróleo em suas águas territoriais, Quissamã possuía, em 2008, PIB per capita de R\$171.052,66, quase cinco vezes maior que o do município de São Paulo!

terminal para escoamento da produção do Comperj (Terminal Ponta Negra) até 2015.

O segundo elemento fundamental para a dinamização da economia do litoral fluminense são as crescentes exportações de minério de ferro para a China, estimulando a instalação ou ampliação de importantes terminais portuários e de siderúrgicas no litoral fluminense. Pela Baía de Sepetiba, há o terminal da siderúrgica CSA, recentemente implantado na zona oeste da capital carioca; o porto de Itaguaí vem crescendo em importância e o Superporto Sudeste, também em Itaguaí, deverá escoar produção do quadrilátero ferrífero (MG) a partir de 2013; Mangaratiba possui terminal privativo da Vale na Ilha Guaíba.

Dessa maneira, se o início da formação da megalópole do Sudeste no final do século XX foi, sobretudo, interiorano, assiste-se, no atual período de consolidação da mesma, a um crescimento da complexidade socioespacial do litoral. Como o processo megalopolitano no litoral vai da RM da Baixada Santista, em São Paulo, até a RG Norte Fluminense, não será surpresa se daqui uma ou duas décadas esse processo se aliar à expansão de atividades análogas que já vêm ocorrendo no litoral capixaba, vindo a estender o território megalopolitano até a RM da Grande Vitória. As plataformas marítimas de exploração em águas profundas, as sondas, os oleodutos, gasodutos e polidutos marinhos, os imensos navios petroleiros, o suporte rápido por helicópteros e o sensoriamento remoto estabelecem novas “territorialidades” dos grandes capitais corporativos.

Pode-se afirmar, portanto, que o território da megalópole ao iniciar os anos 2010 também inclui o mar.

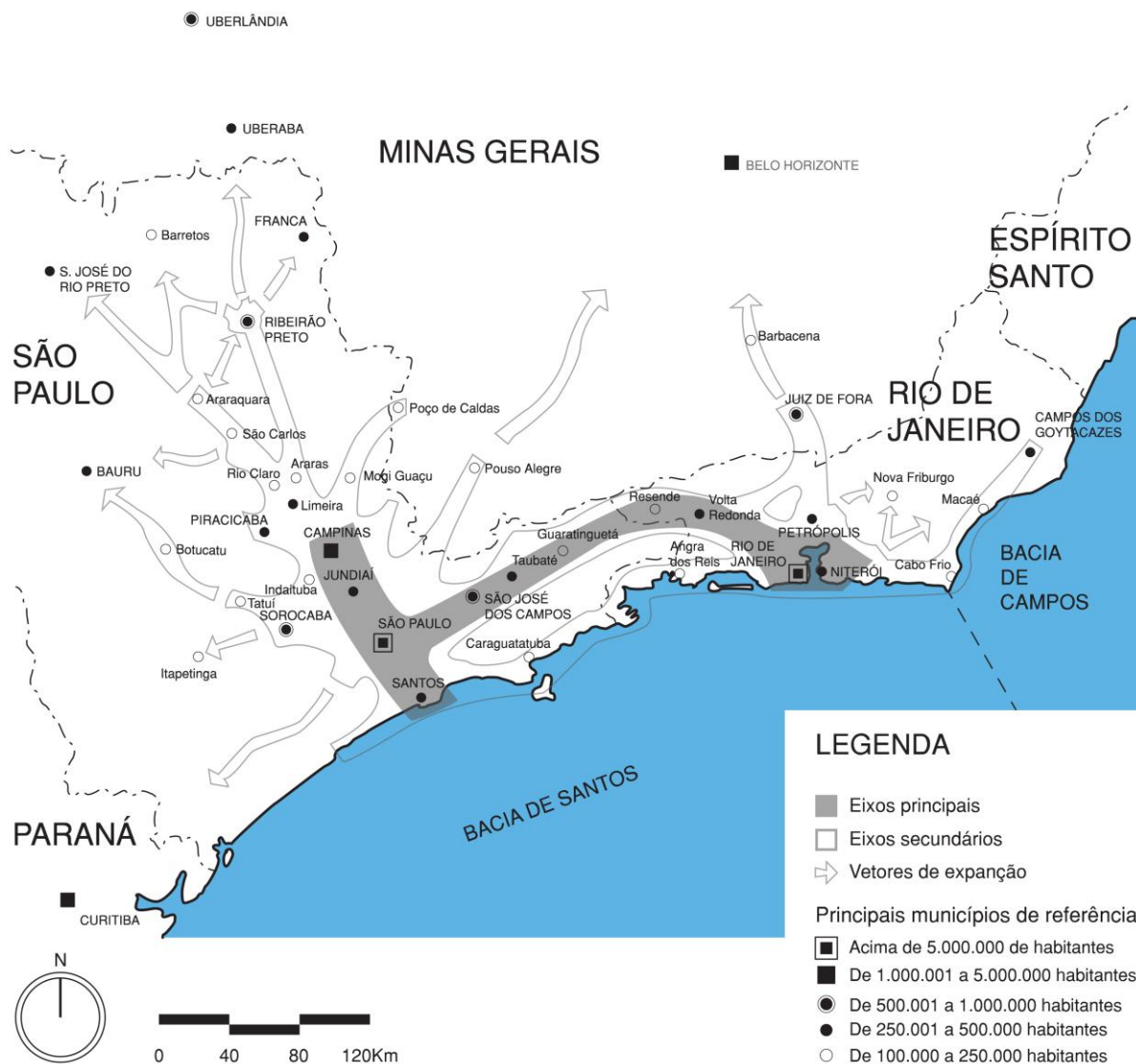


Figura 56. A megalópole do Sudeste brasileiro em 2010: eixos de estruturação e vetores de expansão. Organização do autor. Desenho: Jonas Queiroga, 2012.

Na primeira década do século XXI, tornou-se mais complexo o processo de metropolização interna ao território megalopolitano. Às metrópoles nacionais de São Paulo e do Rio de Janeiro somaram-se, oficialmente, as RMs da Baixada Santista em 1996, de Campinas em 2000 e, em 2012, a RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Além dessas, considera-se a conurbação nucleada pelo município de Sorocaba como uma metrópole regional nível 2 de fato, assim como a conurbação funcional polarizada por Ribeirão Preto¹⁷⁴, em condição protometropolitana, se comparada às RMs oficiais paulistas, ou enquanto metrópole regional nível 3, se analisada em

¹⁷⁴ Até ao menos maio de 2012 tramitavam na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo projetos de lei complementar – PLCs - que propunham a criação das RMs de Sorocaba (PLC 33/2005) e de Ribeirão Preto (PLC 77/2007).

relação às metrópoles oficiais do país classificadas nesse nível. Esse fato se fortalece ao se observar a região de influência de Ribeirão Preto, que, além da RA homônima, envolve as RAs de Barretos e Franca além de atingir vários municípios mineiros.

Os principais núcleos do setor de serviços da megalópole, em 2012, são apresentados abaixo em ordem de classes decrescente:

- as metrópoles nacionais: São Paulo e Rio de Janeiro;
- a metrópole regional nível 1: Campinas;
- as metrópoles regionais nível 2: RM da Baixada Santista (nucleada por Santos), a RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte (efetivamente polinucleada, mas com núcleo principal em São José dos Campos) e a “RM” de Sorocaba;
- a metrópole regional nível 3 polarizada por Ribeirão Preto e Juiz de Fora, núcleo da mesorregião da Zona da Mata;
- as aglomerações urbanas de Piracicaba, Jundiaí, Araraquara/São Carlos, Volta Redonda/Barra Mansa e a cidade de Campos dos Goytacazes, principal polo das RGs norte e noroeste fluminense.

Tabela 8. População, dados econômicos e de saúde de importantes municípios da megalópole do Sudeste na área de prestação de serviços

Municípios	População	PIB (mil reais)	PIB per capita (R\$)	Valor adicionado dos Serviços (mil reais)	Depósitos a prazo (mil reais)	Leitos hospitalares
São Paulo	11.253.503	389.317.167	35.271	255.757.556	262.529.460	26.273
Santos	419.400	22.546.134	54.055	8.266.723	2.322.649	1.938
Sorocaba	586.625	14.182.597	24.272	7.273.346	1.409.646	2.968
Jundiaí	370.126	16.585.137	47.396	8.980.747	1.504.477	762
Campinas	1.080.113	31.654.719	29.732	17.535.964	5.027.817	3.000
Piracicaba	364.571	9.601.211	26.031	4.681.976	1.207.788	732
Limeira	276.022	5.752.286	20.428	2.935.708	601.239	493
Rio Claro	186.253	4.522.813	23.570	2.096.526	436.698	508
São Carlos	221.950	4.523.693	20.519	2.580.166	572.491	449
Araraquara	208.662	4.193.535	20.898	2.737.456	543.340	628
Ribeirão Preto	604.682	14.688.064	26.084	10.522.376	2.524.078	2.177
São José dos Campos	629.921	22.018.043	35.751	9.324.581	1.469.213	1.419
Taubaté	278.686	8.324.691	30.446	3.290.144	459.987	481
Barra Mansa	177.813	3.514.292	19.866	1.980.032	105.975	386
Volta Redonda	257.803	8.394.797	32.114	4.511.402	327.359	572
Rio de Janeiro	6.320.446	175.739.349	28.405	118.271.379	49.869.620	20.756
Campos dos Goytacazes	463.731	19.581.276	45.117	4.750.591	563.712	1.646
Juiz de Fora	516.247	7.423.138	14.093	4.636.715	919.944	2.677

Observações e Fonte:

População em 2010, demais dados de 2009. Fonte: *Banco de dados Cidades@* do IBGE.

São Paulo, embora apresente declínio de sua participação econômica perante o país, possui valor adicionado bruto no setor de serviços de escala muito acima dos demais núcleos, com enorme destaque na movimentação financeira que o posiciona como centro financeiro do país.



Figura 57. São Paulo, maior metrópole da megalópole e da América Latina (em 2010). Foto: Fábio Gonçalves, 2012.

O Rio de Janeiro apresenta setor de serviços muito expressivo (46,24% do valor adicionado de São Paulo), mas vem bastante atrás de São Paulo enquanto praça financeira, com valor equivalente a 19% do valor de depósitos a prazo em São Paulo, mesmo considerando-se que sua população equivale a 56,16% da paulistana. Campinas apresenta valores do setor terciário comparáveis aos das metrópoles estaduais nível 1 nordestinas, com PIB no setor de serviços superior ao de Recife, e operações de crédito superiores aos de Recife, Fortaleza e Salvador. Em seguida, aparece Ribeirão Preto, segunda mais importante praça financeira do interior paulista, com operações de crédito superiores às das metrópoles estaduais nível 1 de Goiânia e Belém, com quase o dobro desta última (IBGE, 2011). Santos apresentou em 2008 volume de operações de crédito superior a 7,4 bilhões de reais, o que, somente a título de comparação, foi valor superior ao dobro do que realizaram as instituições financeiras em Natal ou Florianópolis. As operações financeiras

fluminenses ainda são muito centralizadas na capital, os demais núcleos do terciário importantes no Estado do Rio de Janeiro possuíam PIB no setor de serviço comparáveis aos paulistas, mas setor financeiro muito menor quando comparados a núcleos do Estado de São Paulo de população ou PIB equivalentes (vide tabela acima).

Entre os núcleos urbanos brasileiros que apresentam cinco ou mais sedes das 1124 maiores empresas instaladas no país, a megalópole possui sete deles – São Paulo (365), Rio de Janeiro (116), Campinas (30), Ribeirão Preto (11), Sorocaba (9), Volta Redonda – Barra Mansa (5) e Jundiaí (5) (IBGE, 2008, p, 147). Totalizando 541 sedes das maiores empresas no país, o território megalopolitano apresenta-se como mais importante espaço das decisões empresariais do país.

Apenas a população das RMs oficiais da megalópole atingiu, em 2010, 40,5 milhões de habitantes, ou 21,23% da população do país, praticamente igual à população do Estado de São Paulo (98,17%), o mais populoso do país. Sob o aspecto econômico, em 2008, as cinco metrópoles da megalópole detinham um PIB de 977,9 bilhões de reais, quase um terço do PIB brasileiro (32,25%), muito próximo ao PIB do Estado de São Paulo (97,49%), o mais rico do país¹⁷⁵. A população e o PIB de toda a megalópole do Sudeste é maior do que os de qualquer Estado do país.

Os principais núcleos do setor terciário da megalópole, excetuando-se Jundiaí, são também sede de um ou mais *campi* de universidades públicas. Com uma população comparável à do Estado de São Paulo, a megalópole do Sudeste apresenta, no entanto, números ainda mais significativos no campo do ensino superior e da pesquisa científica desenvolvida não somente em várias das melhores universidades públicas do país, como também em algumas universidades particulares de excelência e em importantes institutos de pesquisa¹⁷⁶. No que tange à área da saúde, se observou maior concentração de leitos hospitalares na rede fluminense que na paulista. Com mais de mil leitos estão, em ordem decrescente, os municípios megalopolitanos de Campinas, Sorocaba, Juiz de Fora, Santos, Campos dos Goytacazes e São José dos Campos (excetuados os municípios das RMs de São Paulo e Rio de Janeiro).

¹⁷⁵ Dados dos *websites* do SEADE, CEPERJ e IBGE consultados em janeiro de 2012.

¹⁷⁶ Entre as universidades públicas presentes nos principais núcleos de atividades terciárias da megalópole, destacam-se: USP, UNICAMP, UFRJ, UNESP, UFF, UFSCar, UNIFESP, UERJ, UFABC, UFJF e UNIFEI. Entre as universidades particulares, destacam-se pela qualidade as universidades confessionais: as PUCs das três maiores metrópoles (PUC-SP, PUC-Rio e PUC-Campinas) e a Universidade Presbiteriana Mackenzie.

As aglomerações urbanas da megalópole envolvem cidades médias que assumem maior complexidade diante da densa rede urbana do território megalopolitano. Nesse sentido, vê-se com restrição a categorização proposta pelo REGIC 2007 (IBGE, 2008, p. 19-29 e 86) para os bipolos Araraquara-São Carlos, Mogi-Guaçu-Mogi Mirim, bem como para o aglomerado urbano formado por Piracicaba, Limeira, Rio Claro e Araras e para o AU de Jundiaí. O REGIC 2007 não reconhece nenhuma das aglomerações urbanas acima, categorizando isoladamente cada um dos referidos municípios, o que empobrece a interpretação de seus respectivos papéis na rede urbana. Apenas um exemplo: Araraquara é classificada pelo REGIC como “capital regional A” e São Carlos é entendido como “centro sub-regional A”, quando, na verdade formam um bipolo de maneira similar a outros reconhecidos pelo mesmo estudo do IBGE, como Volta Redonda-Barra Mansa (integrante da megalópole) ou Ilhéus-Itabuna.

Sem dúvida, as cidades médias, quando integrantes de aglomerações urbanas com mais de um polo, apresentam uma dinâmica mais importante do que se analisadas “isoladamente” e isso se potencializa ainda mais por integrar a rede de cidades constitutiva do território megalopolitano, no qual trocas cotidianas se dão com frequência num raio de cem quilômetros. Na megalópole do Sudeste, essa distância nunca chega a existir entre dois municípios de porte médio.

A densa rede urbana e de infraestrutura de transportes permite o estabelecimento de conexões geográficas bem mais complexas (SOUZA, 1992, p. 113-127) do que as relações observáveis pelas tradicionais teorias de rede urbana fundamentadas em polos hierárquicos. Tais conexões se constituem fatores locais diferenciais em relação a outras áreas do país. Não à toa as RMs oficiais da megalópole, com um quinto da população do país, representam quase um terço do seu PIB, mesmo com todos os investimentos federais e privados realizados desde 2003 em outras regiões do Brasil.

A proximidade não é apenas vantajosa para o grande capital; também o é para pequenas empresas e para as pessoas que têm maiores possibilidades de escolha, seja no mercado de trabalho, seja nas áreas de lazer, educação, saúde, cultura e ação política. A copresença e a diversidade de grupos sociais e interesses nos lugares da megalópole assumem dimensão mais complexa e dinâmica, com

tensões, contradições, conflitos e acordos que potencializam uma esfera pública geral e política mais rica¹⁷⁷.

Sem dúvida, a mobilidade no vasto território megalopolitano é função da renda. Felizmente, o número de habitantes abaixo da linha de pobreza tem decrescido no país desde 2003, embora ainda haja milhões de pessoas para as quais uma passagem de ônibus pesa em seu orçamento mensal. Não são poucos os habitantes do interior da megalópole que nem sequer conhecem o mar; são milhões os que nunca foram ao cinema, assim como aqueles que não concluíram o ensino médio e os que jamais entrarão nas excelentes universidades ou nos aeroportos internacionais do sistema urbano mais rico e complexo do país.

¹⁷⁷ Reflexões sobre o cotidiano megalopolitano cf. BENFATTI, QUEIROGA, SILVA, 2010, p. 29-43.



Figura 58. Rua do Bom Jesus, Recife Antigo, complexo lugar público. Foto do autor, 2011.

Capítulo 4

LUGARES PÚBLICOS E URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA

Porque a boa cidade é a que consegue
dar valor público ao privado.
M. Solá-Morales

Este capítulo discorre sobre dimensões públicas do espaço e suas categorias internas: território, paisagem e lugar. Formula-se a partir daí nova categoria de entendimento do lugar em relação à esfera pública e vice-versa: o lugar público.

Apresenta-se, então, discussão sobre a urbanização contemporânea brasileira em seus aspectos “intraurbanos”¹⁷⁹, ou, mais precisamente, na escala dos “tecidos urbanos”¹⁸⁰, com destaque para o que se propõe denominar como “lugar público”. Selecionam-se processos de produção e apropriação do espaço urbano contemporâneo significativos e representativos das cidades brasileiras, notadamente das capitais e metrópoles, principais centros de difusão de valores urbanísticos por suas áreas de influência.

¹⁷⁹ VILLAÇA (1998, p. 11) denomina **espaço intraurbano** como o arranjo interno dos espaços urbanos, sua estrutura, ou os processos de estruturação interna do espaço urbano.

¹⁸⁰ Para REIS (2006, p. 59), **tecido urbano** é o modo de definição das relações entre espaços públicos e privados, entre espaços de uso privado e de uso coletivo, sejam esses de propriedade pública ou privada. É na escala do tecido urbano que se definem as formas de propriedade do solo urbano e das edificações, os espaços de acesso e uso público. O tecido urbano envolve uma definição geométrica de relações de propriedade e uma definição social de formas de uso.

Se os centros das cidades são lugares públicos, as cidades, metrópoles e megalópoles constituem sistemas de lugares públicos. O tópico final deste capítulo discute a natureza como lugar público, sem mitificá-la, a partir do conceito marxista de natureza segunda.

. Dimensões públicas do espaço, do território, da paisagem e do lugar

O interesse público sobre os espaços não se restringe às propriedades públicas, conforme já se discutiu nos capítulos 1 e 2 desta tese. Neste tópico, busca-se ampliar as noções sobre a dimensão pública do espaço e de categorias internas a ele: território, paisagem e lugar.

.. Do espaço total ao território

O espaço humano – o mundo – é distinto da Terra. Ainda que o planeta possa superar o mundo, no caso de um eventual fim de todas as civilizações e de todos os homens, por outro lado o mundo também poderá superar o planeta, na eventual possibilidade da humanidade transcender ao fim do planeta, que “cedo”, por meio de colisão astronômica, ou tarde, com o fim do sol, ocorrerá. Mais do que imaginar o que será da humanidade daqui a cem ou seis bilhões de anos, importa ter claro a distinção entre mundo – espaço total das ações e objetos humanos – e planeta Terra.

Tanto o mundo – espaço total – quanto a Terra – dimensão material e finita do espaço (humano) – apresentam-se, em essência, enquanto públicos, pois o termo “público” significa tanto poder ser visto e ouvido por todos e ter a maior divulgação possível¹⁸¹, quanto “[...] o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe nele [...]” (ARENDDT, 1991, p. 62).

O planeta, como natureza segunda, é síntese, sempre dinâmica, entre processos sociais e suas interações com os fenômenos bioquímico-físicos próprios do suporte. Assim, a Terra, enquanto parte material do mundo, torna-se pública,

¹⁸¹ ARENDDT, 1991, p. 59.

integrando o processo global bioquimicofisicossocial, lembrando que, para Morin, o homem é um ser “bioantropopsicossócio-histórico” (PÁDUA, 2008, p. 42). Guattari (1990, *passim*), com seu conceito de ecosofia, de certa forma se aproximou de Morin ao propor que se considere de maneira integrada as “três ecologias”: a do ambiente, a das relações sociais e a das subjetividades.

Lamentavelmente, a essência pública do mundo e do planeta é com frequência reduzida a questões ideológicas sobre “sustentabilidade”, manutenção de ambientes “equilibrados” e desenvolvimento sustentável – novas metáforas do capitalismo, no dizer de Maria Adélia de Souza (2006, p. 3-11) –, sem questionar a fundo as desigualdades social, territorial e internacional, os padrões de consumo dos países ricos e as expropriações que sofrem os países pobres. Impõe-se ao mundo um novo padrão de desenvolvimento econômico “verde” ditado, controlado, certificado, financiado e vendido, hipocritamente, por aqueles que mais emitem dióxido de carbono per capita. Mais do que salvar o planeta, trata-se, efetivamente, de um novo estágio da acumulação capitalista. “Salvar o planeta” parece ser da responsabilidade de todos, mas os lucros da economia “verde” não são, evidentemente, socializados. “Salvar a natureza” permite que se durma bem, afinal separou-se o lixo para a reciclagem, dado que cada um deve fazer (individualmente) sua parte. É possível maior alienação?

O espaço mundo é realidade concreta cada vez mais fortemente apropriada enquanto territorialidade das grandes corporações transnacionais, eufemisticamente denominadas no meio corporativo de empresas “classe mundial”. Os sistemas técnico-informacionais permitem aos grandes capitais uma ação efetivamente global, mas também, diante de sua “docilidade” (SANTOS, 2000, p. 174), possibilitam, dialeticamente, processos comunicativos capazes de articulações contrárias à racionalidade hegemônica, criando uma esfera pública global, ainda que muitíssimo fragmentada. O espaço total vai se tornando concreto também para pessoas, em número restrito, mas expressivo e crescente. Segundo Santos (2000, p. 172),

Graças aos progressos fulminantes da informação, o mundo fica mais perto de cada um, não importa onde esteja. O outro, isto é, o resto da humanidade, parece estar próximo. Criam-se, para todos, a certeza e, logo depois, a consciência de ser mundo e de estar no mundo, mesmo se ainda não o alcançamos em plenitude material ou intelectual. [...]

A cidadania, em sentido estrito, implica o direito não somente ao território, mas também ao ir e vir, ao habitar, ao trabalhar, ao divertir-se, ao agir. O território, ainda que fragmentado em propriedades privadas e públicas de diferentes naturezas, apresenta-se aos cidadãos, em sua existência concreta, não apenas em essência conceitual, enquanto dimensão pública. A soberania de um Estado-nação se exerce sobre seu território, e, em tese, em prol de seu povo. “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição” (BRASIL, 1988, Art. 1º). Desse fundamento constitucional, decorre o reconhecimento do interesse público sobre o território, inclusive sobre a propriedade privada, motivo pelo qual ela está sujeita à função social, definida pelo Estado, para o povo. Evidentemente, em situações de cidadania incompleta, como no caso brasileiro, maior a percepção, apoiada na realidade cotidiana, de que o território não é de todos assim como o bem público também não o é.

Nas diferentes escalas dos territórios, sejam eles nacionais, macrorregionais, estaduais, meso e microrregionais ou municipais, a dimensão pública se estabelece concretamente sobre o uso, inclusive simbólico, do território pelas instituições, empresas, populações e suas organizações. Aliás, vale lembrar que o território usado é o espaço (SANTOS, 1994, p. 16). As práticas territoriais – territorialidades – dos diferentes agentes, com seus interesses, implicam conflitos, acordos (regras, normas e leis) e contradições, que se tornam públicos direta ou indiretamente no território.

A delimitação dos territórios e das práticas territoriais é pautada por relações de poder, da escala microfísica foucaultiana à das decisões geopolíticas internacionais. As grandes corporações são capazes de impor ao território seus interesses, não apenas sobre onde situar suas unidades de produção, mas definindo sobre como outros agentes lhes prestarão serviços, seja decidindo técnicas e produtos de plantio de seus fornecedores, caso da indústria de cigarros¹⁸², por exemplo, seja impondo padrões de mobilidade urbana, caso das indústrias automobilísticas, dentre outras. Comunidades pobres urbanas também constituem territorialidades complexas, em redes de solidariedade interna e externa que lhes permite criar, até pela experiência da escassez, ricos processos culturais¹⁸³:

O território é a arena de oposição entre o mercado – que singulariza – com as técnicas de produção, a organização da produção, a “geografia da produção” e a sociedade civil – que

¹⁸² Cf. CORREA, 2004, p. 251-256.

¹⁸³ Cf. SANTOS, 2006, p. 258-262.

generaliza – e desse modo envolve sem distinção, todas as pessoas. Com a presente democracia de Mercado, o território é suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações.

(SANTOS, 1996, p. 207)

.. Paisagem

A paisagem não é apenas a configuração espacial – forma, materialidade, sistema de objetos –, mas também inclui o domínio da percepção espacial, aí influenciando tanto os aspectos objetivos exteriores e interiores a quem observa a paisagem, quanto os aspectos subjetivos – culturais, simbólicos – de quem a produz e de quem a vivencia. A paisagem inclui, portanto, as formas enquanto formas percebidas, mas não se apreende apenas os objetos geográficos, urbanísticos, arquitetônicos, sinais gráficos e outros elementos visuais, já que contemplar e estar numa paisagem inclui perceber relações mais complexas entre sistemas de objetos e ações. Nesse sentido, a paisagem se aproxima do espaço, pois as ações se manifestam – direta ou indiretamente – na paisagem. “O espaço é a sociedade, e a paisagem também o é. No entanto entre espaço e paisagem o acordo não é total, e a busca desse acordo é permanente; essa busca nunca chega ao fim” (SANTOS, 1996, p. 84).

Dessa forma, as pessoas estão diretamente na paisagem, “são” na paisagem, dado que não só se movimentam nos espaços livres, como pedestres, ciclistas, motoristas e passageiros, dando vida às vias públicas, como também utilizam os espaços livres para os mais diversos fins, do lazer à manifestação pública.

As pessoas, instituições e empresas produzem e se apropriam dos espaços edificadas e livres, construindo e alterando paisagens urbanas, agrícolas e rurais¹⁸⁴. A paisagem brasileira contemporânea, ainda que produzida em grande medida a partir

¹⁸⁴ Para SANTOS (1994c, p. 65-68), as regiões deprimidas economicamente ainda caracterizam a dicotomia rural-urbano, mas o campo fortemente capitalizado, integrante do meio técnico-científico-informacional, pode constituir regiões agrícolas, quando comanda a vida econômica e social do sistema urbano a ele associado; já nas regiões urbanas, quem detêm esse papel são as atividades secundárias e terciárias.

de interesses “individuais” de pessoas físicas e jurídicas, é obra social e seu resultado, sempre dinâmico, é coletivo.

Enquanto categoria interna do espaço, a paisagem se distingue do espaço pelo que a enriquece e, ao mesmo tempo, a limita: a dimensão perceptiva. O espaço total nunca é redutível a uma paisagem, pois, mesmo que um astronauta possa contemplar, à distância, a Terra no seu “todo”, o espaço total certamente inclui sistemas de objetos que não se apresentam diretamente sobre a paisagem, como as redes de infraestrutura subterrâneas ou submersas. O espaço total apresenta incontáveis ações que não se apresentam diretamente à percepção enquanto paisagens: do aumento da taxa de juros a inúmeras ações da esfera de vida privada. Por outro lado, pode passar despercebido do estudioso do espaço geográfico o som e o movimento de um pequeno bambuzal ao passar do vento, a luz prateada da lua cheia sobre um terreiro de café, o silêncio de uma grande avenida na madrugada. Não se trata de lirismo de um romantismo tardio, mas de atenção a incontáveis qualidades paisagísticas do espaço que não se capturam por imagens de satélite, fotos aéreas ou pelo georreferenciamento de dados censitários.

É a experiência da paisagem – da contemplação externa à sua imersão atenta – que permite praticá-la. A paisagem é parte do cotidiano de todos, mas não é, a todo o momento, objeto de atenção das pessoas, visto que na vida cotidiana nem sempre se está em condições ou mesmo com o interesse para observá-la. A menor apreensão e apreciação das paisagens contribuem, sem dúvida, para que interesses individuais (de pessoas e empresas) as desqualifiquem sem maiores discussões públicas.

A apreensão das paisagens, banais ou excepcionais, envolve quase sempre uma dimensão pública. Para todos que trafegam uma via pública, no campo ou na cidade, é possível apreender a paisagem. Mesmo diante de uma janela de um apartamento, a vista privada, privilegiada ou não, que se tem da cidade, com seus prédios e espaços livres, privados e públicos, forma, no seu conjunto, uma paisagem pública.

No entanto, há momentos em que a leitura da paisagem se empobrece, caso das avenidas cercadas por muros de loteamentos fechados, da monotonia de grandes conjuntos habitacionais recém-implantados, do arrasamento de uma floresta para posterior aproveitamento como pastagem etc.; noutros, chama a atenção a desqualificação e a degradação ambiental, como as águas fortemente poluídas de rios e baías cercadas por vias expressas ou habitações precárias. Por outro lado, mesmo

paisagens banais podem ser bastante queridas por seus vivenciadores, caso em que os exemplos são desnecessários, porque óbvios, pois basta que se fechem os olhos e todos serão capazes de lembrar paisagens ao mesmo tempo singelas e admiradas de locais visitados seja uma única vez, seja cotidianamente. Provavelmente o leitor (que fechou os olhos) será capaz de perceber a importância da apreensão pública das paisagens.

Paisagens urbanas, agrícolas ou rurais podem incluir formas que evoquem a natureza – primeira ou segunda –, contribuindo para a consciência de sua existência por meio da sensibilidade de sua apreensão e vivência, permitindo valorizá-las. Auxilia-se, potencialmente, a fazer valer vagos discursos legais, como o disposto no capítulo sobre o meio ambiente na Constituição de 1988, que determina que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, Art. 225).

A maioria das paisagens urbanas permite algum grau de fruição pública. Pode ser muito prazeroso apenas o caminhar pela cidade, sobretudo quando há segurança, conforto e interesse pela diversidade de situações ao longo de percursos não estabelecidos, descobertos. A paisagem pode evocar sentimentos de memória, afetividade e pertencimento. O contrário também ocorre: estranhamento, receio, insegurança, situações ambientalmente desagradáveis. De qualquer maneira, a paisagem sempre informa sobre os lugares do mundo a quem se propõe a lê-la com atenção.

As paisagens se constituem em elemento identitário público de diferentes grupos sociais, com significados distintos para cada um, seja na escala dos lugares e das regiões, seja, de maneira mais abstrata e simbólica, na escala do território nacional. O direito à paisagem¹⁸⁵ não pode ser encarado como algo a se conquistar somente depois que se satisfizerem direitos mais elementares, como os relacionados à moradia, educação e saúde. A qualificação da paisagem integra a melhoria do habitat e do ambiente, bem como potencializa o maior uso dos espaços públicos, relacionando-se, portanto, às questões da habitação, educação, saúde, ambiente, enfim, à qualidade de vida. A desqualificação das paisagens deveria indignar os

¹⁸⁵ Na Europa, o direito à paisagem é também recurso estratégico para a economia, notadamente para a manutenção de práticas econômico-regionais e agrícolas e para a preservação de paisagens de interesse histórico, ambas fundamentais para a importante economia do turismo no continente.

cidadãos, incitando-os contra tais atitudes seja de pessoas, seja de empresas e instituições. No entanto, isso é prática pouco comum no país, até há poucas décadas rural, pouco alfabetizado e que só no século XXI viu sua população tornar-se majoritariamente de renda média (média-baixa, sobretudo). Importante iniciar ações de conscientização sobre a relevância (pública) da paisagem¹⁸⁶, sobretudo dos lugares, pois são os subespaços de maior apreensão e experiência cotidiana.

.. O lugar público

O lugar denota o espaço como complexo de relações de localização determinada (SILVA, 1986, p. 30). O mundo – espaço total – está sempre em movimento, com totalidades em permanente processo de totalização, na acepção dialética sartreana¹⁸⁷. O lugar é funcionalização do mundo, é subespaço onde o tempo empiricizado entra como condição de possibilidade e o sistema de objetos preexistentes – materialidade e forma espacial – se apresenta como condição de oportunidade (SANTOS, 1996, p. 131-132). O lugar não tem existência própria, é apenas abstração se considerado fora do espaço total.

O lugar é o subespaço da copresença. Como subespaço, o lugar é uma área contínua do acontecer solidário, não em sentido ético ou emocional, mas na medida em que se trata da dimensão espacial da cotidianidade, necessária para a realização de tarefas comuns, ainda que o projeto dos diferentes agentes seja distinto (SANTOS, 2005, p. 158). Milton Santos (1994b, p. 15-20) classificou o “acontecer solidário” em homólogo, complementar e hierárquico. Na escala local, o acontecer solidário homólogo ou complementar é o do cotidiano compartilhado mediante regras formuladas no lugar (horizontalidade¹⁸⁸), permitindo a generalização da informação, afirmando-se o estabelecimento da razão comunicativa¹⁸⁹. Por outro lado, o acontecer solidário hierarquizado estabelece um cotidiano imposto de fora (verticalidade), comandado por informação privilegiada, forma de poder ou razão

¹⁸⁶ A visão de que as cidades são espaços educadores originou o movimento internacional “Cidades Educadoras” com a adesão crescente de cidades, inclusive brasileiras; no entanto, a relevância da paisagem em suas pautas e questões é ainda muito tímida. Cf. MERLIN; QUEIROGA, 2011, p. 2-3.

¹⁸⁷ Cf. SARTRE, 1973, p.117-118.

¹⁸⁸ Sobre a conceituação do par heterônimo horizontalidade e verticalidade, cf. SANTOS, 1996, p. 206-207.

¹⁸⁹ Sobre a teoria da razão comunicativa cf. Cap. 1 e referências à obra habermasiana lá indicadas.

sistêmica, segundo a teoria da razão comunicativa. Dessa maneira, as diferentes formas de solidariedade estabelecem a dialética no e do lugar. O território se constitui simultaneamente por lugares contínuos (horizontalidades) e por lugares em rede (verticalidades), que são os mesmos lugares que formam redes (espaços de alguns) e o espaço banal, de todos.

Enquanto subespaço, o lugar se constitui, analogamente, por sistema de objetos e de ações – endógenas e exógenas –, uma totalidade do presente, sempre mutável. O lugar é, portanto, um híbrido, singularidade e totalidade que contém e é contido pelo global.

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 1996, p. 258).

Se a cidade se produz entre a estabilidade de fixos e a dinâmica dos fluxos, o lugar, segundo Ferrara “[...] corresponde ao eixo dos fluxos e supõe, portanto, uma instabilidade que prevê cisões e imprevistos que indiciam o jeito de ser de uma cidade e do cotidiano que escreve a história dos instáveis sentidos dos lugares” (2003, p. 125).

A partir do conceito de esfera pública geral desenvolvido no Capítulo 1, propõe-se considerar “lugar público” todo aquele em que se estabelece a esfera pública – geral ou estrita –, independentemente de se tratar de propriedade(s) pública(s) ou privada(s), visto que o lugar público se estabelece com frequência combinando espaços tanto da propriedade privada quanto da pública.

O lugar público, conceituado como *locus* da esfera pública, permite compreender relações entre os espaços e a vida pública onde e quando ela ocorre, não se limitando à questão jurídica – que sem dúvida é importante – da propriedade. Com essa proposição de lugar público, evita-se a polissemia referente à expressão **espaço público**, podendo-se caracterizar este último como o espaço de propriedade

pública¹⁹⁰. Dessa maneira, pode-se avançar nas interpretações e proposições sobre as práticas espaciais da esfera pública e suas complexidades temporais sem prejuízo para o ordenamento jurídico que requer delimitações de caráter operacional. Um espaço pode se prestar diacronicamente à esfera pública ou privada, ou comportar situações híbridas – da vida privada e pública –, sem que isso implique o direito e o domínio da propriedade.

Importante frisar que inúmeras propriedades públicas podem não se constituir em lugares públicos conforme conceituado acima, notadamente alguns espaços públicos de uso especial. Uma penitenciária, uma usina nuclear, uma estação rebaixadora de voltagem ou um aterro sanitário, por exemplo, podem ser propriedades públicas, mas não se constituem em espaços da esfera de vida pública, portanto, não são lugares públicos.

Todo lugar público é, ainda que episodicamente, um subespaço da esfera pública, mas nem todas as ações da esfera pública se manifestam nos lugares públicos. Como já se comentou no Capítulo 1, a internet, por exemplo, é meio não espacial que se presta tanto à esfera pública quanto à privada (no sentido habermasiano) ou social (no sentido arendtiano). Outras ações da esfera pública podem se realizar em redes mais complexas, envolvendo meios virtuais e reais não contíguos.

É o sistema de ações de caráter público que confere ao lugar sua denotação enquanto lugar público. O desempenho do sistema de objetos do lugar público para tais ações não pode ser entendido como elemento determinante para as ações, mas, enquanto dimensão que potencializa ou limita as ações da vida pública, esta pode sempre superar obstáculos (formas inerciais), sejam de natureza físico-material, jurídico-social ou cultural-ideológica. Tem-se claro que as qualidades morfométricas, estéticas e ambientais dos sistemas de objetos apresentam relações com o sistema de ações, facilitando ou dificultando a vida pública, mas nunca a determinando.

Se o lugar é o espaço da copresença, o lugar público se constitui enquanto espacialidade da esfera pública em situação copresencial. Se o lugar é espaço da resistência às ordens globais (SANTOS, 1996, p. 206), os lugares públicos são, por sua potencialidade política e visibilidade/publicidade, os subespaços em que tais resistências mais claramente se manifestam. Não se pode, entretanto, imaginar

¹⁹⁰ Conforme já discutido no capítulo 1 desta tese.

compreendê-los apenas a partir de sua apreensão visual; é necessário ter em consideração a natureza híbrida, complexa e sistêmica que impõe considerá-los em processos dialéticos socioespaciais, como propõe a teoria miltoniana (SANTOS, 1978, 1985, 1996 e 2005).

Ao discutir relações e distinções entre espaço público e espaço coletivo, M. Solà-Morales (2001, p. 104-105) considera o espaço público como propriedade administrativa e apresenta o espaço coletivo como local misto, ou mesmo privado, mas cuja importância é ser apropriado livre e coletivamente.

[...] a cidade é precisamente o lugar onde o particular pode ser – e amiúde é – social: tanto ou mais que o público, a boa cidade é aquela em que os edifícios particulares – sobretudo os bons edifícios – têm valores sociais que os extrapolam, e nisso, está seu modo de ser urbanos. Os palacetes do Passeio de Gracia ou as lojas da Calle Fernando foram feitos urbanos além de sua privacidade imobiliária – como são as fachadas dos bulevares de Paris e as entradas dos grandes arranha-céus nova-iorquinos. (SOLÀ-MORALES, 2001, p. 106)

Sem dúvida, tais espaços coletivos se incluem no conceito de lugar público aqui proposto. Opta-se, no entanto, pela não adoção da terminologia solà-moralesiana (rapidamente aceita em alguns círculos acadêmicos) para reforçar a dimensão pública do espaço e sua relação com a esfera pública. Talvez isso seja questão menos importante para a Catalunha, mas de forma alguma o é para o Brasil.

Logradouros e entornos, bairros e centros enquanto lugares públicos

No período atual da urbanização, a maior parte dos tecidos urbanos das cidades e metrópoles brasileiras ainda são constituídos pela estrutura tradicional de ruas, quadras e lotes, por mais que se estabeleça o avanço dos grandes empreendimentos de acesso restrito – loteamentos fechados, condomínios fechados, centros empresariais etc. –, com claros prejuízos para a vida pública cotidiana.

Os logradouros públicos e seu entorno, bem como os bairros e áreas centrais por eles formados, constituem os lugares públicos mais frequentes das cidades e das demais formações urbanas do país.

.. Logradouro público e entorno imediato

Os logradouros públicos – ruas, praças, largos, avenidas etc. – constituem a estrutura fundamental dos tecidos urbanos tradicionais e, ao menos no que tange às vias públicas, também estruturam os tecidos urbanos das principais experiências do urbanismo moderno brasileiro – casos, por exemplo, das capitais Brasília e Palmas.

Como se disse no Capítulo 2, os logradouros públicos são bens de uso comum do povo. Interessa aqui discorrer sobre eles enquanto espaços complexos, mistos, híbridos, quando se encontram em forte relação com o espaço lindeiro, constituindo – logradouro e entorno – um lugar público.

Os principais fatores urbanísticos que potencializam o logradouro e entorno como lugar público são:

- a multifuncionalidade, que, como Jane Jacobs pioneiramente já demonstrou na década de 1960 (JACOBS, 2000, *passim*), permite maior número de pessoas com diferentes interesses circulando pelas ruas, tornando-as mais seguras e ricas em (com)vivências;
- o número de acessos diretos entre o logradouro e os edifícios lindeiros, que, como a teoria da sintaxe espacial¹⁹¹ já demonstrou na década de 1980, é elemento potencial da interação pública. De pouco adianta uma grande quadra apresentar múltiplas funções (habitação, comércio e serviços) se houver poucos acessos diretos da rua a eles;
- as relações morfológicas capazes de criar sensação de aproximação e envolvimento entre o espaço livre público e os espaços edificados. Evidentemente tais relações são engendradas histórica e culturalmente, mas incluem componentes físicos objetivos que podem dificultar, concretamente, a sensação de proximidade, tais como a presença de muros altos, ou mesmo uma APP densamente florestada, que impedem a visão do transeunte do que há atrás deles.

Tais fatores se correlacionam e podem se associar a aspectos de natureza histórico-cultural capazes de criar símbolos de centralidade, pertencimento, identidade e comunidade, assimilados por específicos grupos sociais. Sem dúvida, será mais forte o lugar público capaz de melhor acolher para o convívio as diferenças (ser público) sem perder sua identidade (ser lugar).

¹⁹¹ Cf. HILLIER, B.; HANSON, J. 1984.

Se um grande aeroporto internacional é capaz de receber cotidianamente diferentes grupos sociais e étnico-culturais, isso se faz por natureza estritamente funcional. Assim, mesmo variando a grandiloquência das suas formas arquitetônicas, não passam, para os passageiros, de “não lugares”, na acepção augeniana do termo¹⁹².

Os subespaços costumeiramente que melhor simbolizam as cidades são lugares públicos, sejam as praças da Igreja Matriz em inúmeras pequenas e médias cidades brasileiras, sejam as praças tidas como “marco zero” em grandes cidades (Praça da Sé em São Paulo, Praça XV de Novembro no Rio de Janeiro, Praça Sete de Setembro em Belo Horizonte, Praça Rio Branco, mais conhecida como “Marco Zero”, em Recife, Praça Tiradentes em Curitiba, Praça da Matriz em Manaus etc.), sejam as praças cívicas em capitais de médio ou grande porte (as tradicionais praças Eurico Dutra em Rio Branco e da República no Recife, a planejada Praça Cívica de Goiânia, ou a gigantesca Praça dos Girassóis¹⁹³ em Palmas), sejam grandes avenidas em áreas centrais ou de “centros expandidos” de capitais ou grande cidades (Av. Paulista em São Paulo, Av. Rio Branco no Rio de Janeiro, Eixo Monumental em Brasília, Av. Afonso Pena em Belo Horizonte, Av. Borges de Medeiros em Porto Alegre, Av. Almirante Barroso em Belém, Av. “Norte-Sul” em Campinas, Av. Teotônio Segurado em Palmas etc.) ou mesmo praias urbanas, com seus calçadões, avenidas beira-mar e edifícios lindeiros (Copacabana no Rio de Janeiro, Praia do Canto em Vitória, Pajussara em Maceió, Boa Viagem no Recife, dos Artistas em Natal, entre outras).



Figura 59. Praça da Matriz em Manaus, marco zero da cidade. Foto: Acervo QUAPÁ, 2006.

¹⁹² Sobre o conceito de “não lugares” cf. AUGÉ, 1994, *passim*.

¹⁹³ A Praça dos Girassóis é sem dúvida uma das maiores do mundo. Com cerca de 570 mil m², apresenta-se morfologicamente como um híbrido entre praça e parque, com vários problemas de escala, ainda assim cumprindo seu principal papel enquanto símbolo do poder governamental.

Isolar qualquer dos espaços livres públicos citados acima dos edifícios lindeiros e das funções que eles abrigam é exercício de abstração que apenas empobrece a leitura de tais espaços. A riqueza das interações entre as ações que se estabelecem nos espaços livres e edificados, públicos e privados, dos lugares públicos, deixa claro tratar-se de fronteiras e não de limites entre eles. Como fronteiras, são espaços de troca (membranas), mais do que espaços de separação. São esses atributos que os tornam mais diversos, ricos e complexos.

Os lugares públicos de maior expressão simbólica são, por essa razão, os preferidos para as manifestações políticas em sentido mais estrito, bem como para as grandes comemorações, sejam elas festas religiosas, de passagem de ano, conquistas eleitorais ou de campeonatos de futebol.



Figura 60. Manifestação de professores da rede pública no Centro de Curitiba. Movimento de março de 2012 atingiu 26 estados. Fonte: R7 Notícias, 2012.

Tome-se, por exemplo, as avenidas Paulista e Rio Branco em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, e, por outro lado, o Eixo Monumental e a Av. Joaquim Teotônio Segurado, em Brasília e Palmas. Todas importantes espaços funcionais e simbólicos, originadas de projetos urbanísticos claros, porém, mesmo guardadas as escalas das referidas capitais, observa-se uma riqueza de apropriações públicas muito maior nos casos paulistano e carioca, que brasiliense e palmense. Em boa parte, isso decorre da maior diversidade funcional das edificações do entorno, da maior densidade e proximidade entre edifícios e os passeios públicos¹⁹⁴ (morfologia urbana

¹⁹⁴ A largura das avenidas Paulista e Rio Branco é de 48m e 33m, com calçadas de 10 e 6m e oito e seis faixas de rolamento, respectivamente. Na Av. Paulista, o recuo frontal é variável; na Rio Branco, a regra é o edifício no alinhamento da via. O Eixo Monumental possui largura de 250m, com canteiro central de 200m, doze faixas de rolamento, distância entre prédios variada, atingindo quase 320m na

tradicional versus moderna) e da maior espessura histórica das avenidas Paulista (1891) e Rio Branco (1904), diante dos projetos moderno (Eixo Monumental, de 1960) e tardo-moderno (Av. Teotônio Segurado, de 1989).



Figuras 61 a 64. Vistas das avenidas Rio Branco, Paulista, Eixo Monumental e Teotônio Segurado. Fotos: Silvio Macedo, 2005, Acervo QUAPÁ, 2009, Silvio Macedo, 2009 e Acervo QUAPÁ, 2008, respectivamente.

Esplanada dos Ministérios, onde as calçadas junto aos edifícios possuem 10m de largura e junto ao meio fio há mais um passeio público de 3m de largura. Na Av. Teotônio Segurado, a distância média entre os edifícios de um lado e do outro da via é de 150m, o canteiro central possui largura de 45 m e, além das oito pistas de rolamento, há ainda bolsões de estacionamento na frente de todos os prédios, que distanciam ainda mais os pedestres dos edifícios de cada lado da via.

As avenidas brasileiras do final do século XIX e início do XX, ainda sob influência dos bulevares haussmannianos, apresentavam generosos espaços para pedestres e veículos. Com o passar dos anos, a ideologia modernista-viarista impôs, junto com a indústria automobilística, novo padrão de circulação, privilegiando o automóvel, casos evidentes não só de Brasília e Palmas, mas também de inúmeras avenidas de fundo de vale instaladas em cidades médias e grandes do país. A capacidade de fluxo veicular aumentou, comprovando a eficiência de tráfego das novas avenidas, mas a vida pública de tais vias é, em regra, muito menor que as avenidas feitas com cruzamentos quadra a quadra da cidade tradicional.

Na Av. Paulista e na Av. Rio Branco, a circulação de pedestres e a vida pública é intensa, pois são lugares:

- multifuncionais de escala metropolitana de grande acessibilidade;
- de trabalho nos altos edifícios, que abrigam desde pequenos escritórios de profissionais liberais a sedes locais de bancos estrangeiros;
- de consumo nas variadas lojas nos térreos, galerias e pequenos *shopping centers*;
- de moradia, muito mais no caso paulistano que carioca, sobretudo devido as suas origens distintas. A Av. Paulista foi concebida para abrigar parcela da elite paulista no final do século XIX e, se poucos casarões restaram, os edifícios residenciais dos anos 1950-60 permanecem. A Av. Rio Branco nasceu como Avenida Central, voltada, sobretudo, às atividades de comércio, serviço e usos institucionais do governo federal e municipal;
- de lazer e cultura, seja na Cinelândia carioca, no chope do Amarelinho, nos grandes espaços culturais edificadas à época de Pereira Passos (Teatro Municipal, Biblioteca Nacional e Museu Nacional de Belas Artes), seja no MASP ou noutros espaços culturais, nas inúmeras salas de cinema da Avenida Paulista, nas poucas livrarias, no caminhar pelas calçadas aos finais de semana;
- de festas públicas, do Cordão Bola Preta – maior “bloco” carnavalesco carioca – e da maior festa de ano novo paulista;
- de manifestações políticas, partidárias, suprapartidárias, sindicais, estudantis, de grupos minoritários (na Av. Paulista ocorre a maior Parada Gay do mundo), dos interesses mais diversos. Importa lembrar ainda que na Praça Floriano, junto à Av. Rio Branco, situa-se a Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro e, na Paulista, a sede da FIESP e de bancos estrangeiros, entre outros elementos que fortalecem a imagem de poder que tais avenidas representam;

- de prestação de serviços, com sedes de associações de classe e inúmeras empresas do terciário superior; na Av. Paulista há ainda hotéis, um grande hospital, duas escolas tradicionais (uma pública outra privada); na Av. Rio Branco, hotéis de nenhuma a cinco estrelas;
- de pausa e demais ações em importantes espaços livres vegetados. Tanto na Av. Paulista (onde há o Parque Tenente Siqueira Campos, conhecido como Trianon) como no final da Av. Rio Branco encontram-se importantíssimos subsistemas de áreas verdes da cidade. No caso carioca, há a Praça Mahatma Gandhi, o Passeio Público (original do século XVIII, com remodelação de Glasiou no século XIX), a Praça Paris e o Parque do Aterro do Flamengo de Burle Marx.



Figuras 65 e 66. Dimensões públicas do espaço: entre a elegância arquitetônica e urbanística (Av. Rio Branco) e o bom humor de “atletas” da Corrida de São Silvestre (Av. Paulista). Fotos do autor, 2011 e 2010 respectivamente.

.. Bairros excepcionais e banais

O logradouro e entorno como lugar de convívio público se realiza em qualquer escala urbana – vizinhança, bairro, cidade, metrópole e megalópole –, em diferentes momentos, do cotidiano ao evento público de maior proporção. Não se resume, pois, o lugar público à grande manifestação, nem aos grandes centros, mas se apresenta também no tecido urbano de maneira difusa ou pontual.

Há vários bairros que, por uma série de circunstâncias, acabam reunindo estabelecimentos comerciais que estimulam o convívio público, atraindo pessoas de fora (do bairro, da cidade, do Estado ou mesmo do país). Sem dúvida se constituem em lugares públicos, não sem contradições entre interesses dos moradores, do setor comercial, dos frequentadores noturnos e dos agentes culturais, governamentais ou não. Lugares de produção e apresentação cultural valorizam-se, transformam-se e põem em risco, pela nova escala, as produções originais e o cotidiano que as engendraram, dado que é impossível continuar do mesmo jeito¹⁹⁵.

Alguns exemplos dessa categoria de lugar público: a Ilha das Caieiras em Vitória, com suas desfiadeiras de siri e culinária de dar água na boca; a Penha carioca com seu aqueduto, bares e boa música; os morros de samba – da Mangueira no Rio de Janeiro, ao Morro da Cruz em Florianópolis –; a Vila Madalena em São Paulo, com seus cortiços quase invisíveis, casas e prédios de apartamento cada vez mais luxuosos, com sua escola de samba, ateliês, brechós e bares de todos os tipos; o elegante bairro Savassi em Belo Horizonte, com a Escola de Arquitetura da UFMG, o Clube da Esquina, movimentos musicais e botecos; as ladeiras do Pelourinho em Salvador ou em Olinda, onde a dinâmica do turismo expulsa moradores pobres, mas a cultura – na música e nos sincretismos religiosos do Pelô, no cotidiano de Olinda, entre outros – dialeticamente resiste e se transforma. São lugares densos, multifuncionais, plurais, de trocas comerciais, comunicacionais e simbólicas, onde o convívio público envolve sistemas de espaços livres e edificados, de propriedades públicas e privadas (de acesso público).

¹⁹⁵ Interessa imaginar políticas participativas que valorizem os lugares, suas diferenças, qualidades e possibilidades mais adequadas de transformação, pois não se congela o tempo nem o espaço. Conservar-se-á o que o debate público julgar pertinente, não sem conflitos de interesse, nem sem contradições, lutas e aprendizado.



Figura 67. Olinda: patrimônio histórico mundial, uma paisagem (pública) do cotidiano. Foto do autor, 2011.

Mesmo um bairro comum de residências unifamiliares, incluindo ou não prédios de apartamentos, onde as pessoas se encontram ocasionalmente nas ruas e praças, deve ser considerado um lugar público. Ali, idosos, bebês e babás passeiam pela manhã, trabalhadores se encontram ao final do dia em bares, em academias de ginástica ou para simples caminhadas pelas ruas, jovens jogam bola no asfalto ou na praça. Evidentemente tais bairros, incontáveis no país, não se prestam apenas para a realização da esfera pública geral, são espaços por excelência da vida privada, mas a difusa vida pública cotidiana que neles se estabelece pode propiciar relações de afetividade pública, identidade coletiva e pertencimento importantes para seus moradores.

Ao se dar conta da importância do cotidiano público, poderiam, governo e moradores, cuidar melhor das calçadas, árvores e fachadas das casas que se mostram para as ruas. Infelizmente, nessas situações tão típicas das cidades brasileiras, sobretudo nas de maior porte, verifica-se o contrário como regra, privilegiando-se a vida privada, por meio de calçadas que mal se prestam aos pedestres, baixa presença de arborização viária, muros altos cada vez mais frequentes, garagens que distanciam o espaço da casa e da rua. Mesmo com tal desqualificação pública do lugar, ainda

assim a maioria das pessoas continua saindo às ruas de seus bairros, realizando parte importante da esfera pública geral: a escala do cotidiano.



Figura 68. Pequena praça bem equipada e utilizada em Trindade, bairro de padrão médio de Florianópolis. Foto do autor: 2009.

.. Centros

Muito já se debateu, escreveu e se propôs sobre a necessidade de reabilitação dos centros históricos, ao menos desde o VIII CIAM, em 1951, até o período contemporâneo de urbanização. Os perigos do enobrecimento (gentrificação) e da museificação, a ociosidade noturna das infraestruturas instaladas, a insegurança das áreas monofuncionais, a perda de competitividade diante de áreas mais novas são temas já discutidos. O assunto, no entanto, não se esgota, uma vez que os desafios persistem. Aqui se tem como propósito contribuir para o debate a partir da ideia de que todo centro é um lugar público por natureza, espaço de convivência cotidiana dos diferentes, dado que todos (em tese) têm o direito de ali estar, pois, como regra, são espaços de alta acessibilidade, propiciando que muitos possam efetiva e cotidianamente, vivenciá-los.

De fato, como alertou Ruth Cardoso (2001, p. 41), o centro, até porque se esvazia à noite, é capaz de abrigar o morador de rua, sem filantropia ou assistencialismo de organizações não governamentais ou entidades públicas

preocupadas com a questão. Difícil imaginar tal acolhimento em bairros residenciais tradicionais.

Independentemente do porte das cidades, seus centros tradicionais – estruturados em ruas, praças, quadras e lotes – costumam ser os lugares públicos de maior importância. São os espaços de maior concentração de empregos no setor terciário, do comércio mais diversificado, *locus* de instituições públicas de caráter administrativo ou cultural, igrejas, dentre outros espaços livres de grande circulação e convívio. Os centros das cidades apresentam grande, se não a maior, complexidade urbana. Via de regra, as atividades comerciais se abrem diretamente para os logradouros públicos, ou em galerias fortemente relacionadas com as ruas e praças, constituindo, por vezes, em elementos complementares do sistema de circulação de pedestres, casos, por exemplo, do centro novo de São Paulo e, sobretudo, do centro de Juiz de Fora.

Há forte interação entre passeios e atividades comerciais que vão além dos limites dos lotes. A vida pública envolve também alguns estabelecimentos comerciais (bares, restaurantes, padarias, livrarias, cinemas) e institucionais (igrejas, teatros, bibliotecas, museus e centros culturais). Os centros não são apenas espaços de trabalho e consumo, mas grandes espaços de encontro e trocas comunicacionais, manifestações culturais e políticas, lugares de festas, de protestos, de conflitos e solidariedades.

É bem verdade que, na urbanização contemporânea brasileira, em cidades médias e grandes, em aglomerações urbanas, metrópoles e suas regiões imediatas de influência, bem como em formações megalopolitanas ou protomegalopolitanas, os centros vêm sofrendo a concorrência de *shopping centers* e outras formas fragmentadas e excludentes de desenvolvimento das atividades terciárias. Tal processo sem dúvida gera consequências para as áreas centrais tradicionais, com transformações na esfera pública.

Não se trata de um declínio inexorável dos centros, pois alguns se popularizaram mais, estando ainda mais vivos do que no período em que eram o espaço predileto das elites. Esses centros, com seus novos frequentadores e novas práticas espaciais, requerem políticas e projetos urbanos mais flexíveis e participativos, evitando ações de ordenamento espacial preconcebidas segundo padrões estéticos exógenos pouco atentos à realidade dos lugares públicos brasileiros. Com o aumento da população de renda médio-baixa no país, é desejável

oportunizar lugares públicos capazes de contribuir para que tais classes de renda não sejam apenas novos consumidores, mas protagonizem transformações qualitativas no avanço da cidadania brasileira.



Figura 69. Uma rua do SAARA, dinâmico centro comercial popular no Rio de Janeiro com mais de 1200 estabelecimentos comerciais. Foto do autor, 2011.

Nas áreas centrais efetivamente degradadas e abandonadas, há que se discutir propostas de reabilitação que não atendam apenas aos interesses do capital imobiliário. É necessário o envolvimento de representantes do maior número de agentes que produzirão e se apropriarão dos espaços no debate e na concepção de soluções para os problemas específicos de cada área central, de cada lugar público.

Vale lembrar que todo centro é histórico, não apenas o que origina a cidade, mas qualquer novo centro, pois histórica é a sociedade. Cada lugar central possui sua relevância histórica que deve ser discutida sob a tensão entre preservação e transformação do patrimônio que compõe o lugar e que integra o sistema de lugares da cidade.

Não se trata simplesmente de ocupar todos os espaços, com o maior número de pessoas e atividades, otimizando todos os recursos econômicos ali depositados

anteriormente. Algumas áreas talvez mereçam continuar vagas, atuando como reservas de imaginação, evocativas de memórias e consciência, provocativas sobre os rumos das sociedades: *terrain vagues*¹⁹⁶. Esses lugares vagos não são simples vazios à espera de uma boa ideia urbanística ou de uma incorporação imobiliária, pois possuem dimensão pública em sua própria natureza, podem se abrir a ações efêmeras, poético-espaciais, sutis desvelamentos ou fortes provocações. Mais importante do que apoiar projetos que limpam, ordenam e ocupam segundo modismos urbanísticos, paisagísticos e arquitetônicos é trazer ao debate público a relevância dos *terrain vague*.



Figura 70. A maior estação de trem de Campinas está desativada, por seu pátio ferroviário circulam esporádicas composições de carga. Foto: Jonathas Silva, 2011.

Urbanização fragmentada: para onde vai o público?

Na escala intraurbana, a urbanização contemporânea brasileira se realiza de maneira ainda mais complexa que no período anterior, sobrepondo processos já

¹⁹⁶ A expressão *terrain vague* foi apresentada por Ignasi de Solà-Morales no XIX Congresso da União Internacional de Arquitetos (UIA) em 1996, em Barcelona. Sucintamente, pode-se denominar *terrain vague* as áreas vagas, derrelitas, mas ricas em memória, que podem ser antigos leitos ferroviários desativados, galpões industriais, armazéns portuários abandonados etc. Cf. SOLÀ-MORALES, 1996, p. 10-23. Pioneiro trabalho acadêmico a respeito no Brasil, tendo como estudos de caso áreas em Campinas, é a dissertação de mestrado de DONADON, 2009.

“convencionais”, como abertura de loteamentos (periféricos ou não), construção de conjuntos habitacionais, verticalização de áreas valorizadas, ocupação de APPs por favelas, aterramento de várzeas para a instalação de plantas industriais etc., com ações que ampliam a fragmentação do espaço urbano com consequências para a esfera pública, como loteamentos fechados, condomínios horizontais residenciais, industriais, condomínios clubes, *shopping centers*, parques temáticos privados, centros empresariais e espaços de múltiplas funções com fortes restrições de acessos.

Na contemporaneidade, a fragmentação urbana associada ao espraiamento sobre o território é fenômeno presente em áreas de forte dinâmica econômica, nas mais diversas cidades e sociedades: de Xangai a Nova Jersey, da Santiago a Glasgow. Vários são os autores que se debruçaram sobre o assunto, formulando conceitos e categorias que procuram caracterizar aspectos do processo de espraiamento e fragmentação dos tecidos urbanos: exópole,¹⁹⁷ metápoles,¹⁹⁸ *città diffusa*,¹⁹⁹ *urban sprawl*,²⁰⁰ *Zwischenstadt*,²⁰¹ urbanização dispersa,²⁰² *edge city*,²⁰³ enclaves fortificados,²⁰⁴ *metrozones*²⁰⁵ etc. Em cada formação socioespacial, esses processos assumem escalas, impactos e especificidades próprias. Segundo a European Environment Agency (2006, p. 5), mais de um quarto do território da União Europeia está diretamente afetado por usos urbanos do solo. No Brasil, a urbanização dispersa e fragmentada não foi sequer mensurada.

No Brasil, além da urbanização difusa, há outros processos de fragmentação dos tecidos urbanos que também são discutidos neste tópico (sob o enfoque da constituição da esfera pública contemporânea):

- a verticalização em condomínios de vários edifícios, isolados do entorno;
- a produção fragmentada de tecidos periféricos, pela iniciativa estatal, privada ou popular, nos quais solidariedades orgânicas conflitam e convivem com a repressão violenta pelo aparato do Estado ou do crime organizado.

¹⁹⁷ SOJA, 1996, p. 154-168.

¹⁹⁸ ASCHER, 2001, p. 62.

¹⁹⁹ MUNARIN; TOSI, 2001, *passim*.

²⁰⁰ RICHARDSON; BAE, 2004, p. 3-8.

²⁰¹ *Zwischenstadt* - “ruralização da cidade” (SIEVERTS apud HELLWEG, 2010, p. 11), “transurbano” (BORMANN; KOCH, 2010, p. 46).

²⁰² REIS, 2006, p. 40-46.

²⁰³ GARREAU, 1992, p. 5-15.

²⁰⁴ CALDEIRA, 2000, p. 258-259.

²⁰⁵ HELLWEG, 2010, p. 11-13.

A urbanização fragmentada impacta a esfera pública, reprimindo sua manifestação em espaços livres outrora de livre acesso. Novos lugares, no entanto, se prestam para a vida pública e há que observá-los e compreendê-los, se desejar-se qualificar as cidades e as novas áreas urbanas para a esfera de vida pública.

.. **Espraiamento urbano e esgarçamento de relações sociais**

Como se afirmou no capítulo 3, o espraiamento urbano tomou impulso nas maiores metrópoles do país a partir dos anos 1970, marco inicial da urbanização contemporânea brasileira. Investimentos públicos federais estimularam o crescimento urbano fragmentado e a baixas densidades, mesmo de cidades médias. Foi a época dos distritos industriais afastados, junto a rodovias, onde se implantaram, também, longe das áreas centrais, novas estações rodoviárias e aeroportos. Do mesmo modo, em áreas periféricas bastante isoladas, inúmeros conjuntos habitacionais financiados com recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) foram realizados, em cidades de todos os portes, de Tambaú a São Paulo, de Ananindeua a Porto Alegre²⁰⁶.

Com a consolidação do modelo de circulação – urbana e regional – baseado, fundamentalmente, no transporte sobre pneus, propiciou-se expansão desmedida. Novos empreendimentos – públicos ou privados – deixaram glebas intersticiais de caráter especulativo. Várias cidades médias e grandes apresentaram, nas décadas de 1970 e 1980, diminuição de suas densidades intraurbanas, a despeito dos incrementos populacionais. Favoreceu-se o capital imobiliário, onerando o Estado e as populações que dependem de transporte público.

No início dos anos 1970, a iniciativa privada lançou em Barueri, município da RMSP vizinho à capital, o primeiro grande loteamento fechado – Alphaville –, cuja legalidade é bastante discutível até hoje, já que feriu o direito constitucional fundamental de ir e vir pelas vias públicas – bens de uso comum do povo. A defesa jurídica (na prática, vencedora) de tais loteamentos fechados é também

²⁰⁶ Tambaú, por exemplo, pequena cidade do interior paulista rodeada por cana-de-açúcar, cuja população municipal não chegava a 20 mil habitantes, segundo o CENSO de 1991, já possuía, naquela década, um conjunto habitacional periférico, ainda mais rodeado por cana, financiado pela Caixa Econômica Federal.

fundamentada num direito constitucional – o direito à segurança. Parece claro tratar-se de um privilégio, mais que um direito, em detrimento da vida pública, da própria noção de cidade e de cidadania. Em paralelo, a Barra da Tijuca no Rio de Janeiro se urbanizava, seguindo modelo similar de espaços de acesso bastante restrito e controlado²⁰⁷.



Figuras 71. Alphaville inaugurou na metrópole paulistana padrão de urbanização baseado em loteamentos fechados. Exclusão social ostensiva sob controversa “legalidade”. Foto: Silvio Macedo, 2008.

Nos períodos de transição democrática e no período liberal da urbanização contemporânea brasileira, ocorreu aumento da desigualdade social e do desemprego, observando-se crescimento da violência urbana nos grandes centros. Criou-se verdadeira indústria da (in)segurança, favorecendo a disseminação de condomínios e loteamentos fechados. Anúncios com apelos como: “venha morar junto à natureza, aqui você pode criar seus filhos com tranquilidade e segurança” (ao lado de uma imagem de crianças de olhos azuis correndo felizes sobre gramados, com seus jovens

²⁰⁷ Sobre o processo de produção de Alphaville e loteamentos fechados que se constituíram no entorno, bem como estudo comparado com a Barra da Tijuca cf. tese de doutorado de CAMPOS, 2008. Sobre a produção dos loteamentos fechados e suas consequências para a cidade, tendo como estudo de caso a RM de Campinas, cf. tese de doutorado de FREITAS, 2008. Sobre a (i)legalidade dos loteamentos fechados e as táticas de projeto para sua concepção e aprovação legal em Campinas, cf. dissertação de mestrado de AMIN, 2012.

e belos pais sorrindo diante de um lago de águas plácidas, à sombra de uma *Caesalpineia sp* em flor) tornaram-se comuns nos jornais de grande circulação do país.

A proliferação de condomínios – verticais e horizontais – e loteamentos fechados na década de 1990 e em diante levou esse padrão a todas as grandes metrópoles brasileiras, de Manaus a Porto Alegre, a capitais distantes de Brasília, como Rio Branco e Natal, a inúmeras cidades interioranas, sobretudo nas áreas de economia mais dinâmica das regiões Sul e Sudeste²⁰⁸. Os impactos no meio urbano são muitos, aumentando:

- os deslocamentos cotidianos em tempo e distância;
- os custos de instalação de redes de infraestrutura urbana e interurbana;
- a poluição e a emissão de carbono com o aumento da circulação de automóveis;
- a valorização da vida privada – enclausuramento e alienação -, em detrimento da vida pública cotidiana, com empobrecimento da sociabilidade entre classes sociais distintas.



Figura 72. Alphaville Campinas, entre tantos outros, contribuindo para desvalorizar a vida pública cotidiana. Foto do autor, 2008.

²⁰⁸ Somente a Alphaville Urbanismo atua em vinte estados do país, nas suas cinco regiões.

Na urbanização contemporânea brasileira, cresceu de maneira acentuada a existência de domicílios de uso ocasional. Ocuparam-se extensas faixas do litoral brasileiro para a instalação de segundas residências de uso sazonal.²⁰⁹ Não raro há municípios com mais de cem mil domicílios que permanecem fechados a maior parte do ano. Além das casas de praia, são inúmeras as casas de campo, mas daí o processo é mais difuso e seu impacto na paisagem é menos perceptível. São ranchos à beira de igarapés, chácaras de final de semana, algumas não maiores que 0,1 ha, pequenos ou não tão pequenos sítios, condomínios em regiões serranas etc. Envolvem o deslocamento de milhões de automóveis para a praia e para o campo a cada feriado prolongado. Esse fenômeno pendular não é exclusivo dos moradores das maiores metrópoles, pois nalgumas cidades menores é frequente entre os moradores de maior renda a posse de segunda residência – de veraneio ou de campo – a poucos minutos de distância da residência principal. Outras formas mais coletivas de locomoção e estadia são bastante menos impactantes à ecologia e à economia dos territórios, mas o valor cultural-ideológico da propriedade privada parece (quase) sempre superar a razão pública no país.



Figura 73. Bertioga, litoral paulista, extensas áreas desmatadas e urbanizadas para uso apenas sazonal. Foto: Ulisses Sardão, 2007.

²⁰⁹ Sobre os modelos urbanos e relações entre áreas habitacionais de primeira e segunda residência cf. MACEDO, 1993, p. 53-55.

Na primeira década do século XXI, do mesmo modo, crescem os empreendimentos fechados destinados a usos não residências: condomínios industriais e de logística, *shopping centers*, parques temáticos, centros empresariais, *campi* universitários e de desenvolvimento tecnológico. Alguns deles, bem como os empreendimentos residenciais fechados, não se vinculam mais a esta ou àquela cidade, a esta ou àquela metrópole, mas a regiões urbanas mais amplas, consolidando uma urbanização difusa e fragmentada.

Nesse contexto de aumento das distâncias de deslocamento cotidiano de número já significativo de habitantes, os espaços públicos mais representativos não estão mais na escala de vizinhança: a avenida virou estrada; a praça, rotatória.

Novos espaços dão conta de novas práticas de sociabilidade, nem sempre públicas. São, por vezes, bastante prosaicos, improvisados. Uma barraca de cachorro-quente ou tacacá junto a um posto de gasolina pode virar ponto de encontro e convívio na escala do cotidiano, em seguida, uma rede de *fast-food* ali se instala, seguida de uma videolocadora que vende livros e de uma banca de jornais, outra de flores, surgindo um pequeno centro disforme, mas animado: jovens, mulheres, homens, crianças, encontros e desencontros, conflitos e acordos. Sem desenho controlado, sem projeto urbanístico ou paisagístico, mas, ainda assim, lugar público do cotidiano.

Por outro lado, há espaços bastante planejados, centros de compra de todos os tamanhos e escalas – de pequenas galerias em meio a loteamentos fechados até os grandes *shopping centers* à beira de grandes estradas ou avenidas. Alguns centros de compra são propostos e apropriados pelas elites, enquanto outros acabam acolhendo público mais diversificado; alguns, tão grandes, recebem até eventual comércio clandestino em seus estacionamentos. Outros, menores, são, sobretudo, apoios aos *navetteurs*²¹⁰, para um café, uma revista, comunicações via internet, almoço de reunião preparatória para reunião maior a cem quilômetros de distância; não raro encontra-se um velho amigo, agora fazendo o trajeto inverso na autoestrada²¹¹.

Aos finais de semana, multidões não vão apenas aos grandes *shoppings* consumir, mas passear, encontrar amigos, namorar, divertir-se, conviver em pequenos grupos diante do movimento, mostrar-se ao público. Reproduzem-se, de

²¹⁰ Automobilistas que habitam a mais de cem quilômetros de seu lugar de trabalho e fazem o trajeto cotidianamente. Cf. ASCHER, 2001, p. 62.

²¹¹ Sobre o cotidiano dos cidadãos automobilizados da megalópole cf. BENFATTI, QUEIROGA, SILVA, 2010, p. 29-43.

certa maneira, atividades típicas de áreas centrais – como planejado e como não planejado. São novas centralidades, novos lugares públicos, por vezes abrigando maior diversidade social do que praças em bairros residenciais; espaços mais controlados, sem dúvida, porém não são poucas as ações que transcendem a ordem prevista e imposta: da venda clandestina de bebidas, ao ponto de encontro de jovens surdos, ao *jogging* matinal ao longo do perímetro do estacionamento, fora da academia, sem custos, longe das vitrines.



Figura 74. Vista de imenso *shopping center* em Campinas, a implantação segue o padrão verificado em empreendimentos análogos no mundo inteiro. Deseja-se o consumidor, mas acolhe-se, com controle e limite, parte da vida pública contemporânea. Foto: Acervo QUAPÁ, 2008.

Diante dos novos padrões do morar, circular, trabalhar e divertir-se de parcelas cada vez maiores da população de rendas média e alta, diminui-se a esfera pública na escala do cotidiano habitacional, mas novos espaços passam a se prestar para a sociabilidade, constituindo, de outra maneira, a vida pública, seja nos grandes *shoppings* e nos lugares imprevistos ligados aos transportes, seja numa ação comunicativa pública via internet etc.

Não se trata de mitificar os novos espaços comerciais de apropriação coletiva, por vezes pública, mas também não se deve simplesmente rotulá-los como templos do consumo e da alienação, espaços contra as cidades etc. Os lugares mais diversificados são por vezes mais complexos do que aparentam. É necessário estudá-

los melhor para integrá-los à nova vida pública urbana²¹². Importa saber para onde vai o público, já que o sentido gregário da espécie humana persiste apesar das ideologias e apologias à vida privada, apesar e com as novas tecnologias telemáticas produzidas para a acumulação capitalista.

.. A verticalização como fragmentação

Na década de 1970, no período inicial da urbanização contemporânea brasileira, o município de São Paulo aprovou novas leis de zoneamento que limitaram fortemente o aproveitamento dos terrenos²¹³. Para a maior parte da cidade, estabeleceu-se coeficientes de aproveitamento (CAs) iguais ou inferiores a 2 e, em poucas áreas, tal coeficiente chegou, no máximo, a 4. Instituíram-se recuos estabelecendo como padrão o edifício isolado. Quanto à questão do uso do solo, protegeram-se os bairros de moradia das elites, determinando uso exclusivamente residencial e baixo CA e criaram-se zonas predominantemente comerciais e de serviços, zonas industriais e mistas. Tratou-se de uma aproximação brasileira ao urbanismo moderno funcionalista, buscando a separação de funções, mas também reforçando a segregação socioespacial e a manutenção dos privilegiados bairros ocupados pela elite.

A legislação urbanística paulistana serviu como modelo para inúmeros municípios brasileiros. Se Brasília foi a grande utopia concretizada do urbanismo moderno, embora impossível de ser imitada pelas cidades brasileiras preexistentes, a lei de zoneamento paulistana se colocou como um “modernismo possível” para diversas cidades estruturadas tradicionalmente por ruas, quadras e lotes²¹⁴. A crítica aos princípios do urbanismo moderno formulada nos países centrais do capitalismo nos anos 1960 estava, nos anos 1970, ainda longe de ser efetivamente debatida no Brasil.

²¹² Cf. ensaio sobre grande *shopping center* enquanto espacialidade da vida pública em QUEIROGA, 2006, p. 121-142.

²¹³ A iniciar pela Lei nº 7.805 de 1 de novembro de 1972.

²¹⁴ Na Região Sul e nos Estados de Rio de Janeiro e Espírito Santo e parte de Minas Gerais, diante de um histórico urbanístico mais forte de Porto Alegre e Rio de Janeiro, outras tipologias de ocupação do solo persistiram. No Rio de Janeiro, os tradicionais PAs (Projetos de Alinhamento) se preocupam com o desenho da paisagem urbana a partir das vias, fato que o zoneamento paulistano, baseado no controle de densidades construtivas, ignora. Em Porto Alegre, 46,6% dos domicílios são apartamentos (IBGE, 2010); trata-se da capital brasileira mais verticalizada, com forte presença, ainda, de prédios de poucos pavimentos, muitas vezes sem afastamento lateral.

Dessa forma, deu-se impulso a uma tipologia urbanística híbrida: a quadra tradicional subdividida em lotes e estes ocupados por torres isoladas, seguindo pressupostos do modernismo, que “garantia” insolação e ventilação. Paulatinamente, nas grandes e médias cidades brasileiras, a torre isolada, sobretudo de uso residencial, foi se afastando da rua. Os espaços livres privados (sobre lajes de garagens) resultantes de taxas de ocupação iguais ou inferiores a cinquenta por cento, começaram a receber programas de lazer cada vez mais fragmentados, mais ou menos relacionados às áreas de “uso” coletivo dos andares térreos: *playgrounds*, *garage band*, espaço mulher, praça do fogo, *deck* molhado, espaço zen, raia semiolímpica para oitenta apartamentos, “*jacuzzi*” para dois prédios, minipista de Cooper, miniquadra poliesportiva, minissala de cinema, mini ... mundo²¹⁵?



Figura 75. Edifícios residenciais e suas áreas de lazer na Vila Andrade, São Paulo. Isolamento em relação ao entorno público. Foto: Fabio Gonçalves, 2012.

A associação de várias torres num único e grande lote, formando amplo condomínio vertical fechado, teve sua origem, no país, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 e, de lá para cá, vários empreendimentos do gênero vêm sendo produzidos nas grandes cidades do país. Em São Paulo, na primeira década do século XXI, tomou impulso a produção de condomínios-clubes, empreendimentos na escala de uma quadra urbana, com várias

²¹⁵ MACEDO, 2012, p. 301-306, demonstra que mesmo o padrão estético moderno implantado em jardins de inúmeros edifícios do Bairro de Higienópolis em São Paulo vem sendo, neste século, substituído por espaços mais fragmentados, destruindo as conexões anteriores entre espaços livres públicos e privados.

torres e áreas livres em comum, muros altos e somente uma entrada social. Como na Barra da Tijuca, garante-se a segurança intraquadra e contribui-se para deixar as ruas do entorno perigosas, sem “olhos” para a rua, como diria Jane Jacobs (2000, p. 35-36). São simulacros de uma pseudoautonomia do morar em relação à cidade: enfraquece-se a vida pública cotidiana, é mais “seguro” – e tedioso – divertir-se no condomínio que caminhar pelo bairro.



Figura 76. Condomínios verticais na Barra da Tijuca. Muros altos, poucos acessos, solução de (in)segurança urbana. Foto: Silvio Macedo, 2008.

Com o crescimento econômico brasileiro verificado a partir de 2003, dinamizou-se a produção imobiliária, sobretudo a partir de 2006, com a abertura de capitais das principais incorporadoras paulistanas²¹⁶, bem como com o fortalecimento de inúmeras empresas pelo país. Com o mercado aquecido, os preços dos terrenos das cidades médias e grandes mais dinâmicas dispararam; prefeituras, pressionadas pelo setor da construção civil, flexibilizaram regras, aumentaram-se os coeficientes de aproveitamento e as alturas máximas permitidas para os novos empreendimentos. De Norte a Sul do país, cresce a proporção da população

²¹⁶ Com a capitalização gerada pelo lançamento de ações, as grandes incorporadoras paulistanas passam a atuar em escala nacional, contribuindo para disseminar o padrão de edifícios residenciais com significativos, mas excessivamente fragmentados, espaços livres de lazer em capitais, como Maceió, Natal, Goiânia, Campo Grande, Porto Velho, Manaus e Boa Vista, e em ricas cidades médias interioranas, como Uberlândia, São José do Rio Preto, dentre outras.

moradora em apartamentos nas cidades médias e metrópoles²¹⁷ e aumenta a altura média dos lançamentos de edifícios de apartamento ou de uso misto. No final de 2011, Balneário Camboriú-SC e João Pessoa-PB rivalizavam entre as cidades que teriam os prédios em construção mais altos, acima de 50 pavimentos. Várias capitais, assim como algumas cidades médias, já contavam, naquela data, com edifícios de mais de quarenta pavimentos²¹⁸. Esses novos arranha-céus possuem implantações que reforçam o distanciamento entre a vida condominial (esfera privada) e a vida pública.



Figura 77. Prédios com mais de 30 pavimentos em Belém, isolamento e contraste com a precariedade habitacional da cidade, onde 54,5% da população vivia em favelas em 2010. Foto: Acervo QUAPÁ, 2008.

²¹⁷ Entre os censos de 2000 e 2010, o percentual de apartamentos em relação ao total de domicílios do país aumentou de 8,68% para 9,50%, sendo que, nas cidades médias e grandes, esses valores são bem superiores. Santos é a cidade com maior percentual de apartamentos (63,04% em 2010); mesmo Campinas, uma cidade bastante espalhada, teve entre 2000 e 2010 um expressivo crescimento do percentual de apartamentos em relação aos domicílios permanentes ocupados: saltando de 21,08% para 24,39%. Com mais de 30% dos domicílios representados por apartamentos, apareciam em 2010 as seguintes capitais: Porto Alegre (46,64%), Vitória (43,38%), Florianópolis (37,80%), Rio de Janeiro (37,59%) e Belo Horizonte (32,94%). São Paulo possuía o maior número de apartamentos ocupados em 2010 entre todas as cidades do país (1.009.636), representado 28,23% de todos os seus domicílios (IBGE, 2011c).

²¹⁸ As cidades de Belém, Natal, João Pessoa, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Maringá e Balneário de Camboriú possuíam, em 2011, edifícios de apartamento, ou uso misto (residencial, comercial e serviços), de 40 ou mais pavimentos. Acrescente-se à lista Goiânia, caso se levem em conta os edifícios em construção previstos para o final de 2012.

Os modelos de verticalização dominantes no urbanismo brasileiro contemporâneo vêm, via de regra, afastando seus moradores das ruas, diminuindo a vida pública na escala da vizinhança e, eventualmente, do bairro. Os prédios baixos com uma ou duas unidades por lote, muito típicos em Porto Alegre, Ipanema ou Leblon (no Rio de Janeiro) ou da verticalização santista do século XX, definem tipologia de verticalização mais próxima das ruas, apresentando boa solução de densidade, ocupação e vitalidade urbana. Infelizmente, com o aumento do preço do solo urbano e as legislações urbanísticas em vigor na maioria das cidades médias e grandes brasileiras, tal tipologia pouco interessa aos empreendedores imobiliários, salvo nas óbvias situações onde a lei limita severamente a altura dos edifícios.



Figura 78. Porto Alegre, capital com maior percentual de domicílios em apartamentos do país. Verticalização predominante de prédios baixos e boa relação com os espaços livres públicos do cotidiano. Foto: Fabio Gonçalves, 2010.

.. Periferias: solidariedades e negligências

A urbanização contemporânea brasileira viu sair do campo dezenas de milhões de habitantes. A população brasileira urbana passou de 41,6 milhões em

1970, para 137,8 milhões em 2000, chegando a 160,9 milhões em 2010. Nas mesmas datas censitárias, os habitantes do campo passaram de 41,6 milhões, para 31,8 milhões, vindo a cair para 29,8 milhões em 2010 (IBGE, 2011b). Da ditadura militar (1964-1984) ao período liberal da urbanização contemporânea brasileira (1995-2002), passaram-se praticamente quatro décadas de agravamento das desigualdades sociais²¹⁹. Nesse período, os recursos privados e públicos voltaram-se fundamentalmente para o fortalecimento da acumulação capitalista. Tudo isso contribuiu para o aumento do déficit habitacional e para a criação de um quadro alarmante de dezenas de milhões de brasileiros habitando de forma precária, sobretudo nas metrópoles²²⁰. As grandes cidades e as metrópoles são os principais lugares capazes de acolher, ainda que de forma degradante, a população mais esperançosa – pobres e migrantes –, cuja transformação frente à hostilidade do meio que encontram só pode ser realizada graças à criatividade, à resistência e à descoberta de um novo saber. A cultura é herança, mas também reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio (SANTOS, 196, p. 261).

O crescimento do número de pobres no meio urbano, ao longo de décadas, não se constituiu apenas de populações migrantes; milhões são seus filhos e netos, nascidos nas favelas, cortiços e loteamentos periféricos precários das cidades médias e nas metrópoles. São portadores de uma cultura híbrida, mas urbana e não carregam, necessariamente, a esperança da mudança como seus antepassados. Via de regra, receberam deplorável educação formal, dispõem de atendimento de saúde indigno, utilizam meios de transporte coletivo superlotados, possuem os piores empregos, os subempregos de maior risco ou não conseguem ocupação, moram mal ou muito mal, sazonalmente sofrendo com alagamentos, desmoronamentos, mortes e destruição, estão no fogo cruzado entre a repressão policial, a corrupção dos agentes públicos e o crime – mais ou menos – organizado, mais ou mais violento.

²¹⁹ No período Lula (2003-2010), inicia-se diminuição da imensa desigualdade social do país, mas há ainda longo percurso a percorrer.

²²⁰ “Em 2010, o país possuía 6.329 aglomerados subnormais (assentamentos irregulares conhecidos como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros) em 323 dos 5.565 municípios brasileiros. Eles concentravam 6,0% da população brasileira (11.425.644 pessoas), distribuídos em 3.224.529 domicílios particulares ocupados (5,6% do total). Vinte regiões metropolitanas concentravam 88,6% desses domicílios, e quase metade (49,8%) dos domicílios de aglomerados estava na Região Sudeste” (IBGE – censo 2010). Vale lembrar que há outras formas de habitação precária, pois milhões de brasileiros moram em loteamentos periféricos ilegais, em casas autoconstruídas ou em cortiços, onde a regra é a insalubridade.

Se a década de 1960 representou a virada da população brasileira, passando de majoritariamente rural para urbana, a primeira década do século XXI marcou outra virada histórica da população, que passa de majoritariamente pobre para uma maioria de classe de renda média, sobretudo média baixa, vale sempre reiterar. São marcos históricos fundamentais, sem dúvida, mas as condições do habitat urbano ainda pouco melhoraram, em muitos casos até pioraram.

A fragmentação da urbanização contemporânea não se dá apenas para as populações de renda mais alta a partir de loteamentos fechados e demais formas de enclausuramento. As favelas dominadas por milícias e outras organizações criminosas não são mais acessíveis que os loteamentos fechados das elites. Os enclaves fortificados, como demonstrou Teresa Caldeira (2000, p. 294-300), estão por toda parte, inclusive nas periferias pobres. Quando a distância é medida em tempo, os conjuntos habitacionais mais afastados das áreas centrais não estão mais próximos que os loteamentos fechados onde habitam muitos *navetteurs*.

Embora haja boas experiências de produção de habitação de interesse social em várias cidades brasileiras²²¹, a produção contemporânea promovida pelo Estado é, com muito maior frequência, a do conjunto habitacional periférico, monótono e pouco integrado aos tecidos urbanos da cidade tradicional. Estereótipo empobrecido do padrão urbanístico moderno – prédio isolado envolto em generosos e indefinidos espaços livres vegetados –, os conjuntos habitacionais de edifícios multifamiliares e sem elevador possuem espaços livres em menor quantidade e qualidade que seus precursores modernos. Boa parte dos espaços livres se reduz a espaços para automóveis – circulação e estacionamento – e taludes gramados mal mantidos. Outro padrão recorrente nos conjuntos habitacionais é a tipologia unifamiliar, formada por pequenos lotes e casas, geminadas duas a duas, em quadras longas, ruas estreitas, desenhadas para o automóvel e não para o cotidiano habitacional, repetindo-se *ad nauseam* por colinas, morrotes e morros de cidades brasileiras de todos os portes, de norte a sul do país, de Rio Branco a João Pessoa.

Esse modelo – prédios isolados e/ou casas geminadas –, disseminado durante a ditadura militar, perdura como principal padrão até ao menos a data desta tese

²²¹ Entre elas ressalte-se a importância dos programas que buscam integrar arquitetura, urbanismo e a cidade existente, com soluções específicas para cada caso, para cada lugar. Cite-se, entre outros exemplos: Programa Favela Bairro no Rio de Janeiro, Vila Viva em Belo Horizonte e os Planos de Ação Integrada definidos no Plano Municipal de Habitação de São Paulo, objetos do concurso Renova SP.

(2012). Seguem esse padrão medíocre a maioria dos empreendimentos aprovados no país pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)²²², ou, em São Paulo, a maior parte da produção promovida pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) do Governo do Estado de São Paulo. Em pleno século XXI, as principais ações na área da habitação de interesse social reproduzem padrões dos anos 1960 já exaustivamente criticados. Até quando a desculpa da rapidez e ganho de escala poderá ser dada para que se aceitem péssimos programas e projetos, como se, para pobres, só se pudesse falar em quantidade, não em qualidade?



Figura 79. Vista de um conjunto habitacional em Rio Branco, pouco se avançou a partir da ditadura militar na qualidade da produção de habitações de interesse social. Foto do autor, 2011

A condição periférica não se estabelece geometricamente a partir do(s) centro(s), mas pelo diferencial de oportunidades e serviços urbanos a alcance das populações. De que adianta um favelado morar vizinho a uma conceituada universidade pública se não possui um bom nível escolar? De que vale um pobre morar num cortiço a menos de uma quadra de um hospital privado de fama internacional? Não raro, para ambas as situações, serve apenas como local de emprego, com frequência no setor de limpeza.

A urbanização contemporânea brasileira não apenas afastou “cidadãos” das áreas centrais, mas vem provocando o adensamento das áreas periféricas nas situações metropolitanas em que os meios de transporte coletivos são escassos. São esses os casos das RMs de Salvador, Grande Vitória, Belo Horizonte, São Paulo, Rio

²²² Importante pesquisa crítica sobre o PMCMV para o segmento econômico (para famílias de renda mensal até 10 salários mínimos), inclusive contribuindo com parâmetros de qualidade para a implantação de projetos habitacionais foi coordenada por FERREIRA, 2012.

de Janeiro e Baixada Santista, onde as favelas e loteamentos de periferia apresentam construções justapostas de dois ou mais pavimentos, chegando não raro a quatro ou mais pavimentos²²³. Nesses bairros populares, as edificações ocupam demasiadamente o terreno, não raro com taxas iguais a 100%! As condições de salubridade são ruins, muitos são os cômodos sem ventilação ou iluminação natural, mas não faltam os eletrodomésticos mais modernos, adquiridos por crediário – “leve um e pague dois” em suaves prestações.

A cultura do “puxadinho” – construções anexas justapostas e sobrepostas feitas ilegalmente ao longo dos anos – é regra no país, não apenas entre as classes mais populares, diga-se de passagem. Nas periferias das grandes cidades, isso se presta para os mais variados fins, seja como prática de solidariedade, para acomodar a família que cresce, a filha que casa, o sobrinho que veio do interior, ou como incremento de renda, alugando um cômodo, dois, três, ou todo um pavimento, construindo-se mais uma laje e, dessa forma, criando-se rentistas e empresários informais no ramo da moradia de aluguel, da construção civil etc. O resultado na paisagem e no ambiente é um espaço privado compacto, com calçadas estreitas e poucos espaços livres oficiais de uso público, já que as áreas destinadas por lei se prestam, geralmente, a ocupações e favelas. As relações informais e à margem da lei, não são sinais de exclusão, mas integram o sistema socioeconômico – o circuito inferior da economia não se dissocia do superior, pois o sistema é um só (SANTOS, 1979, p. 30-37), ainda que contraditório e complexo -. A ilegalidade na produção e na apropriação do espaço periférico não está à margem do sistema; pelo contrário, o torna viável a baixos salários, constituindo “contravenções sistemáticas”, conforme expressão empregada por Maricato (1996, p. 21-52).

²²³ Na Favela da Rocinha, Rio de Janeiro, há edificações com dez ou mais pavimentos.



Figuras 80 e 81. Periferias cada vez mais densas em RMs de Belo Horizonte e Salvador. Fotos: Denis Cossia (2008) e Mariana Yovanovich (2010), respectivamente.

A exiguidade de espaços livres não significa diminuição da esfera de vida pública; pelo contrário, as ruas da periferia são mais cheias de gente do que de automóveis, sobretudo aos finais de semana. Os campinhos de futebol, “netos” diminutivos dos antigos campos de várzea, acontecem onde é possível, nas brechas, topos de morro, em pequenos terraplenos. Os pequenos botecos saltam para fora, com mesas de bilhar, cadeiras, samba, pagode, carimbó. As inúmeras casas de culto

trazem movimento noturno nos dias de semana. As festas familiares sobre lajes são abertas a (quase) todos. As festas maiores – bailes *funk*, festas *hip hop*, ensaios de escolas de samba, apresentações de bandas e blocos – também não raro ocupam espaços livres públicos. Coletivos de arte e grupos culturais se organizam, promovem saraus literários, performances, cinema gratuito, bibliotecas em garagens, grafiteagem, dança de rua. Na periferia, a arte é pública.



Figura 82. Festas nas lajes, Favela da Rocinha, Rio de Janeiro, momento em que o privado (laje) se publiciza pela ação (festa) e sua visibilidade. Fonte: Klintowitz, 2008.

Em muitos aspectos da produção sociocultural brasileira, da culinária à música, dos movimentos sociais por habitação à formação de lideranças sindicais, o centro está na periferia.

Temos outra vez uma questão que não é desprezível, complicada de ser equacionada, porque é uma ideia de cidadania, mas de cidadania diferenciada, fragmentada. É a cidadania daqueles que não têm cidadania. Não têm por razões diferentes e a reivindicam de maneira diferente. Há sob essa ideia de cidadania a mesma ideia de igualdade contida no conceito tradicional de cidadania, pelo menos da igualdade de direitos, de igualdade perante a lei. Existe essa ideia subjacente, mas o motivo pelo qual se luta é que a desigualdade existente tem que ser eliminada. Portanto, luta-se por uma política que equalize os desiguais. Trata-se de uma ideia de cidadania que traz a ideia da diferença e a ideia de que se pode continuar diferente sendo igual. (CARDOSO, 2001, p. 40-41)

Na periferia, evidentemente nem tudo é alegria, cultura e ação pública, os índices sociais são sempre piores nos bairros periféricos, fruto não apenas da precariedade das habitações, mas do morar, aí incluídos os precários serviços,

infraestrutura e equipamentos públicos. As áreas periféricas apresentam os mais altos índices de estupros e de homicídios²²⁴, há locais e horários onde ocorrem somente as atividades estabelecidas pelos chefes do tráfico de drogas ou de milícias. Na periferia, a insegurança é pública.

. A cidade, a metrópole e a megalópole como “lugar público”

A escala do lugar público é a escala da copresença. Isso não significa que todos os presentes no lugar público estejam se comunicando, como numa praça renascentista italiana, mas estão convivendo, participando da constituição do lugar (público). O lugar é o “aqui e agora”, *hic et nunc* (SANTOS, 1996, p. 122). Por esse motivo se considera as áreas centrais como lugares públicos, sendo que, nas demais, há sistemas de espaços, mais ou menos contínuos e articulados, que constituem sistemas de lugares públicos.

No entendimento da geografia as cidades, sobretudo as pequenas e médias, podem ser consideradas enquanto lugar. Para a arquitetura, urbanismo e paisagismo, a cidade é mais bem compreendida como um sistema de lugares (intraurbanos). A cidade enquanto totalidade se processa entre elementos heterogêneos – os lugares da cidade²²⁵. Mesmo numa pequena cidade brasileira com menos de 10 mil habitantes, é possível reconhecer um centro, nem que seja composto de apenas um quarteirão ou de uma praça e seu entorno imediato, portanto é possível diferenciá-la em, ao menos, dois lugares intraurbanos: o centro e seu entorno.

A cidade, da pequena à megacidade, constitui, para o campo da arquitetura, urbanismo e paisagismo, um sistema de lugares públicos, não apenas um sistema de espaços públicos – propriedades públicas –, conforme já se discutiu no capítulo 2 desta tese. Tal sistema é estrutural, na medida em que a cidade é espaço de comunicação pública, de encontro e trocas simbólicas, não simples território de produção. Um espaço urbano reduzido à lógica da produção capitalista (produção propriamente dita, distribuição e consumo) não é, efetivamente, uma cidade. Por

²²⁴ Cf. CALDEIRA, 2000, p. 116-124.

²²⁵ FERRARA, 2003, p. 124.

outro lado, a dimensão pública da cidade não se realiza à revelia dos processos econômicos e ideológicos.

De maneira análoga, formações urbanas mais complexas que a cidade, o aglomerado urbano, a metrópole e a megalópole, constituem sistemas de lugares públicos e por eles, também, se caracterizam e se produzem. Tais arranjos urbanos são espaços potenciais da ação comunicativa pública (razão pública). Os sistemas de lugares públicos numa megalópole apresentam maiores densidades relacionais se comparadas a redes urbanas não megalopolitanas. Um pequeno município inserido em contexto megalopolitano apresenta maior potencial para estabelecer relações mais ricas (diversas e complexas) no âmbito da esfera pública que um município de igual porte, mas inserido em rede urbana menos densa, dada a maior intensidade de trocas entre seus agentes sociais e os demais que atuam no território megalopolitano. Dessa maneira, o sistema de lugares públicos megalopolitanos apresenta maior propensão ao protagonismo público do que os sistemas de lugares públicos em regiões menos densamente urbanizadas.

Se a metrópole e a megalópole são espaços estruturados pela razão hegemônica – econômica –, é também nelas que, dialeticamente, mais se potencializam as ações comunicativas, as racionalidades da esfera pública e os agentes de resistência às ordens hegemônicas. É frequentemente nelas que se realizam as manifestações políticas mais expressivas da nação, bem como é a partir delas que mais se difunde a produção cultural.

Por outro lado, a maior participação das grandes metrópoles brasileiras e da megalópole do Sudeste do país na rede de pontos nodais – urbanos – da economia globalizada faz desses núcleos e complexos urbanos os maiores receptores das ordens e valores ideológicos dos grandes agentes internacionais, sejam eles as corporações privadas, as organizações internacionais ou os órgãos governamentais dos principais países e blocos econômicos.

As principais metrópoles e a megalópole do país são lugares por excelência de contradições, tensões, competições e conflitos, diante dos diferentes interesses dos agentes sociais, internos e externos, públicos e privados, sobre seus territórios. Seu funcionamento cotidiano pressupõe, além disso, acordos e solidariedades, integrando um complexo e dinâmico quadro civilizacional, urbano, contemporâneo e público.

. A natureza como lugar público

Segundo a concepção marxista, a natureza (primeira) transforma-se em natureza segunda pela ação do trabalho humano. Com a transformação do meio ecológico em meio técnico e, no período contemporâneo, em meio técnico científico informacional (SANTOS, 1994a, p. 122-128), as ações humanas já se fazem presentes, direta ou indiretamente, em toda a biosfera. Evidentemente os fenômenos naturais – físico, químico, biológicos e ecológicos – estão presentes também por todo o planeta, do material do teclado do computador em que se escreveu esta tese, aos campos cultivados e às megalópoles.

Não se trata de oposição entre humanidade e natureza, nem se imagina que as relações entre processos sociais e os fenômenos do suporte biofísico se constituem de maneira “naturalmente” dinâmica. A natureza e a sociedade estão juntas em toda a superfície do planeta, constituindo o mundo em que habitam incontáveis seres vivos. É necessária atenção à complexidade das relações sociais que produzem os territórios, que contribuem na dinâmica da natureza segunda. Se o mundo é público, na acepção de Arendt (1991, p. 62), a natureza segunda também o é, a despeito das formas sociais de propriedade que geram expropriações e desigualdades.

Nos diferentes subespaços, há diversos graus de humanização da natureza segunda, desde a presença de matas secundárias, até usinas nucleares, por exemplo. A paisagem pode ser grande aliada para a sensibilização de agentes sociais sobre a importância da presença de elementos e sistemas naturais nos meios mais alterados pelo processo social. A presença da vegetação em espaços livres públicos evoca, em diversas oportunidades, a noção idealizada de natureza, como já o fizeram o jardim inglês e o jardim chinês, por exemplo. Na contemporaneidade, há diversos parques e outros espaços livres de acesso público que atentam fortemente para questões ecológicas e ambientais. Constituem lugares evocativos da natureza e, nessas circunstâncias, a representação da natureza pode ser afirmada como lugar público. Não se trata mais de imitar formas da natureza, como tão bem já se explorou no jardim romântico do século XIX, mas de compreender processos naturais e contribuir com eles pelo projeto. Halprin (1969, p. 104) já afirmara, em texto e em projetos, que a natureza é processo.

Em muitas cidades brasileiras, há grande presença de remanescentes florestais e de outros biomas em suas bordas, que podem ser classificados tanto como “vazios”

urbanos potencialmente importantes para sua conservação como para apropriações compatíveis com sua proteção ambiental, do lazer ao manejo agroflorestal, por exemplo. Também não são desprezíveis, na maioria das cidades médias e grandes do país, os corpos d'água tanto no interior como faceando-as. Por séculos, os padrões de urbanização brasileira negligenciaram recursos naturais, tidos como obstáculos à presença das cidades, com exceção dos grandes rios encarados enquanto infraestrutura de transportes, situação que ainda persiste, sobretudo na Região Norte. As ações contemporâneas de reversão desse quadro ampliam-se a cada ano, mas ainda são em número relativamente modesto²²⁶, apontando para possível mudança de paradigma, seja na compreensão dos espaços vegetados enquanto infraestrutura urbana para melhor solucionar a drenagem urbana, seja enquanto espaços adequados à implantação de sistemas de mobilidade de baixo impacto, além dos evidentes benefícios ambientais e ecológicos²²⁷. São lugares públicos ou potencialmente públicos, mesmo os que requerem menores concentrações de usuários para a conservação de suas características ecológicas.



Figuras 83. Parque Tingui, integra o sistema de parques de Curitiba, com importante papel na drenagem e na qualificação ambiental e urbana da zona norte da cidade. Foto: Jonathas Silva, 2008.

²²⁶ Entre outras iniciativas do período contemporâneo, vale citar alguns parques junto a corpos d'água nas cidades de Rio Branco, Belém, São Luís, Salvador, Belo Horizonte, Uberlândia, São Paulo, Campinas, Piracicaba, Sorocaba, São Carlos, São José do Rio Preto, Curitiba, Londrina, Maringá, Florianópolis, Porto Alegre, Campo Grande e Goiânia.

²²⁷ Cf. PELLEGRINO et al., 2006, p. 57-76.

Em escala além das cidades e metrópoles, mas relacionada ao modo de vida urbano, os parques regionais, como, por exemplo, os encontrados na Alemanha e na Itália²²⁸, são espaços frequentemente híbridos sob o ponto de vista fundiário – envolvendo propriedades públicas e privadas –, de controle da paisagem e do ambiente, contando não apenas com legislações proibitivas, mas com projetos voltados à apropriação pública. Os parques regionais podem constituir sistemas de lugares públicos bastante complexos, envolvendo núcleos de maior frequência pública, áreas de produção agrícola, de conservação ambiental, de proteção da paisagem, vias-parque e ciclovias interligando as diferentes áreas integrantes do parque regional. Essas áreas são também acessadas por redes viárias convencionais que se prestam à circulação cotidiana de pessoas e cargas, sendo mais um elemento que lhes confere complexidade²²⁹.

A perspectiva de se considerar a natureza enquanto lugar público, respeitadas as restrições escalares – até onde se permite a condição da copresença –, pode ensejar revisões pertinentes das normas e práticas de produção e apropriação do espaço urbano contemporâneo em relação às dinâmicas e capacidades do suporte biofísico. Reitera-se a natureza da cidade, essencialmente pública, e seu potencial pedagógico e político, no caso contribuindo para a percepção da natureza segunda.

²²⁸ Vale destacar na Alemanha o Emscher Park, entre Duisburg e Bergkamen; e na Lombardia o Parco Agricolo Sud e a Dorsale Verde Nord.

²²⁹ Sobre os parques regionais contemporâneos, cf. QUEIROZ, 2012, p. 220-250. No mesmo trabalho, a autora apresenta proposta de criação de parque regional, agroambiental, para o aglomerado urbano estabelecido no quadrilátero formado entre as cidades de Piracicaba, Limeira, Araras e Rio Claro, na Região Administrativa de Campinas/SP (QUEIROZ, 2012, Capítulo 6).



Figura 84. Salvador, primeira capital brasileira, metrópole contemporânea, complexo sistema de lugares públicos. Foto: Mariana Yovanovich, 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERSPECTIVAS

Impossível considerar a hipótese da reconstituição da cidade antiga; possível apenas encarar a construção de uma nova cidade, sobre novas bases, numa outra escala, em outras condições [...]

Henri Lefèbvre

Segundo Arendt (1991, p. 31-88) à esfera pública correspondem as ações políticas da vida pública. Em esforço de historicização da categoria arendtiana para o período moderno, Habermas (1984, p. 69) afirma que:

[...] o tema da esfera pública moderna em comparação com a antiga, deslocou-se das tarefas propriamente políticas de uma comunidade de cidadãos agindo em conjunto (jurisdição no plano interno, autoafirmação perante o plano externo) para as tarefas mais propriamente civis de uma sociedade que debate publicamente (para garantir a troca de mercadorias). A tarefa política da esfera pública burguesa é a regulamentação da sociedade civil. [...]

Na contemporaneidade, a visão habermasiana sobre a esfera pública se amplia. A consideração do cotidiano, desde a *Teoria da Ação Comunicativa* (HABERMAS, 1987), possibilita inferir relações entre as esferas do cotidiano e a esfera pública. Não se nega a contribuição fundamental de Hannah Arendt, mas se busca formular uma teoria mais adequada ao tempo presente. Habermas (2006, cap. 1) apresenta importante distinção entre dois tipos de esfera pública: uma esfera pública de caráter geral, denominada pelo filósofo de “espaço público” e uma esfera

pública de caráter mais estrito, denominada “esfera pública política”, ou “espaço público político”.

Evitando confundir conceitos de esfera pública com conceitos de espaço público, propôs-se nesta tese considerar²³⁰:

- **esfera pública geral**, como toda a vida *em* público, de maneira ampla, incluindo suas manifestações em espaços de acesso e visibilidade públicos, sejam eles propriedades públicas ou privadas, inclusive considerando as apropriações públicas de meios virtuais para o estabelecimento da comunicação pública²³¹;
- **esfera pública política** ou estrita, segundo a conceituação de Habermas (1984 e 2006), envolvendo as ações relativas ao debate público (político, filosófico, científico e artístico);
- **espaço público**, como espaços de propriedade pública, tanto aqueles destinados ao uso comum do povo, próprios à esfera pública, como aqueles inadequados para tal, casos, entre outros, de diversos bens de uso especial (creches, penitenciárias, equipamentos ligados a redes de infraestrutura, reservas biológicas etc.);
- **especialidades da esfera pública**, como as práticas espaciais da esfera pública (geral ou estrita), as apropriações públicas dos espaços, sejam eles propriedades públicas ou privadas.

Vale alertar que não se resumem as **dimensões públicas do espaço** aos espaços de propriedade pública – sejam eles voltados à esfera pública ou não – nem aos espaços de propriedade privada que se prestam à vida pública (esfera pública geral e/ou política). Merecem também destaque, pelo **interesse público**:

- os espaços livres em propriedades privadas que prestam **serviços ambientais**, desde simples quintais vegetados até os imóveis particulares integrantes de unidades de conservação ambiental definidos pelo SNUC (das mais permissivas, inseridas em APAs, às mais restritivas, como os Monumentos Naturais e Refúgios da Vida Silvestre);
- as propriedades privadas de interesse do **patrimônio** histórico, cultural e paisagístico, mesmo aquelas onde não há acesso público;

²³⁰ A argumentação que fundamenta esta proposta foi apresentada no Capítulo 1.

²³¹ Vale lembrar a distinção entre comunicação e informação. Comunicação é pôr em comum, permitindo o estabelecimento de uma razão comunicativa, visando ao entendimento mútuo entre sujeitos, pressupondo-se o diálogo e não apenas uma relação do tipo emissor-receptor (HABERMAS, 1990). Já a informação, formulada por um emissor – pessoa, empresa ou instituição –, pode se realizar para os mais diversos fins, do controle ideológico para a manutenção do *status quo* à conscientização sobre um determinado tema.

- as **paisagens** que se podem vivenciar e contemplar publicamente, seja no cotidiano urbano (das paisagens banais²³² às de interesse patrimonial), seja em situações não urbanas (patrimônios paisagísticos e unidades de conservação ambiental);
- os **lugares públicos**²³³ – sistemas contíguos de espaços onde se estabelece a copresença pública, incluindo, em maior complexidade, propriedades públicas e/ou privadas (centros e subcentros das cidades, por exemplo), constituindo, por vezes, sistemas de lugares públicos em escala urbana, metropolitana ou megalopolitana.

Quanto aos **espaços livres**, partiu-se da definição de Miranda Magnoli (1982, p. 42-55), ou seja, considera-se espaço livre todo espaço livre de edificação (na escala do tecido urbano), ou livre de urbanização (na escala regional). Assim, não se limita a discussão dos sistemas de espaços livres aos sistemas de áreas verdes. Tendo em vista as conceituações de **sistema** segundo Morin (2008, p. 136-139 e p. 156-157) e de **espaço** segundo Santos (1978, 1985 e 1996), pode-se afirmar que toda cidade possui um **sistema de espaços livres (SEL)**, o que não significa dizer que tal sistema é mais ou menos adequado à esfera de vida pública do local, ou à mobilidade urbana, ou que seu desempenho ambiental contribui, mais ou menos, para a biodiversidade, para a drenagem, a amenização microclimática, a mitigação de impactos urbanos etc. Dessa maneira, o sistema viário, o sistema de áreas verdes, o sistema de espaços de convívio e lazer público (denominado por vezes, de forma redutora, como sistema de recreação e lazer) e o sistema de áreas de conservação ambiental são apenas subsistemas do SEL, que inclui também o conjunto de espaços livres em propriedades privadas²³⁴.

Não são poucos os espaços livres que integram vários subsistemas, demonstrando ser necessário ampliar a noção de SEL para melhor compreender a complexidade do referido sistema, e propor ações sobre ele, potencializando, inclusive, o imprevisto, seja no processo de planejamento (mais participativo), seja no processo de projeto (mais aberto aos agentes sociais envolvidos), seja nas apropriações do SEL. Diferentemente dos espaços edificados, a liberdade é inerente à essência do espaço livre.

²³² Não se trata de uma premissa conservadora, buscando proteger por meios legais todas as paisagens banais, mas de reconhecer valores das paisagens, sua importância como herança para o cotidiano e para a memória, como elementos de orientação e imagem da cidade e de relações de afetividade e pertencimento para grupos sociais em diferentes escalas.

²³³ Sobre lugar público, enquanto conceito e enquanto categoria de análise da urbanização contemporânea brasileira, cf. Capítulo 4.

²³⁴ Cf. Capítulo 2 para ampla discussão sobre o assunto.

Evidentemente, as categorias acima se relacionam de várias maneiras, mas esquecer-las ou considerá-las sinônimas diminui tanto a riqueza da compreensão da dialética espacial quanto a possibilidade de refletir e agir propositivamente sobre sistemas de espaços correlacionados (públicos, espacialidades da esfera pública, de interesse público, livres, de interesse ambiental, lugares públicos etc.). O sistema conceitual proposto permite contribuir para leituras, interpretações e proposições mais amplas, não limitadas a propostas setoriais e parcelares (sistema viário, sistema de áreas verdes, reabilitações de áreas centrais, conservação ambiental etc.).

Trata-se, portanto, de um sistema teórico-conceitual sobre relações entre espaços e esfera pública, além de incluir outras dimensões públicas do espaço não diretamente relacionadas à esfera pública, permitindo uma aproximação mais adequada à realidade concreta, reconhecendo o impuro, o temporário, o evento, o híbrido, como ensinou Santos (1996, p. 81-82), e a complexidade, como enfatiza Morin (2008, p. 181-194). Evita-se a rigidez sem se abrir mão do rigor.



Figura 85. Praça Maria Quitéria em Santo André. Espaço de convívio, lazer e contribuição na dinâmica ambiental, fortalecendo a identidade local. Foto: Catharina Lima, 2008.

A urbanização contemporânea brasileira apresenta-se como quadro potencial para o fortalecimento da esfera pública no país. Argumentos que corroboram essa afirmação foram apresentados ao longo dos capítulos anteriores. Não se trata evidentemente de processo linear, há contradições gerais e específicas a cada lugar que resiste e se transforma à sua maneira diante dos processos econômicos e hegemônicos que incidem sobre o território.

Após a primeira década do século XXI, o país se encontra urbanizado em taxas já maiores que as da Europa Ocidental. O crescimento demográfico se desacelerou e a taxa de fertilidade já é ligeiramente menor do que a do Canadá²³⁵. A imensa desigualdade social começou a diminuir a partir de 2003, declinando o percentual da população em pobreza extrema, ampliando o mercado consumidor interno²³⁶ e fortalecendo a economia.

As condições do espaço intraurbano, no entanto, não experimentaram melhoria significativa, tanto que, em 2010, somente a Região Sudeste possuía mais de 50% dos domicílios ligados a redes de esgoto. Mais de onze milhões de pessoas viviam em aglomerados subnormais em pouco mais de trezentas cidades²³⁷. A ocupação das várzeas e encostas anuncia as tragédias anuais das chuvas de verão no Sul e Sudeste e do “inverno” do Norte e Nordeste. O número de automóveis cresceu a taxas expressivas, tornando o país o quarto maior mercado de veículos do mundo, enquanto o transporte público agoniza e o trânsito nas grandes cidades impõe perdas crescentes de tempo em congestionamentos, para não comentar sobre o pior: as mortes no trânsito, contadas já a dezenas de milhares por ano. O analfabetismo caiu, mas a qualidade do ensino também. A taxa de homicídios do país passou de menos de 10 mortes para cada cem mil habitantes na década de 1970, para mais de 20 assassinatos por cem mil habitantes em 2010.

Boa parcela da população não tem garantia de condições de sobrevivência dignas, com fortes reflexos para a cidadania, enquanto parcela muito restrita dos habitantes constitui a elite econômica e política. A sociedade brasileira, constituída historicamente em bases patrimonialistas²³⁸, forjou uma esfera pública sempre muito assimétrica entre as classes dominantes e as demais. A noção de *res-publica* se colocou apenas enquanto discurso ideológico. As elites – novas ou arcaicas – não

²³⁵ WORLD BANK, 2012.

²³⁶ Vale lembrar que ser consumidor ainda está muito longe de ser cidadão. Cf. SANTOS, 1993, p. 41.

²³⁷ IBGE, 2011d.

²³⁸ Sempre importante lembrar FAORO, 1982, 2v.

propõem a instauração de verdadeiro regime republicano, mas a manutenção de regime de privilégios

Por pior que seja para os mais pobres morar na grande cidade ou na metrópole, elas ainda são espaços mais capazes de receber os migrantes de toda parte, inclusive de países vizinhos, que vêm em busca de trabalho, sobrevivência e, nos dias atuais, de consumo. Mas o direito à cidade é mais que o direito à satisfação das necessidades individuais de consumo. Lembrando Lefebvre (2008, p. 105):

[...] As necessidades sociais têm um fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem a necessidade de segurança e a de abertura, a necessidade de certeza e a necessidade de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e do imprevisto, da unidade e da diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediatividade e de perspectiva a longo prazo [...] de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções num 'mundo'. [...]. Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidade de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas. [...]

Diante desse quadro, a ampliação da esfera pública política é fundamental para que se realizem mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento socioeconômico do país, superando o populismo que mantém a cidadania incompleta como estratégia de manutenção deste ou daquele grupo no poder político-governamental. No âmbito da temática desta tese, afirma-se a importância das dimensões públicas do espaço para o fortalecimento da esfera pública.

É certa a relevância da esfera pública geral como base (quantidade) para o desenvolvimento da esfera pública política (qualidade). Nesse sentido, a qualificação dos espaços de apropriação pública, dos lugares públicos, potencializa seu uso para a vida em público, permitindo o estabelecimento de uma razão comunicativa mais intensa e, provavelmente, mais rica. O simples ver e ser visto em público já propicia uma relação social elementar e fundamental: reconhecer o outro.

Na contemporaneidade, momento em que se impõe o uso de novas tecnologias informacionais e telecomunicacionais e em que se satura o cotidiano com imagens, a copresença (condição para a existência dos lugares), se torna ainda mais relevante. Os lugares públicos permitem a apreensão de diferenças, desigualdades, conflitos e acordos. Tais lugares e ações não são antagônicos aos meios telemáticos;

pelo contrário, essas tecnologias começam a oportunizar ações – sociais e políticas – e interações entre espaços reais e virtuais em várias escalas.

Andar a pé na cidade já se coloca como potencial aprendizado da alteridade. O convite a essa singela prática pode ser mais bem atendido se as calçadas forem adequadas, se o entorno oferecer interesse ao transeunte, se houver uma qualificação físico-ambiental do SEL. As ruas, violentadas pelo (ab)uso da circulação crescente de automóveis ainda são palcos da cultura urbana. Há pracialidades²³⁹ com intensa apropriação pública em locais por vezes muito diversos do que imaginariam os técnicos do poder público. Os parques urbanos crescem em número e usuários, de Belém a Porto Alegre, de Rio Branco a Recife. Inúmeros lugares públicos se constituem em espaços complexos, por vezes até prosaicos, que rompem as classificações tipológicas convencionais. Mesmo os espaços livres com ênfase na proteção ambiental, onde não se deseja forte presença humana, podem apresentar papel importante para a esfera pública quando populações urbanas vão se dando conta de sua importância. Ao se enriquecer o debate sobre os bens de interesse público, a própria noção de público se fortalece.

Os lugares públicos são com frequência espaços que reúnem sistemas de espaços livres públicos e conjuntos de espaços privados, edificados e livres. Tem-se a cidade também como sistema de lugares públicos, não apenas como espaço onde se estabelecem as relações sociais de produção capitalista e de reprodução das classes trabalhadoras. A complexidade das metrópoles e da megalópole do Sudeste²⁴⁰ propicia a diversidade de encontros, os contatos mais diversos e permite o estabelecimento de lugares públicos mais dinâmicos. A quantidade e a diversidade de encontros em público (domínio da esfera pública geral) potencializam a qualidade da esfera pública política. O debate de ideias na esfera pública, como também a ideologia dominante, emana das metrópoles nacionais (e internacionais dos países centrais do capitalismo) para todo o território do país, das metrópoles estaduais e regionais para suas respectivas áreas de influência. Os lugares não recebem o novo sem resistência, mas se transformam. Aqui ou ali devolvem para os grandes centros respostas em tom mais silencioso, por vezes a partir de seus migrantes. A dialética espacial envolve não apenas a economia, mas a política, a ideologia e a cultura,

²³⁹ Cf. brevemente a respeito no Capítulo 1 e, originalmente, o desenvolvimento do conceito em QUEIROGA, 2001, p. 238-246.

²⁴⁰ Sobre a crescente importância das metrópoles brasileiras e da megalópole do Sudeste na rede urbana do país, vide Capítulo 3.

atravessando os territórios, transformando paisagens e lugares e sendo por eles transformada. A maior complexidade da urbanização contemporânea desfaz a noção de redes rigidamente hierarquizadas.

O processo de construção da paisagem é um processo histórico de representação das relações sociais, através do qual práticas e ideologias tornam-se realidades materiais pela transformação de seu significado em ordem efetiva dos objetos sobre o território. Promover essa transformação significa tornar o geral visível como situação concreta local, conferindo caráter distintivo, complexo e, freqüentemente, contraditório ao conjunto de conceitos que constitui o mundo. Significa, em síntese, criar lugares. A paisagem assim entendida, revela uma dimensão de projeto, implícita no ato de reunir objetos em pontos potencialmente capazes de desencadear transformações culturais. (LEITE, 1998, p. 81)

A paisagem, portanto, não é apenas herança ou trabalho morto (realizado). Enquanto categoria interna ao espaço, ela também é presente para além da fisionomia do sistema de objetos, pois a paisagem inclui parte do sistema de ações que anima sua materialidade, que compõe o espaço total. A paisagem não é apenas aparência da configuração espacial, é também existência que se transforma a cada movimento da sociedade e dos fenômenos biofísicos.

As ações são portadoras de intencionalidades, realizando-se no presente, embora sejam resultados de interesses para o futuro. O homem é projeto²⁴¹, ainda que apresente o passado e sua materialidade pretérita como herança, como “prático-inerte” na expressão de Sartre (1973). A ação visa o porvir, imediato ou distante, individual ou coletivo. Se o homem é projeto, a paisagem, criação sempre presente do homem, também o é. A paisagem indica projetos, já realizados ou em processo, como índices para o futuro, perspectivas, potencialidades.

Sobre os territórios, paisagens e lugares, homens, empresas e instituições constroem no cotidiano seus planos de dominação ou de solidariedades. O projeto da paisagem é manifestação cultural no espaço, seja elaborado por um arquiteto ou por equipe multidisciplinar integrada a grupos sociais em processo criativo participativo²⁴². Projetar envolve a potência do novo, ainda que seja um projeto de

²⁴¹ Cf. SARTRE, 1973, p. 157-185.

²⁴² Cf. QUEIROGA, 2006b, p. 62-63.

restauro da paisagem, mesmo em situações de fortes limitações econômicas, sociais e ambientais.

Na contemporaneidade urbana brasileira, não faltam ações e ideologias antagônicas à esfera pública, contrárias à cidade enquanto espaço de convivência e sistema de lugares públicos. Arquiteturas, urbanismos e paisagismos que privilegiam a vida privada, a fragmentação, o isolamento. Propostas de valorização da “natureza” alienando e segregando classes sociais são situações correntes no país e no mundo.

Por outro lado, há discursos e práticas que vão ao encontro do fortalecimento da ideia de cidade enquanto *locus* da vida pública, no país e no exterior, desde políticas públicas promovidas por diversas municipalidades até ações de grupos coletivos em periferias de grandes metrópoles, passando por projetos paisagísticos participativos que ao mesmo tempo valorizam recursos ambientais e propiciam intensa vida pública. Há projetos de espaços públicos potencialmente educadores, bem como educadores participando de novas práticas, críticas e criativas, sobre a paisagem do cotidiano. Várias são as iniciativas que podem ser denominadas como próprias de um paisagismo e urbanismo críticos, em que a participação popular é levada a sério, produzindo-se não apenas trocas de saberes, mas conhecimento novo, onde as dimensões públicas do espaço são valorizadas. Cada vez mais tais iniciativas deixam de se constituir pontos isolados e integram redes culturais de informação e comunicação, como solidariedades orgânicas. De Bogotá a Copenhague, passando por favelas, periferias, bairros operários ou de melhor renda no Brasil: Ilha das Caieiras, Campolim, Brasilândia, Rocinha, Canal da Maternidade, Região do Campo Grande, vilas nos morros de Belo Horizonte ou de Porto Alegre etc.

No entanto, não há ilusão no país quanto à disparidade entre as áreas (muito maiores) dos novos empreendimentos excludentes perante a escala das ações inclusivas realizadas no país. É necessário, porém, atentar para todos os processos, não apenas os hegemônicos, levando em conta as qualidades e não só as quantidades; as contradições dos investimentos bilionários; as resistências opacas²⁴³, não apenas o que brilha na mídia e no mercado oficial. A beleza pode ser outra, não a do grande monumento, mas dos lugares públicos do cotidiano.

O novo patamar a que chegou a sociedade brasileira impõe metas mais ambiciosas, não basta zerar o alarmante déficit habitacional apenas de maneira

²⁴³ Cf. SANTOS, 1996, Parte IV.

quantitativa, nem tampouco erradicar o analfabetismo ou o trabalho infantil. É necessário que a cidade potencialize a cidadania, que haja espaços de expressão pública, de produção cultural para todos (independentemente de seu estrato de renda), que o centro seja também na periferia. Não é suficiente incluir no mercado de trabalho e de consumo milhões de brasileiros retirando-os da miséria, indigência e pobreza. Há muito a ser feito, incluindo-se qualificar os espaços para a esfera pública – do cotidiano às manifestações de maior escala –, das calçadas aos parques, das ciclovias às praças, aos novos espaços de encontro público – lugares públicos –, estejam onde estiverem.

Os lugares públicos não podem ser apenas constituídos espontaneamente e desfeitos quando interessar aos incorporadores imobiliários a construção de novos empreendimentos que enfraquecem a vida pública. É luta a ser travada em todos os campos políticos, da vizinhança ao congresso, da ação judiciária à busca de novos direitos – à cidade, aos lugares, ao entorno, à paisagem e ao território.

A relevância e a valorização das dimensões públicas do espaço não são apenas assunto de tese acadêmica. O tema começa a se constituir em prática espacial no país, notadamente em lugares periféricos, mas não só neles. Aliás, serão mesmo tão periféricos?



Figura 86. Espaço livre e de liberdade. Praça no Conjunto Habitacional Padre Donizete II, na periferia de Tambaú, pequena e também periférica cidade situada na Região de Governo de São João da Boa Vista (Região Administrativa de Campinas). Foto: Vanessa Bello, 1999.



Figura 87. Vista interior do Edifício Vilanova Artigas, FAUUSP, ao centro sua biblioteca. Foto do autor, 2012.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Sérgio Luís. *Espaço público: do urbano ao político*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

ALEX, Sun. *Convívio e exclusão no espaço público: questões de projeto da praça*. 2004. 271 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

AMIN, Thiago. *O papel do projeto urbanístico na implantação de novas tipologias de loteamento*. Estudo do eixo da Rodovia Dom Pedro I em Campinas-SP. 2012. 197 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2012.

ANGILELI, Cecília. *Chão*. 2012. 258 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARENDT, Hannah. *A condição humana* [1958] 5. ed. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

ASCHER, François. Metropolização e transformação dos centros das cidades. In: HUET, Bernard et al. *Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI*. São Paulo: Terceiro Nome, 2001. p. 59-67.

AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas-SP, Papirus, 1994.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 47, n 4, p. 703-728, 2004.

BARTALINI, Vladimir. Fazer, ensinar, saber ensinar fazer. *Paisagem e ambiente: ensaios*, São Paulo, n. 21, p. 135-140, 2006.

BENFATTI, Denio, QUEIROGA, Eugenio, SILVA, Jonathas. Transformações da metrópole contemporânea: novas dinâmicas espaciais, esfera de vida pública e sistemas de espaços livres. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 12, n.1, p. 29-43, 2010.

BERTALANFFY, Ludwig. *Teoria geral dos sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações* [1968]. 2. ed. Tradução de Francisco Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1975.

BOARETO, Renato (Org.). *A bicicleta e as cidades: como inserir a bicicleta na política de mobilidade urbana*. São Paulo: Instituto de Energia e Meio Ambiente, 2010. Disponível em: <<http://www.energiaeambiente.org.br/>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

BORDIEUR, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. Tradução e org. Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BORMANN, Oliver; KOCH, Michael. From Zwischenstadt to the Metrozone: new planning is needed. In: IBA-HAMBURG. *Metropolis: metrozones*. Hamburgo: IBA Hamburg, 2010. p. 46-56.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm>. Acessos em: set. 2011 e 17 mar. 2012.

_____. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm>. Acessos em: set. 2011.

_____. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Texto Consolidado até a Emenda Constitucional nº 68 de 21 de dezembro de 2011. Brasília: Senado Federal, 2011. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_21.12.2011/index.shtml>. Acessos em: fev. e mar. 2012.

_____. Lei 7.803, de 18 de julho de 1989. Altera a redação da Lei nº 4.771, de 15 de dezembro de 1965 [...]. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7803.htm>. Acesso em: 17 mar. 2012.

_____. Lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999. Altera [...] as Leis [...] 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano). Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9785.htm>. Acesso em: 21 set. 2011.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras Providências. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acessos em: ago. e set. 2011.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Disponível em:

- <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 18 set. 2011.
- CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34; EDUSP, 2000.
- CAMPOS, Ana Cecília. *Alphaville - Tamboré e Barra da Tijuca: as ações programadas e a estruturação do sistema de espaços livres*. 2008. 526 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- CAMPOS, Ana et al (Orgs.). *Quadro dos sistemas de espaços livres nas cidades brasileiras*. São Paulo: FAUUSP, 2012.
- CARDOSO, Ruth. Identidade e convivências: o centro como ponto de encontro. In: HUET, Bernard et al. *Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI*. São Paulo: Terceiro Nome, 2001. p. 37-43.
- CASTELLO BRANCO, Maria Luisa. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, Eliseu; SPOSITO, Maira Encarnação; SOBARZO, Oscar (Orgs.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 245-277.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer [1980]. 2. ed.* Tradução de Ephraim Alves. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. Resolução nº 369, de 28 de março de 2006. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=489>>. Acesso em: 21 mar. 2012.
- CORREA, Roberto. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 251-256.
- COSTA, Sérgio. Contextos da construção do espaço público no Brasil. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 47, p. 38-52, 1997.
- CUSTÓDIO, Vanderli et. al. Da questão ambiental ao par ideológico “desenvolvimento sustentável e sustentabilidade”: contribuições para um paisagismo crítico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 10., 2010, Porto Alegre. *Anais ...* Porto Alegre: PUCRS, 2010. p. 1-12. 1 CD-ROM.
- DAVANÇO, Joselle. *Praças do interior paulista: estudos de caso em Ribeirão Preto e Monte Alto*. 2006. 159 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas - SP, 2006.

DEÁK, Csaba. Acumulação travada no Brasil e a crise dos anos 80. In: _____; SCHIFFER, Sueli (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 19-48.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada* [1994]. 6. ed. São Paulo: NUPAUB, 2008.

DONADON, Edilene Teresinha. *Terrain Vague: um estudo das áreas obsoletas, baldias e derrelitas em Campinas*. 2009. 184 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Faculdade de Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

DONOSO, Verônica. *A paisagem e os sistemas de espaços livres na urbanização contemporânea do interior paulista: estudo de caso da área entre São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto*. 2011. 241 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 13., 2009, Rio de Janeiro. *Anais ...* Florianópolis: ANPUR, UFSC, 2009. 1 CD-ROM.

ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. *Anais ...* Rio de Janeiro: ANPUR, UFRJ, UFF, 2011. 1 CD-ROM.

EUROPEAN ENVIRONMENT AGENCY - EEA. *Urban sprawl in Europe: the ignored challenge*. Copenhagen: European Environment Agency, 2006. Disponível em: <http://www.eea.europa.eu/publications/eea_report_2006_10>. Acesso em: 25 abr. 2012.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* [1957]. 13. ed. São Paulo: Globo, 1998. 2v.

FARIA, Geraldo. Notas sobre as determinações dos espaços livres urbanos e a configuração da esfera pública. In: COLÓQUIO QUAPÁ-SEL, 5, 2010, São Paulo. *Anais ...* São Paulo: FAUUSP, 2010, p. 1-13. 1 CD-ROM.

FERRARA, Lucrecia. *Olhar periférico: informações, linguagem, percepção ambiental*. São Paulo: EDUSP, 1993.

_____. Lugar na cidade: conhecimento e diálogo. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (Org.). *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas-SP: Territorial, 2003. p. 118-129.

FERREIRA, João. *São Paulo: o mito da cidade-global*. 2003. 343 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. (Coord.). *Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implantação de projetos habitacionais e urbanos*. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012.

- FORMAN, Richard; GODRON, Michel. *Landscape ecology*. Nova York: Wiley, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder* [1979]. 14. ed. Org. e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Grahal, 1999.
- FREITAS, Eleusina. *Loteamentos fechados*. 2008. 203 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- GASPARIN, Gabriela. Classe C ganha 39,5 milhões de pessoas, diz FGV. *G1-Economia*, Rio de Janeiro, jun. 2011. Disponível em < <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/06/classe-c-ganha-395-milhoes-de-pessoas-diz-fgv.html> >. Acesso em: 02 fev. 2012.
- GARREAU, Joel. *Edge city: life on the new frontier*. Nova York: Anchor Books, 1992.
- GOMES, Paulo César. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade* [2001]. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- GONTIJO, Marina. *Praças com feiras: conseqüências para a vida urbana e seus lugares*. 2005. 171 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas – SP, 2005.
- GUATTARI, Félix. *As três ecologias* [1989]. Tradução de Maria Cristina Bittencourt. Campinas-SP: Papyrus, 1990.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa* [1962]. Tradução de Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. Técnica e ciência enquanto “ideologia” [1968]. In: BENJAMIN, Walter et al. *Textos escolhidos*. Tradução de Zeljko Loparic. São Paulo: Abril, 1975. p. 303-333. (Coleção “Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental”, v. XLVIII).
- _____. *The theory of communicative action* [1983]. Translated by Thomas Maccarthy. Boston: Beacon Press, 1987. 2v. Vol. 2. Lifeworld and system: a critique of functionalist reason. v. 2.
- _____. *O discurso filosófico da modernidade* [1985]. Tradução de Ana Maria Bernardo et al. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- _____. *Direito e democracia: facticidade e validade* [1992]. 2. ed. Tradução de Flávio Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 2v.
- _____. *A inclusão do outro: estudos de teoria política* [1996]. 3. ed. Tradução de George Sperber, Paulo Soethe, Milton Mota. São Paulo: Loyola, 2007

_____. *A constelação pós-nacional: ensaios políticos* [1998]. Tradução de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

_____. *Entre naturalismo y religión* [2005]. Traducción de Pere Fabra et. al. Barcelona: Paidós, 2006.

HALPRIN, Lawrence. *The RSVP Cycles: creative processes in the human environment*. Nova York: George Braziller, 1969.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História* [1970]. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HELLWEG, Uli. Metrozones – on the other side of the city. In: IBA-HAMBURG. *Metropolis: metrozones*. Hamburgo: IBA Hamburg, 2010. p. 8-33.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica [1937]. In: BENJAMIN, Walter et al. *Textos escolhidos*. Tradução de Edgard Malagodi, Ronaldo Cunha. São Paulo: Abril, 1975. p. 125-162. (Coleção “Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental”, v. XLVIII)

_____. Filosofia e teoria crítica [1937]. In: BENJAMIN, Walter et al. *Textos escolhidos*. Tradução de Edgard Malagodi, Ronaldo Cunha. São Paulo: Abril, 1975. p. 163-169. (Coleção “Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental”, v. XLVIII)

_____. *Eclipse da razão* [1947]. Tradução de Sebastião Leite. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

IFLA WORLD CONGRESS, 46., 2009, Rio de Janeiro. *Anais ...* Rio de Janeiro: ABAP, UFRJ, 2009. 1 CD-ROM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Regiões de influência das cidades – 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

_____. *Sinopse do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse>>. Acessos em: dez. 2011 e jan. 2012.

_____. *Censo Demográfico 2010: sinopse do Censo e resultados preliminares do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/default_sino_pse.shtm>. Acessos em: dez. 2011 e jan. 2012 e 27 mar 2012.

_____. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acessos em: dez. 2011 e jan. 2012.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades* [1961]. Tradução: Carlos Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KLIASS, Rosa; MAGNOLI, Miranda. Áreas verdes de recreação [1969]. *Paisagem e ambiente: ensaios*, São Paulo, n. 21, p. 245-256, 2006.

KLINTOWITZ, Danielle. *A (re)invenção da praça: a experiência da Rocinha e suas fronteiras*. 2008. 201 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas – SP, 2008.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto* [1963]. 2. ed. Tradução de C. Neves e A. Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFÈBVRE, Henri. *The production of space* [1974]. 2. ed. Tradução de Donald Nicholson-Smith. Malden-MA: Blackwell, 2009.

_____. *O direito à cidade*. 5. ed. Tradução de R. E. Frias. São Paulo: Centauro, 2008.

LEITE, Maria Angela. *As tramas da segregação: privatização do espaço público*. 1998. 91 p. Tese (Livre-Docência em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. Em favor da paisagem. *Paisagem e ambiente: ensaios*, São Paulo, n. 21, p. 65-72, 2006.

LEITE, Rogério. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da UNICAMP; Aracaju: Editora da UFS, 2004.

LIMA, Catharina. Miranda Magnoli, orientadora: um processo dialógico e compreensivo de construção do conhecimento. *Paisagem e ambiente: ensaios*, São Paulo, n. 21, p. 73-80, 2006.

LOPEZ, Karla. *O projeto de espaços públicos na periferia de São Paulo: uma questão sócio-ambiental*. 2008. 219 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MACEDO, Silvio. *Paisagem, urbanização e litoral: do éden à cidade*. 1993. 207 p. Tese (Livre-docência em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. O ensino de paisagismo na FAUUSP e a figura de Miranda Magnoli. *Paisagem e ambiente: ensaios*, São Paulo, n. 21, p. 43-54, 2006.

_____. *Higienópolis e arredores: processo de mutação da paisagem urbana*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

MACEDO, Silvio et al. *Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil: relatório final de Projeto Temático de Pesquisa*. FAPESP. São Paulo, 2011.

MAGNOLI, Miranda. *Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. 1982. 116 p. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

_____. Em busca de “outros” espaços livres de edificação. *Paisagem e ambiente: ensaios*, São Paulo, n. 21, p. 143-173, 2006.

_____. O jardim na cidade é um fragmento de sonho. *Paisagem e ambiente: ensaios*, São Paulo, n. 21, p. 215-222, 2006.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MERLIN, José Roberto; QUEIROGA, Eugenio. Sobre espaços públicos potencialmente educadores. In: COLÓQUIO QUAPÁ-SEL, 6., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FAUUSP, 2011, p. 1-10. 1 CDROM.

MORIN, E. *O método 1: a natureza da natureza* [1977]. 2. ed. Tradução de Ilana Heineberg. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

MUNARIN, Stefano; TOSI, Maria Chiara. *Tracce di città – Esplorazioni di un territorio abitato: l’area veneta*. Milão: Franco Angeli/Urbanística, 2001.

NEGRI, Barjas; GONÇALVES, Maria Flora; CANO, Wilson. O processo de Interiorização do Desenvolvimento e da Urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980). In: FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. *A interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo*. São Paulo: SEADE, 1988. v. 1. n.1, p. 1-106.

ORTIZ, Renato. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho d’Água, 2000.

PÁDUA, Elisabete. Complexidade e meio ambiente: um estudo sobre a contribuição de Edgard Morin. In: PÁDUA, Elisabete; MATALLO JUNIOR., Heitor (Orgs.). *Ciências sociais, complexidade e meio ambiente: interfaces e desafios*. Campinas, SP: Papirus, 2008. p. 15-46.

PEDROSA, Andréa. *Paisagem, Sistema, Lugar: um sistema de lugares nas praças de Campo Grande*. 2005. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

PELLEGRINO, Paulo Renato; et al.. Paisagem da borda: uma estratégia para a condução das águas, da biodiversidade e das pessoas. In: COSTA, Lucia M. S. A.. (Org.). *Rios e paisagem urbana em cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, PROURB, 2006, p. 57-76.

PEREIRA, Raul. *O sentido da paisagem e a paisagem consentida: projetos participativos na produção do espaço livre público*. 2006. 203 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

QUEIROGA, Eugenio. *A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a razão comunicativa*. 2001. 351 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. O lugar da praça: pracialidades contemporâneas na Megalópole do Sudeste Brasileiro. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (Org.). *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas, SP: Territorial, 2003. p. 130-145.

_____. Praças e pracialidades em design: da visualidade da paisagem à visibilidade dos lugares. In: SEMINÁRIO DE SEMIÓTICA APLICADA AO DESIGN, 1, 2003, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro : PUC-Rio, 2003. p. 1-9. CD-ROM.

_____. A Megalópole do Sudeste Brasileiro: a formação de uma nova entidade urbana para além das noções de macro-metrópole e de complexo metropolitano expandido. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 11., 2005, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador: ANPUR. Sessão Temática. Disponível em: <<http://www.xienanpur.ufba.br/231.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

_____. Espacialidades da esfera pública na urbanização contemporânea: o caso da Megalópole do Sudeste. In: MAGNOLI, Miranda; KAHTOUNI, Saide; TOMINAGA, Yasuko. (Orgs.). *Discutindo a Paisagem*. São Carlos: RiMa, 2006. p. 121-142.

_____. Por um paisagismo crítico: uma leitura sobre a contribuição de Miranda Magnoli para a ampliação do corpus disciplinar do paisagismo. *Paisagem e Ambiente: ensaios*, São Paulo, n. 21, p. 55-63, 2006.

_____. Do vazio ao espaço público: requalificando paisagens, reestruturando territórios. *Paisagem e Ambiente: ensaios*, São Paulo, n. 28, p. 21-40, 2011.

QUEIROGA, Eugenio; BENFATTI, Denio. Sistemas de espaços livres urbanos: construindo um referencial teórico. *Paisagem e Ambiente: ensaios*, São Paulo, n. 24, p. 81-87, 2007.

QUEIROGA, Eugenio et. al. Os espaços livres e a esfera pública contemporânea: por uma conceituação considerando propriedades (públicas e privadas) e apropriações. In: TÂNGARI, Vera; ANDRADE, Rubens de; SCHLEE, Mônica. (Orgs.). *Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009. p. 84-99.

QUEIROZ, Alessandra. *Parque Agroambiental em quadrilátero do interior paulista: Uma estratégia de Planejamento Paisagístico e Ambiental*. 2012. 344 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 1, n. 4, p. 5-34, out.-dez., 1981.

REIS, Nestor Goulart. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas do tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006.

RIBEIRO, Ana Rita; et. al. *Espaços livres do Recife*. Recife: Prefeitura do Recife, 2000.

RIBEIRO, Luiz Cesar (Coord). *Análise das regiões metropolitanas do Brasil: Relatório de Atividades 1 – Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2004. Disponível em: <http://observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_chronocontact&chronofomname=receberarquivo&arquivo=produto_mc_1.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2012.

RICHARDSON, Harry, BAE, Chang-Hee. *Urban sprawl in Western Europe and the United States*. Hants: Ashgate, 2004.

ROCHLITZ, Rainer (Coord.). *Habermas: o uso público da razão [2002]*. Tradução de Léa Novaes. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

SANTOS, Emmanuel. Da concepção ptolomaica do mundo à percepção da paisagem do mundo. *Paisagem e ambiente: ensaios*, São Paulo, n. 21, p. 107-112, 2006.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. Tradução de Maria Beltrão. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, p. 81-99, jun. 1977.

_____. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica [1978]*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. Tradução Myrna Viana. Rio de Janeiro, 1979.

_____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *O espaço do cidadão [1987]*. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. O retorno do território. In: _____; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15-20.

_____. *A urbanização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SÃO PAULO (município). Lei nº 7.688, de 30 de dezembro de 1971. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São Paulo - PDDI-SP, e dá outras providências. São Paulo. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/plantas_on_line/legislacao/index.php?p=5615>. Acesso em: 19 mar. 2012.

_____. Lei nº 7.805, de 1 de novembro de 1972. Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo no Município, e dá outras providências. São Paulo. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/plantas_on_line/legislacao/index.php?p=5704>. Acesso em: 25 abr. 2012.

SARTRE, Jean-Paul. Questão de método [1960]. Tradução de Bento Prado Júnior. In: SARTRE, Jean-Paul, HEIDEGGER, Martin. *O existencialismo é um humanismo. A imaginação. Questão de método. Conferências e escritos Filosóficos*. São Paulo: Abril, 1973. p. 115-197. (Coleção “Os pensadores - História das grandes idéias do mundo ocidental”, v. XLV)

SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade* [1974]. Tradução de Lígia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SIEVERTS, Thomas. *Zwischenstadt: Zwischen ort und Welt, Raum und Zeit, Stadt und Land*. Brunswick, 1997.

SILVA, Armando. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia de (Coords.). *O espaço interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986. p. 25-37.

SPIRN, Anne. *O jardim de granito: a natureza no desenho da cidade*. Tradução de Paulo Pellegrino. São Paulo: EDUSP, 1995.

SOJA, Edward W. O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). *Território, globalização e fragmentação* [1994]. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p.154-168.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. Presente y futuros. La arquitectura en las ciudades. In AA. VV. *Presente y futuros. Arquitectura en las grandes ciudades*. Barcelona: Col·legi Oficial d'Arquitectes de Catalunya / Centre de Cultura Contemporània, 1996. p 10-23.

SOLÀ-MORALES, Manuel. Espaços públicos e espaços coletivos. In: HUET, Bernard et al. *Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI*. São Paulo: Terceiro Nome, 2001. p. 101-107.

SOUZA, Maria Adélia. *Cidades médias e desenvolvimento industrial* - uma proposta de descentralização metropolitana. São Paulo: Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, 1978.

_____. Conexões geográficas: um ensaio metodológico (Uma versão ainda preliminar). *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 71, p. 113-127, 1992.

_____. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999.

_____. *Meio ambiente e desenvolvimento sustentável*: as metáforas do capitalismo [2006]. p. 1-11. Disponível em: <<http://www.territorial.org.br>>. Acesso em: 22 jul. 2010.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. *Participação das Grandes Regiões e Estados no Produto Interno Bruto do Brasil*. Salvador, 2011. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=135&Itemid=218>. Acesso em: 03 fev. 2012.

TÂNGARI, Vera. A importância do trabalho de Miranda Magnoli nas experiências de pesquisa sobre arquitetura da paisagem na FAU-UFRJ. *Paisagem e ambiente*: ensaios, São Paulo, n. 21, p. 107-112, 2006.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. *World Urbanization Prospects: The 2009 Revision*. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wup/index.htm>>. Acessos em: jan. 2012.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

_____. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 169-243.

Sites consultados

ÁRVORES DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://arvoresdesaopaulo.wordpress.com>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.br>>. Acessos em: jan. 2012.

BARRETÃO COUNTRY. Disponível em: <<http://www.barretaocountry.com>>. Acesso em: 19 mar. 2012.

CARDIM, Ricardo. *Amigos das árvores de São Paulo*. Disponível em: <<http://arvoresdesaopaulo.wordpress.com/>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO – EMPLASA. *Por dentro das Regiões Metropolitanas do Brasil*. Disponível em: <http://www.emplasa.sp.gov.br/rmsbrasil/metropoles_em_dados.swf>. Acessos em: jan., mar. e abr. 2012.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO – EMPLASA. *Regiões Metropolitanas do Brasil*. Disponível em: <<http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/Brasil/Brasil.asp>>. Acessos em: jan. e mar. 2012.

FLICKR. Disponível em: <<http://www.flickr.com>>. Acesso em: 28 maio 2012.

FLICRIVER. Disponível em: <<http://www.flickrriver.com>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISA E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO – CEPERJ. *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro - Versão On-Line 2011*. Disponível em: <http://www.fesp.rj.gov.br/ceep/ent/anu_online.html>. Acessos em: jan. e abr. 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br>>. Acessos em jan. 2012.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. *Informações dos Municípios Paulistas*. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=tabela>>. Acessos em: jan. 2012 e abr. 2012.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <<http://earth.google.com/intl/pt-BR/>>. Acessos entre: set. 2011 e abr. 2012.

GUIA TRABALHISTA. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br>>. Acessos em: jan. e mar. de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessos em: dez. 2011, jan. 2012, abr. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *IBGE - Cidades@*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acessos entre: dez. 2011 e jul. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *IBGE – Estados@*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/>>. Acessos em: jan. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *IBGE - Censo 2010*. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acessos em: mar. e abr. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA -. Disponível em: <<http://ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 2 abr. 2012.

MARCHA DAS VADIAS - CAMPINAS. Disponível em: <<http://marchavadiascampinas.wordpress.com>>. Acesso em: 7 mar. 2012.

OCUPA USP CONTRA A REPRESSÃO. Disponível em: <http://ocupauspcontrarepressao.blogspot.com.br/2011_11_01_archive.html>. Acesso em: 26 maio 2012.

PARQUES DE CURITIBA. Disponível em: <<http://www.parquesepraçasdecuritiba.com.br>>. Acessos em: set. 2011 e 28 maio 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acessos em: dez. 2011 e jan. 2012.

REVISTA ÉPOCA. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com>>. Acesso em: 7 jun. 2012.

RIO TEMPORADA. Disponível em: <www.riotemporada.com.br>. Acesso em: 26 maio 2012.

R7 NOTÍCIAS. Disponível em: <<http://www.noticias.r7.com>>. Acesso em: 27 maio 2012.

VIVA FAVELA. Disponível em: <<http://www.novo.vivafavela.com.br>>. Acesso em: 9 jun. 2012.

WORLD BANK. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.NAHC/countries/BR?display=graph>>. Acessos em: jan. 2012.

Entrevistas

BARTALINI, Vladimir. *Sistemas de espaços livres*. Entrevista ao Laboratório QUAPÁ. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 14 out. 2010.

FERREIRA, João. *Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida*. Entrevista ao Laboratório QUAPÁ. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 23 mar. 2012.